

Corregedoria-Geral  
da Justiça Federal

# RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Tribunal Regional Federal da  
**1ª REGIÃO**

2015



**Ministro Jorge Mussi**  
Corregedor-Geral da Justiça Federal

**Corregedoria-Geral da Justiça Federal**  
Elaboração

**Brasília (DF)**  
**2015**

## SUMÁRIO

<b>A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO</b>	<b>006</b>
<b>B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO</b>	<b>008</b>
<b>C. OBSERVAÇÕES GERAIS</b>	<b>011</b>
<b>D. UNIDADES JURISDICIONAIS</b>	<b>030</b>
<b>I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO</b>	<b>030</b>
<b>Presidência: Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO</b>	<b>030</b>
<b>Vice-Presidência: Desembargadora Federal NEUZA ALVES</b>	<b>039</b>
<b>Corregedoria Regional: Desembargador Federal CARLOS EDUARDO MOREIRA ALVES</b>	<b>054</b>
<b>II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS</b>	<b>058</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA</b>	<b>058</b>
Desembargadora Federal <b>GILDA SIGMARINGA SEIXAS</b>	<b>058</b>
Desembargador Federal <b>JAMIL DE JESUS OLIVEIRA</b>	<b>072</b>
Juiz Federal convocado <b>CARLOS PIRES BRANDÃO</b>	<b>086</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA</b>	<b>100</b>
Desembargador Federal <b>CÂNDIDO MORAES</b>	<b>100</b>
Desembargador Federal <b>FRANCISCO DE ASSIS BETTI (Juiz Federal convocado Cleberson José Rocha)</b>	<b>114</b>
Desembargador Federal <b>JOÃO LUIZ DE SOUSA</b>	<b>129</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA</b>	<b>144</b>
Desembargadora Federal <b>MÔNICA SIFUENTES</b>	<b>144</b>
Desembargador Federal <b>MÁRIO CÉSAR RIBEIRO</b>	<b>160</b>
Desembargador Federal <b>NEY BELLO</b>	<b>171</b>

<b>GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA</b>	<b>185</b>
Desembargador Federal <b>I'TALO MENDES</b>	<b>185</b>
Desembargador Federal <b>OLINDO MENEZES</b>	<b>198</b>
Desembargador Federal <b>HILTON QUEIROZ</b>	<b>211</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA</b>	<b>221</b>
Desembargador Federal <b>NÉVITON GUEDES</b>	<b>221</b>
Desembargador Federal <b>JOÃO BATISTA MOREIRA</b>	<b>231</b>
Desembargador Federal <b>SOUZA PRUDENTE</b>	<b>240</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA</b>	<b>249</b>
Desembargador Federal <b>KÁSSIO MARQUES</b>	<b>249</b>
Desembargador Federal <b>JIRAIR ARAM MEGUERIAN</b>	<b>259</b>
Desembargador Federal <b>DANIEL PAES RIBEIRO</b>	<b>269</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA</b>	<b>279</b>
Desembargador Federal <b>JOSÉ AMILCAR MACHADO</b>	<b>279</b>
Desembargadora Federal <b>ÂNGELA CATÃO</b>	<b>293</b>
Desembargador Federal <b>HERCULES FAJOSÉS</b>	<b>306</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA</b>	<b>319</b>
Desembargadora Federal <b>MARIA DO CARMO CARDOSO</b>	<b>319</b>
Desembargador Federal <b>NOVÉLY VILANOVA</b>	<b>327</b>
Desembargador Federal <b>MARCOS AUGUSTO DE SOUSA</b>	<b>335</b>
<b>E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO</b>	<b>344</b>
Secretaria Judiciária	<b>344</b>
Coordenadoria de Registros e Informações Processuais	<b>347</b>
Coordenadoria da Corte Especial e das Seções	<b>350</b>
Coordenadoria da 1ª Turma	<b>358</b>

Coordenadoria da 2ª Turma -----	365
Coordenadoria da 3ª Turma -----	372
Coordenadoria da 4ª Turma -----	379
Coordenadoria da 5ª Turma -----	386
Coordenadoria da 6ª Turma -----	396
Coordenadoria da 7ª Turma -----	404
Coordenadoria da 8ª Turma -----	411
<b>F. UNIDADES ESPECIAIS -----</b>	<b>418</b>
Coordenação dos Juizados Especiais Federais -----	418
Núcleo Central de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania ----	422
Escola de Magistratura Federal da 1ª Região -----	429
Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico-----	432
<b>G. UNIDADES ADMINISTRATIVAS -----</b>	<b>434</b>
Estatística-----	434
Sistemas Judiciais Eletrônicos-----	440
<b>H. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO -----</b>	<b>445</b>
<b>I. ANEXOS -----</b>	<b>446</b>

## **A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO**

Nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei 11.798/2008; do art. 3º, inc. III, do Provimento 1/2009 e das Portarias CJF-POR-2015/00235, CJF-POR-2015/00258 e CJF-POR-2015/00315, respectivamente de 16/6, 29/6 e 5/8 do corrente ano, todos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, determinou-se a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, abrangendo as seguintes áreas: 1) unidades jurisdicionais; 2) estatística; e 3) sistemas judiciais eletrônicos. A inspeção iniciou-se no dia 12/8/2015, às 10 horas.

As equipes dos trabalhos de inspeção foram designadas pelas referidas portarias, constantes do Processo CJF-PCO-2015/00149 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, as quais foram publicadas no Diário da Justiça da União, no sítio eletrônico do Tribunal e em local de destaque nas suas dependências, no período de 3 a 21/8/2015.

A inspeção foi realizada no período de 12 a 21/8/2015, tendo sido designados para conduzir os trabalhos – conforme o inc. IV do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais da 2ª Região Marcello Ferreira de Souza Granado e Simone Schreiber; o Desembargador Federal da 3ª Região Nelton Agnaldo Moraes dos Santos; os Desembargadores Federais da 4ª Região Ricardo Teixeira do Valle Pereira e Sebastião Ogê Muniz; o Desembargador Federal da 5ª Região Edilson Pereira Nobre Júnior; a Juíza Federal em auxílio à Corregedoria-Geral Kelly Cristina Oliveira Costa; bem como os Juízes Federais da 5ª Região Walter Nunes da Silva Júnior e Frederico José Pinto de Azevedo.

Foram designados, para auxiliar na inspeção, os servidores Ana Cecília Barroso da Costa, Cláudia Virgínia Medeiros Lopes, Denise Guimarães Tângari, Divailton Teixeira Machado, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Felipe Feijó Rubim, Jefferson Guimarães Rangel, Joelmir Rodrigues da Silva, José da Costa Soares, José Darlan Costa Pereira, Kleb Amâncio e Silva da Gama, Márcia Cristina Abbud, Maria Eugenia Heck Griep, Marja Mühlbach, Newton Dênis de Oliveira Cruz, Patrícia Galdino Câmara, Renato de Oliveira Paes, Rosa Miriam Farias Prysthon, Sandra Mara Cornelius da Rocha, Sérgio de Araújo Pitanga e Stenio Roberto da Silva Monteiro.

Antes do início da inspeção, foram solicitadas estatísticas processuais dos gabinetes dos desembargadores federais e das unidades processantes, bem como a listagem de todos os processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela internet para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente *web*, os questionários previamente enviados pela Corregedoria-Geral que foram preenchidos pelas unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e acompanhamento da inspeção, foram feitas as comunicações e convites ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao Ministério Público Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil – nas quatorze seções judiciárias em que o TRF 1ª Região possui jurisdição, quais sejam, Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 1ª da Região prosseguissem normalmente.

## **B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO**

As inspeções nos tribunais regionais federais sofreram enorme evolução desde a edição da Lei 11.798, de 29/10/2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e de controle da gestão administrativa e processual das cortes federais, assim como a elaboração de diagnóstico real capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e para corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautado pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando ao máximo os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos em cada tribunal regional federal, com continuidade na autoinspeção, e destina-se a orientar os tribunais regionais federais na salutar prática do autoconhecimento visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários, entrevistas, visitas e inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atual da gestão administrativa e processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição e permita formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, nivelando e democratizando o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção anual, gerando relatórios com ampla gama de informações das unidades jurisdicionais, que são detidamente analisados pela Corregedoria-Geral, servindo de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, desde a anterior inspeção e como base para a definição do escopo da nova inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no Tribunal, a partir da análise de processos, um a um, de listagem elaborada por certas fases críticas. São levados em consideração importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades legais e outras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação e em conclusão; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no Tribunal etc.

A partir da análise de processos da amostragem listada, as equipes de inspeção – quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos – identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com



liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais, processantes e administrativas. Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e o relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, no tocante especialmente à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar minuciosa do Tribunal inspecionado, a título de “Observações Gerais”, levantando dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF1, foi feito, principalmente, com base nas respectivas seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, que devem ser consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos e para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências ou eventuais pontos fora da curva geral de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção das unidades jurisdicionais e processantes e das administrativas diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separa os gabinetes do corpo diretivo – com atribuições muito específicas – dos demais gabinetes vinculados a seções e turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete, dentro da respectiva seção e turma, para permitir exposição baseada em condições semelhantes de trabalho com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, relativamente a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando análise fundada em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais básicos do magistrado com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete, turma e seção; dados administrativos da unidade, em particular os atinentes ao quadro funcional; e os relativos à atividade-fim, que são analisados sob a perspectiva estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são pesquisadas e registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual com o intuito de levantar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Assim também é feito na inspeção das unidades processantes e administrativas.

O relatório seguiu um padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital, porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, denotando inclusive a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo. Assim ocorre, por exemplo, quanto aos dados estatísticos, informações do sistema processual e condições físicas do ambiente de trabalho.

A apresentação deste relatório não poderia, finalmente, deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos tribunais regionais federais. Nesse espaço, tem atuado e trabalhado constantemente a Corregedoria-Geral, objetivando o aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado, que ora se apresenta, retrata a enormidade de informações e dados colhidos na verificação de 3.392 processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, buscando fornecer diagnóstico real e atual da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

## **C. OBSERVAÇÕES GERAIS**

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília/DF, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 12 a 21 de agosto de 2015. Na ocasião, compunham o quadro do TRF1 os Desembargadores Federais CÂNDIDO RIBEIRO (Presidente), NEUZA ALVES (Vice-Presidente), CARLOS EDUARDO MOREIRA ALVES (Corregedor Regional), e, conforme a especialização por seção, os demais 24 cargos de desembargadores federais estavam assim ocupados:

**1ª SEÇÃO** – especializada em servidores públicos civis e militares, exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra seção; e benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos:

- GILDA SIGMARINGA SEIXAS;
- JAMIL ROSAS DE JESUS OLIVEIRA;
- CARLOS BRANDÃO (Juiz Federal convocado);
- CÂNDIDO MORAES;
- FRANCISCO BETTI (afastado) - Juiz Federal convocado CLÉBERSON JOSÉ ROCHA; e
- JOÃO LUIZ DE SOUSA.

**2ª SEÇÃO** – matéria penal em geral; improbidade administrativa e desapropriação direta e indireta:

- MÔNICA SIFUENTES;
- MÁRIO CÉSAR RIBEIRO;
- NEY BELLO;
- ÍTALO MENDES;
- OLINDO MENEZES; e
- HILTON QUEIROZ.

**3ª SEÇÃO** – especializada em licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e

naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

- NÉVITON GUEDES;
- JOÃO BATISTA MOREIRA;
- ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE;
- KÁSSIO MARQUES.
- JIRAIR MEGUERIAN; e
- DANIEL PAES RIBEIRO.

**4ª SEÇÃO** - especializada em inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos e questões de direito financeiro:

- JOSÉ AMÍLCAR MACHADO;
- ÂNGELA CATÃO;
- HÉRCULES FAJOSSES;
- MARIA DO CARMO CARDOSO;
- NOVÉLY VILANOVA; e
- MARCOS AUGUSTO DE SOUSA.

Além dos gabinetes dos 27 desembargadores federais, foram inspecionadas ou visitadas as seguintes unidades: Coordenadoria da Corte Especial e das Seções; Coordenadoria de Recursos - COREC; Coordenadoria da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Turmas; Assessoria Jurídica e de Recursos Especiais e Extraordinários - ASREET; Coordenadoria de Registros e Informações Processuais - CORIP; Núcleo Central de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos e Cidadania; Coordenação dos Juizados Especiais Federais; Secretaria Judiciária; Escola de Magistratura Federal da 1ª Região; Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico; Divisão de Estatística e Sistemas Judiciais Eletrônicos.

Ficou a cargo da Secretaria de Controle Interno, órgão sistêmico da Justiça Federal e diretamente vinculado à Presidência do Conselho da Justiça Federal, a auditoria nas demais áreas administrativas do Tribunal, de sorte que suas respectivas observações não integram este relatório.

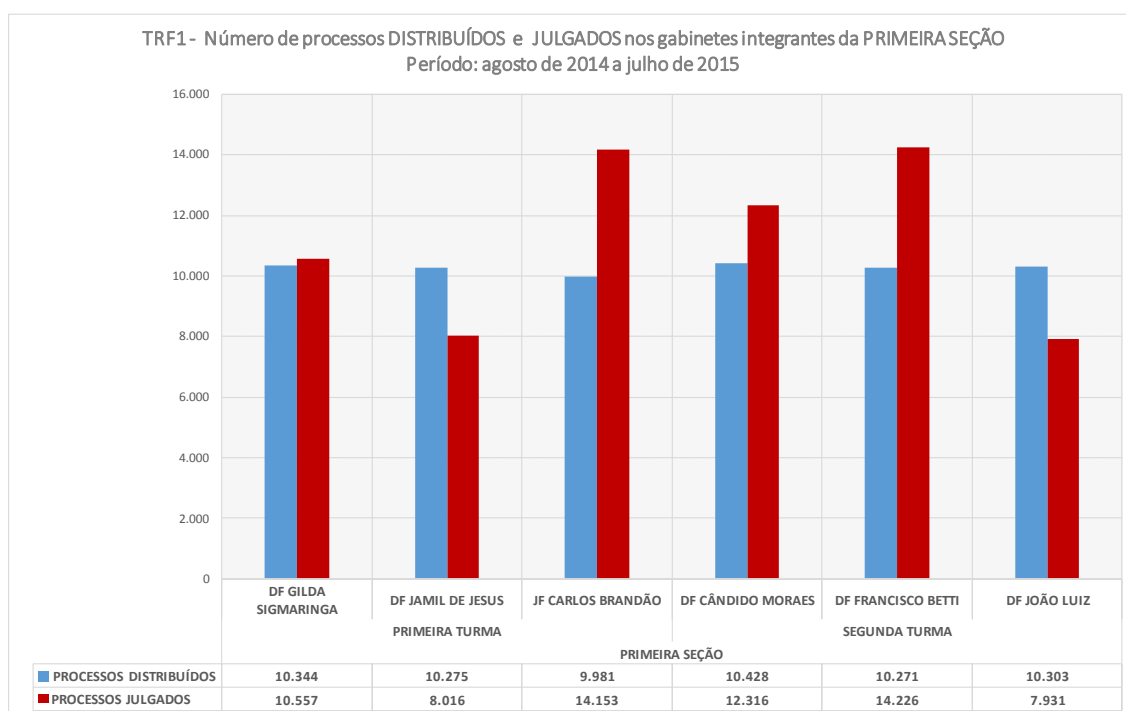
Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos das seções especializadas da Corte.

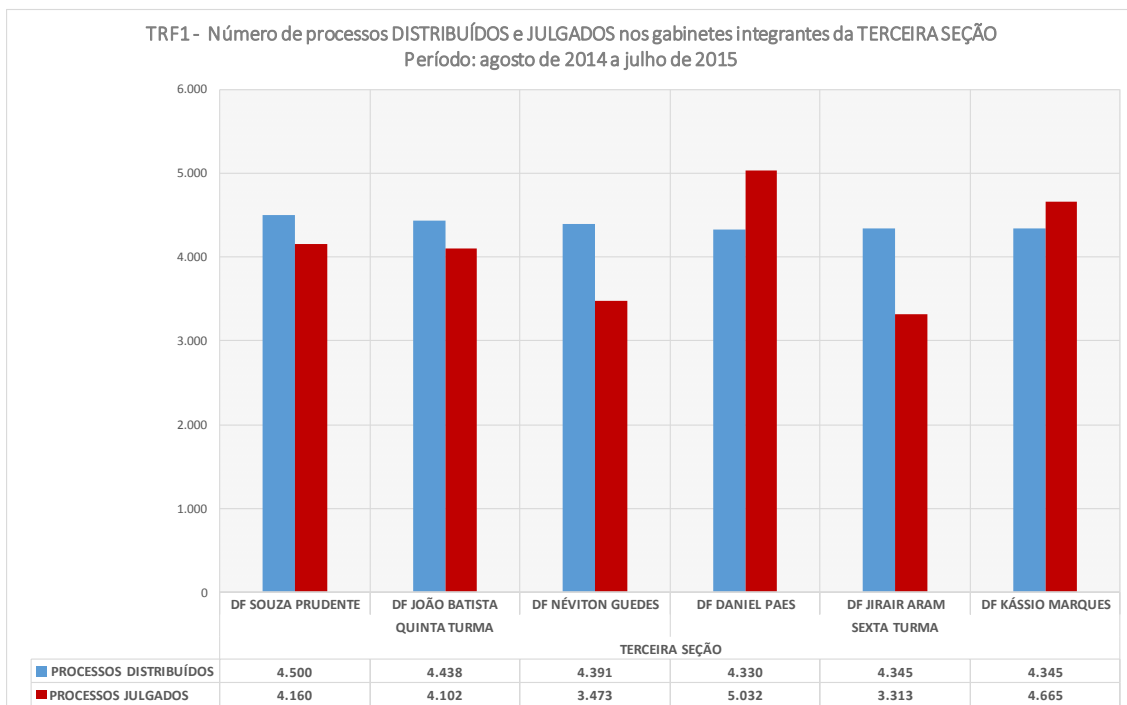
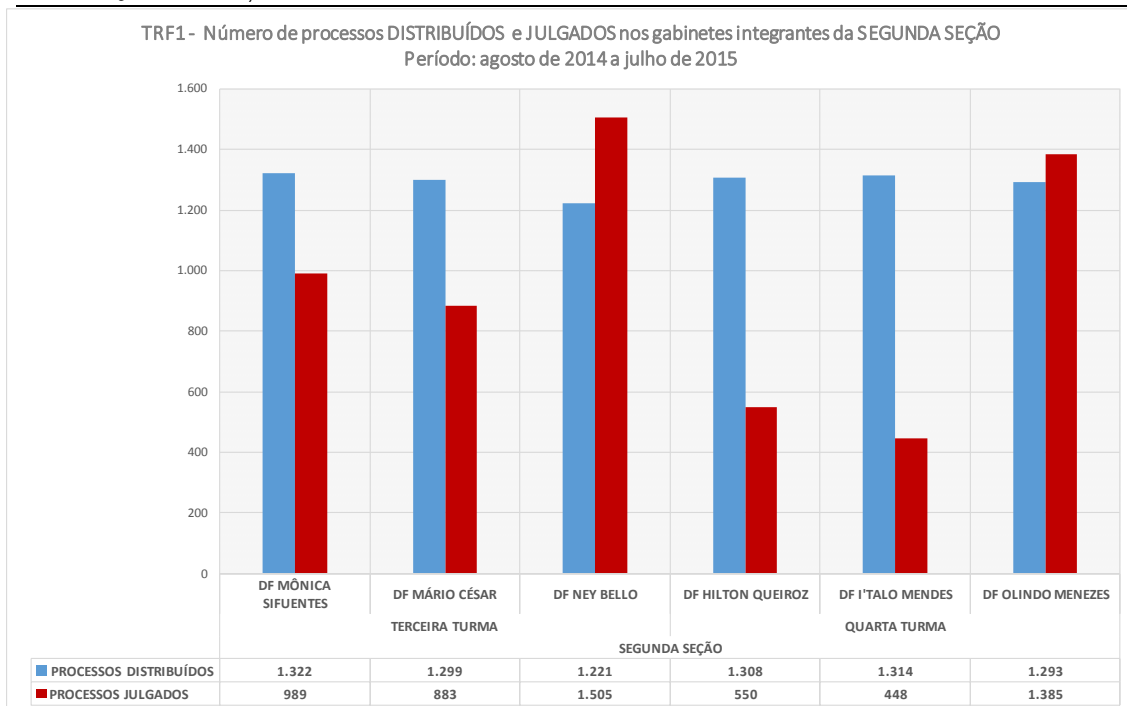
A análise processual foi feita por meio de amostragem, no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados 3.392 processos, nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas, e cujo exame, físico ou eletrônico, coube a equipes formadas por um magistrado e dois servidores.

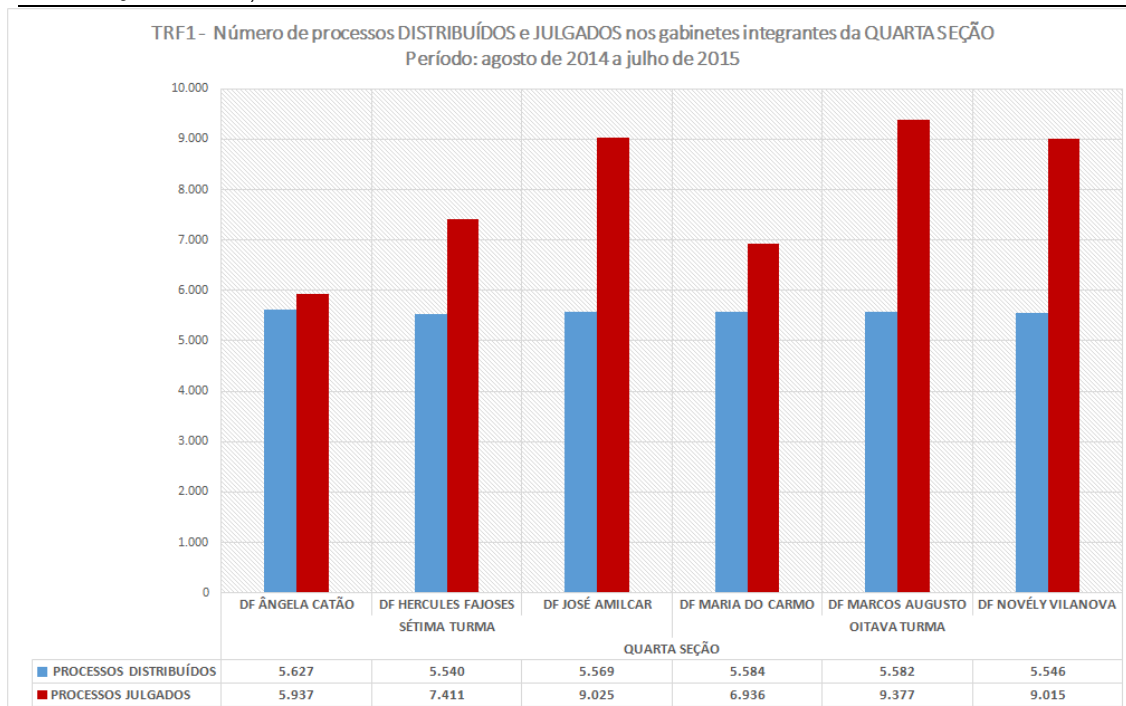
O resultado da avaliação concreta de cada acervo, por amostragem, consta dos relatórios individuais das unidades, no qual se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão de pessoal e processual, boas práticas, observações gerais e recomendações. Por seu turno, a avaliação conjunta da equipe ao apreciar pontos de divergência e convergência – por meio de reuniões e troca de experiências durante a inspeção – resultou nesta parte geral do relatório, onde se buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas turmas, gabinetes e demais órgão inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das unidades.

Adotou-se, como referência, o período de agosto/2014 a julho/2015 (últimos 12 meses). Os dados constantes nas tabelas e gráficos apresentados nos relatórios das unidades são oficiais, porquanto fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF da 1ª Região – DIEST e extraídos do sistema de acompanhamento processual físico (Juris), do eletrônico (E-Jur) e do processo judicial eletrônico (PJe).

A avaliação da gestão foi verificada, primeiramente, no tocante ao índice de produtividade, em face da distribuição nas quatro diferentes seções do TRF1, que possuem competências especializadas (art. 8º, §§ 1º ao 4º, Regimento Interno). Os gráficos a seguir demonstram essa dinâmica processual nos gabinetes integrantes das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções do Tribunal.





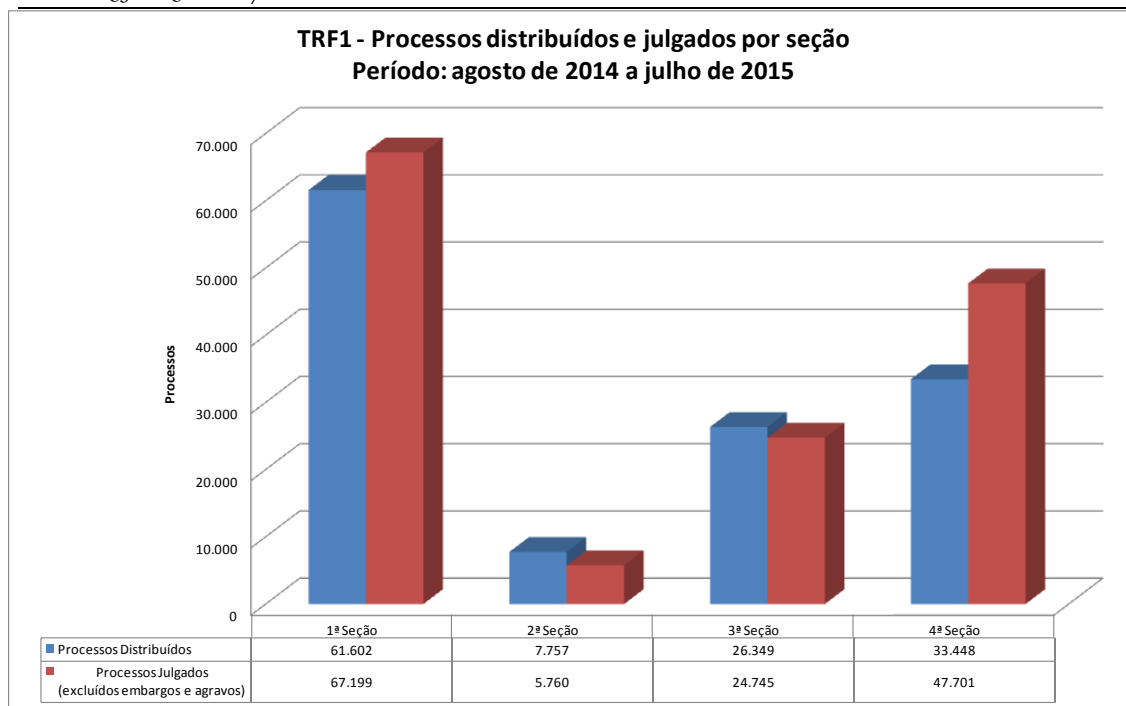


Verifica-se que, no período considerado, a distribuição processual concentrou-se em duas seções, a 1ª e 4ª, que receberam conjuntamente 73,6% de todo o volume distribuído no TRF1 (respectivamente, 47,7% e 25,9%). A 2ª Seção recebeu apenas 6,01% e a 3ª Seção os demais 20,40%, somando, ambas, o montante de 26,41%.

Em produtividade média – considerando que o percentual retrata a média e não significa que todas as unidades estejam em situação idêntica, existindo casos extremos em relação à média, conforme evidenciado nos gráficos acima – a 1ª Seção julgou 109% da distribuição; a 2ª Seção, 74%; a 3ª Seção, 94%; e a 4ª Seção, 143%.

O objetivo da análise de desempenho geral por seções – a partir de critérios objetivos definidos, por exemplo, pelo Conselho Nacional de Justiça – é o de identificar boas práticas a serem disseminadas e eventuais problemas de gestão, que devem ser igualmente conhecidos pela Corregedoria-Geral para encaminhar sugestões de aperfeiçoamento e indicar soluções efetivas por parte do próprio Tribunal, antes de qualquer medida interventiva externa.

A relação entre distribuição e julgamento nas quatro seções do TRF1 é mostrada a seguir:



A produtividade média e geral do Tribunal é de aproximadamente 113% do volume distribuído.

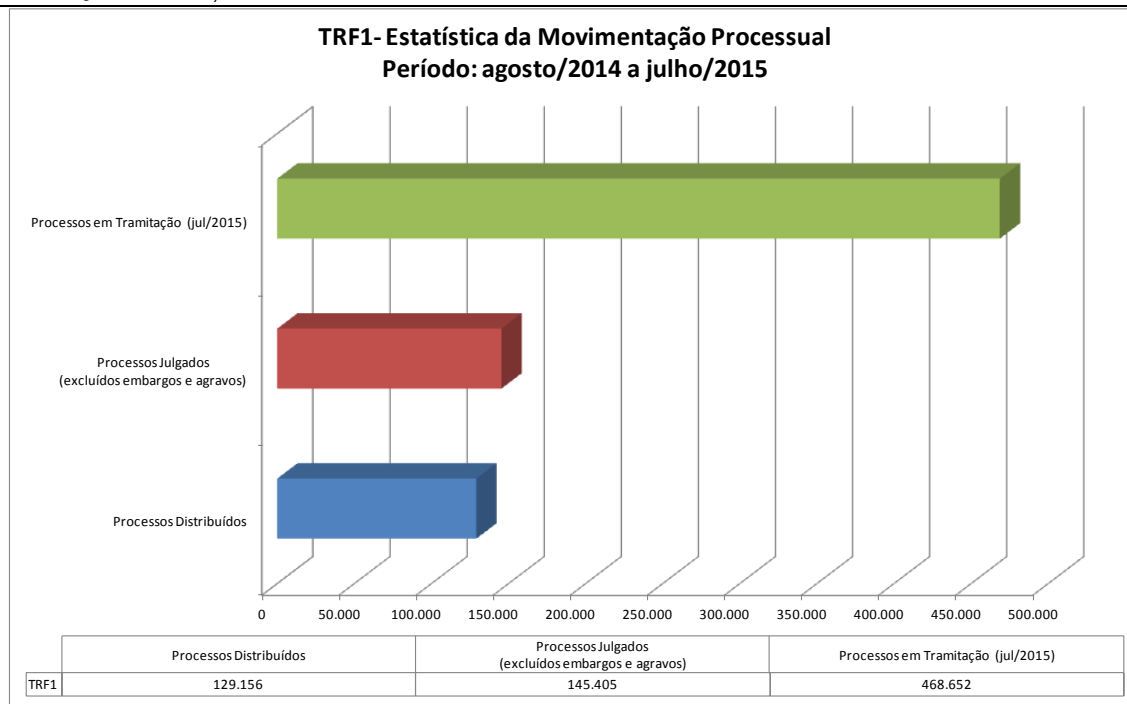
A análise correlata ao resultado produzido trata do efeito gerado pelo fluxo processual sobre o acervo preexistente, onde se verifica que a produção supera a distribuição em apenas 13%.

A curva relativa ao índice de produção em face da distribuição, comparativamente à inspeção de 2013, quando a distribuição superava em 42.583 feitos o número de processos julgados, rompeu aquela tendência negativa. Nos últimos 12 meses, o número de julgados (145.405) superou em 16.249 o de distribuídos (129.156). No entanto, este incremento de 13% na produtividade sobre a distribuição, quando comparado ao volume de processos em trâmite, conduz a prognósticos preocupantes quanto à possibilidade de redução do acervo, se mantida a situação atual da Corte.

Com efeito, o acervo é crescente. Na inspeção realizada em 2011, havia 387.837 processos em trâmite no Tribunal; na inspeção realizada em 2013, 390.529 e, em julho de 2015, 468.652.

A distribuição no período foi de 129.156 feitos, equivalente a 28% do acervo em tramitação no TRF1 (468.652), o que contribuiu, mesmo observando produtividade superior à demanda em 13%, para a elevação do acervo em 2% entre agosto/2014 e julho/2015, ou seja, 7.066 processos.





Destacam-se alguns fatores que, dentre outros, explicam o fato de o acervo do TRF1 ser crescente, não obstante ter havido incremento no número de processos julgados – esclarecendo-se que a referência a “julgados”, conforme o glossário de metas do CNJ, corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

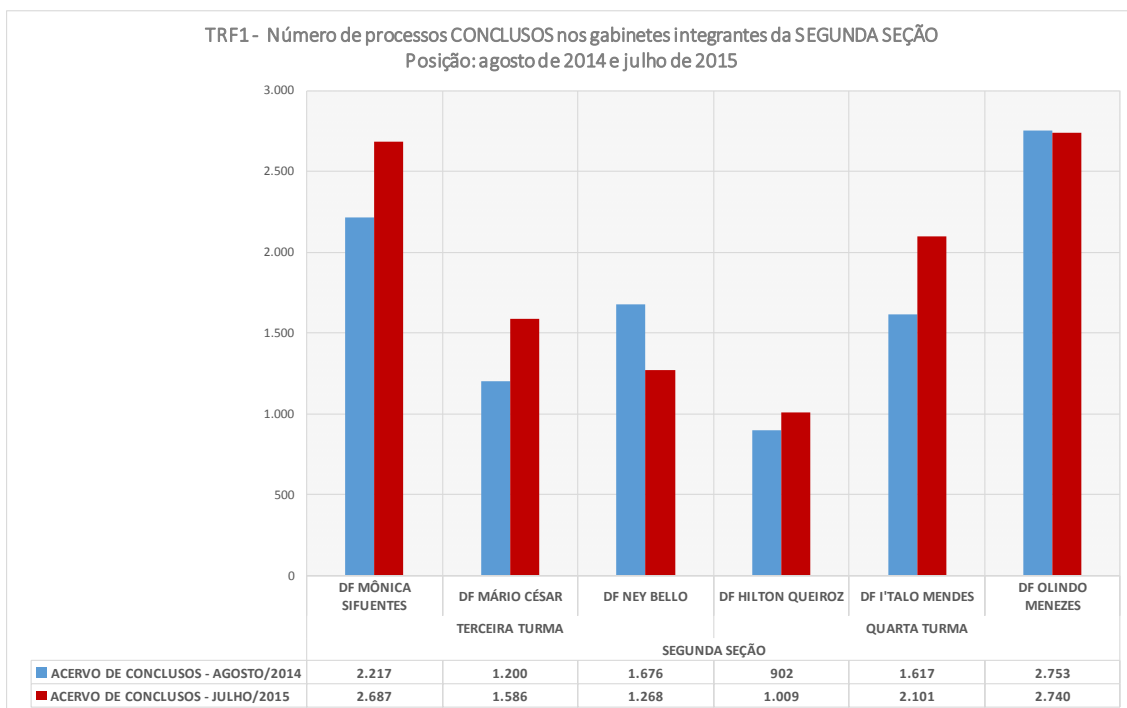
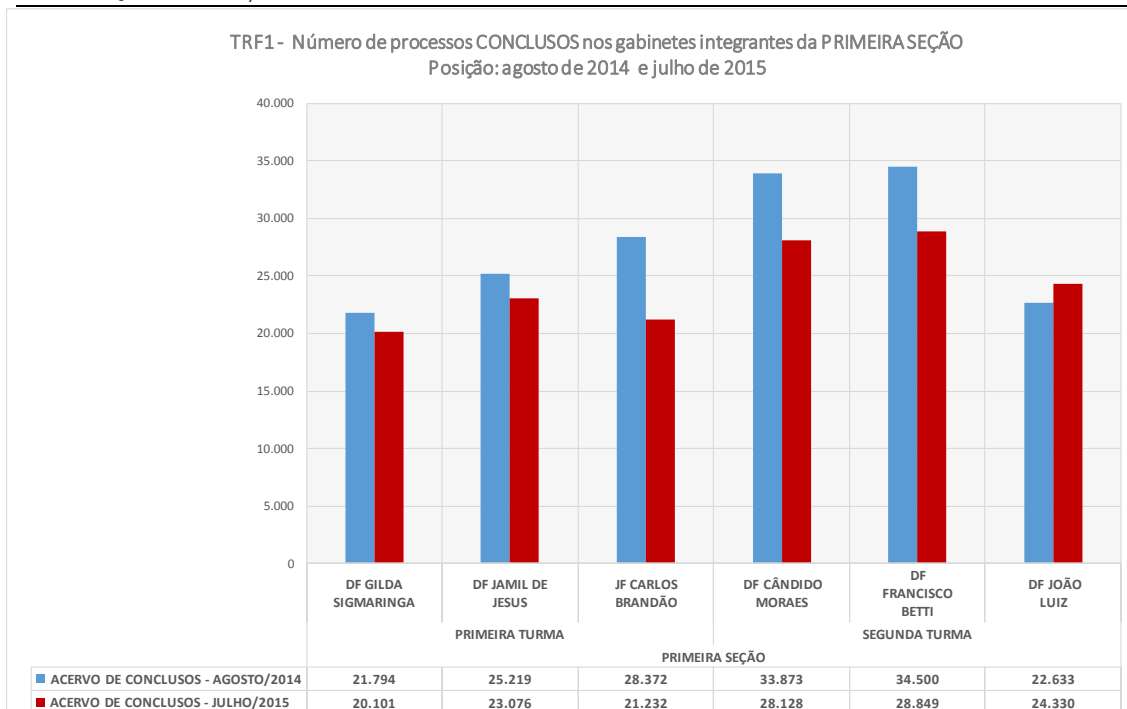
- a) baixa produtividade de alguns gabinetes;
- b) demora, de algumas unidades, no envio dos processos julgados à coordenadoria da turma, o que leva ao tempo médio de publicação de, no mínimo, 300 dias;
- c) acúmulo de agravos regimentais e embargos de declaração pendentes de apreciação;
- d) falta de controle dos feitos que tiveram apreciação de tutela, porém não foram levados ao colegiado;
- e) concentração de agravos de instrumentos que ficam aguardando o julgamento da apelação;
- f) falta de dinâmica e uniformidade nas rotinas do trâmite processual;
- g) carência de servidores atuantes na atividade-fim;
- h) fluxo negativo de processos conclusos na Vice-Presidência, para exame de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, cujo acervo de 4.226 conclusos em agosto/2014 aumentou para 6.668 em julho de 2015, um incremento de 57,79%; e
- i) acúmulo de processos em algumas coordenadorias de turmas, em especial a 1ª Turma, que conta com acervo de 28.307; com processos empilhados no piso

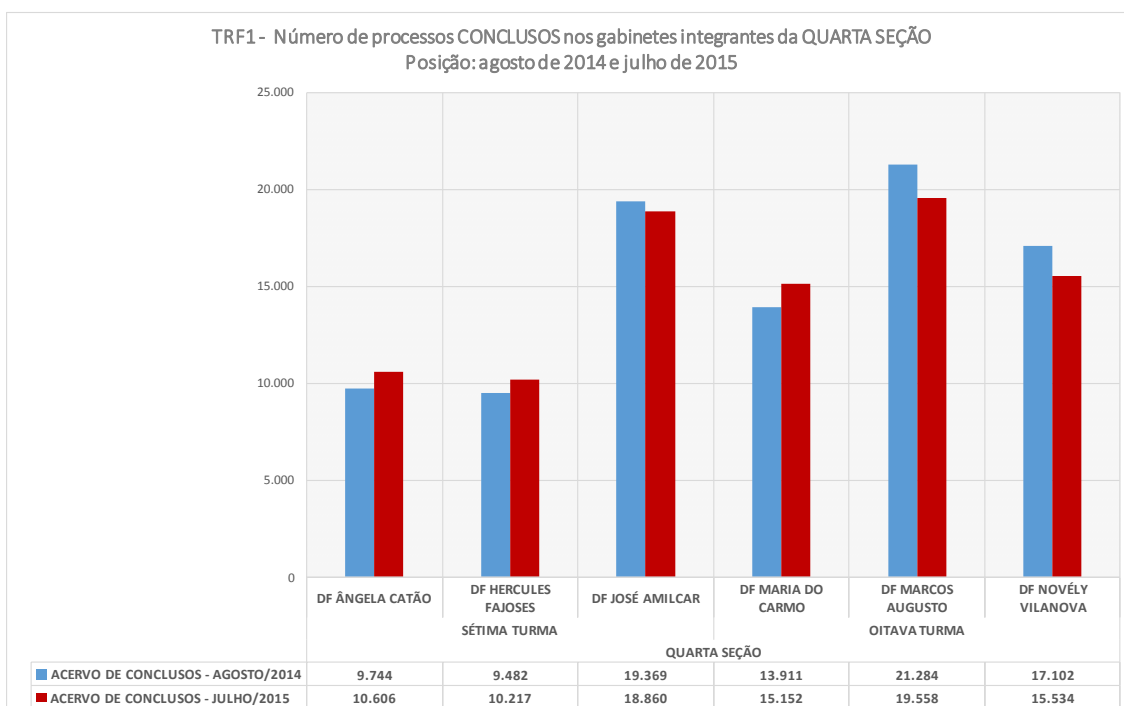
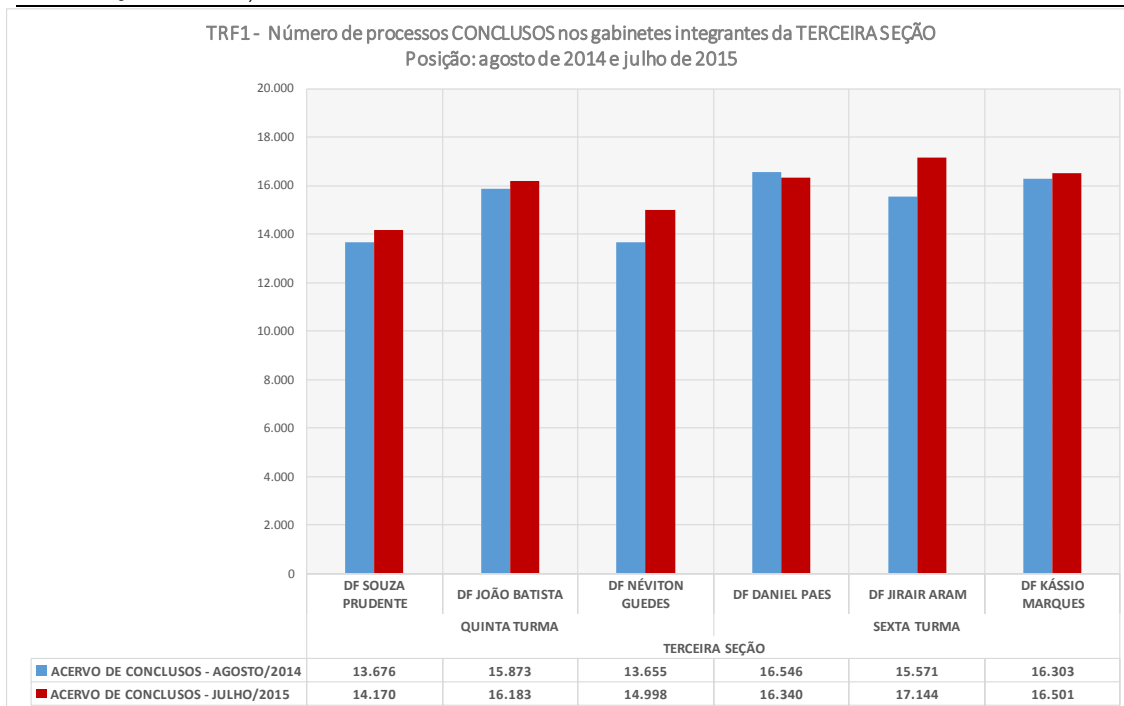
e não aparentando estarem organizados de forma lógica, além de 18.984 petições pendentes de juntada.

Particularmente, chama atenção ainda o acervo de processos em trâmite que integram a 1ª Seção, com competência previdenciária e servidores públicos civis e militares, que têm, em média, 36.246 feitos por gabinete. E, como visto, a 1ª Sessão absorve a maior distribuição do Tribunal (47,7%). O Tribunal adotou, como medida para solucionar este problema, a instituição de câmaras regionais previdenciárias nas Seções Judiciárias da Bahia e de Minas Gerais, criadas pela Resolução PRESI 23 de 1º de dezembro de 2014, referendada pela Resolução PRESI 5/2015, instaladas em 23/2/2015. E, ainda, a Câmara Regional Previdenciária da Subseção Judiciária de Juiz de Fora, que foi instituída pela Resolução PRESI 11/2015 e instalada em 25/3/2015. Este tema não foi objeto da inspeção, estando a Corregedoria a aguardar informações do TRF1 sobre o resultado da avaliação prevista para o término do primeiro semestre de atividades daqueles órgãos.

Uma situação sensível na gestão dos gabinetes diz respeito ao tempo de tramitação após o primeiro julgamento na corte. Não é incomum verificar acúmulo de processos com agravos legais ou regimentais e embargos declaratórios pendentes de julgamento. Tal fato – associado a outras situações específicas das unidades jurisdicionais indicadas em seus relatórios – justifica o porquê de alguma delas, ainda que tenham realizado número de julgamentos superior ao de processos distribuídos, não lograrem redução no acervo de conclusos.

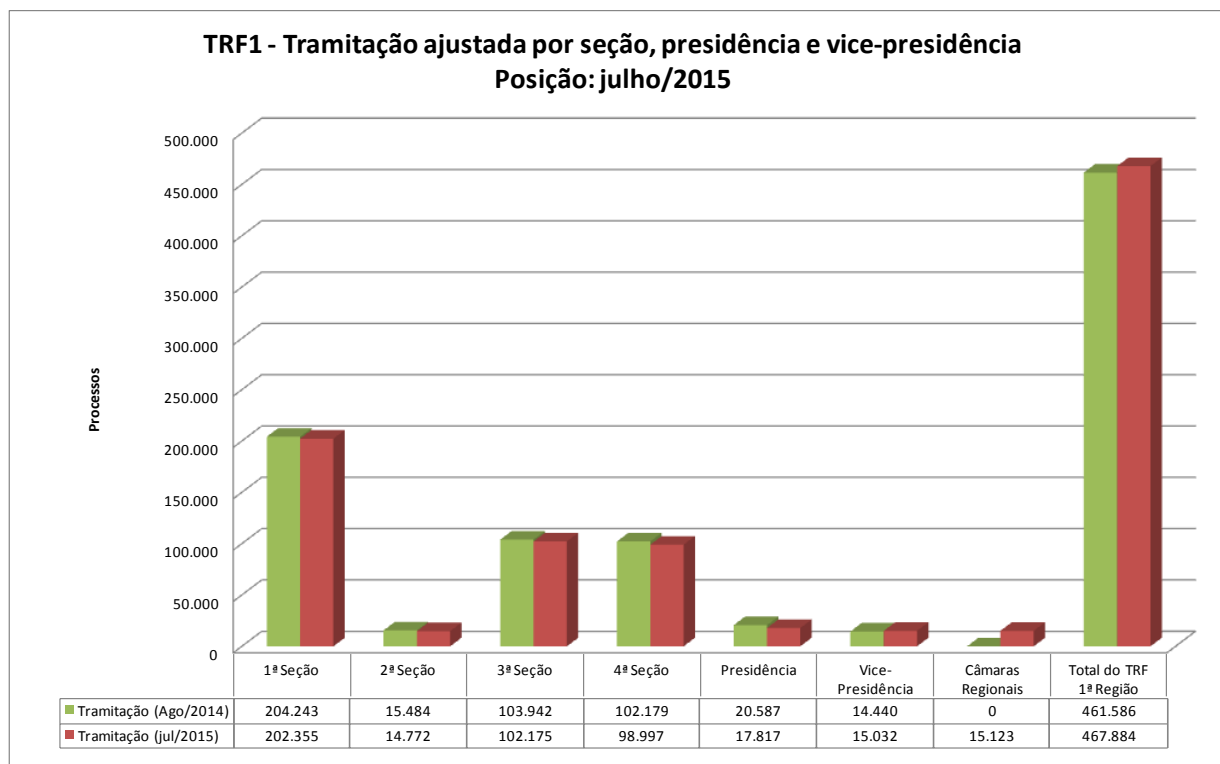
Os gráficos a seguir ilustram a situação do acervo de feitos conclusos por seções, nas posições de agosto/2014 e julho/2015, demonstrando o aumento ou diminuição do acervo em cada gabinete.





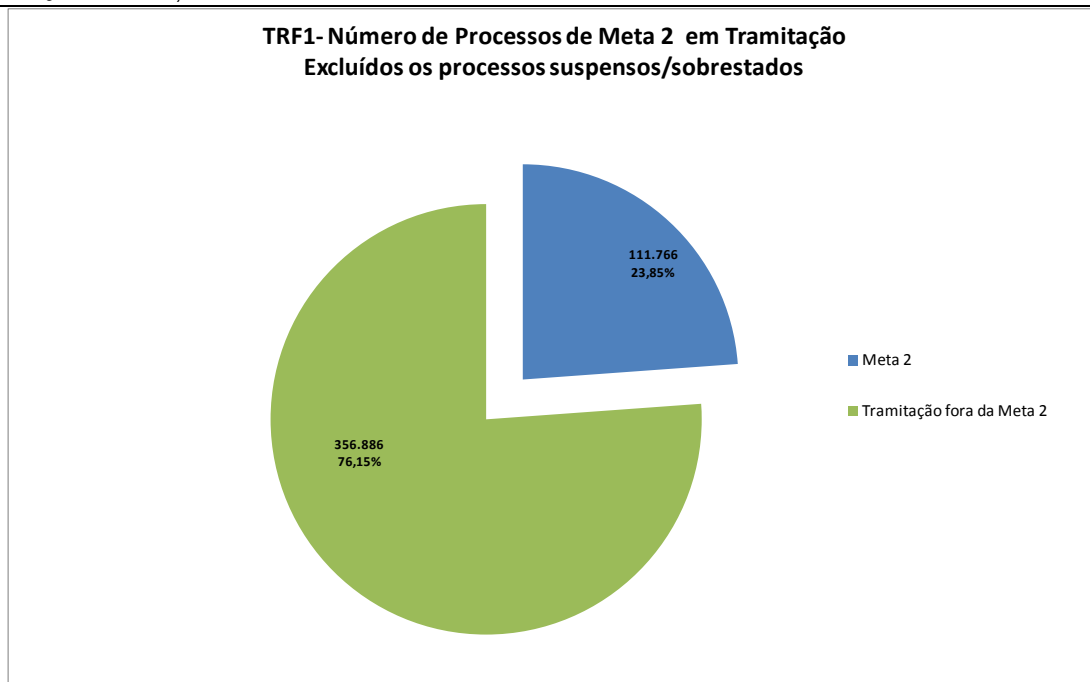
Outro ponto relevante é a análise dos feitos em tramitação em todo o Tribunal, bem como nas seções, Presidência e Vice-Presidência, em julho de 2015. O gráfico a seguir demonstra o total em tramitação por seção: cerca de 43,18% (202.355 feitos) representa o estoque da 1ª Seção; 3,15% (14.772), o da 2ª Seção; 21,80% (102.175), o da 3ª Seção; e 21,12% (98.997 processos), o da 4ª Seção. Porém, a participação do

acervo verificado para a 1ª Seção, em julho/2015, seria 3,24% maior, caso não houvesse a remessa de 15.123 processos para as câmaras regionais previdenciárias.



Destaca-se, também, como importante fator da gestão processual, o perfil do acervo e, em particular, por tempo de tramitação, considerada a data de distribuição originária no TRF1.

O dado mais relevante diz respeito a processos da Meta 2 do CNJ (processos distribuídos até 2010), que, em julho/2015, somavam 111.766 feitos em tramitação, equivalentes a 24% do acervo total do TRF1, excluídos os suspensos/sobrestados, conforme gráfico a seguir.



A inspeção não se ateve simplesmente à tarefa de apontar problemas, mas buscou elaborar um diagnóstico da situação geral do Tribunal, quanto a alguns aspectos importantes, para orientar a discussão das soluções respectivas.

No relatório da inspeção de 2013, já constou que “um dos principais entraves à boa gestão processual é a falta ou a má distribuição dos recursos humanos pelas diversas unidades jurisdicionais”. E, por ocasião da atual inspeção, evidenciou-se que apenas 2 dos 24 gabinetes possui completo o quadro de 16 servidores efetivos.

Nos tribunais com grande acervo ou com acervos diferenciados pela natureza dos processos, o problema tende a agravar-se, tal como ocorre e foi verificado no TRF1. É importante que, além do número mínimo idêntico para todas as unidades do Tribunal – a exigir reposição imediata e constante conforme forem verificadas as vacâncias – seja avaliada a necessidade de alocação de força de trabalho extra para determinadas situações. A par disso, mister que a gestão de pessoal interna de cada unidade esteja adequada ao alcance de sua atividade-fim.

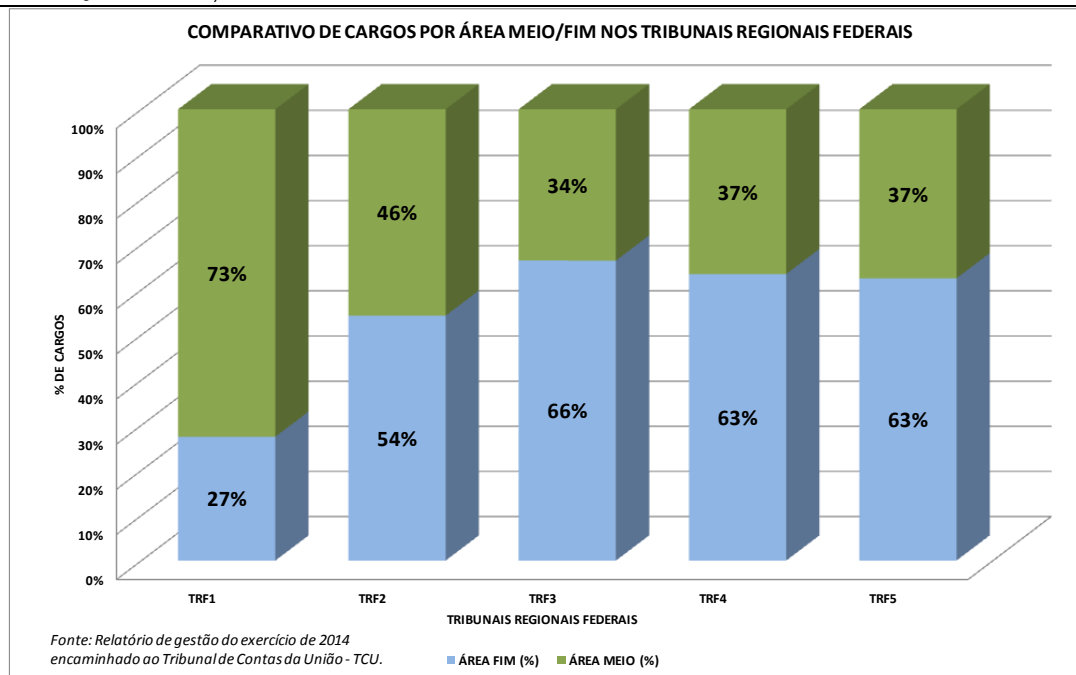
Em apresentação consolidada, segue o quadro de pessoal das unidades inspecionadas:

**Quadro com as estatísticas de servidores efetivos que atuam nos gabinetes e unidades processantes**

Quadro de Pessoal por gabinete	Servidores Efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Área-fim		Área-meio		Total
				Servidores	% de servidores	Servidores	% de servidores	
JAMIL DE JESUS	14	0	2	11	69%	5	31%	16
GILDA SIGMARINGA SEIXAS	10	0	2	7	58%	5	42%	12
CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO	12	0	2	8	57%	6	43%	14
CÂNDIDO MORAES	5	0	11	11	69%	5	31%	16
FRANCISCO DE ASSIS (JF CLÉBERSON JOSÉ)	16	0	0	15	94%	1	6%	16
JOÃO LUIZ	8	1	3	8	67%	4	33%	12
MARIO CÉSAR RIBEIRO	11	1	2	14	100%	0	0%	14
NEY BELLO	16	0	1	10	59%	7	41%	17
MÔNICA SIFUENTES	12	0	4	11	69%	5	31%	16
HILTON QUEIROZ	14	0	2	9	56%	7	44%	16
ITALO MENDES	12	0	3	8	53%	7	47%	15
OLINDO MENEZES	15	0	2	14	82%	3	18%	17
JOÃO BATISTA MOREIRA	10	1	3	9	64%	5	36%	14
NÉVITON GUEDES	13	1	3	13	76%	4	24%	17
SOUZA PRUDENTE	3	0	8	10	91%	1	9%	11
DANIEL PAES	12	1	3	14	88%	2	13%	16
JIRAIR ARAM MEGUERIAN	13	1	6	6	30%	14	70%	20
KÁSSIO MARQUES	9	1	6	12	75%	4	25%	16
HERCULES FAJOSSES	9	2	2	9	69%	4	31%	13
JOSÉ AMILCAR	12	1	1	11	79%	3	21%	14
ÂNGELA CATÃO	8	1	5	12	86%	2	14%	14
MARCOS AUGUSTO DE SOUSA	11	0	7	11	61%	7	39%	18
MARIA DO CARMO	10	1	4	10	67%	5	33%	15
NOVÉLY VILANOVA	9	1	5	12	80%	3	20%	15
1ª TURMA	6	0	4	10	100%	0	0%	10
2ª TURMA	6	1	2	9	100%	0	0%	9
3ª TURMA	9	0	0	9	100%	0	0%	9
4ª TURMA	6	0	2	8	100%	0	0%	8
5ª TURMA	10	0	0	10	100%	0	0%	10
6ª TURMA	7	0	1	8	100%	0	0%	8
7ª TURMA	10	0	1	11	100%	0	0%	11
8ª TURMA	7	1	2	10	100%	0	0%	10
CORIP	40	0	3	22	51%	21	49%	43
COREC	11	2	5	18	100%	0	0%	18
CORREGEDORIA REGIONAL	18	3	3	0	0%	24	100%	24
COORDENADORIA DOS JEFS	9	0	1	3	30%	7	70%	10
NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO	2	0	1	2	67%	1	33%	3
COORDENADORIA DA CORTE ESPECIAL	11	1	1	12	92%	1	8%	13
VICE-PRESIDÊNCIA	15	0	1	12	75%	4	25%	16
PRESIDÊNCIA	22	1	5	15	54%	13	46%	28
SECRETARIA JUDICIÁRIA	8	0	1	5	56%	4	44%	9
Percentual médio de servidores nas unidades inspecionadas área fim - 69%   área meio - 31%	461	22	120	419	69%	184	31%	603

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Unidades inspecionadas.

Ademais, para o relatório de gestão do exercício de 2014 do CJF, o Tribunal informou que apenas 27% dos cargos efetivos estão destinados à atividade-fim, situação que, em princípio, estaria em descompasso com os demais TRFs, que informaram ter, pelo menos, 54% dos seus servidores voltados a tal atividade. A seguir, os dados colhidos nos cinco tribunais regionais federais quanto às informações apresentadas para o relatório de gestão 2014.



Sabe-se que, além de fatores relativos à complexidade dos feitos inseridos na competência material, o desempenho produtivo tem relação com o número de servidores em atividade-fim, o que pode resultar do perfil funcional do quadro (efetivo, requisitado, sem vínculo ou terceirizado), da qualificação, da capacitação e da motivação respectivas. O número de servidores em atividade-fim define, a partir do volume de processos, a carga de trabalho na unidade.

É recomendável a adoção de medidas para reestruturação do quadro de servidores do TRF1, de forma que, pelo menos, 50% do pessoal efetivo seja alocado em área-fim, em situação similar aos demais TRFs, revisando e completando o quadro dos gabinetes e das turmas, com ênfase nos analistas judiciários da área judiciária. Sugere-se que tal providência venha acompanhada de qualificação e treinamento dos servidores da área-fim, de forma adequada ao exercício de suas funções. Todavia, por se tratar de matéria afeta à gestão de recursos humanos, a análise aprofundada do tema e a proposição de medidas corretivas são atribuições que competem ao órgão de Controle Interno, em sua atividade de auditoria. As situações acerca do tema, constatadas pela equipe de inspeção da Corregedoria, já foram encaminhadas à Secretaria de Controle Interno do CJF para providências.

No campo estatístico, a evolução do controle é significativa quando comparada com a realidade verificada nas inspeções de 2011 e 2013. O Tribunal, por meio da Divisão de Estatística – DIEST, implementou a ferramenta de Business Intelligence – BI e, ao longo dos últimos dois anos, desenvolveu diferentes tipos de relatórios estruturados e dinâmicos que servem como recurso estratégico para a gestão de gabinetes e unidades processantes. Porém, sua utilização ainda é tímida.



Apesar dos esforços envidados pela DIEST no sentido de melhorar a consistência dos dados do Tribunal, é fato notório que os problemas associados ao sistema processual (SIAPRO), como falta de encadeamento entre fases e a não alimentação adequada dos sistemas pelos servidores dos gabinetes e coordenadorias das turmas e seções do TRF1, representam um grande entrave na coleta e consolidação de dados confiáveis.

Os dados gerais expostos a respeito da prestação jurisdicional, independentemente da análise da situação de cada unidade, confirmam, em regra, as conclusões firmadas em inspeções anteriores, realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal. Ainda que possível identificar melhorias, sobretudo em gabinetes que adotaram novas técnicas e procedimentos de gestão processual, ainda subsistem, de forma geral, deficiências; algumas graves, que devem ser enfatizadas para orientar as ações específicas, seja de planejamento, seja de execução, seja de controle e fiscalização.

O problema mais grave diz respeito à produtividade de algumas unidades e ao tempo de tramitação dos feitos, retratada pelo persistente incremento de acervo e pelo perfil de processos antigos em tramitação. As causas prováveis, tanto administrativas como jurisdicionais, assim como possíveis soluções sem embargo de outras, já foram registrados neste prévio relatório geral, merecendo análise e reflexão para que os problemas destacados sejam efetivamente resolvidos, de forma originária, pelos próprios magistrados e gestores das unidades inspecionadas e do próprio TRF1 como um todo.

Registre-se que medidas de longo prazo, frequentemente almejadas pelos órgãos inspecionados – como a ampliação do Tribunal ou divisão da região, a criação de cargos e a realização de concursos – só podem ser efetivadas após complexos trâmites legislativos e fogem às atribuições desta Corregedoria. Todavia, algumas medidas de curto e médio prazo podem ser implementadas, notadamente relativas a gestão de pessoas e de processos, para viabilizar a redução do acervo, ou, ao menos a mitigação do seu acúmulo.

Foram elaboradas recomendações específicas nas diversas áreas inspecionadas, objetivando adequar os procedimentos a parâmetros legais ou normativos da Administração e aprimorar a prestação jurisdicional e o serviço administrativo de apoio.

Sem prejuízo das recomendações contidas nos relatórios feitos por unidade e setor, determina-se ao presidente do TRF1:

1) Apresentar estudo concludente, em 60 dias, quanto a medidas de reestruturação do Tribunal, que levem ao aprimoramento da prestação jurisdicional, como:

- a)** a redefinição de competências das turmas/seções, em especial no que se refere à possibilidade de se retirar dos colegiados previdenciários a competência para julgar servidores públicos civis e militares;

**b)** até que o Controle Interno aponte alguma medida corretiva estruturante, completar o quadro de servidores dos gabinetes e das coordenadorias das turmas, preferencialmente com analistas judiciários da área judiciária; e

**c)** alocar pelo menos mais 2 servidores no Núcleo Central de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos e Cidadania.

2) Adotar medidas para evitar a redistribuição de processos e a troca, por magistrado, de gabinete competente para a mesma matéria;

3) Promover a qualificação e o treinamento dos servidores da área-fim do Tribunal, de forma adequada ao exercício de suas funções; destacando-se a necessidade de capacitar os servidores responsáveis pelos gabinetes e pelas unidades processantes do Tribunal também em gestão de pessoas;

4) Apoiar e acompanhar, em conjunto com a Presidente da Coordenadoria da 1ª Turma, a atuação da Secretaria Judiciária e do Diretor de Secretaria da 1ª Turma, a fim de auxiliar e orientar aquela unidade no tocante ao planejamento e à execução das respectivas atividades, visando à melhoria das rotinas, da organização e da utilização dos recursos humanos e materiais, apurando específicas necessidades e contribuindo inclusive para o incremento do quadro de pessoal, do espaço físico e dos equipamentos de informática;

5) Uniformizar e aperfeiçoar, por intermédio da Secretaria Judiciária, os procedimentos de gabinete/coordenadoria de turma, no prazo de 60 dias, com destaque para os seguintes aspectos:

**a)** a consulta dos autos, inclusive para extração de cópia, deve ser feita no Gabinete quando o processo lá estiver localizado, sem a intermediação da Coordenadoria da Turma;

**b)** possibilidade de – após a juntada aos autos dos recursos especiais e extraordinários – a intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões ocorrer na Coordenadoria das Turmas, sem a intermediação da Coordenadoria de Recursos – COREC, pois, após a juntada da contraminuta ou a certificação do decurso do respectivo prazo concedido para a parte recorrida, a Coordenadoria da Turma remeteria o processo diretamente à Presidência ou à Vice-Presidência, responsável pelo o juízo de admissibilidade;

**c)** possibilidade de instituir um modelo de autoatendimento para os advogados/estagiários, nos processos físicos, disponibilizando no balcão material (furador, carimbo de paginação e caneta) de forma que eles próprios possam juntar as petições e documentos aos autos, reservando-se ao servidor, a realização do protocolo/atendimento, à semelhança do que já acontece no processo virtual;

**d)** observar a juntada, em cada processo, de todas as petições a ele relacionadas, evitando-se, por exemplo, a prática de juntar apenas os embargos declaratórios, deixando nas estantes os recursos excepcionais;

**e)** após a juntada dos embargos de declaração e de eventuais recursos excepcionais, deve ser feita a conclusão dos embargos ao Gabinete, a quem caberá analisar acerca da necessidade de intimação da parte embargada para apresentar contrarrazões, diante da real possibilidade de atribuição de efeitos infringentes;

**f)** os gabinetes devem fazer a remessa dos processos julgados à unidade processante em tempo hábil para que a publicação dos acórdãos possa ocorrer em até dez dias após o julgamento;

**g)** os servidores deverão inserir, registrar e atualizar as fases processuais no sistema eletrônico de forma adequada, assim como realizar os correspondentes lançamentos nos autos físicos, observando a Tabela Única de Classes (TUC), a Tabela Única de Assuntos (TUA) e a Tabela Única de Movimentação Processual (TUMP), para evitar discrepâncias e inconsistências prejudiciais ao acompanhamento estatístico e processual;

**h)** implementar a remessa do processo que está no gabinete diretamente ao desembargador revisor, ou ao que proferirá declaração de voto ou voto-vista, sem a intermediação da Coordenadoria da Turma, a fim de desburocratizar e acelerar a tramitação dos feitos;

**i)** na área criminal, o processo deverá ser encaminhado ao revisor com relatório e voto prontos;

**j)** ao ser oferecida a ação penal, promover a alteração da classe processual para Ação Penal;

**k)** autuar os inquéritos policiais ou procedimentos de investigação criminal – PIC em apenso;

**l)** definir sistema de controle dos prazos dos processos com vista às partes e ao MPF, com conseqüente cobrança dos autos;

**m)** marcar sessão extraordinária, quando uma sessão ordinária não for realizada, independentemente do motivo;

**n)** implantar expedientes que aperfeiçoem e diminuam o tempo de sessão (como, por exemplo, o controle de prazo para sustentação oral);

**o)** adotar pauta on-line ou a troca de votos antecipada entre gabinetes, pautas temáticas ou julgamentos em bloco de matérias análogas e repetitivas, possibilitando a inclusão de número maior de feitos para julgamento na mesma sessão;

**p)** divulgar e recomendar a utilização da ferramenta de relatórios inteligentes – *Business Intelligence*, para acompanhamento mensal da produtividade e evolução do acervo; e

**q)** determinar que o Tribunal utilize o PJe na sua integralidade, ou seja, aproveitando todas as suas funcionalidades de troca de votos antecipada, julgamento eletrônico e publicação eletrônica.

6) Fomentar, por intermédio da Secretaria Judiciária, o constante aprimoramento da gestão dos gabinetes e das turmas – mediante o conhecimento e compartilhamento de boas práticas – de modo que os bons resultados colhidos por determinado gabinete/turma sejam replicados para os demais, e, também, por meio da troca de experiências com outros tribunais.

7) Constituir grupo de trabalho interdisciplinar com representantes das áreas judiciária, de tecnologia, planejamento estratégico e estatística, com o objetivo de solucionar os principais apontamentos identificados. Além de outros não previstos, necessários para a elaboração de estatísticas confiáveis e convergentes com os interesses dos gabinetes e demais unidades, consoante apontado no relatório específico da Divisão de Estatística, como:

**a)** a falta de encadeamento obrigatório entre as principais fases do processo, a fim de impedir erros de lançamento;

**b)** a falta de modelos de relatórios que permitam a comparação entre unidades julgadoras; e

**c)** ausência de mecanismos no sistema processual que permitam coletar as estatísticas de processos com decisão liminar ou antecipação de tutela sem decisão definitiva ou acórdão proferido.

8) Determinar à Secretaria de Informática, em conjunto com a Secretaria Judiciária, quando for o caso:

**a)** imediata revisão dos acessos aos sistemas judiciais, retirando qualquer credencial cadastrada de forma genérica;

**b)** imediata revisão de controle de prevenção vinculados aos sistemas de processo judicial, eletrônico ou físico;

**c)** correção nas mensagens do sistema de autuação, para que os operadores possam efetivamente confiar nos controles instalados;

**d)** correção nas marcações de prioridade, indicando claramente qual o tipo requerido, bem como a possibilidade de os gabinetes de desembargador administrarem tais marcações;

**e)** implementação imediata de funcionalidade que controle a emissão de liminares e a devida vinculação com as decisões colegiadas, e que ofereçam ferramentas estatísticas;

**f)** revisão dos procedimentos e funcionalidades dos sistemas judiciais para emissão automática de certidões negativas pela internet, administradas pelas próprias varas; e

**g)** priorização do treinamento dos usuários internos do Tribunal no processo judicial eletrônico, a fim de garantir sua efetividade no 2º grau.

9) Informar à Corregedoria-Geral, no prazo de 60 dias, as medidas e providências adotadas para o cumprimento das determinações acima, com a devida comprovação por meio de relatório impresso, quando for o caso.

Aproveito a oportunidade para informar que a Corregedoria-Geral tem atuado com particular afinco no sentido de aprimorar a sua metodologia de trabalho, adotando novos procedimentos e técnicas capazes de facilitar a identificação, a captação e a avaliação de informações relevantes às inspeções, com o maior grau possível de objetividade e qualidade.

Registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos os que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção, bem como para a tempestiva apresentação do relatório, tanto os integrantes da equipe da Corregedoria-Geral, como os membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

## D. UNIDADES JURISDICIONAIS

### I - GABINETES DO CORPO DIRETIVO

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **CÂNDIDO RIBEIRO**
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial e Conselho de Administração
- 1.3. **Tempo de atuação:** desde 25 de abril de 2014
- 1.4. **Órgãos vinculados:** Gabinete da Presidência, ASREET e COREC.

Há 2 Juízes Federais convocados pelo Ato/Presi/Asmag – 726, de 30/4/2014, para atuar em auxílio à Presidência: César Cintra Jatahy Fonseca e Antonio Oswaldo Scarpa.

Há 2 Juízes Federais convocados pelos Atos/Presi/Asmag – 782, de 6/5/2014 e 360, de 26/2/2015, para prestar auxílio ao Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos – NURER, quais sejam, Luciana Pinheiro Costa e Alexandre Buck Medrado Sampaio, respectivamente.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Presidente e pelos juízes federais convocados.

#### 1.5. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Gabinete Presidência	ASREET	COREC	TOTAL
Servidores efetivos	6	16	11	33
Servidores sem vínculo		1	2	3
Servidores requisitados	4	1	5	10
Servidores prestando serviços em outros setores			19	19
Terceirizados	9	5		14
Estagiários	2 (um deles cedido à ASREET)	12	6	20
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>35</b>	<b>43</b>	<b>99</b>
Servidores em área-fim	-	15	18	33

### 1.5.1. Cargos e funções comissionadas em atividade, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Gabinete da Presidência		1			3	3	2	1	
Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários (ASREET)	2	3		1	7	1	2		
Coordenadoria de Recursos (COREC)		1	2		7		6		1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

Quanto às funções jurisdicionais, a Presidência realiza o juízo de admissibilidade de recursos dirigidos às instâncias superiores, quanto às matérias de competência da 2ª Seção (matéria penal em geral; improbidade administrativa e desapropriação direta e indireta), da 3ª Seção (licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e FGTS); e da 4ª Seção (inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; e preços públicos e questões de direito financeiro).

Vinculados à Presidência, funcionam o Gabinete da Presidência, a Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – ASREET e a Coordenadoria de Recursos – COREC; esta última encarregada dos serviços cartorários atinentes aos recursos destinados aos tribunais superiores e eventuais incidentes.

Objetivos específicos do Gabinete da Presidência:

- prestar assistência ao presidente em assuntos de natureza administrativa;
- assistir ao presidente em sua representação oficial e pessoal; e
- desempenhar as atividades e serviços de apoio administrativo.

Quanto ao acervo relativo à admissibilidade de recursos, tem-se a seguinte análise:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO (Admissibilidade de recursos)</b>	
<b>Acervo no TRF (agosto/2014)</b>	20.587
<b>Acervo no TRF (julho/2015)</b>	17.817
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)</b>	9.305
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)</b>	9.158
<b>Acervo de sobrestados (agosto/2014)</b>	16.872
<b>Acervo de sobrestados (julho/2015)</b>	21.754

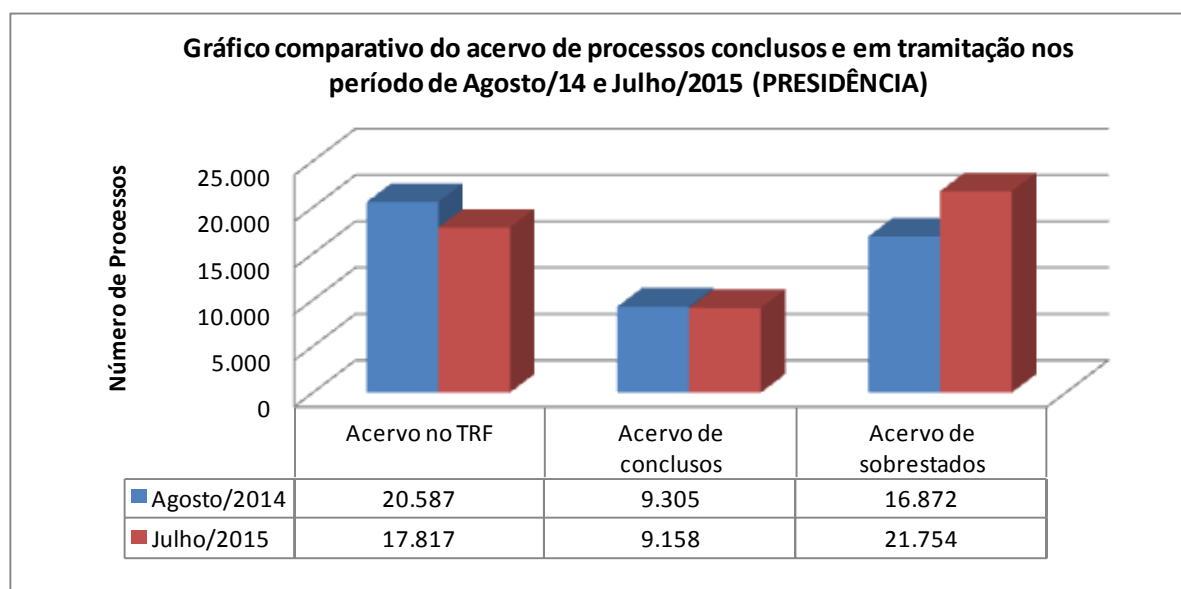
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo total em trâmite no Tribunal teve redução de 2.770 processos.

Por outro lado, o acervo de feitos conclusos diminuiu em 147 e o número de sobrestados aumentou em 4.882.

É importante destacar que os processos sobrestados decorrem, no mais das vezes, de decisões proferidas pelo STF/STJ, relativas à repercussão geral ou a recursos repetitivos.

O histórico estatístico da unidade está representado no gráfico a seguir.

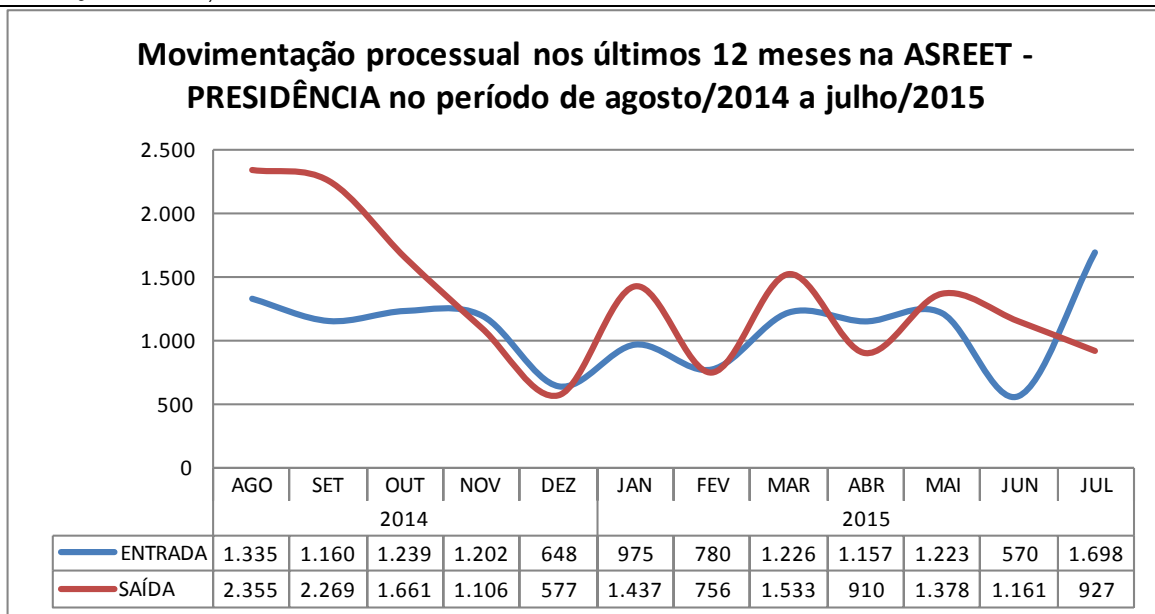


Segundo dados informados pela DIEST- TRF1, extraídos do sistema JURIS, no período de doze meses, houve entrada de 13.213 processos e foram proferidas 16.070 decisões em exame de admissibilidade de REsp e RExt.

Considere-se que, em geral, um único processo contém mais de um recurso, resultando, portanto em mais de uma decisão. Dessa forma, a prolação de 16.070 decisões não significa que a mesma quantidade de feitos tenha sido subtraída do acervo da Presidência.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo de entrada de processos e o volume de decisões proferidas (saídas) no período de agosto/2014 a julho/2015:





Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados:

<b>DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Decisão monocrática terminativa</b>	147
<b>Decisão homologatória de desistência de recursos</b>	1
<b>Decisão em exame de admissibilidade de Resp e Rext</b>	16.070
<b>Embargos de Declaração</b>	72
<b>Demais decisões</b>	50
<b>TOTAL</b>	<b>16.340</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram proferidas 16.070 decisões nos últimos doze meses, enquanto o volume de processos (entradas) foi de 13.213.

Além dos feitos relativos à admissibilidade de recursos, o acervo judicial conta ainda com 73 processos, sendo que não remanesce pendência da inspeção anterior. Pode-se observar, pela tabela a seguir, a evolução do acervo de acordo com a classificação/localização.

Acervo em	Avocatória	Carta de ordem/ Precatória	Cautelar	Suspensão Liminar/ antecipação tutela	Suspensão Execução Sentença	Exceção Suspeição Criminal	Total
Agosto/2014	1	0	19	16	1	0	37
Julho/2015	0	1	20	44	8	0	73

O Gabinete da Presidência informou que não há procedimentos administrativos em trâmite, esclarecendo que, uma vez protocolados, os expedientes são distribuídos aos demais desembargadores federais, nos termos do Regimento Interno.

Os dados estatísticos apresentados na tabela a seguir revelam que, no período de agosto/2014 a julho/2015, foram distribuídas 283.367 e pagas 282.449 RPVs. No mesmo período, foram distribuídos 13.712 precatórios. A unidade informou que o pagamento está integralmente informatizado na Justiça Federal. Quanto às requisições originárias das varas estaduais que atuam na competência delegada, ainda são remetidas fisicamente em formulário impresso ao TRF1. Foi esclarecido que se encontra em desenvolvimento (em fase de teste/validação das regras) pela área de TI do TRF um aplicativo WEB para envio eletrônico das requisições de pagamento, seguindo os mesmos procedimentos adotados no âmbito da Justiça Federal para enviar os ofícios de depósitos e de levantamento/resgate.

#### Quantitativo de RPVs distribuídos e pagos na 1ª Região

Período	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	Total
Distribuídos	27.529	26.303	29.021	28.378	25.550	11.725	19.522	27.744	22.088	24.884	26.347	14.276	283.367
Pagos	27.445	26.241	28.911	28.308	25.339	11.701	19.499	27.633	22.017	24.827	26.282	14.246	282.449

Fonte: TRF 1ª Região

#### Quantitativo de Precatórios distribuídos na 1ª Região

Período	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	Total
Distribuídos	741	478	656	908	584	303	485	728	705	1.231	6.257	636	13.712

Fonte: TRF 1ª Região

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

#### 3.1. ASREET

Dos 165 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados, direta ou indiretamente. Os autos que ainda se encontravam na unidade foram verificados diretamente, assim também aqueles já encaminhados à COREC. Os feitos que não estavam disponíveis por já se acharem com vista ou carga foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

O exame dos autos selecionados revelou que, em linhas gerais, os feitos recebem o juízo de admissibilidade no prazo compreendido entre 1 e 2 anos. Nessa situação foram encontrados, inclusive, feitos referentes a réus presos, pessoas idosas, ações coletivas, restaurações de autos, exceções de suspeição e medidas cautelares, indicando não haver rigorosa observância das prioridades. Também foram encontrados, conclusos há mais de um ano, embargos de declaração e agravos internos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Feitos conclusos há mais de um ano e, alguns, há mais de dois anos; recomenda-se a prolação de decisão em 60 dias:

00000928520054019199	00013565420084013502	00015824520024013801
00039855920074013300	00044454220004013801	00074292920004013500
00172569720054013400	00460486620114010000	00003024920004013400
00003832319944010000	00004768920034013000	00005328320084013700
00006085720064013901	00006595820024013400	00013875719974013600
00014035320024013400	00019197419914010000	00025130220114013100
00029977820064010000	00031814319974013300	00033525320054014000
00033876619974013200	00034137520084010000	00034392519984010000
00037283520104010000	00033045520084013300	00037908520044010000
00039087220064013304	00044712020034014000	00046226020064013812
00046911820034014000	00052367319974013200	00053700420054013400
00060157820044010000	00063270820014013800	00068994920064013812
00075242320004013803	00075548020034013600	00081285820024013400
00084715920084010000	00084736920034013600	00089905919984013500
00091309520004013800	00096526020064013300	00100722520034013800
00105028620074010000	00121162320074013300	00123331420084013500
00123830620044010000	00136971120004013400	00139514020034013800
00141558219964010000	00143552320054013800	00145289820054010000
00162725020044013400	00169040820064013400	00169052720054013400
00172056120064013300	00172569720054013400	00182860220074013400
00196413320054010000	00206696519984013400	00221464119984010000
00228196520074013800	00239206720024010000	00255740620044013400
00258693919964010000	00267920620124010000	00271908920084010000
00279973620044013400	00298488620084010000	00311915920044010000
00327840620074013400	00343316720054010000	00348033420064010000
00354184820114010000	00356099619984013800	00360203420044019199
00362728620044010000	00368334220064010000	00371156520064013400
00386764220064010000	00389240820064010000	00399019220094010000
00400152420024013800	00413233420114010000	00413836520054019199
00419003219994010000	00432614020064010000	00438554420034013400
00454437719984010000	00469418219964010000	00572775720104010000

00573612920084010000	00626392619994010000	00676830620114010000
00698961220034013800	00706219820034013800	00714672020134010000
00774129020104010000	00845096419984010000	01084934319994010000
00106375420054013400		

b) Processo que retornou do STF para aplicação de paradigma. Autos conclusos em 7/5/2014 com anotação de que o autor é pessoa idosa. Recomenda-se proferir decisão em 30 dias: 00572775720104010000.

c. Procedimentos de restauração de autos. Recomenda-se prolatar decisão em 30 dias:

00426588320144010000	00426519120144010000
----------------------	----------------------

d. Feito em que há petição protocolada há mais de um ano e ainda pendente de juntada. Recomenda-se remeter os autos imediatamente à COREC para a devida juntada e conclusão: 00047926420024013200.

e. Petições juntadas há vários meses e pendentes de apreciação. Recomenda-se apreciá-las em 30 dias:

00199337219924010000	00288328520044013800	00460486620114010000
00674671620094010000		

### 3.2. COREC

A respeito da paralisação injustificada de feitos, a situação mais grave foi verificada no feito n. 00039206520104010000. Trata-se de restauração de autos requerida pelo Banco Central do Brasil e despachada pelo Presidente do Tribunal em 26 de fevereiro de 2010 – ou seja, há mais de cinco anos – e sem movimentação ou cumprimento desde então, urgindo que a unidade imprima ao feito o andamento devido.

Foram verificadas discrepâncias entre os autos e o respectivo extrato de andamento, chamando a atenção o quadro constatado no feito 00172020520124010000, em que uma petição protocolada em 18 de setembro de 2014 teria sido juntada em 6 de agosto de 2015, mas efetivamente a peça não consta nos autos.

Especialmente preocupante é a situação dos processos digitalizados, que apresentam atrasos expressivos. O feito 00502658920104010000, por exemplo, retornou há mais de dois anos do Supremo Tribunal Federal em razão de repercussão

geral já reconhecida, não havendo, todavia, qualquer impulso, comando ou andamento desde então.

Nesse passo, o Diretor da Coordenadoria admitiu que efetivamente precisa melhorar o controle e o gerenciamento de feitos digitalizados, o que espera alcançar em futuro breve, mediante reestruturação de atribuições que está sendo tratada com as unidades processantes das turmas do Tribunal.

Da listagem de feitos selecionados para a inspeção, 7 processos não foram localizados e, assim, considerados extraviados, determinando-se as providências necessárias à respectiva restauração:

00009003420044013700	00011475820044014300	00064144420034010000
00200095219994010000	00283646520014013400	00308648020054010000
00422003720034013400		

A publicação de decisões e a certificação do decurso de prazos são feitas quinzenalmente pela Coordenadoria.

A conclusão de feitos à Presidência é realizada semanalmente, às terças-feiras; e, à Vice-Presidência, diariamente.

A regularidade das publicações, certificações de prazo e conclusões de autos foi possível alcançar, segundo o Diretor da Coordenadoria, porque a Administração do Tribunal autorizou a realização e o pagamento de horas-extras entre janeiro e março do corrente ano.

Por ocasião da inspeção, pendiam de juntada 162 petições protocoladas no ano de 2014. A Coordenadoria trabalha na regularização dessas pendências.

A emissão de certidões está em ordem, estimando-se que alcancem o número de aproximadamente 200 por mês.

Pendem de baixa à origem cerca de 18.000 processos, metade dos quais já lançada no sistema e metade ainda por registrar. Apesar do elevado número, não se trata de feitos com expressivo atraso, remontando, os mais antigos, ao mês de junho do ano em curso.

Existem, em depósito junto à Coordenadoria, cerca de 20.000 processos sobrestados, aguardando julgamentos pelos tribunais superiores.

Verificou-se, ainda, que a Coordenadoria cuidou de solucionar, tanto quanto possível, as pendências constantes da listagem de feitos selecionados para a inspeção, sanando-se as irregularidades verificadas.

Em conclusão, afora as situações acima indicadas, algumas delas de extrema gravidade – como a paralisação, por cinco anos, de procedimento de restauração de autos e o extravio de 7 processos dentre os listados pela Corregedoria –, o que se verifica é que, no plano geral, a Coordenadoria adotou, durante a atual gestão

administrativa do Tribunal, medidas mais eficientes de gestão, permitindo afirmar que, dando-se continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, a situação da Coordenadoria tende a melhorar.

#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes nas unidades inspecionadas:

##### **4.1. ASREET**

O acervo vem sendo bem gerido, cabendo apenas observar, com maior cuidado, as prioridades devidas a processos com réus presos, partes idosas, ações coletivas, restaurações de autos, exceções de suspeição, embargos de declaração, agravos internos e medidas cautelares.

Recomenda-se, assim, a feitura de um ajuste do sistema de trabalho no tocante a tais situações.

Recomenda-se, ainda, dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como atender às indicadas no item 3.1, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

##### **4.2. COREC**

A situação da Coordenadoria vem melhorando, merecendo especial cuidado, todavia, o controle e o gerenciamento dos feitos digitalizados, bem como a resolução das pendências que foram detectadas durante a inspeção.

Recomenda-se, destarte, a adoção das providências necessárias ao saneamento desses pontos.

Recomenda-se, ainda, dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como às indicadas no item 3.2, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA  
Desembargadora Federal NEUZA ALVES**

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **NEUZA ALVES**

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, Conselho de Administração e Comissão de Concurso.

**1.3. Tempo de atuação:** desde 25 de abril de 2014.

**1.4. Órgãos vinculados:** Vice-Presidência

Há um Juiz Federal em auxílio à Vice-Presidência, Dr. Henrique Gouveia da Cunha, convocado a partir de 7/1/2015 (Ato PRESI 2177, de 1/12/2014).

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Juiz Auxiliar, o Assessor e a Chefe do Gabinete.

**1.5. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Gabinete Vice-Presidência	Gabinete Desembargador Federal
Servidores efetivos	-	15
Servidores sem vínculo	-	-
Servidores requisitados	-	01
Terceirizados	-	04
Vagas não ocupadas	01	-
Estagiários de nível superior	-	01
Estagiários de nível médio	-	02
TOTAL		23
Servidores em área-fim	-	12

**1.5.1. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 16, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Gabinete Desemb. Federal	01	02	-	-	05	05	01	02	-

## **2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:**

A Vice-Presidência aprecia a admissibilidade de recursos dirigidos à instância superior, quanto às matérias de competência da 1ª Seção, a saber: ações de interesse de servidores públicos civis e militares, bem como aquelas relativas a benefícios assistenciais e previdenciários dos regimes geral e de servidores públicos.

O processamento desses recursos é feito pela Coordenadoria de Recursos (COREC), e, no exame de admissibilidade, auxiliam os servidores do Gabinete da Desembargadora, uma vez que a Vice-Presidência conta apenas com um cargo, que se encontra vago.

Segundo relatado pela Assessoria, os processos com recurso especial/extraordinário são remetidos pelas secretarias processantes à Coordenadoria de Recursos (COREC), que intima o recorrido para apresentar contrarrazões e encaminha os processos à Presidência ou à Vice-Presidência para o exame de admissibilidade, conforme suas competências.

Recebidos os autos na Vice-Presidência, é realizada triagem, com vistas a identificar eventual pendência na tramitação do feito até aquele momento, bem como a separação dos processos de acordo com a matéria tratada no recurso, localizando-os em estantes próprias, para o exame da Assessoria. Nessa triagem, não são observados os requisitos de admissibilidade, mas apenas a matéria tratada no recurso. A organização do trabalho na Assessoria é feita mediante especialização de servidores por matéria.

Além do exame de admissibilidade dos recursos excepcionais, que inclui também os despachos de sobrestamento (quando houver processo representativo da controvérsia afetado à sistemática dos recursos repetitivos e da repercussão geral, assim como o juízo de conformidade quando o paradigma houver sido julgado), incumbe à Vice-Presidência o julgamento dos agravos regimentais contra suas próprias decisões e o julgamento de processos da competência da Corte Especial, que lhe couberem por distribuição.

A gestão dos processos sobrestados, em face de repercussão geral ou recurso repetitivo, cabe à COREC.

No tocante à priorização de processos, foi relatada a dificuldade de se observar as prioridades legais, haja vista serem da competência da Vice-Presidência os feitos de natureza previdenciária, cuja pretensão é sempre de natureza alimentar, e os interessados, muitas vezes, pessoas idosas. Também foi relatado não ser possível a fixação de metas internas, pela dificuldade de padronização de decisões de admissibilidade, sendo destacada também a constante renovação da equipe, ocorrida depois que a Desembargadora assumiu a Vice-Presidência.



Em relação ao acervo de processos conclusos para admissibilidade de recursos, tem-se a seguinte análise:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO (Admissibilidade de recursos)</b>	
<b>Acervo no TRF (agosto/2014)</b>	14.440
<b>Acervo no TRF (julho/2015)</b>	15.032
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)</b>	4.226
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)</b>	6.668
<b>Acervo de sobrestados (agosto/2014)</b>	20.137
<b>Acervo de sobrestados (julho/2015)</b>	7.641

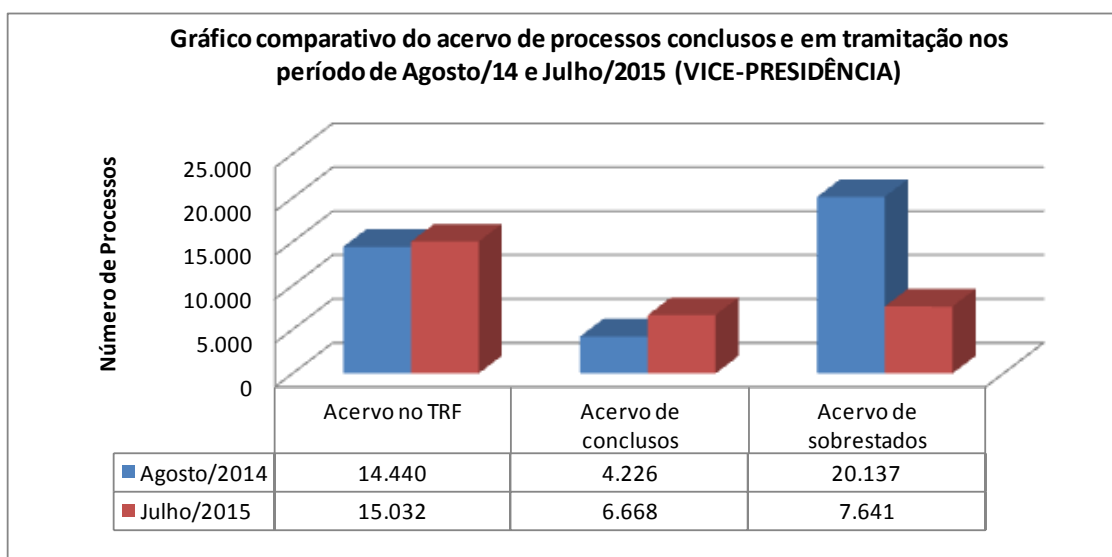
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 2.442 e o de sobrestados reduziu em 12.496. Tal redução deve-se, sobretudo, ao julgamento do RE 231.240, cuja questão controvertida era a necessidade de prévio requerimento administrativo como condição para o segurado da Previdência Social ingressar em juízo, o qual, segundo a assessoria, ensejava o sobrestamento de cerca de 20 mil processos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais correção monetária pela Lei 11.960/2009 e desaposentação.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 592 processos.

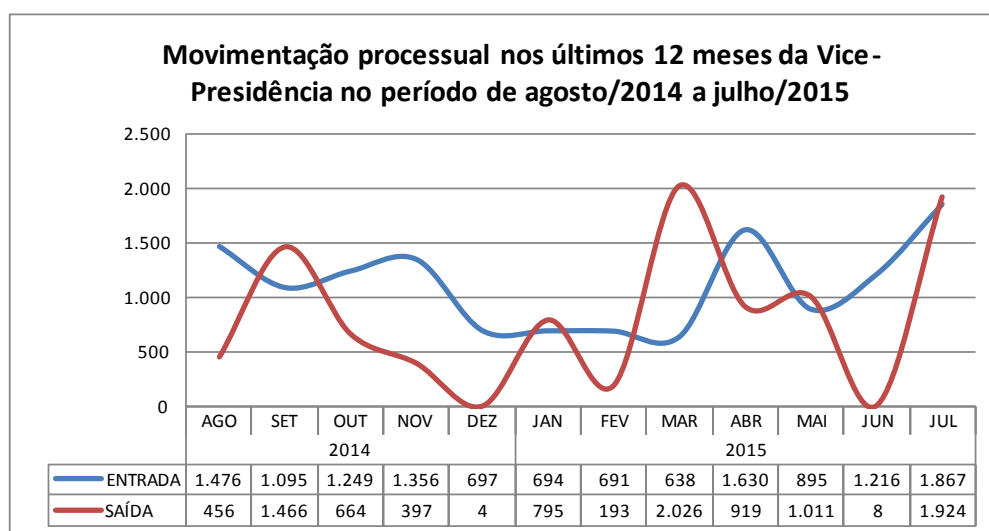
O histórico estatístico da unidade está representado no gráfico a seguir.



Segundo dados informados pela DIEST- TRF1, extraídos do sistema JURIS, no período de doze meses, houve entrada de 13.504 processos e foram proferidas 9.863 decisões em exame de admissibilidade de REsp e RExt.

Considere-se que, em geral, um único processo contém mais de um recurso, resultando, portanto em mais de uma decisão. Dessa forma, a prolação de 9.863 decisões não significa que a mesma quantidade de feitos tenha sido subtraída do acervo da Vice-Presidência. Tal circunstância merece atenção e adoção de medidas para a retomada do pleno controle estatístico da unidade, cuja conclusão é crescente.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo de entrada de processos e o volume de decisões proferidas (saídas) no período de agosto/2014 a julho/2015:



Ressalte-se que a Vice-Presidência apresentou relatório de documentos e processos enviados por período, extraído do sistema G-DOC, segundo o qual teriam saído do gabinete, no período de agosto de 2014 a julho de 2015, 37.594 feitos. Tal número, entretanto, parece não se compatibilizar com os demais dados estatísticos, pois, considerando o acervo em agosto de 2014 (4.226) e as entradas no período analisado (13.213), totalizam 17.439 processos, quantia inferior a que supostamente saiu da unidade. Ademais, ainda que se considere a diferença de processos sobrestados como entrada, o total de saída continuaria superior ao acervo acrescido das entradas, informação que se afigura inconsistente, mormente considerando a existência de acervo de 6.668 feitos.

Verifica-se, portanto, que os sistemas do Tribunal não apresentam dados estatísticos coerentes, a fim de que se possa ter um controle efetivo do acervo e da produtividade. O que pode ser admitido como dado concreto é a evolução do montante entre agosto de 2014 (4.226) e julho de 2015 (6.668), haja vista tais dados terem sido extraídos do mesmo sistema, a partir do mesmo critério.

Considerando-se unicamente os dados extraídos do sistema JURIS, ressaltam-se os seguintes dados quanto à produtividade:

<b>DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Decisão monocrática terminativa</b>	3
<b>Decisão homologatória de desistência de recursos</b>	-
<b>Decisão em exame de admissibilidade de Resp e Rext</b>	9.863
<b>Embargos de Declaração</b>	14
<b>Demais decisões</b>	8
<b>TOTAL</b>	9.888

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram proferidas 9.863 decisões em juízo de admissibilidade nos últimos doze meses, enquanto o volume de feitos distribuídos no período foi de 13.504, o que contribuiu para o aumento do acervo do gabinete, máxime considerando que cada processo pode conter mais de um recurso.

Ademais, observa-se que não há um padrão de produtividade mensal, o que, decerto, decorre da ausência de metas internas. Tal situação pode ser constatada no gráfico acima, que evidencia resultados mensais erráticos, sendo que no mês de dezembro de 2014 foram proferidas apenas 4 decisões e, em junho de 2015, apenas 8.

Além disso, a média mensal de decisões proferidas é de 822, muito baixa para os 12 servidores que trabalham na área-fim e contam com o auxílio de um juiz federal, sobretudo quando se leva em consideração a especialidade dos processos, que dizem respeito unicamente a benefícios previdenciários e matérias de interesse de servidores públicos, os quais, pela sua natureza, tendem a se tornar repetitivos.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 172 feitos selecionados para inspeção, 55 eram digitais e 117 físicos. Destes, nem todos foram inspecionados, uma vez que 2 não foram localizados (0006093-96.2009.4.01.0000 e 0049320-61.2004.4.01.3800) e 20 já haviam sido remetidos a outros setores. São eles:

0002103-66.2011.4.01.3803	0032709-59.2010.4.01.3400
0003256-38.2004.4.01.3300	0036568-35.2000.4.01.3400
0008734-62.2011.4.01.3500	0039829-71.2010.4.01.0000
0012091-46.2008.4.01.3600	0041229-57.2000.4.01.3400
0012943-20.2010.4.01.3400	0044746-89.2007.4.01.9199
0013941-81.2011.4.01.3700	0048892-08.2009.4.01.9199
0016626-65.2010.4.01.3400	0063313-18.2010.4.01.0000

0018270-57.2007.4.01.3300	0072222-49.2010.4.01.0000
0019251-87.2010.4.01.0000	0080786-17.2010.4.01.0000
0022345-53.2004.4.01.0000	0087619-37.1999.4.01.0000

Os feitos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base nas informações colhidas no sistema de movimentação processual do Tribunal. Necessário se faz destacar que os processos 0072222-49.2010.4.01.0000, 0080786-17.2010.4.01.0000 e 0019251-87.2010.4.01.0000 foram remetidos à COREC em 13/8/2015, quando já estava em curso a inspeção. Observa-se, ainda, que, além de no sistema não haver registro de decisão nestes processos, o primeiro deles estava concluso para “relatório e voto” e o segundo para “lavatura de acórdão” (desde 18/6/2013). O último, por sua vez, aguarda julgamento de agravo regimental interposto em 26/8/2010 contra decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança. As movimentações desses autos inclusive levam a crer que a competência para seu processamento não seria da COREC - órgão responsável pelo processamento dos recursos excepcionais e pela gestão dos processos sobrestados em razão de repercussão geral e recurso repetitivo, - o que enseja dúvidas acerca do motivo pelo qual foram remetidos àquele setor, em situação que, inclusive, impediu a inspeção dos autos.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema e o constante dos autos físicos. A equipe de inspeção procedeu à consulta de todos os processos inspecionados e verificou, de forma recorrente, a existência de movimentações não registradas nos autos, inclusive a saída para outros órgãos, a exemplo do que se observa nos feitos listados a seguir:

0001093-53.2002.4.01.3301	0001824-63.2005.4.01.4200
0007443-79.1997.4.01.3900	0015141-46.1998.4.01.9199
0018530-36.2000.4.01.3800	0023230-91.2000.4.01.3400
0024064-60.2001.4.01.3400	0024106-75.2002.4.01.3400
0025155-78.2006.4.01.9199	002744-23.2010.4.01.9199
0032361-22.2002.4.01.3400	0032779-57.2002.4.01.3400
0033590-51.2001.4.01.3400	0038084-85.2003.4.01.3400
0042986-86.2000.4.01.3400	0048166-97.2010.4.01.9199
0051759-38.2000.4.01.0000	

Observa-se também que, em muitos casos, não é registrada a fase “conclusão” no sistema, mas apenas a remessa para o Gabinete da Vice-Presidência, embora

conste o termo de conclusão nos autos. Os processos a seguir encontram-se nessa situação:

0001152-58.2000.4.01.3900	0009572-14.2010.4.01.9199
0001728-55.2003.4.01.3800	0013240-07.2008.4.01.3300
0002384-77.2001.4.01.3801	0033655-08.1994.4.01.0000
0003709-09.1999.4.01.3300	0039903-62.2000.4.01.3400
0004395-21.2001.4.01.3400	0041887-81.2000.4.01.3400
0005862-69.2000.4.01.3400	0048892-08.2009.4.01.9199
0006257-78.2007.4.01.3800	0059852-86.2010.4.01.9199
0007496-43.2004.4.01.3600	

Já o feito 0020489-49.1998.4.01.3400 apresenta movimentação incompatível, pois foi remetido à Vice-Presidência para análise de admissibilidade de recurso com a fase "concluso para revisão".

É bem verdade que a ausência de lançamento da fase conclusão não pode ser imputada à Vice-Presidência, mas à COREC, responsável por tal procedimento, assim como a existência de movimentações no sistema não registradas nos autos não se restringem à atuação do setor inspecionado. Nada obstante, faz-se necessário o registro, pois a fiel representação das movimentações dos processos nos autos e no sistema é imprescindível, não apenas para a segurança das informações processuais, como também para a extração de relatórios que possibilitem, inclusive, identificar o acervo de determinado órgão jurisdicional, o que é dificultado pela ausência de lançamento da fase "conclusão".

A análise dos processos inspecionados evidencia, ainda, que a triagem não está sendo eficaz, pois são várias as hipóteses de processos que se encontram indevidamente na Vice-Presidência, ou cuja análise não demandaria maior dificuldade.

Além disso, no momento da triagem deveriam ser identificados os processos que já tramitaram pela Vice-Presidência, para que seja dada uma resposta mais rápida ao caso. O feito 0052079-24.2009.4.01.9199, por exemplo, foi concluso em 24/3/2014, sendo analisada a admissibilidade apenas do recurso do INSS e retornado à Vice-Presidência em 25/6/2014 para o exame do recurso da parte autora, nada sendo providenciado até o término da inspeção.

Observam-se também processos que haviam sido remetidos ao órgão julgador originário para adequação do acórdão ao paradigma (art. 543-C, CPC), devolvidos à Vice-Presidência em face de o relator entender não configurada a hipótese do referido dispositivo legal, há mais de um ano (0002384-77.2001.4.01.3800)

A maioria dos processos inspecionados está conclusa há mais de um ano, seja para admissibilidade de recursos especial/extraordinário, seja para julgamento de

agravo regimental interposto contra decisão em juízo de conformidade ou para apreciação de petições, conforme evidencia o quadro a seguir:

Processos conclusos para admissibilidade de recurso especial/extraordinário há mais de um ano:

0000481-67.2007.4.01.4101	0064902-79.2009.4.01.0000
0001093-53.2002.4.01.3301	0067059-88.2010.4.01.0000
0001152-58.2000.4.01.3900	0067661-30.2010.4.01.9199
0001728-55.2003.4.01.3800	0067778-21.2010.4.01.9199
0001765-27.2003.4.01.3301	0067992-12.2010.4.01.9199
0001824-63.2005.4.01.4200	0068329-64.2011.4.01.9199
0001961-17.2006.4.01.3810	0073375-20.2010.4.01.0000
0001968-36.2009.4.01.9199	0073791-70.2009.4.01.9199
0002384-77.2001.4.01.3801	0074716-81.2010.4.01.0000
0003333-49.2006.4.01.3309	0079576-28.2010.4.01.0000
0003448-64.2010.4.01.0000	0058023-41.2008.4.01.9199
0003709-09.1999.4.01.3300	0059460-20.2008.4.01.9199
0003752-18.2001.4.01.3900	0059852-86.2010.4.01.9199
0004306-83.2006.4.01.3800	0061880-08.2012.4.01.0000
0004315-57.2010.4.01.0000	0062399-61.2009.4.01.3500
0004388-82.2007.4.01.9199	0062543-25.2010.4.01.0000
0004395-21.2001.4.01.3400	0062576-63.2010.4.01.9199
0004862-63.2002.4.01.3400	0064256-98.2011.4.01.0000
0005029-17.2010.4.01.0000	0064291-77.2009.4.01.9199
0006257-78.2007.4.01.3800	0064512-60.2009.4.01.9199
0006267-71.2010.4.01.0000	0056387-69.2010.4.01.9199
0006452-41.2012.4.01.0000	0056730-02.2009.4.01.9199
0006540-35.2009.4.01.9199	0056766-79.1998.4.01.0000
0007098-05.2009.4.01.3800	0048166-97.2010.4.01.9199
0007443-79.1997.4.01.3900	0050208-90.2008.4.01.9199
0007448-39.2003.4.01.3400	0050412-47.2012.4.01.0000
0007496-43.2004.4.01.3600	0050425-17.2010.4.01.0000
0009572-14.2010.4.01.9199	0051015-91.2010.4.01.0000
0010465-81.2002.4.01.3800	0051065-05.2009.4.01.9199

0013240-07.2008.4.01.3300	0051099-43.2010.4.01.9199
0013491-81.2011.4.01.3700	0052079-24.2009.4.01.9199
0013952-60.2009.4.01.3300	0052188-12.2004.4.01.3800
0014375-48.2004.4.01.3800	0055825-94.2009.4.01.9199
0014681-87.2012.4.01.0000	0038379-15.2008.4.01.9199
0015059-65.2007.4.01.3800	0039279-32.2007.4.01.9199
0016183-32.2010.4.01.0000	0040144-50.2010.4.01.9199
0016411-89.2010.4.01.3400	0040302-57.2010.4.01.0000
0016626-65.2010.4.01.3400	0040495-57.2010.4.01.3400
0016828-42.2010.4.01.3400	0041887-81.2000.4.01.3400
0018088-72.2010.4.01.0000	0042980-93.2010.4.01.9199
0018530-36.2000.4.01.3800	0042986-86.2000.4.01.3400
0019462-45.2008.4.01.9199	0044992-17.2009.4.01.9199
0019814-66.2009.4.01.9199	0045229-17.2010.4.01.9199
0020160-17.2009.4.01.9199	0045262-51.2013.4.01.0000
0020440-32.2012.4.01.0000	0045997-74.2009.4.01.9199
0020489-49.1998.4.01.3400	0031221-16.2003.4.01.3400
0021036-94.1994.4.01.9199	0032361-22.2002.4.01.3400
0021388-76.2000.4.01.3400	0032779-57.2002.4.01.3400
0022744-23.2010.4.01.9199	0032827-50.2010.4.01.0000
0023230-91.2000.4.01.3400	0033242-67.2000.4.01.3400
0023403-81.2010.4.01.0000	0033590-51.2001.4.01.3400
0024106-75.2002.4.01.3400	0034308-12.2001.4.01.3800
0024926-87.2004.4.01.3800	0035288-95.1997.4.01.3800
0025075-32.2007.4.01.0000	0036654-54.2009.4.01.9199
0025155-78.2006.4.01.9199	0038084-85.2003.4.01.3400
0025358-14.2001.4.01.3800	0029696-67.2010.4.01.0000
0027625-43.2010.4.01.9199	0030185-07.2010.4.01.0000
0028415-57.2002.4.01.0000	0031067-51.2009.4.01.9199

Destes, o que apresenta conclusão mais antiga é o Processo 004286-86.2000.4.01.3400, concluso para admissibilidade desde 23/10/2012.

Merece destaque, ainda, o feito 0021036-94.1994.4.01.9199, cujo objeto é a concessão de pensão por morte, ajuizado em 19/11/1980 e somente teve julgado o

mérito da apelação em 21/6/2013, estando concluso para admissibilidade desde 21/5/2014. É recomendável priorizar o exame de admissibilidade, a fim de impulsionar o processo.

Os feitos a seguir, conquanto apresentem etiqueta da Meta 2 na capa, estão conclusos há mais de um ano.

0001728-55.2003.4.01.3800	0007443-79.1997.4.01.3900
0025358-14.2001.4.01.3800	0056766-79.1998.4.01.0000

Processos conclusos para admissibilidade de recurso especial/extraordinário há mais de seis meses:

0002281-53.1999.4.01.3700	0033655-08.1994.4.01.0000
0011624-52.1998.4.01.0000	

Autos conclusos para admissibilidade de recurso especial/extraordinário há mais de 90 dias:

0002703-28.1998.4.01.3000	0028598-38.1996.4.01.0000
0003697-69.2002.4.01.3500	0032806-74.2010.4.01.0000
0019100-24.2010.4.01.0000	0054387-48.2010.4.01.0000
0022357-57.2010.4.01.0000	0060885-63.2010.4.01.0000
0024681-20.2010.4.01.0000	0066647-60.2010.4.01.0000

Quanto a estes, necessário se faz destacar que no Processo 0024681-20.2010.4.01.0000, concluso para admissibilidade de recurso extraordinário desde 13/3/2015, as partes transigiram; tanto que o recurso especial foi julgado prejudicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Processos conclusos para julgamento de agravo regimental:

0000697-95.2001.4.01.3500	0024064-60.2001.4.01.3400
0012008-12.2008.4.01.3800	0029576-24.2001.4.01.3400
0012813-06.2005.4.01.3400	0033954-52.2012.4.01.0000
0016927-27.2001.4.01.3400	0035790-94.2002.4.01.3400
0069614-58.2012.4.01.9199	0000501-03.2002.4.01.3400
0019217-78.2002.4.01.3400	0006876-49.2003.4.01.9199
0019251-87.2010.4.01.0000	0038698-93.1999.4.01.3800



Os nove primeiros estão conclusos há mais de um ano. O Processo 0019217-78.2002.4.01.3400 já foi julgado, não se justificando sua localização na Vice-Presidência. Ademais, foi observado que, após relatório e voto do agravo regimental (e antes da certidão de julgamento e acórdão), foi encartada decisão, datada de 10/11/2014, que acolheu embargos de declaração opostos pela demandante e não admitiu o recurso especial por ela interposto. A parte ainda não foi intimada dessa decisão.

No processo 0029576-24.2001.4.01.3400, concluso desde 16/6/2014, foi observado um acórdão assinado e encartado aos autos. Porém, o feito não foi ainda levado a julgamento. Destaque-se, ainda, que a data da minuta é anterior à da interposição do agravo regimental.

Processos com embargos de declaração pendentes de julgamento há mais de um ano:

<b>Processo</b>	<b>Data da conclusão</b>
0017953-60.2010.4.01.0000	11/6/2014
0045268-58.2013.4.01.0000	28/8/2013

Processos conclusos para análise de petição:

<b>Processo</b>	<b>Data da conclusão</b>
0005862-69.2000.4.01.3400	12/6/2014
0018289-58.2010.4.01.3300	15/6/2014
0023380-04.2002.4.01.3400	1º/7/2014
0039903-62.2000.4.01.3400	14/10/2014
0051759-38.2000.4.01.0000	9/6/2014

O primeiro processo está concluso há mais de um ano para apreciar petição de desistência de agravo em recurso extraordinário, por perda de objeto, já que o recurso especial restou provido. Por outro lado, a petição pendente de análise no Processo 0018289-58.2010.4.01.3300 trata de renúncia ao prazo recursal.

O Processo 0023380-04.2002.4.01.3400 foi concluso em 1º/7/2014, após petição da União, que se limitava a afirmar ciência da decisão que julgou prejudicado recurso extraordinário, assim como da que admitiu o recurso especial como representativo da controvérsia. Dessa forma, o processo se encontra parado há mais de um ano, em vez de ser remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

O Processo 0039903-62.2000.4.01.3400 trata de pedido de habilitação de herdeiros, já tendo havido, inclusive, manifestação da parte contrária.

Por fim, o feito 0051759-38.2000.4.01.0000 aguarda há mais de um ano pela análise de uma petição com inscrição “urgente”, na qual se alega ser indevido o sobrestamento do recurso.

Registre-se que 27 processos inspecionados já se encontram minutados, prontos para serem submetidos à Desembargadora.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, constaram 2 processos extraviados:

0006093-96.2009.4.01.0000	0049320-61.2004.4.01.3800
---------------------------	---------------------------

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à análise da admissibilidade dos recursos nos feitos conclusos há mais de 90 dias, em especial dos a seguir relacionados:

004286-86.2000.4.01.3400	0021036-94.1994.4.01.9199
0001728-55.2003.4.01.3800	0007443-79.1997.4.01.3900
0025358-14.2001.4.01.3800	0056766-79.1998.4.01.0000

b) verificar a minuta anexada aos autos do Processo 0029576-24.2001.4.01.3400, inclusive assinada, sem que o agravo regimental tenha sido submetido a julgamento;

c) regularizar a fase processual no sistema, para corresponder à efetiva movimentação do processo, assim como registrar nos autos as fases existentes apenas no sistema;

d) proceder ao julgamento dos embargos de declaração e dos agravos regimentais;

e) proceder ao despacho das petições nos processos identificados, mormente as tendentes à extinção do processo, como as desistências de recursos;

f) verificar o acerto da remessa à COREC:

0072222-49.2010.4.01.0000	0080786-17.2010.4.01.0000
0019251-87.2010.4.01.0000	

g) proceder à restauração dos autos extraviados:

0006093-96.2009.4.01.0000	0049320-61.2004.4.01.3800
---------------------------	---------------------------

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há pelo menos um ano, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do montante e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Os feitos recebidos na Vice-Presidência passam por uma triagem, que foi relatada pela equipe como boa prática, cujo objetivo é detectar eventual pendência no processo até aquele momento, procedendo-se à devolução dos autos, caso constatada, bem como à separação dos processos pela matéria tratada no recurso. Após, os processos são localizados em estantes para serem trabalhados pelos servidores, coordenados pelo assessor. Segundo relatado, os servidores recebem uma listagem dos processos, na qual seria indicado o tempo em que se encontram no Gabinete, com a recomendação que se dê prioridade aos mais antigos.

Os agravos regimentais, os processos da competência da Corte Especial, assim como os conclusos para admissibilidade, que tratem de matéria reputada mais complicada – a exemplo daqueles de interesse de servidores públicos – são atribuídos ao juiz auxiliar.

As minutas de decisões são submetidas à Desembargadora e, quando aprovadas, são impressas com a assinatura digitalizada.

Depois de encartadas as decisões aos autos, estes são encaminhados à COREC.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Durante a entrevista realizada com assessores, chefe do gabinete e juiz auxiliar da Vice-Presidência, observou-se não haver muita interação da equipe, não havendo consenso sobre a melhor metodologia de trabalho, mormente quanto à possibilidade de padronização de decisões. Ademais, durante os trabalhos desenvolvidos no setor,

constatou-se grande dispersão dos servidores e assessores, além da concentração de muitas atividades a cargo dos estagiários. Parece haver uma sobrecarga de trabalho para o juiz auxiliar, o que pode ser constatado, inclusive, pelo volume dos processos inspecionados que seriam deslocados para ele. Além disso, a sala do referido magistrado é bastante pequena, não havendo sequer espaço para os processos.

Outra questão relevante é a ausência de dados estatísticos confiáveis quanto a acervo e produtividade, haja vista os sistemas utilizados pelo Tribunal apresentarem dados conflitantes.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Aprimorar o sistema de triagem inicial de processos, separando-se as situações que não envolvem juízo de admissibilidade, bem como os casos que já foram submetidas à apreciação da Vice-Presidência. Assim, além de representarem processos mais antigos, seu exame será facilitado, uma vez que já foi analisado anteriormente. Necessário destacar, ainda, processos com prioridade de tramitação, sejam as prioridades legais, sejam as das metas da CJF. Ademais, a triagem inicial deveria observar os requisitos objetivos de admissibilidade, separando-se de logo os feitos que não os satisfazem, para que sejam mais rapidamente despachados, haja vista a simplicidade das decisões em tais casos, inclusive com possibilidade de padronização.

Implementar metas internas, a fim de assegurar aumento da produtividade e maior uniformidade de rendimento.

Realizar planejamento e avaliação periódica de atividades, promovendo maior interação da equipe, que deve trabalhar de forma coesa, visando um objetivo comum.

Otimizar o tempo de duração do processo, evitando atos desnecessários, como a intimação de decisões das quais não caibam recursos, a exemplo das que admitem recursos, procedendo-se, em tais casos, ao encaminhamento dos autos diretamente à CORIP, que é o setor responsável pela digitalização e encaminhamento aos tribunais superiores.

Estabelecer controle de prazo para julgamento de feitos e exame de admissibilidade dos recursos.

Revisar as atribuições dos servidores e estagiários para garantir que estão bem equalizadas.

Para implementação das medidas acima, a unidade deverá elaborar, no prazo de 60 dias, um plano de trabalho e de gestão dirigido à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil, a ser enviado à Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus

juízes; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

**GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL**  
**Desembargador Federal CARLOS EDUARDO MOREIRA ALVES**

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **CARLOS EDUARDO MOREIRA ALVES**.

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, Conselho de Administração e Corregedoria Regional e Ouvidoria Judicial.

**1.3. Tempo de atuação:** desde 25 de abril de 2014 (Corregedoria Regional e Ouvidoria Judicial).

Há quatro juízes federais em auxílio ao Gabinete, convocados pelos seguintes períodos:

25/4/2014 a 27/4/2016	JF Lincoln Rodrigues de Faria e JF Marcelo Velasco Nascimento
8/9/2014 a 27/4/2016	JF David Wilson de Abreu Pardo
28/4/2014 a 27/4/2016	JF Rodrigo Navarro de Oliveira

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recepcionada pelo Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo, tendo em vista que o Corregedor Regional se encontrava realizando correição em seção judiciária da região, bem como os demais juízes auxiliares realizavam atividades da Corregedoria em outras seções judiciárias.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Corregedoria	Gabinete Des. Federal	TOTAL
Servidores efetivos	9	9	18
Servidores sem vínculo	0	3	3
Servidores requisitados	0	3	3
Servidores prestando serviços em outros setores	-	-	-
Servidores em área-fim	-	-	-
Terceirizados	2	3	5
Estagiários	7	5	12
TOTAL	18	23	41

**1.4.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 24, assim distribuídas:**

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Corregedoria	-	-	-	-	4	-	3	1	-
Gabinete do Des. Fed.	1	2	0	0	6	5	1	1	-
Total	1	2	0	0	10	5	4	2	-

**2) ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:**

Além dos feitos específicos da Corregedoria, o Desembargador recebe distribuição de processos de natureza jurisdicional, como membro da Corte Especial, além de feitos administrativos do Conselho de Administração.

A Unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições, distribuídas entre a ASCOR – Assessoria da Corregedoria e o GAGER – Gabinete-Geral da Corregedoria, que equivale ao apoio de uma secretaria, em cuja estrutura se encontra a Ouvidoria Judicial.

O critério para organização do acervo e controle de movimentação interna é feito, desde 2014, pelo SEI – Sistema Eletrônico de Informações, implantado na atual gestão da Presidência do Tribunal. O SEI se aplica na área administrativa do TRF 1ª Região e condensa informações sobre o acompanhamento de todos os processos que, desde a sua instalação, ingressaram na Corregedoria Regional, remanescendo um pequeno acervo físico, que teve ingresso anterior.

Os processos de relatoria do Desembargador estão acondicionados em separado, ficando sob o cuidado da correspondente assessoria.

Os procedimentos administrativos pertinentes às atividades correcionais em curso se encontram cadastrados eletronicamente no SEI, que controla os prazos de sua tramitação, verificando eventuais extrapolações.

O controle estatístico da unidade não é feito mensalmente, mas é possível ser verificado a partir de consulta ao SEI.

A distribuição interna das atividades ocorre por setores, que realizam atividades específicas, sob a coordenação dos juízes auxiliares, assim distribuídas:

a) plantões judiciários, inquéritos e procedimentos disciplinares, pedido de autorização para afastamento de juízes, ouvidoria judicial, alvarás, representações por excesso de prazo e perícias e correições (supervisão do Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo);

b) inspeções ordinárias, impedimentos de juizes, processos de promoção e remoção de juizes federais e provimentos relacionados a instalações de novas varas (supervisão do Juiz Federal Rodrigo Navarro de Oliveira);

c) férias de magistrados, caixas de emails, magistério e atividades, processo digital, acompanhamento e melhoria de sistemas processuais, estatísticas e quebras de sigilo (supervisão do Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz); e

d) consolidação dos atos normativos (supervisão do Juiz Federal Lincoln Rodrigues de Faria).

Todos os juizes auxiliares são designados para a realização dos trabalhos de correções ordinária e extraordinária.

A meta 10/2010-CNJ vem sendo integralmente cumprida pela unidade.

A organização dos mutirões, que dizem respeito aos juzizados especiais, é da alçada da Coordenação dos Juzizados, dependendo da concordância da Corregedoria Regional, mais precisamente no que diz respeito à autorização dos afastamentos de juizes da respectiva jurisdição.

Em relação às inspeções das unidades jurisdicionais, estas são realizadas mediante formulários padronizados, apresentados no SEI, e que são atualizados em conformidade com os normativos e metas do CJF e do CNJ. Constatou-se que nestes formulários não há item sobre a alienação antecipada de bens, nem item relacionado ao controle da prescrição penal.

Quanto às correções, verificou-se a existência de formulários padronizados, havendo item relacionado ao controle da prescrição penal.

Não foram listados processos para inspeção na unidade, uma vez que não foi identificada situação processual crítica, conforme critérios de pesquisa elaborados pela Corregedoria-Geral, para fins de controle e acompanhamento.

Não havia recomendações pendentes da inspeção anterior ou da autoinspeção.

Boas práticas observadas:

a) estudos para a implantação de metodologia para a aferição do tempo médio de tramitação dos processos nas varas, observando-se a natureza das mesmas;

b) estudos e atualização dos levantamentos estatísticos da tramitação processual nas varas federais da região; e

c) implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, abrangendo a movimentação e o controle de todos os processos que passaram a tramitar na Corregedoria posteriormente à sua adoção, que ocorreu em 2014 no âmbito administrativo do Tribunal, para otimizar as atividades desenvolvidas.



### **3) OBSERVAÇÕES GERAIS**

Durante a visita, a equipe constatou condições adequadas para o desenvolvimento do serviço, estando a unidade devidamente organizada.

É digno de se destacar uma redução – gradual e significativa, de 25/4/2014 a 31/3/2015 – do número de processos em tramitação na Corregedoria Regional, conforme a seguir:

a) de 1.402 processos administrativos para 216; destes, sendo 4 representações, 32 correições parciais, 45 procedimentos avulsos, 6 inquéritos, 1 recurso administrativo disciplinar e 7 consultas; e

b) de 1.165 para 121 expedientes administrativos.

### **4) RECOMENDAÇÕES:**

Inserir no formulário das inspeções das unidades jurisdicionais, bem como das correições, item relacionado à alienação antecipada de bens – conforme orientação do Fórum de Corregedores; como também item relacionado ao controle da prescrição penal, bem assim determinar a juntada de etiqueta para esse fim na capa dos autos.

## II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

### GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

#### DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS

**Especialidade:** servidores públicos civis e militares – exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra seção; e benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **GILDA SIGMARINGA SEIXAS**

**1.2. Órgãos de atuação:** 1ª Turma, 1ª Seção, Corte Especial, Plenário, Coordenação dos Juizados Especiais Federais e Coordenadoria de Governança e Gestão Estratégica.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 2/6/2014, como Juíza Federal convocada. Foi promovida a Desembargadora em 16/12/2014.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/ 2013	8	1	4	3	7	23	9
Inspeção/ 2015	10	-	2	3	5	20	7

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos, dos quais 2 servidores saíram da força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	29.436
Acervo no TRF (julho/2015)	30.061
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	21.794
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	20.101
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	55
Acervo de sobrestados (julho/2015)	15

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 1.693 e o de sobrestados reduziu em 40.

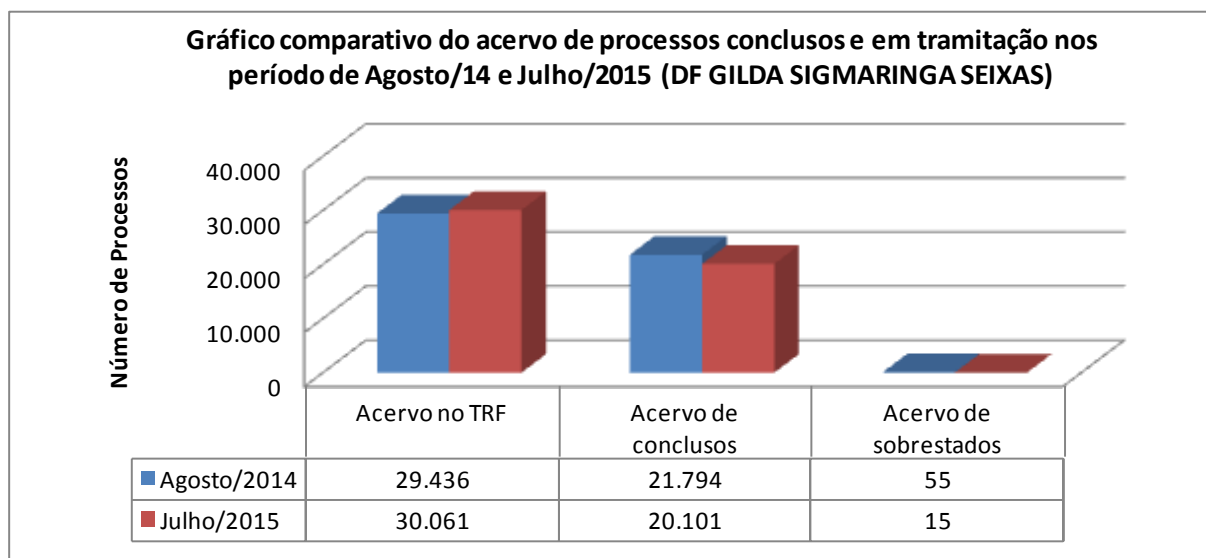
Quanto à redução de processos conclusos, note-se ter sido determinante o fato de que, até 1º/8/2015, 2.452 feitos foram remetidos às recém-instaladas câmaras regionais previdenciárias, segundo dados informados pela Divisão de Estatística do Tribunal.

Importante destacar, no tocante aos processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal desaposentação. Durante a inspeção, foram constatados 28 processos sobrestados, cuja situação está descrita no item 5 deste Relatório.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 20.086 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 2.869 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 625 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	10.427
<b>Total de Processos (saídas)</b>	10.589
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-162
<b>Processos distribuídos</b>	10.344

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

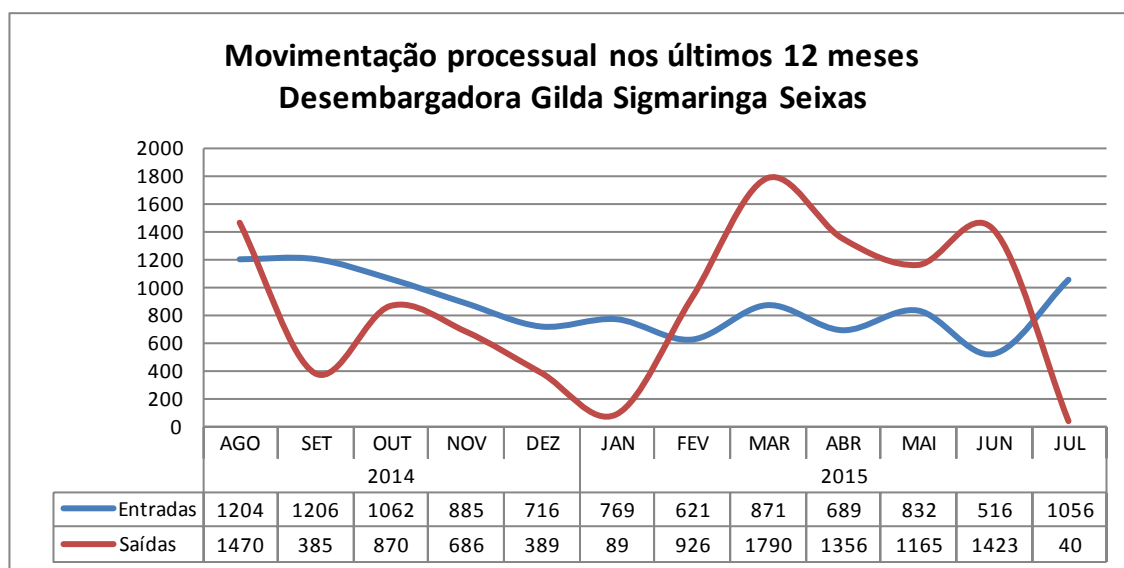
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 10.427 e saída de 10.589 processos. Ressalve-se que a titular do Gabinete assumiu a unidade há pouco tempo e está ainda estruturando as atividades.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	9.189
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	393
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	975
<b>TOTAL</b>	10.557
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	44,2%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	311
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	275

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 10.557 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 10.344, ou seja, o número de julgados superou em 213 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, de acordo com a tabela acima, foram julgados 393 processos em mesa. A Chefe da Assessoria registra que foram julgados, só no primeiro semestre de 2015, número superior ao informado na tabela acima, mais de 400 feitos em mesa. Eventualmente, essa divergência pode decorrer da não publicação dos acórdãos proferidos pela Turma.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 975 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 44,2%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 311 embargos de declaração e 275 agravos legais/regimentais.

Quanto ao número de processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado, a Chefe da Assessoria afirma não ter elementos para fornecer esses dados. Quando a Desembargadora defere liminar ou antecipação de tutela recursal, o agravo é encaminhado à Turma para regular processamento e adoção das medidas necessárias à efetivação da medida.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	162
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	84
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	624
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	950
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1.686
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	1.649
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (20.101 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 5.155, representando 25,64%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
 DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994	1	1	1
1995	1		1
1996	4	4	4
1997			3
1998		1	
1999	1		
2000	3	4	6
2001	16	11	10
2002	16	9	18
2003	32	15	24
2004	57	27	34
2005	62	44	61
2006	106	69	84
2007	1.434	1.137	624
2008	2.283	1.531	950
2009	3.462	2.138	1.686
2010	3.464	2.079	1.649
2011	5.308	3.266	2.366
2012	5.694	3.465	2.432
2013	4.657	3.733	3.137
2014	-	4.297	4.490
2015	-	-	2.412
<b>Total</b>	<b>26.601</b>	<b>21.831</b>	<b>19.992</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que foi priorizado o julgamento dos feitos mais antigos, lembrando, contudo, que houve a remessa de parte deles para as câmaras regionais previdenciárias. Em setembro/2013 havia 10.749 processos distribuídos entre 2006 e 2010 e, atualmente, há 4.993. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com

distribuição a partir de 2011, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2011.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos até 2010, portanto, com mais de 5 anos de tramitação no TRF.

No que tange a processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	0
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	1
Outras situações	33
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há processos no Gabinete aguardando voto-vista e declaração de voto.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	54
Outras situações	87
<b>TOTAL</b>	<b>146</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 5 para voto-vista. Segundo a Chefe da Assessoria, todos os processos que aguardavam voto-vista já foram devolvidos. No que se refere aos autos encaminhados para lavratura e para outras situações, informou que, do volume de 141 processos, 102 foram remetidos para o Gabinete por equívoco, pois deveriam ter sido remetidos para o Gabinete do Juiz convocado Carlos Brandão.

Não foram identificadas situações de processos de outros desembargadores sem movimentação há mais de 60 dias.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 142 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros pertinentes.

Os autos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de 44 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2006.

Na unidade, verificam-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Foi inspecionado um processo em razão de representação por excesso de prazo que remanesce pendente de providências: 200838000022110.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados, até o término da inspeção, processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema: 004626318200640100000.

b) julgar no prazo de 30 dias:

000833780200840191990	001348922200240191990	002215471199540191990
003189324200340134000	003838367200940100000	003950426200240138000
004645803199640191990		

c) julgar no prazo de 60 dias:

000036919200740138040	000166398200440130000	000178869200040134000
000216660200840143000	000265761200240134000	000295315200040138010
000336367200040138030	000405373200340141000	000478915200340138020
000509425200540139000	000549327200440135000	000597014200440138030
000662009200540141000	000778968199940138000	000883521200540134000
000912102200140138000	001046792200840100000	001174138200140100000
001230182200340135000	001291115200940191990	001408530200840134000
001456282200940191990	001481587200340137000	001536347200940100000
001751469200340135000	002049053200540191990	002158490200240100000
002251330200940191990	002461744200940100000	002786690200540191990
003192782200140100000	003194270200940100000	003294317200540134000



003338952200340138000	003543805200340134000	003743727200140191990
004212248200040134000	004879287200840191990	005320765200840100000
006045293200940100000	006394430200840100000	007349415200940100000
00062841020104010000		

d) julgar no prazo de 90 dias:

000113808200440142000	000210275200640137000	000422668200140141000
000645605200740191990	001086515200340100000	003093292200340133000
003420839200040133000	003898946200940191990	005625093199740100000.

e) julgar até o final do ano de 2015:

000013498200540131000	000020485200640141010	000037247200740138120
000044051200840138150	000049593200240134000	000057390200740136010
000184344200540134000	000200277200640131000	000208846200640142000
000301734200540140000	000318465200640133050	000358915200440141000
000363275200640141010	000371441200640191990	000418862200540136000
000426764200340141000	000473154200340134000	000497280200340138030
000571566199740132000	000582020200040134000	000585567200740141000
000685733200940191990	000692580200940191990	000722236200540137000
001071781200640134000	001124297200540134000	001201641200740136000
001211411200240135000	001252609200640134000	001437003200640133000
001450336200640134000	001558049200340138000	001588914200040134000
001744493200140138000	001778833200340135000	001834667200940191990
001962814200740191990	002281445200740191990	002362354200240133000
002396413200740100000	002469873200840138000	002583369200240134000
002589342200240134000	002638942200940100000	002988914200340134000
003208797200740100000	003390047200740134000	003550965200640191990
003559014200740134000	003598579200240134000	003733935200440138000
003893177200840191990	003994703200740191990	004062807200740134000
004334973200940100000	004405414200540138000	005009488200740191990
005546689200240138000	005974293199740100000	006481526200940100000

2008380000221100		
------------------	--	--

f) regularizar a fase processual no sistema/processo e promover o andamento:

000945357200640138110	001086352200740138000	001436246200840134000
-----------------------	-----------------------	-----------------------

g) julgar com prioridade, sem estabelecimento de prazo:

000716179199940138000	002692254200640191990	003957360200240191990
003983576200040138000		

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, tendo em vista o número elevado de feitos que compõem o acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação na unidade.

#### 4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

É de se registrar que o Gabinete tem controle interno do seu acervo a partir da data da posse da Desembargadora Gilda, não possuindo, portanto, dados estatísticos pertinentes ao ano de 2014. Os dados levantados pela unidade não apresentavam discrepâncias relevantes com os do Tribunal.

Inicialmente, a atuação da Desembargadora se deu como juíza convocada. Em dezembro de 2014, quando tomou posse, realizou uma reunião inicial com a equipe de gestão para elaboração de diagnóstico da situação do acervo. Promoveu-se a alteração do *layout* do Gabinete, bem como o reconhecimento e organização do acervo. Foi realizada a triagem inicial dos processos por matéria. Foram separados os processos: servidor público, de um lado, e previdenciário, de outro. Dentre os processos previdenciários, foram identificadas as matérias que estavam com mais acúmulo de feitos (processos repetitivos). A seguir, foi feita a triagem cronológica, considerando a data de distribuição no Tribunal. Foram estabelecidas as seguintes prioridades: cronológica, idade da parte autora e acúmulo por matéria.

Quanto aos pedidos de preferência feitos pelos advogados e pelas partes, têm-se procurado atender, mas com observância à META 2 do CNJ, ou seja, nos processos distribuídos até 2010.

A Assessoria (Chefe do Gabinete, Chefe da Assessoria, e Assessora Técnica II), além de exercer suas funções de gestão, também elabora minutas de voto dos processos de maior complexidade. Assim, há um esforço em conciliar as atribuições gerenciais e a elaboração de votos, diante da diversidade de demandas.

Uma analista foi destacada para fazer triagem, no Word, de todas as minutas, com prioridade para aquelas de matérias repetitivas. Assim, foi feito um trabalho de três ou quatro meses, visando elaborar e organizar o acervo virtual de minutas de votos no computador. Todos os servidores têm acesso e tais ajustes possibilitaram a otimização do tempo despendido pelos servidores na elaboração dos votos.

Ainda quanto à distribuição de trabalho, duas servidoras ficam com matérias mais gerais, que ocorrem com mais frequência (ex.: aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença, LOAS e desaposentação). Outras duas elaboram minutas de votos em processos de servidor público. Uma servidora está incumbida dos embargos à execução de previdenciário e matérias de maior complexidade (em que é mais difícil a padronização). Dois servidores fazem agravos das duas matérias de gabinete (previdenciário e servidor público).

Todos os critérios de prioridade adotados e descritos acima (cronológica, idade do autor, processos repetitivos) e, ainda, o atendimento aos pedidos de preferência, são sempre conjugados com o atendimento à META 2 do CNJ (distribuição do processo no TRF até 2010).

Os processos são encaminhados ao Núcleo Central de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal, tanto por distribuição (SECJU) quanto por iniciativa do Gabinete. Tal encaminhamento pode ocorrer, inclusive, por requerimento das partes.

Há priorização do julgamento dos feitos que são adiados e pendentes de julgamento em mesa, como nos casos de pedido de vista da Desembargadora. Sempre que possível, os processos são levados à sessão seguinte.

O controle de prazo para julgamento de feitos é realizado mediante o esforço de cumprimento das metas gerais do CNJ, ou das específicas estabelecidas nas inspeções e correções. A principal meta de produtividade estabelecida consiste na redução de acervo.

O Gabinete adota o modelo de gestão participativa e impactante. Tal método consiste em estimular os servidores a produzir um número preestabelecido de votos por sessão, com flexibilidade, atentando para as especificidades de cada servidor e as peculiaridades das matérias com que cada um lida, mas procurando mantê-los motivados a cumprir e superar as metas estabelecidas.

São realizadas reuniões periódicas com a equipe e, eventualmente, reuniões pontuais, para discutir a metodologia de trabalho que está sendo adotada, colher as opiniões de todos os servidores, críticas e sugestões. Quando há uma ideia nova, procura-se analisar sua viabilidade. É feita mensalmente uma reavaliação da situação

do Gabinete. Caso fique evidenciado que determinado método de trabalho não está funcionando como esperado, busca-se sua correção ou aprimoramento.

A meta estabelecida, desde que a Desembargadora ingressou até a data da presente inspeção, é pautar 1.400 feitos por mês. Esse objetivo será revisto a partir de agora, considerando os resultados obtidos, pois já foi julgada a grande maioria dos processos repetitivos. A próxima meta é reduzir o acervo relativo a servidores públicos.

Além disso, foi idealizado um sistema de premiação de produtividade dos servidores em três frentes:

1) foi feita gestão perante a Administração do Tribunal pela Desembargadora para deferimento de horas extras para os 6 gabinetes e as 2 turmas previdenciárias. Essas horas extras foram deferidas pela Presidência do Tribunal, o que permitiu o aumento da produtividade;

2) durante a primeira ou última hora de expediente, os servidores estão sendo incentivados a estudar matérias afim - processo civil, previdenciário e servidor público -, como forma de qualificá-los, em vez de trabalharem em processos específicos; e

3) está sendo operacionalizada portaria da Desembargadora, instituindo prêmio de produtividade de desempenho, que tem por base a META 1/2015 do CNJ (julgar mais processos que os distribuídos, viabilizando a redução do acervo). Caso a equipe supere a meta em 10%, os servidores receberão 5 dias de folga no ano seguinte. Se for superada a meta em 20% ou mais, cada servidor recebe 10 dias de folga no ano seguinte. (Portaria n. 01/2015, do Gabinete).

Há um problema com a alta rotatividade dos servidores. Tendo em vista a atual conjuntura em que os salários dos servidores estão defasados, os da área-meio (técnicos) não estão se sentindo estimulados a trabalhar na área-fim. Por isso, tem havido uma evasão dos gabinetes para as áreas administrativas do Tribunal. Nestas áreas não há cobrança de metas como no Gabinete.

O atendimento a advogados e partes é feito no balcão e por telefone, pela assessoria. Geralmente, esse atendimento se refere a pedidos de preferência que, como já esclarecido, são atendidos quando os processos se inserem na META 2 do CNJ. O atendimento a advogados pela Desembargadora é feito mediante agendamento. Caso a Magistrada esteja disponível, atende os advogados independentemente de agendamento. A Desembargadora está reivindicando, junto ao setor de informática do TRF, a viabilização de atendimento a advogados que residem fora de Brasília por teleconferência, o que demanda a instalação do equipamento necessário.

O Gabinete tem priorizado o julgamento dos processos vistoriados nas inspeções e correções anteriores.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

Embora a Desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas atue há apenas um ano no acervo, inicialmente como juíza federal convocada e, a partir de dezembro de 2014, como desembargadora federal, constatou-se que o Gabinete teve excelente produtividade, especialmente no primeiro semestre de 2015. Tal fato pode ser atribuído à metodologia adotada - especialmente no estabelecimento de metas e prioridades -, à otimização das rotinas, à política de reconhecimento e incentivo aos servidores e, ainda, à adoção de gestão participativa (debate com os servidores acerca das metas a serem estabelecidas e vencidas).

Assim, apesar das dificuldades estruturais encontradas nos 3 gabinetes previdenciários que integram a Primeira Turma - especialmente, número expressivo de processos, grande rotatividade de desembargadores e número insuficiente de servidores -, é de ser reconhecido o esforço da equipe da Desembargadora Gilda para aumentar a produtividade e reduzir o acervo (META 1/2015, do CNJ).

Importante registrar que o Gabinete possui número bastante relevante de embargos de declaração (311) e de agravos regimentais (275) pendentes de julgamento. Tal situação recomenda que seja dada especial atenção e prioridade ao julgamento de tais recursos, inclusive em razão de tratarem de matéria já apreciada no julgamento do recurso originário pela Turma ou pelo Magistrado em decisão monocrática.

A adoção de uma política de conciliação mais efetiva, com a organização de mutirões nos estados mais populosos, mobilizando órgãos públicos e suas procuradorias, poderia obter solução de lides que estão em grau de recurso no Tribunal há anos. A vantagem da solução negociada da lide é evidente, pois elimina a interposição de recursos para os tribunais superiores e a fase de liquidação e execução de julgados.

**Observações sobre os processos sobrestados:** de acordo com os extratos de movimentação processual, no momento da inspeção havia 28 processos sobrestados, nas seguintes situações:

a) 10 autos localizados na Coordenadoria de Recursos (COREC), aguardando o julgamento de recurso representativo de controvérsia, notadamente o RE 661.256 (desaposentação);

b) 14 agravos de instrumento que estavam sobrestados em razão do RE 631.240 (necessidade de prévio requerimento administrativo para ajuizamento de ação previdenciária). Tais feitos já foram enviados da COREC para a Turma, e serão enviados aos gabinetes para julgamento.

c) Além disso, há 1 agravo de instrumento cujos autos foram eliminados pela Coordenadoria (00225539520084010000), 1 agravo de instrumento com trânsito em julgado (00296955820054010000), 1 carta de ordem remetida ao TRF3 em 19/8/2011,

sem notícia de retorno (00318745220114010000), e 1 agravo de instrumento sobrestado para aguardar decurso de prazo para recurso (00469811020094010000). Quanto a tais feitos, recomenda-se regularizar o processamento, dado que o sobrestamento ocorreu há considerável lapso de tempo.

A Desembargadora e a Chefe da Assessoria apresentaram algumas sugestões para melhorar a produtividade e reduzir o acervo dos gabinetes previdenciários:

- reavaliação dos quadros de lotação do TRF1 e, em especial, dos gabinetes da 1ª Seção, com a criação de, pelo menos, mais 16 cargos em cada, para atendimento da demanda das matérias de competência desses gabinetes;

- alteração da competência da Primeira Seção, com a exclusão dos processos de servidores públicos, ou a criação de novas turmas especializadas;

- recondução dos analistas judiciários que estejam lotados na área administrativa para os gabinetes (área-fim), ou aumento da lotação ideal dos gabinetes previdenciários;

- criação e ampliação de mecanismos de incentivo aos servidores de gabinetes previdenciários, para reduzir a rotatividade;

- criação de 2 FC-6 nos gabinetes, para melhor distribuição de atribuições de maior grau de dificuldade;

- disponibilização de verba destinada à realização de horas-extras, de forma contínua e mensal, até que haja significativa baixa no acervo;

- criação de rotina única para todos os gabinetes que compõem a Primeira Seção, incluindo-se aí um banco de minutas, de modo que a matéria analisada pela assessoria de um gabinete seja compartilhada com as demais assessorias, e, se aprovada, passe a ser utilizada por todos eles, o que propiciará a uniformização de entendimentos, a otimização de tempo e a multiplicação e padronização de julgados, observada, é claro, a livre convicção dos desembargadores;

- otimização de rotinas e criação de tutorial; e

- migração de todos os processos digitais para o PJe, de modo que se tenha que manusear um único sistema virtual.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

A análise dos processos por amostragem demonstrou que há alguns feitos que dependem de providências simples, mas que estão paralisados. Como exemplo, foram identificados processos enviados ao Tribunal apenas por força de remessa necessária, outros que estão paralisados dependendo apenas de julgamento de embargos de declaração, e processos que aguardam julgamento cujo objeto da lide já é matéria pacificada nos tribunais superiores.

Nesse cenário, recomenda-se que o Gabinete intensifique o esforço que já vem sendo adotado na triagem dos processos, para identificar os mais simples, que possam ser resolvidos rapidamente, como nos casos citados. Ademais, que organizem os mutirões de pautas temáticas. É interessante recorrer ao expediente de solicitação de horas extras ao Tribunal para atingir a meta de redução sensível do acervo em médio prazo.

As entrevistas realizadas com os três magistrados da Primeira Turma revelaram que há pouca troca de experiência entre as equipes. As metodologias de trabalho implantadas por cada equipe não são compartilhadas com as demais. Recomenda-se, assim, que os gabinetes procurem compartilhar as boas práticas, de modo que os bons resultados colhidos por um sejam multiplicados para os demais.

É importante registrar que os gabinetes previdenciários estão praticamente inviabilizados pelo número de feitos em tramitação. O problema só será resolvido com a adoção de medidas de reestruturação do Tribunal, sendo de se destacar a modificação de competência das turmas, retirando-se das previdenciárias a competência para julgar servidores públicos civis e militares.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL DE JESUS OLIVEIRA

**Especialidade:** servidores públicos civis e militares – exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra seção; e benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **JAMIL DE JESUS OLIVEIRA**

**1.2. Órgãos de atuação:** 1ª Turma, 1ª Seção, Plenário, Corte Especial.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 6/10/2014 como Juiz Federal convocado, tendo tomado posse como Desembargador Federal em 16/12/2014.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	14	-	-	4	6	24	8
Inspeção/2015	14	-	2	1	4	21	11

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos. Todavia, houve incremento de 3 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.



## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Acervo no TRF (agosto/2014)</b>	30.523
<b>Acervo no TRF (julho/2015)</b>	32.071
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)</b>	25.219
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)</b>	23.076
<b>Acervo de sobrestados (agosto/2014)</b>	48
<b>Acervo de sobrestados (julho/2015)</b>	49

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 2.143 e o número de processos sobrestados aumentou em 1.

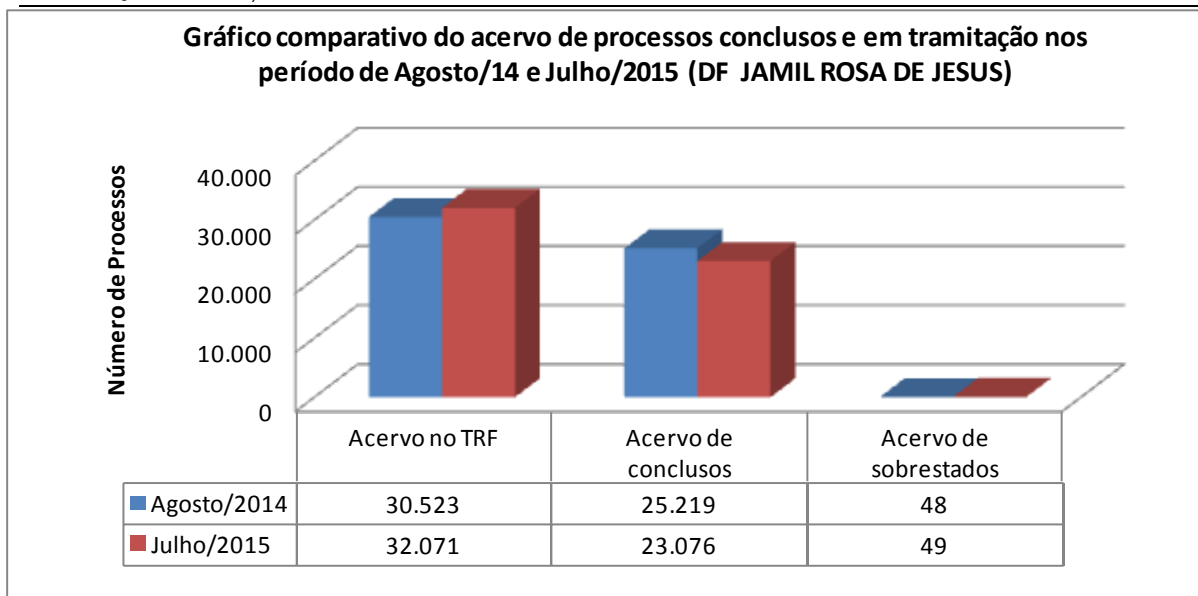
Quanto à redução de feitos conclusos, note-se ter sido determinante o fato de que, até 1º/8/2015, 2.497 feitos foram remetidos às recém instaladas câmaras regionais previdenciárias, segundo dados informados pela Divisão de Estatística do Tribunal.

Importante destacar que não há processos sobrestados aguardando julgamento de recurso repetitivo nos tribunais superiores. Os que estavam sobrestados por esse motivo tiveram sua movimentação restabelecida em julho e agosto de 2015, em decorrência do julgamento do RE 631.240 (necessidade de prévio requerimento administrativo para julgar ação previdenciária). Não há autos sobrestados relativos à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator. As outras situações de sobrestamento estão relatadas no item 5 do presente Relatório.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 23.027 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 2.093 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 1.548 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	10.415
<b>Total de Processos (saídas)</b>	8.151
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	2.264
<b>Processos distribuídos</b>	10.275

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

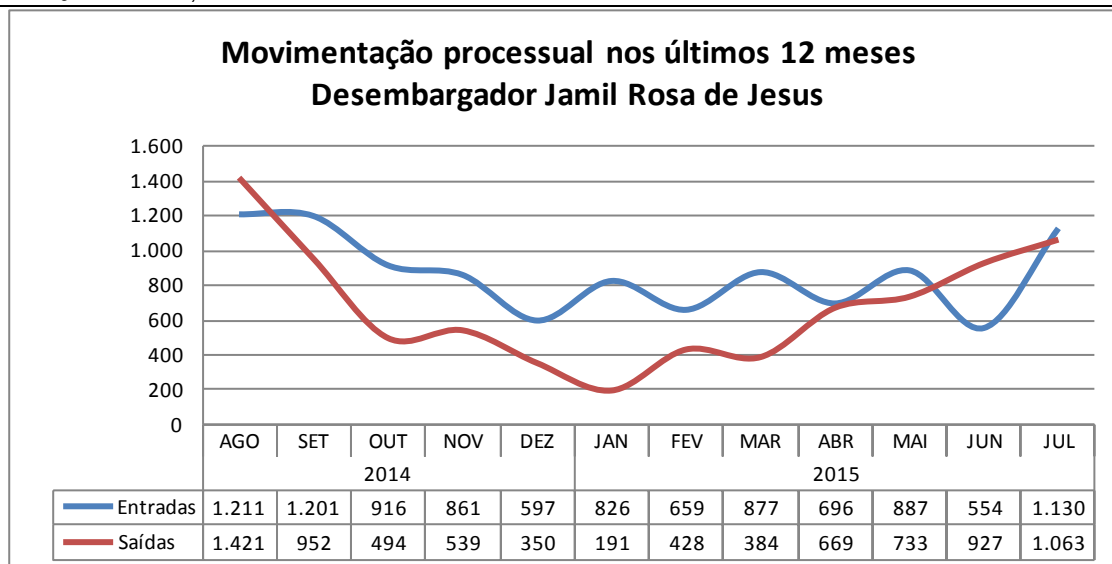
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 10.415 e saída de 8.151 processos, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade. Ressalva-se aqui que o titular do Gabinete assumiu há pouco tempo e ainda está estruturando a atividade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Total de processos julgados por pauta	6.402
Total de processos julgados em mesa	949
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	665
<b>TOTAL</b>	<b>8.016</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	<b>21,32%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
a. Embargos de Declaração	30
b. Agravo Legal/Regimental	65

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 8.016 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 10.275; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 949 feitos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 665 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 21,32%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 30 embargos de declaração e 65 agravos legais/regimentais.

De acordo com o Chefe do Gabinete não há controle estatístico que permita informar, no momento, o número de processos com decisão monocrática ainda não levada à apreciação do colegiado. O Gabinete lança a interposição de agravo regimental como “tarefa” no sistema. Mas isso apenas foi feito nos agravos que foram

interpostos a partir de outubro de 2014. Essa triagem está começando a ser realizada no passivo.

O acervo, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	172
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	59
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	572
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	788
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1.159
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	1.500
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (23.076 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 4.250, representando 18,42%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994			
1995			
1996			1
1997			1
1998	2	2	2
1999	2	2	4
2000	13	4	6
2001	64	23	27
2002	73	21	31
2003	91	28	23
2004	140	36	35
2005	129	37	42
2006	149	65	59
2007	1.223	965	572
2008	1.949	1.504	788
2009	2.996	2.209	1.159
2010	2.626	2.082	1.500
2011	4.028	3.387	2.392
2012	4.431	3.744	2.767
2013	2.731	5.144	3.953
2014	-	5.921	6.124
2015	-	-	3.590
<b>Total</b>	<b>20.647</b>	<b>25.174</b>	<b>23.076</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, mas poderiam sê-lo em maior intensidade. Em setembro/2013 havia 8.943 processos distribuídos entre

2006 e 2010 e, atualmente, há 4.078. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2011, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2011.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados. Contudo, a triagem não se faz por ordem de antiguidade, mas sim por matéria de julgamento. Assim, não é possível identificar o ano com o qual a unidade está trabalhando, no universo de processos de META 2, sendo certo que, atualmente, a unidade trabalha com processos com mais de 5 anos de tramitação no TRF.

No que tange aos feitos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	3
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	5
Outras situações	40
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que inexistem processos do Gabinete liberados para revisão ou encaminhados para declaração de voto. Não obstante o dado da tabela acima, verificou-se a existência de 6 feitos aguardando voto-vista, encaminhados ao Gabinete do Juiz Federal convocado Carlos Augusto Pires Brandão e que aguardam providências há mais de sessenta dias, aos quais recomenda-se a movimentação no prazo de 60 dias, configurando pendência externa a ser cobrada:

200834000203789	200934000312002	00095054920114013400
00005083420134014200	00337891920134019199	00450074420134019199

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	5
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não há processos conclusos para voto-vista ou declaração de voto.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 147 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os autos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de 43 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2004.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Foi inspecionado um processo em razão de representação por excesso de prazo que remanesce pendente de providências: 00204469720074013400.

Na listagem não constaram processos extraviados e no acervo geral, conforme informado pelo Chefe do Gabinete, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar no prazo de 30 dias:

00176012220084013800	00322613120024013800
----------------------	----------------------

b) Julgar no prazo de 60 dias:

00002317320064013000	00007877820014019199	00010833420054013000
00015635420064010000	00017597920054013000	00018654120054013000
00020140620114010000	00020369520054013000	00020386520054013000
00037922220044013600	00046066219994014100	00119196420044013400
00127753820074010000	00128323220024010000	00131666020024013300
00132075720074010000	00151686720064010000	00156291120034013600
00162953520094010000	00184014820014010000	00195468820014013800
00201270320054013400	00204469720074013400	00205319120004013800
00220441919984010000	00222365620024013800	00234716520094010000
00261477820034013400	00277040820004013400	00284344320044019199

00301325020054019199	00302633520094010000	00325393920004013400
00329881620074019199	0333783020014013400	00340128920024013400
00347967120084010000	00397650320064010000	00399717320004013800
00400188119994013800	0400681220004013400	00427053820064010000
00490827620034013800	00490938320084010000	00513542120084010000
00529478520084010000	00567524620084010000	00663107120104010000
00784237719984010000		

c) julgar até o final do ano de 2015:

00003310920044013902	00007572520024013600	00009005020074013305
00017649220054013100	00017996120064013700	00018013120064013700
00021000820064013700	00021583820064013400	00024344220064013700
00024746720064013815	00031143920014013300	00031771519984013803
00031795920004013400	00039813620044013200	00040162320054013600
00040401619994014100	00040407420034014100	00047115820064013400
00047765320054019199	00051559120064013400	00055452320044013500
00061248020004013800	00066602520034013400	00067026920064013400
00067912920054013400	00069075820034013900	00069498720014013800
00072516820054013803	00085743620034013300	00087650420044019199
00091597420064013400	00103924320054013400	00111869820044013400
00111962520024013300	00112570820014013400	00117970820004010000
00119233320064013400	00124244820064013800	00125334020024013400
00125709120074013400	00138620720094013800	00155515520004010000
00155787920034013800	00168966020074019199	00181292920064019199
00191905420054013800	00193422620004013300	00194795220074013400
00196110820044013500	00202390620044013400	00228235120014013400
00234432420054013400	00249196320054019199	00254994019994013400
00258304620044013400	00311573320044013800	00315638520074013400
00318760320034010000	00332070520034013400	00337870620014013400
00363218320014019199	00365398720064010000	00371858020054013800
00385712120044013400	00389614720074013800	00389812120004013400
00396260720044013400	00414442820034013400	00422364020074013400
00455567920084010000	00457435820064010000	00463073720064010000

00522140720074019199	00563986920084019199	00578239819994010000
00650365819994010000	00990593019994010000	01140008219994010000
00114978720034013800		

d) Regularizar a fase processual no sistema/processo e promover o andamento:  
00214536120054019199

e) Julgar com prioridade, sem estabelecimento de prazo:

00099009020104010000	00150094920014013800	00265461920034013300
00406259120124010000	00515277420104010000	00613064620034013800

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

No período de fevereiro a abril de 2015, foi feita triagem no acervo e 21.000 processos que estavam no Gabinete foram analisados. Apenas os agravos digitais não foram vistoriados nessa seleção inicial (4.555 agravos). No momento inicia-se a triagem dos agravos digitais.

Os processos previdenciários foram separados por assunto, espécie, tipo de benefício, dentre outros critérios. Essas informações foram inseridas no sistema Juris, de modo que, atualmente, é possível extrair relatórios do sistema para ver qual a realidade de cada assunto. Foi feito o mesmo para os processos de servidores públicos.

Foram separados fisicamente os processos da META 2 do CNJ e, na medida do possível, estão sendo incluídos em pauta tratando-se, na sua grande maioria, de matéria concernente a servidor público.

A principal meta do Gabinete é diminuir o acervo (META 1 do CNJ, julgar mais processos do que os distribuídos). A metodologia usada é o julgamento por matéria, decidindo os processos mais padronizados e mais simples. Procura-se combinar o julgamento dos autos mais antigos com a maior produtividade, decidindo os de matéria padronizada.



Há muitos pedidos de preferência feitos por telefone ou no balcão. O Gabinete atende aos pedidos de preferência quanto aos processos antigos e quando é identificada uma situação emergencial que justifique o atendimento ao pedido.

O maior contingente de servidores atua nos processos previdenciários (5 servidores), sendo que 2 ficam responsáveis pelos processos de servidor público e 4 são incumbidos dos agravos. Na fase de execução, os autos permanecem com os mesmos servidores. A organização das pautas é feita por matéria, sendo que todos minutam votos para determinado assunto, em cada pauta. Assim, todos os se qualificam para lidar com todos os temas.

Não são feitas reuniões sistemáticas com os servidores, a não ser quando existe alguma questão pontual que recomende a reunião. Há preocupação com a padronização dos votos, motivo pelo qual uma servidora fica incumbida de zelar por essa padronização. Sempre que o Desembargador efetua alguma alteração no voto, a encarregada informa aos demais, para que as alterações sejam imediatamente implementadas.

Os servidores têm se sentido estimulados e vêm aumentando a sua produtividade. Tal aumento da produtividade decorre, ainda, do treinamento, já que não atuavam com matéria previdenciária antes da vinda do Desembargador Jamil para o Gabinete. Não são fixadas metas individuais de produtividade, mas apenas coletivas. As metas de produtividade visam, basicamente, a permanente redução do acervo como um todo.

Quando há possibilidade de conciliação, o Núcleo Central de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos e Cidadania do TRF toma a iniciativa de solicitar os processos aos gabinetes. Eventualmente, se a parte propõe a conciliação por meio de petição, havendo concordância da outra parte, a homologação do acordo é feita no próprio Gabinete, não havendo necessidade de envio dos autos ao Núcleo.

A unidade vem remetendo processos para as câmaras regionais previdenciárias. São solicitados os processos distribuídos até dezembro de 2012. Faz-se a seleção e remetem-se, a cada quinze dias, 150 processos oriundos dos Estados de Minas Gerais e da Bahia. A experiência tem sido profícua e auxiliado na redução do acervo.

São priorizados os julgamentos dos feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa. O controle de prazo para julgamento é realizado levando em consideração a META 2 do CNJ, conjugado com o critério de produtividade já explicitado acima. As metas são fixadas pelo Magistrado em discussão com o Chefe da Assessoria e a Assessora CJ-2. Os demais servidores não participam das decisões sobre o estabelecimento de metas.

Periodicamente, é feita a reavaliação das metas e métodos de trabalho estabelecidos, considerando o número de processos que são levados a julgamento, ou seja, os resultados da produtividade.

É exigido que se mantenha boa produtividade, com respeito às individualidades. Caso alguém precise de flexibilização de horário, por exemplo, isso é atendido. Assim, é mantido um bom relacionamento com os servidores.

O atendimento dos advogados pelo Desembargador é feito a qualquer hora, sem necessidade de agendamento. Ainda não passaram por nenhuma inspeção anterior, exceto a autoinspeção do CJF. Os processos vistoriados na autoinspeção estão separados e sendo julgados na medida da possibilidade.

O fato de haver grande rodízio de desembargadores nos acervos previdenciários faz com que não haja uma memória do resultado das últimas inspeções, inclusive em relação à movimentação dos processos selecionados.

O Gabinete enfrenta as seguintes dificuldades: carência de servidores - considerando o elevado acervo dos gabinetes previdenciários, que têm o mesmo número de servidores dos demais gabinetes -, e três sistemas de informática que não se comunicam entre si, o que dificulta muito o manuseio e a geração de dados.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

O Desembargador Jamil ingressou no Gabinete como juiz convocado em outubro de 2014, tendo sido promovido a desembargador em 16/12/2014, atuando, portanto, há menos de um ano no acervo. A equipe ainda está sendo treinada para atuar em processos previdenciários e de servidores públicos. Em razão disso, até a presente data, não se reduziu o montante.

O número de feitos julgados nos últimos doze meses (agosto/14 a julho/15) foi substancialmente inferior ao dos outros dois gabinetes que integram a 1ª Turma. A equipe deve, assim, enfrentar o desafio de reverter o cenário de aumento de acervo (o número de processos julgados deve ser superior aos que são distribuídos). Nesse cenário, revela-se acertada a meta estabelecida pelo Desembargador Jamil, que vem se concentrando na elaboração de votos padronizados e na organização de pautas temáticas, ainda que isso represente a não priorização de processos antigos que sejam mais complexos.

Por outro lado, o não estabelecimento de metas individuais de produtividade pode ser um óbice para a redução efetiva do acervo, pois os servidores não se sentem individualmente cobrados a elaborar um número mínimo de votos por sessão. Tais metas devem ser estabelecidas levando em conta a peculiaridade das tarefas desempenhadas por cada assessor. Os que atuam em processos mais simples e padronizados devem produzir número maior de votos do que os que operam em feitos mais complexos.

A adoção de uma política de conciliação mais efetiva, com a organização de mutirões nos estados mais populosos, mobilizando órgãos públicos e suas procuradorias, poderia obter solução de lides que estão em grau de recurso no Tribunal há anos. A vantagem da solução negociada da lide é evidente, pois elimina a

interposição de recursos para os tribunais superiores e a fase de liquidação e execução de julgados.

### Observações sobre os feitos sobrestados

a) Processos com movimentação restabelecida em julho/2015 e localizados na 1ª Turma (estavam sobrestados aguardando julgamento de recurso repetitivo de controvérsia no STF n. 631.240):

0032812-81.2010.4.01.0000	0033266-61.2010.4.01.0000
0032826-65.2010.4.01.0000	0033129-79.2010.4.01.0000
0032824-95.2010.4.01.0000	0032803-22.2010.4.01.0000
0032837-94.2010.4.01.0000	0032778-09.2010.4.01.0000
0037841-15.2010.4.01.0000	0031842-81.2010.4.01.0000
0044590-48.2010.4.01.0000	0030180-82.2010.4.01.0000
0053542-16.2010.4.01.0000	0002088-94.2010.4.01.0000
0048962-40.2010.4.01.0000	0003030-29.2010.4.01.0000
0048951-11.2010.4.01.0000	0004475-82.2010.4.01.0000
0047449-37.2010.4.01.0000	0024931-53.2010.4.01.0000
0047444-15.2010.4.01.0000	0025115-09.2010.4.01.0000
0047432-98.2010.4.01.0000	0026607-36.2010.4.01.0000
0045356-04.2010.4.01.0000	0026607-36.2010.4.01.0000
0045086-77.2010.4.01.0000	0026607-36.2010.4.01.0000
0044099-41.2010.4.01.0000	0026612-58.2010.4.01.0000
0041187-71.2010.4.01.0000	0030178-15.2010.4.01.0000

b) Processos com movimentação restabelecida com conclusão em 17/8/2015 (estavam sobrestados, aguardando julgamento de recurso repetitivo de controvérsia no STF n. 631.240): 0014351-27.2011.4.01.0000 e 0046560-49.2011.4.01.0000.

c) Cartas precatórias que foram devolvidas para o juízo deprecante, mas não baixadas no sistema: 0020603-51.2008.4.01.0000 e 0020604-36.2008.4.01.0000.

d) Processos sobrestados na Coordenadoria de Recursos porque foram digitalizados e encaminhados ao STJ:

0054439-58.2012.4.01.3400	0054418-82.2012.4.01.3400
---------------------------	---------------------------

0032281-29.2009.4.01.0000	0033179-61.2008.4.01.3400
0010522-09.2009.4.01.0000	0052055-16.2007.4.01.0000
0019482-12.2003.4.01.9199	0049169-92.2007.4.01.9199
0040457-84.2005.4.01.9199	0008530-71.2003.4.01.9199

e) Processos encaminhados ao STF:

0012179-05.2008.4.01.3400	0135309-28.2000.4.01.0000
---------------------------	---------------------------

f) Processos sobrestados aguardando juntada de AR:

0019519-43.2007.4.01.3300	0034366-94.2013.4.01.9199
0024294-49.2008.4.01.3500	

g) Processos com movimentação restabelecida após juntada de AR:

0071527-41.2013.4.01.9199	0029627-25.2007.4.01.3400
0046689-34.2013.4.01.9199	

h) Processo devolvido pela Procuradoria Regional da República e recebido pela 1ª Turma: 001740-48.2007.4.01.3600

i) Processos sobrestados/suspensos por prazo determinado:

0056244-17.2009.4.01.9199	60 dias	12/8/2015
0062377-36.2013.4.01.9199	180 dias	12/8/2015

\* Informações extraídas do sistema JURIS em 18/8/2015.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

A análise dos processos por amostragem demonstrou que há alguns feitos que dependem de providências simples, mas estão paralisados. Por exemplo, identificaram-se autos que foram enviados ao Tribunal apenas por força de remessa necessária, outros que estão paralisados dependendo apenas de julgamento de embargos de declaração, e feitos que estão aguardando julgamento cujo objeto da lide já é matéria pacificada nos tribunais superiores.

Nesse cenário, recomenda-se que se intensifique o esforço já adotado na triagem dos processos para identificar os mais simples, que possam ser resolvidos rapidamente, como nos casos citados. Ademais, que organizem os mutirões de pautas temáticas. É interessante recorrer ao expediente de solicitação de horas extras ao Tribunal, para atingir a meta de redução sensível do acervo em médio prazo.

As entrevistas realizadas com os 3 magistrados da Primeira Turma revelaram pouca troca de experiência entre as equipes. As metodologias de trabalho implantadas por cada equipe não são compartilhadas com as demais. Recomenda-se, assim, que os gabinetes procurem compartilhar as boas práticas, de modo que os bons resultados colhidos por um sejam multiplicados para os demais.

É importante registrar que os gabinetes previdenciários estão praticamente inviabilizados pelo número de feitos em tramitação. O problema só será resolvido com a adoção de medidas de reestruturação do Tribunal, como a modificação de competência das turmas, retirando-se dos colegiados previdenciários a competência para julgar servidores públicos civis e militares.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA**

**JUIZ FEDERAL CONVOCADO CARLOS PIRES BRANDÃO**

**Especialidade:** servidores públicos civis e militares – exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra seção; e benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Juiz Federal convocado **CARLOS PIRES BRANDÃO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 1ª Turma e 1ª Seção

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** 1º/12/2014

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas, tendo em vista ser juiz convocado.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Juiz convocado.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	7	1	6	3	4	21	13
Inspeção/2015	12	-	2	3	4	21	8

A força de trabalho total em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013. Todavia, houve redução de 5 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	42.334
Acervo no TRF (julho/2015)*	36.895
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	28.372
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)**	21.232
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	82
Acervo de sobrestados (julho/2015)	44

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

**Nota:**

\* Existem atualmente 2.009 processos em andamento sob a relatoria da Desembargadora Ângela Catão, anterior titular deste acervo, fora da fase de conclusão, localizados na 1ª Turma e que ainda não sofreram movimentação para o Juiz Federal convocado que assumiu o acervo previdenciário em novembro de 2014. Por essa razão, o acervo do gabinete do Dr. Carlos Augusto Pires Brandão identificado no sistema processual (34.886 processos) em julho de 2015 somado aos que ainda não foram redistribuídos é de 36.895 processos.

\*\* É importante observar que a acentuada redução do acervo a partir de agosto de 2014 deve-se também ao número de processos que foram julgados nos meses imediatamente anteriores ao período analisado, onde a então titular da unidade julgou 4.097 processos no período de junho e julho de 2014, cujos resultados, no entanto, não foram computados para cálculo do fluxo processual naqueles meses.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 7.140 e o de sobrestados reduziu em 38.

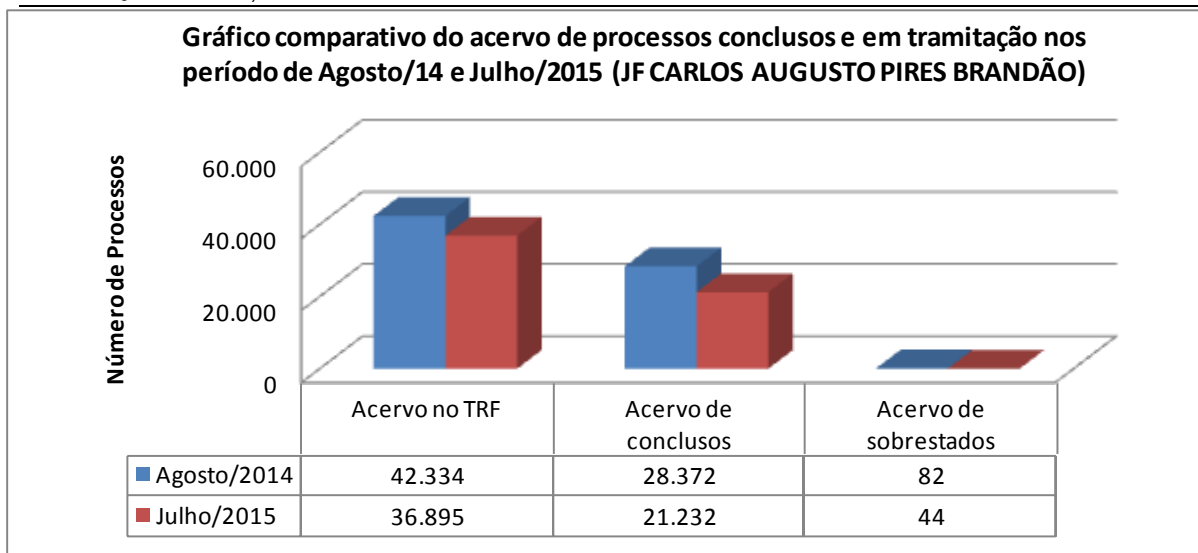
Quanto à redução de feitos conclusos, note-se o fato de que, até 1º/8/2015, 2.500 foram remetidos às recém-instaladas câmaras regionais previdenciárias, segundo dados informados pela Divisão de Estatística do Tribunal.

A Chefe do Gabinete forneceu relação de 37 autos sobrestados, com os respectivos andamentos. A equipe de inspeção apurou a situação desses feitos, por meio dos extratos de andamento processual, o que está reportado no item 5 do presente Relatório.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 21.188 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 2.649 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 5.439 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	10.168
<b>Total de Processos (saídas)</b>	14.205
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-4.037
<b>Processos distribuídos</b>	9.981

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

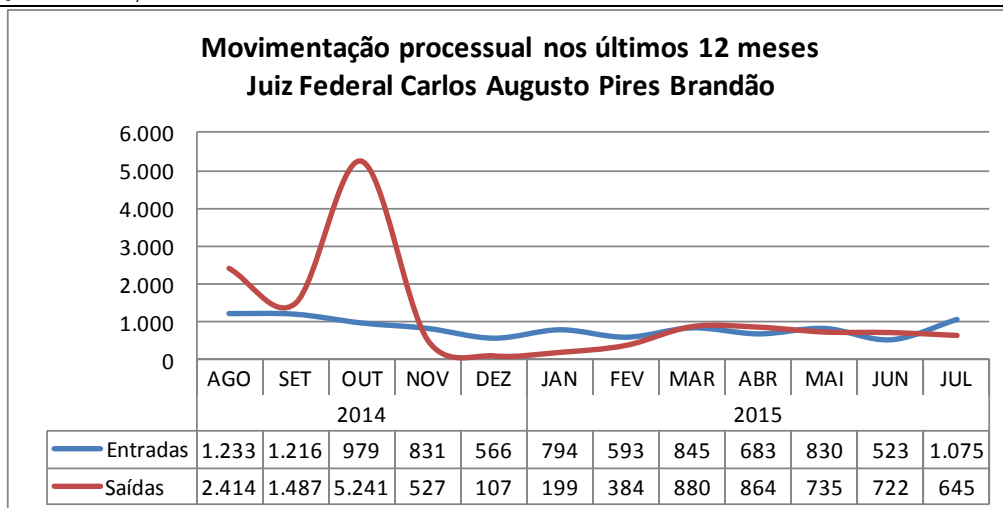
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 10.168 e saída de 14.205 processos, resultado que se deve também ao número de processos julgados antes da assunção do acervo pelo atual magistrado, conforme o gráfico a seguir, que demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:





Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	12.918
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	471
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	764
<b>TOTAL</b>	14.153
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	26,14%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	886
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	68

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 14.153 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 9.981, ou seja, o número de julgados superou em 4.172 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 471 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 764 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 26,14%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 886 embargos de declaração e 68 agravos legais/regimentais.

Quanto ao número de processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado, a Chefe do Gabinete afirmou não ter elementos para fornecer esses dados. Não há uma forma de extrair esses números do sistema e só seria possível informar os que possuem decisões monocráticas do relator não levadas

ao colegiado com a análise de cada um deles, o que se mostra impossível durante a inspeção, diante do número elevado de feitos em tramitação.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	58
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	37
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	277
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	1.109
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1.472
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	1.355
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (21.232 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 4.308, representando 20,29%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

ANOS	JUIZ CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO		
	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991		1	
1992			
1993			
1994			
1995			
1996	1	1	1
1997			1
1998			1
1999	2	2	2
2000	3	2	4
2001	2	1	6
2002	2		7
2003	2	3	5
2004	3	3	11
2005	8	11	20
2006	46	28	37
2007	617	394	277
2008	2.275	1.711	1.109
2009	4.361	2.783	1.472
2010	4.774	2.768	1.355
2011	6.811	4.761	2.233
2012	7.358	4.675	2.604
2013	5.429	5.523	3.630
2014	-	5.144	5.294
2015	-	-	3.163
<b>Total</b>	<b>31.694</b>	<b>27.811</b>	<b>21.232</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados, lembrando que houve a remessa de parte deles para as câmaras regionais

previdenciárias. Em setembro/2013 havia 12.073 processos distribuídos entre 2006 e 2010 e, atualmente, há 4.250. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2011, se compararmos ao mês de setembro/2013. Observa-se, ainda, maior concentração a partir do ano de 2011.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos nos anos de 2008 e 2009, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no TRF.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	9
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	112
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não havia processos do Gabinete liberados para revisão, mas em julho de 2015 existiam 9 feitos que aguardavam voto-vista. Segundo a Chefe do Gabinete, na data da inspeção já não havia processos do Gabinete com outros desembargadores para voto-vista.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	13
Outras situações	41
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão ou para declaração de voto, bem como a existência de 6 para voto-vista. Nesta situação há os seguintes processos sem movimentação há mais de 60 dias, recomendando-se a movimentação no prazo de 60 dias:

200834000203789	200934000312002	00095054920114013400
00005083420134014200	00337891920134019199	00450074420134019199

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 144 feitos selecionados para inspeção, 135 foram inspecionados. A maioria, fisicamente localizados na unidade, estava identificada e com registros processuais pertinentes. Os outros 9 autos selecionados pertenciam a outros gabinetes e foram inspecionados por outras equipes de inspeção.

Os autos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de 64 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2005.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foi identificado um processo remanescente da correição/2014 para acompanhamento na atual: 00200373420104010000.

Foram inspecionados dois processos em razão de representação por excesso de prazo, os quais remanescem pendentes de providências: 00558882220104013400 e 200738120020203.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, segundo informações da Chefe do Gabinete, não há processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Proceder à baixa no sistema: 00231020320114010000;

b) Julgar no prazo de 30 dias:

00024254120064014101	00028994119984013600	00029541719974013700
00049241120084010000	0052331720074019199	00173425920054013500
00182974620074010000	0191593620064013400	00245694219964010000
00044441620074013800		

c) Julgar no prazo de 60 dias:

00008137120054013400	00124087220114010000	0200486820074010000
00219952120114010000	00224069820104010000	0251052820114010000
00541109520114010000	00005580220094014200	00085959020084019199

d) Julgar no prazo de 90 dias:

00051392220074014300	00062673720114010000	0068382819994010000
00172164220094019199	00201747920024013400	0232039620054013800
00234979220024013400	00588421220074019199	

e) Julgar até o final do ano de 2015:

00000178220074013700	00000325220064013808	0002499420064013000
00004939120054013700	00009643920074013700	0010547420074013400
00011655920064013702	00014109120074013813	0014339120074013601
00021036020064013700	00022189520044014300	0025896620024013900
00026644820064014100	00031503820034014100	0032529120064013700
00034362120084010000	00041766620064014100	0044619620004013800
00046054420074013600	00049820420054013400	0053014420064013300
00066101920054013500	00066565120054014100	0074785020074010000
00077745220094019199	00080456620074013400	0084320220084013900
00086175620064013400	00102063120074013600	0103786920084010000
00110489720054013400	00121282820064019199	0121826720024013400
00155035220074010000	00155869220034013400	0157518220074013600
00160558020084010000	00165679620044013300	0181216620044013300
00192974720084010000	00199428920064013800	0200530720094013400
00208673920064010000	00209937420054019199	0211054320064013400
00212445820074013400	00222239820084010000	0224739720004013400
00239831919984013400	00248319220104013300	0265859420094013400
00269701120064013800	00275821920054013400	0276211120084013400
00276305120094010000	00279330220084010000	0281001920084010000
00290612320094010000	00343537620064013400	0343719020084013800
00348396420024013800	00361002220094019199	0361713220034013800
00362186620084013400	00367981420084010000	0371652320084013400
00395964520084010000	00464144720074010000	0471956420104010000
00497283020094010000	00449226420084010000	0518978720094010000
00558882220104013400	00591307220084010000	0638008520104010000

00695314720094019199.		
-----------------------	--	--

f) Regularizar a fase processual no sistema/processo e promover o andamento:

00003504720064013804	00020374620074013603	0021284720084010000
00059307720054014100	00202237120114019199	0355964520124013400
00485745420124013400	00579933320104013800	0603920820084019199
00691503420124019199		

g) Julgar com prioridade, sem estabelecimento de prazo:

00016137620034013301	00084214020124013800	231618419994013500
0024154622010401330	00359707120054019199	00372923420024019199

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, estando muitos feitos da amostragem sem movimentação processual há vários anos, o que exige plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, tendo em vista o número elevado de feitos que compõem o acervo, o que reclama a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação na unidade.

#### 4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

O acervo foi redistribuído em dezembro/2014. A triagem foi feita, inicialmente, por matéria e, atualmente, está ocorrendo uma seleção mais detalhada, por assunto, ano e prioridade. Os processos que hoje são recebidos provêm da Turma ou da Coordenadoria de Registros de Informações Processuais – CORIP e são inicialmente separados por 3 servidores bacharéis em Direito. De plano são verificadas e adotadas as providências imediatas e, somente após isso, os autos são organizados nos armários. Há esforço em colocar nos armários apenas os processos que não possam ser julgados imediatamente, o que se viabiliza, geralmente, quando a matéria é padronizada.

Os processos físicos são armazenados em armários numerados, separados por matéria e classificados por ano (antiguidade), já os feitos com pedido de prioridade são colocados em um armário específico.

A análise dos autos pelos servidores é feita por matéria. Um assessor CJ-2 trabalha somente nos processos de servidor público (inclusive embargos à execução).

A Chefe da Assessoria e os oficiais de gabinete minutam os votos dos demais processos. Um dos oficiais de gabinete faz somente os agravos (processos digitais).

Hoje o Gabinete possui um passivo de embargos de declaração referentes a acórdãos proferidos por outros desembargadores. Em razão disso, optou-se por destacar um dia - em regra, quinzenalmente - para esforço concentrado de todos os assessores no julgamento de embargos de declaração. Além disso, um servidor da Secretaria do Gabinete, que é bacharel em Direito, faz a triagem inicial dos embargos de declaração, separando os que dizem respeito à matéria padronizada e são mais simples, para que sejam julgados de forma mais célere.

Quando os estagiários de Direito ingressam, iniciam suas atividades fazendo triagem de processos. Depois, são treinados para fazer relatórios e votos mais simples, como os processos de LOAS. É adotado também regime de esforço concentrado por matéria. No mês de junho, por exemplo, empreendeu-se esforço concentrado em horas extras (deferidas pela Administração) em processos de aposentadoria por invalidez.

O Gabinete estabelece 3 ordens de prioridades: idade (autores nascidos até 1940); longevidade do processo, e autores inválidos (processos cujo objeto seja aposentadoria por invalidez). Quanto à longevidade dos processos, não é levada em consideração necessariamente a data de distribuição do feito no Tribunal, mas sim a data do ajuizamento da ação na primeira instância.

O Núcleo Central de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos e Cidadania define a matéria para acordo e o Gabinete seleciona os processos pertinentes e envia ao Núcleo. Se for realizado o acordo, o próprio setor arquiva o processo; caso contrário, os autos retornam ao Gabinete para julgamento.

Os feitos adiados são levados na sessão seguinte. Em todas as sessões são levados processos para julgamento em mesa (agravos regimentais e embargos de declaração).

No âmbito da Seção da 1ª e 2ª Turmas, são levados os conflitos de competência e os embargos de declaração, feitos de responsabilidade da Chefe de Assessoria.

Como o acervo é muito numeroso, adotam-se os critérios para julgamentos já referidos acima, inclusive considerando as prioridades estabelecidas. Assim, não há como fixar prazos para julgamentos.

A Assessoria tem como meta reduzir o acervo e, para tanto, tenta analisar processos em número superior ao quantitativo de entrada. Contudo, para alcançar essa meta, estima-se que seria necessário cada servidor analisar de 10 a 15 processos por dia, o que se mostra inviável. Uma solução possível, e que já foi adotada com sucesso, é a realização de mutirões dos servidores com trabalho em horas extras. Contudo, para isso, necessária se faz a autorização da Administração do Tribunal.

São feitas reuniões periódicas com a assessoria, geralmente uma vez por mês, para análise dos dados estatísticos e definição dos processos de trabalho, para que possam ser cumpridas as metas individuais e coletivas. O planejamento é reavaliado

nessas reuniões, para verificação de sua eficiência. Todos os assessores participam desse debate, têm liberdade para sugerir formas de trabalho, métodos, novas metas, bem como são convidados a fazer sua análise do desempenho, propor sugestões, soluções, etc.

Existem metas individuais e uma meta coletiva da Assessoria. Há preocupação maior com as metas coletivas, de forma a respeitar a individualidade de cada servidor. Cada um com suas características, todos têm contribuído com a produtividade do Gabinete. O estabelecimento da meta coletiva é feito de acordo com os dados estatísticos e reforça o espírito de equipe.

Todos os assessores recebem gratificação FC-5. Os pleitos dos assessores a respeito de férias, horário de trabalho, dentre outros, geralmente são atendidos mediante o critério de antiguidade no Gabinete. As gratificações substituíveis ocorrem em sistema de rodízio. Esse método tem mantido os servidores motivados, na medida em que prestigia cada um, pois todos são comprometidos com o Gabinete. Além disso, todos têm a experiência de exercer temporariamente a função de Chefe da Assessoria. O mesmo critério é usado pela Chefe do Gabinete quanto aos servidores da Secretaria. É elaborada uma escala de férias, de modo que não mais do que dois servidores estejam fora ao mesmo tempo. Os recursos materiais disponibilizados têm sido suficientes. Houve problemas nas instalações elétricas que, em princípio, já foram superados. Tem sido feita reciclagem e reutilização de papéis.

O principal problema do Gabinete é a carência de pessoal, considerando a quantidade de processos.

Os advogados são atendidos pessoalmente pelo Juiz. Caso o Magistrado não esteja presente por estar em sessão ou por outro motivo, é feito o agendamento para posterior atendimento. Quando solicitado pelos advogados, o atendimento é feito pela Assessoria.

Os processos da autoinspeção foram separados em um armário e estão sendo julgados paulatinamente. O mesmo tratamento será dado aos feitos que estão sendo analisados na presente inspeção.

O Tribunal criou 2 câmaras regionais previdenciárias para julgamento de processos previdenciários, nos Estados de Minas Gerais e da Bahia. A experiência tem sido exitosa. Alguns advogados deram retorno ao Gabinete noticiando que os feitos já foram julgados. Os servidores de primeira instância que atuam nas câmaras foram treinados por servidores do Tribunal, inclusive desse Gabinete. As câmaras são presididas por um desembargador e compostas por juízes de 1º grau designados.



## 5) OBSERVAÇÕES GERAIS

Com a remoção da Desembargadora Federal Ângela Catão, passaram pelo Gabinete dois juízes federais convocados. Tal situação causou impacto na gestão do acervo. A precariedade da situação do Juiz Federal convocado o impede de organizar e treinar sua equipe da forma como faria o desembargador federal. Mesmo assim, houve diminuição do acervo nos últimos dois anos, inclusive com sensível redução dos feitos mais antigos, como visto no presente relatório. A adoção de mutirões pela equipe tem sido profícua. Embora o critério cronológico seja o mais justo e atenda à determinação do CNJ, os mutirões temáticos apresentaram bons resultados para redução do acervo. Há carência de servidores, que deve ser imediatamente suprida. Inclusive, houve redução sensível do número de servidores nos últimos dois anos na área-fim.

Importante registrar que a unidade possui número de embargos de declaração (886) pendentes de julgamento bastante relevante. Tal situação recomenda especial atenção e prioridade ao julgamento de tais recursos, inclusive em razão de tratarem de matéria já apreciada no julgamento do recurso originário pela Turma. O esforço despendido pela Assessoria em relação aos embargos de declaração, relatado acima, deve ser assim intensificado.

A adoção de uma política de conciliação mais efetiva, com a organização de mutirões nos estados mais populosos, mobilizando órgãos públicos e suas procuradorias, poderia obter solução de lides que estão em grau de recurso no Tribunal há anos. A vantagem da solução negociada da lide é evidente, pois elimina a interposição de recursos para os tribunais superiores e a fase de liquidação e execução de julgados.

### Observações sobre os feitos sobrestados

Foram examinados os extratos de andamento dos 37 processos sobrestados, identificando-se 11 que estariam sobrestados, aguardando a juntada de avisos de recebimento de correspondências expedidas. Contudo, apenas em um caso o AR não foi devolvido (00489787620094019199). Nos demais 10 feitos, os ARs já haviam retornado em considerável lapso de tempo, não se justificando mais, *s.m.j.*, a manutenção do feito na situação de sobrestado. São eles:

00153742220124019199	00153742220124019199	00563054820144010000
00386525720094019199	00496770420084019199	00241001920114019199
00562810520134019199	00305244320124019199	00279444520094019199
00173948820094019199		

Ademais, foram identificadas as seguintes situações de feitos sobrestados:

00056553820034013700	baixa em diligência para a Justiça Federal de São Luís/MA, em 20.3.09.
00193636120074010000	Carta precatória remetida ao TRF3 em 6.12.07, sem notícia de retorno.
00301943720084010000	Carta precatória remetida ao TRF3 em 10.3.09, sem notícia de retorno.

Há 3 feitos encaminhados ao Núcleo Central de Conciliação:

00671705720094019199	00433114620084019199	00433114620084019199
----------------------	----------------------	----------------------

Constaram 11 feitos sobrestados para aguardar julgamento de recursos representativos de controvérsia ou com repercussão geral no âmbito dos tribunais superiores. Contudo, conforme extratos de andamento processual, em todos os casos os paradigmas já teriam sido julgados nas instâncias superiores:

00405015020084010000	00237349720094010000	00657474820084010000
00437033520084010000	00044783720104010000	00050205520104010000
00050058620104010000	00500006420104010000	00428612120094010000
00480958120094010000	00124849620114010000	

Finalmente, há nove feitos sobrestados, que estão tramitando eletronicamente no STJ, segundo extratos de movimentação processual.

## 6) RECOMENDAÇÕES

A análise dos processos por amostragem demonstrou que há feitos que dependem de providências simples, mas estão paralisados. Identificaram-se, por exemplo, processos que foram enviados ao Tribunal apenas por força de remessa necessária, outros que estão paralisados dependendo apenas de julgamento de embargos de declaração, e feitos que estão aguardando julgamento cujo objeto da lide já é matéria pacificada nos tribunais superiores.

Nesse cenário, recomenda-se que o Gabinete intensifique o esforço que já vem sendo adotado na triagem dos processos, para identificar os mais simples, que possam ser resolvidos rapidamente, como nos casos acima; ademais, que organizem os mutirões de pautas temáticas. É interessante recorrer ao expediente de solicitação de horas extras ao Tribunal para atingir a meta de redução sensível do acervo em médio prazo.

As entrevistas realizadas com os 3 magistrados da Primeira Turma revelaram que há pouca troca de experiência entre as equipes. As metodologias de trabalho implantadas por cada equipe não são compartilhadas com as demais. Recomenda-se,

assim, que os gabinetes procurem compartilhar as boas práticas, de modo que os bons resultados colhidos por um sejam multiplicados para os demais.

É importante registrar que os gabinetes previdenciários estão praticamente inviabilizados pelo número de feitos em tramitação. O problema só será resolvido com a adoção de medidas de reestruturação do Tribunal, destacando-se a modificação de competência das turmas, retirando-se dos colegiados previdenciários a competência para julgar servidores públicos civis e militares.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como atender às indicadas nos itens 2 e 3, aplicando aos demais do acervo geral, que se encontrem em situação semelhante.

## GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO MORAES

**Especialidade:** servidores públicos civis e militares, exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra seção; e benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **CÂNDIDO MORAES**

**1.2. Órgãos de atuação:** 2ª Turma, 1ª Seção e Órgão Especial.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 5/11/2013

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	11	1	2	4	4	22	7
Inspeção/2015	5	-	11	3	5	24	11

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 2 auxiliares a mais, e houve incremento de 4 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRIO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	37.374
Acervo no TRF (julho/2015)	37.961
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	33.873
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	28.128
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	1
Acervo de sobrestados (julho/2015)	9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses o acervo de processos conclusos diminuiu em 5.745 e o número de processos sobrestados subiu em 8.

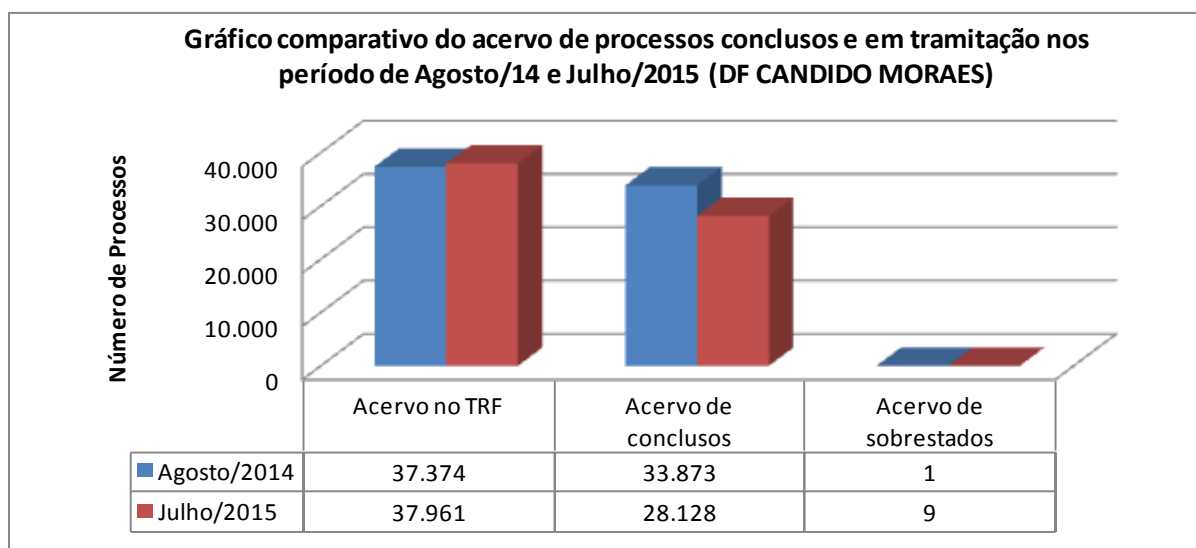
Quanto à redução de processos conclusos, note-se o fato de que, até 1º/8/2015, 2.695 processos foram remetidos às recém-instaladas câmaras regionais previdenciárias, segundo dados informados pela Divisão de Estatística do Tribunal.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, ou em arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial e que não há matéria objeto de suspensão pelo Gabinete.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 28.119 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 2.556 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 587 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	11.020
<b>Total de Processos (saídas)</b>	12.625
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-1.605
<b>Processos distribuídos</b>	10.428

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

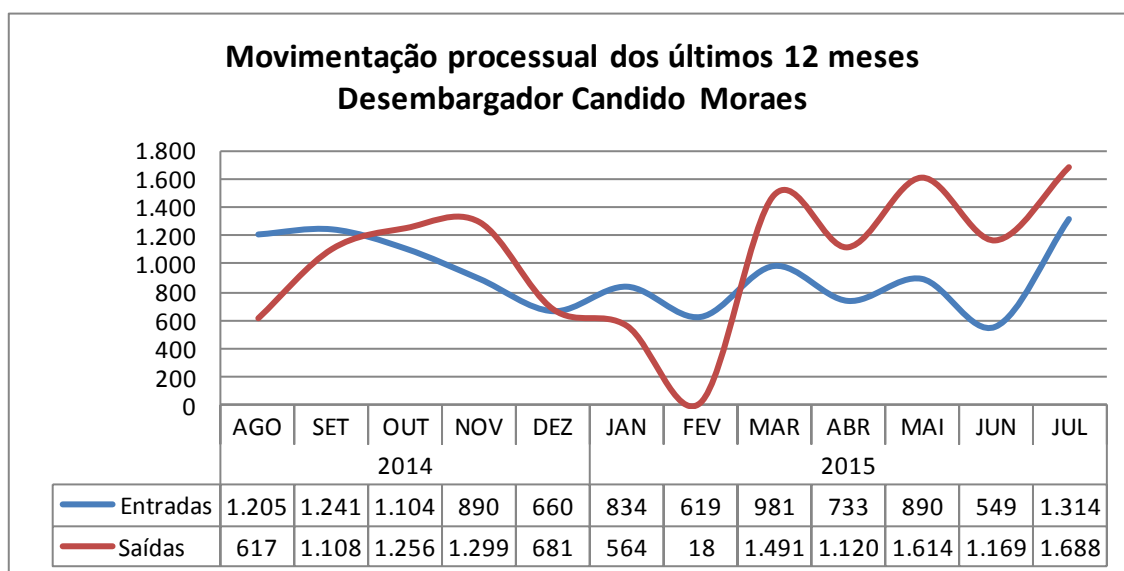
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 11.020 e saída de 12.625 processos.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	10.267
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	1.134
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	915
<b>TOTAL</b>	12.316
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	29,26%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	557
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	71

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 12.316 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 10.428, ou seja, o número de julgados superou em 1.888 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise foram julgados 1.134 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 915 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 29,26%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 557 embargos de declaração e 71 agravos legais/regimentais.

Não existe controle pelo Gabinete de processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	197
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	66
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	591
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	1.045
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1.480
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	1.953
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos na unidade (28.128 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 5.332 processos, representando 18,96%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos conclusos existente em 2013, 2014 e 2015 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL CANDIDO MORAES

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994			
1995	2	2	2
1996	9	7	3
1997	6	7	5
1998	3	4	6
1999	3	3	2
2000	26	22	9
2001	33	30	21
2002	49	41	27
2003	39	33	27
2004	70	53	46
2005	82	62	49
2006	90	81	66
2007	1.750	1.402	591
2008	2.383	1.941	1.045
2009	2.919	2.545	1.480
2010	3.378	2.928	1.953
2011	5.597	5.199	3.372
2012	6.949	6.029	4.033
2013	5.926	6.924	5.081
2014	-	6.530	6.986
2015	-	-	3.324
<b>Total</b>	<b>29.314</b>	<b>33.843</b>	<b>28.128</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados; lembrando que houve a remessa de parte deles para as câmaras regionais previdenciárias. Em 2013, havia 2.162 processos distribuídos entre 1995 e 2007 e, atualmente, há 854 para o mesmo período. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2009, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2012. Como os processos muito antigos (854) representam um número pequeno em relação ao universo de processos conclusos para julgamento, estes deveriam ser priorizados em relação aos demais.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ em tramitação na unidade são triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, segundo informação da Assessoria, a unidade trabalha mais com processos distribuídos no ano 2012, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no TRF.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:



<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
<b>Encaminhados para revisão</b>	1
<b>Encaminhados para voto-Vista</b>	35
<b>Encaminhados para declaração de voto</b>	0
<b>Encaminhados para lavratura de acórdão</b>	18
<b>Outras situações</b>	62
<b>TOTAL</b>	116

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que há 1 processo do Gabinete liberado para revisão, mas ainda não pautado pelo revisor, bem como 35 processos que aguardam voto-vista e nenhum para declaração de voto. Todavia, conforme informações repassadas pela Coordenadoria da 2ª Turma, em verdade existem 73 processos que aguardam voto-vista. Isso demonstra a inconsistência do Sistema de Informática.

Neste universo há 56 processos que aguardam providências há mais de 60 dias:

0019311-06.2013.4.01.9199	0038865-24.2013.4.01.9199
0021656-42.2013.4.01.9199	0046094-35.2013.4.01.9199
0039147-62.2013.4.01.9199	0060061-50.2013.4.01.9199
2009.33.00.002884-8	0063156-25.2012.4.01.9199
0016274-68.2013.4.01.9199	0065851-78.2014.4.01.9199
0025070-14.2014.4.01.9199	0069163-62.2014.4.01.9199
0026565-30.2013.4.01.9199	0008788-32.2013.4.01.9199
0033447-71.2014.4.01.9199	0015313-30.2013.4.01.9199
0051687-45.2013.4.01.9199	0026081-15.2013.4.01.9199
0057640-87.2013.4.01.9199	0066888-77.2013.4.01.9199
0005312-49.2014.4.01.9199	0011469-72.2013.4.01.9199
0021698-91.2013.4.01.9199	0023904-78.2013.4.01.9199
0039169-23.2013.4.01.9199	0024286-71.2013.4.01.9199
0002724-69.2014.4.01.9199	0027903-39.2013.4.01.9199
0007704-93.2013.4.01.9199	0046215-63.2013.4.01.9199
0019112-47.2014.4.01.9199	0048936-56.2011.4.01.9199
0019507-39.2014.4.01.9199	2006.33.07.008488-0
0020267-85.2014.4.01.9199	2008.38.03.002994-8
0020644-56.2014.4.01.9199	0007733-80.2012.4.01.9199
0031425-40.2014.4.01.9199	0034971-40.2013.4.01.9199
0034412-83.2013.4.01.9199	0042575-52.2013.4.01.9199
0070883-98.2013.4.01.9199	0067480-24.2013.4.01.9199
0005995-86.2014.4.01.9199	0017695-93.2013.4.01.9199
0010292-39.2014.4.01.9199	0069484-34.2013.4.01.9199
0010908-14.2014.4.01.9199	0016151-70.2013.4.01.9199
0027158-59.2013.4.01.9199	0037456-13.2013.4.01.9199
0033864-58.2013.4.01.9199	0057536-95.2013.4.01.9199
0035356-85.2013.4.01.9199	0026860-53.2012.4.01.0000

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	4
Outras situações	25
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, 4 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Todavia, conforme informações repassadas pela Coordenadoria da 2ª Turma, em verdade existem 5 processos que aguardam voto-vista. Isso demonstra a inconsistência do Sistema de Informática.

Nesta situação há 3 processos sem movimentação há mais de 60 dias:

2007.38.00.033602-3	2009.38.14.001791-0	0068535-15.2010.4.01.9199
---------------------	---------------------	---------------------------

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 145 feitos selecionados para inspeção, 143 foram inspecionados. Os processos que se encontravam fisicamente na unidade estavam identificados e com os registros processuais pertinentes. Todavia, não foram localizados os seguintes feitos: 00062299820064010000 e 00296204320014013400.

O processo que tramitava em unidade externa (00079580320124019199 – câmaras regionais previdenciárias) e o que não estava fisicamente disponível (00698067920084010000 – autos eliminados pela Coordenadoria) foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. Em relação a este último, foi providenciada a baixa no Sistema Processual.

A amostragem revelou a existência de 45 feitos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2003.

Na unidade, verificaram-se grandes discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Foi inspecionado 1 processo em razão de representação por excesso de prazo que não demanda providência específica (00079580320124019199), pois foi remetido às câmaras regionais previdenciárias.

Na listagem, constaram processos extraviados (00062299820064010000 e 00296204320014013400); e, no acervo geral, não foram apurados feitos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) publicar acórdão no prazo de 10 dias:

00464694920044013800	00002409820074013000	00172462920004013400
00125796320014013400	00074955041998401000	00074955041998401000
00298940720014013400	00347628120074019199	00390076720094019199
00362298520134019199	00385083520004013400	

b) apresentar em mesa no prazo de 30 dias (processos com julgamento adiado):

00037480620124019199	00003298720004013802	00176428320114019199
00021900320034013803	00025163920074013700	

c) julgar embargos de declaração no prazo de 30 dias:

00379152120004010000	01350668420004010000	00013042020014013400
00462406720004013400	00004346520034013800	00327997220074013400
00313029120044019199	00229473420004019199	00303721520014013400
00174218620014013400	00290802920004013400	00438113020004013400

d) julgar, até o final do ano de 2015:

00190022720064013800	00008792820034013301	00123043719984010000
00439350820034013400	00052544120054014000	00158573419994013500
00281893220054013400	00023493719984013700	00438944120034013400
00155591220034013400	00204174520064013800	00280475520064013800
00141604920064013300	00394185720034013400	00981279019994019199
00047031420024013500	00388695220004013400	00272589220064013400
00302600720054013400	00094126020054013800	00146469320034019199
00012017920074013504	00255557220054013300	00077858020034013803
00266283620064013400	00620690520104019199	00020176920044013600
00102669020054013400	00102669020054013400	00061226820084013400
00280233220034013800	00023152120094010000	00103823820014013400
00065466320064013600	00028592520044013802	00002902520074014100
00455061920004013400	00351866520044013400	00208254320044013400
00078994820054013803	00036343220064013200	00364029020064013400
00006342920044013900	00000467220064013602	

e) despachar em 10 dias:

00205372819954010000	00150202720044010000	00242957819964010000
00230736020054010000		

f) julgar agravo regimental no prazo de 30 dias:

00080235720064010000	00031179220054013804	00061554320044014000
00059498820104010000	00060408520104013814	

g) publicar despacho em 10 dias:

00390076720094019199	00314637519994013800
----------------------	----------------------

h) tendo em vista todas as diligências já tomadas pelo Gabinete para localização dos autos, sem êxito, recomenda-se a restauração dos seguintes processos, distribuídos há muito tempo e até hoje não julgados, até porque desaparecidos.

00062299820064010000	00296204320014013400
----------------------	----------------------

i) outras providências específicas:

00393406820004013400	apreciar a alegação de erro material em 30 dias.
00315046820044019199	em vista da prioridade de tramitação, julgar processo em 60 dias.
00244753020054019199	em vista da prioridade de tramitação, julgar processo em 60 dias.
00275501420054013400	publicar acórdão de questão de ordem em 10 dias.
00033771520044013802	julgar processo em 60 dias e localizar os embargos declaratórios opostos em 8/2013.
00334397020104013400	corrigir erro material de acórdão em 10 dias.
00052241120064013502	processo deve ser apresentado em mesa no prazo de 30 dias. Dar andamento ao incidente de uniformização de jurisprudência em 30 dias.
00074921720064013800	em vista da prioridade de tramitação, julgar processo em 60 dias.
00233707220024010000	dar andamento aos embargos à execução opostos em cumprimento de sentença em 10 dias.
00002271020004013400	em vista da prioridade legal, julgar embargos declaratórios em 30 dias.
00084103320104010000	em vista da prioridade de tramitação, julgar o processo em 60 dias.
00268605320124010000	providenciar o imediato encaminhamento ao Desembargador para apresentação do voto-vista.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe razoável tramitação do acervo em geral, mas muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo

perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade vem melhorando. Todavia, como o acervo é muito grande, não há perspectivas de saneamento em curto prazo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

A triagem inicial de processos é feita pela Secretaria, momento em que há classificação por matéria e classe, sendo localizados no Gabinete os seguintes processos: idosos - assim considerados aqueles com idade superior a 70 anos -, portadores de doença grave, ações originárias, agravos de instrumento físicos, todos os processos em que há segredo de justiça, aposentadorias por idade rural, salários-maternidade e benefícios assistenciais (LOAS). Os demais são classificados e localizados nos depósitos.

O Gabinete é subdividido em duas áreas: Secretaria, à qual incumbe a triagem dos feitos, despachos/decisões em geral, inclusive processamento e minuta de agravos de instrumento; e Assessoria, responsável pelas demais minutas, havendo especialização do pessoal. Não há meta individualizada, e sim conjunta, de 250 processos semanais. Para atingir a meta, um dia por semana é livre, ou seja, o servidor pode buscar qualquer processo de qualquer matéria para minutar. Ao Assessor compete o exame dos feitos da Seção. Há realização de reuniões informais.

Recentemente, o Desembargador determinou esforço concentrado para zerar os processos de Meta 2, tendo em vista sua aposentadoria próxima. Também há tratamento específico para os feitos com prioridade legal, consoante já explicitado no item triagem supra.

Relativamente à conciliação, o Gabinete faz uso do SISTCON, que intima as partes sobre a possibilidade de acordo; no entanto, não há audiência para tal fim. Além disso, como medida de agilização, têm sido encaminhados processos às câmaras regionais previdenciárias.

Há priorização para os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, que podem ser minutados em bloco, sendo destinado um percentual relativo a decisões de magistrados anteriores e um quantitativo de relatoria do atual desembargador.

Não há controle de prazo para julgamento de feitos além da priorização dos feitos de Meta 2.

O exame de pedidos urgentes, na eventual ausência do Relator, é feito pelos demais desembargadores da Turma, observada sua ordem por antiguidade.

A gestão de pessoal e os recursos materiais competem à Chefe do Gabinete, havendo controle de férias para que não coincidam as de servidores que desempenham as mesmas atividades.

O atendimento a advogados é feito por todos os servidores, sendo que o Desembargador atende preferencialmente às Terças-feiras.

Por fim, quanto às recomendações das inspeções anteriores, apurou-se que não foram observadas - parcial ou integralmente - as seguintes:

- Julgamento monocrático terminativo, dentro dos limites e segundo os requisitos da legislação processual;

- Melhora da inserção, do registro e da atualização de fases processuais no sistema eletrônico, assim como adequação dos lançamentos processuais nos autos físicos, evitando discrepâncias e inconsistências prejudiciais ao controle e ao acompanhamento processual;

- Reexame da distribuição e da atuação funcional dos auxiliares para atender às necessidades específicas das unidades;

- Definição de servidor para executar, em cada unidade, o controle permanente do cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e das determinações dadas pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal na inspeção;

Por outro lado, o Gabinete observou o cumprimento das seguintes recomendações:

- Controle eficiente da frequência e produtividade dos servidores;

- Adequação e organização física do espaço de trabalho e aprimoramento do armazenamento dos processos com as informações necessárias ao efetivo controle do acervo e da situação processual, prioridades e prazos a cumprir;

- Elaboração e execução de plano de trabalho destinado a priorizar o julgamento de feitos com preferência legal, inseridos nas metas do CNJ, bem como os mais antigos na distribuição no TRF1 e na conclusão nas unidades; e

- Elaboração e execução de plano de trabalho para reduzir o tempo médio verificado na tramitação dos feitos, para garantir melhoria no atual fluxo processual e, no curto prazo, a redução do acervo.

Como boas práticas, o Gabinete apontou a triagem, com localização de processos segundo o ano de distribuição e matéria, o que favorece o cumprimento de metas. Além disso, assim que o processo chega, é verificado se houve tutela concedida em primeiro grau e, em caso positivo, se foi cumprida, a fim de intimar para seu cumprimento, caso ainda não noticiado, até porque, em muitos casos, trata-se de concessão de benefícios previdenciários.

O Gabinete tem um banco organizado de modelos bem completos para não perder tempo com sua criação. Também foi apontada como boa prática a criação de sinopses bem elaboradas, que dispensam a leitura integral dos votos em julgamento. A capacitação por meio de cursos foi destacada.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A competência previdenciária é a mais ampla da Justiça Federal, e na 1ª Região a situação não é diferente. Não há, todavia, um atendimento adequado aos gabinetes com competência previdenciária.

A equipe apurou, dentre outras coisas, que não há servidores em número suficiente ao atendimento razoável das funções jurisdicionais.

Ademais, conquanto a solução definitiva para agilizar o julgamento dos processos passe pela ampliação do Tribunal, ou pela divisão da região (com a consequente criação de novos tribunais), existe uma situação de acúmulo de acervo que deve ser solucionada ou, quando menos, mitigada.

Enquanto não se consegue uma solução definitiva, é recomendável a adoção de ferramentas, notadamente de gestão de pessoas e de processos, que possam permitir uma diminuição do acervo.

Nesse sentido, recomenda-se a revisão da competência das turmas do Tribunal. A Primeira e a Segunda Turma, além da matéria previdenciária e assistencial, julgam as causas de servidores públicos civis e militares. A agregação da competência referente a servidores, que em rigor têm natureza administrativa (ao menos no que toca às causas em que não se discuta regime previdenciário), não parece ser adequada, até porque há outras turmas com distribuição inferior. Além do que, os feitos previdenciários merecerem tratamento preferencial em relação aos demais, seja em razão da natureza eminentemente alimentar dos pedidos, ou de serem os autores, em regra, pessoas idosas e hipossuficientes, muitas vezes incapacitadas para o trabalho.

Da mesma forma, é recomendável a priorização da lotação de servidores na área judicial, até porque, pelo que se constatou, diferentemente de outras regiões, há mais servidores atuando na área meio do que na área fim.

Os sistemas adotados (JURIS, PJE, GPD e GEDOC) revelam-se lentos e inadequados à demanda por celeridade e eficácia.

Observa-se, a propósito, que a recomendação de inspeção anterior acerca da utilização de sistema de acesso às minutas de voto on-line, a fim de otimizar os julgamentos (sugeriu-se o exame da possível alternativa do sistema GEDPRO), até o momento da inspeção não foi efetivada.

O recurso à conciliação também deveria ser incrementado. O acervo é muito grande, havendo, conseqüentemente, um espaço considerável para iniciativas desta natureza. Trata-se, evidentemente, de medida que depende também do setor específico, mas a Corte deveria priorizar a conciliação, com melhor estruturação do órgão responsável e, inclusive, com descentralização de atividades.

Do mesmo modo, a instituição de mutirões, (que também depende da administração da Corte) com a convocação de magistrados, poderia contribuir para a

diminuição do passivo, desde que - e isso é essencial - sejam montados gabinetes de apoio com estruturas física e de pessoal compatíveis. A simples convocação de magistrados, seja para atuar em apoio, seja para atuar em turmas suplementares ou descentralizadas, sem disponibilização de apoio adequado, constitui medida inócua.

O espaço do Gabinete apresenta-se amplo, iluminado e organizado, mas poderia ser melhorado em termos tecnológicos. Apesar de contar com equipe completa, a unidade ainda se mostra insuficiente para fazer frente ao acervo em médio prazo.

Também não existe mobiliário ergonômico, hábil ao cumprimento da elevada carga horária. Da mesma forma, o grau de obsolescência dos equipamentos de informática é preocupante, recomendando uma renovação; no entanto, segundo informações colhidas, há grande dificuldade em se conseguir outros equipamentos necessários ao bom desempenho do trabalho.

Há depoimentos da presença constante de baratas, parecendo insuficientes as dedetizações até então realizadas.

Por fim, constata-se que, a despeito dos esforços do Desembargador e dos servidores, poderiam ser tomadas medidas na unidade para melhorar a situação. Nesse sentido, o aperfeiçoamento das condições gerais de trabalho - assim entendidos recursos tecnológicos modernos e adequados, estrutura física e de pessoal compatíveis - deve concorrer com a adoção de medidas de aperfeiçoamento na organização do Gabinete e estabelecimento de metas. Nesse tópico, releva observar que a divisão entre Secretaria e Gabinete, com a lotação de mais servidores naquela, estaria a merecer revisão, seja porque a divisão estanque de atribuições não contribui para a boa dinâmica dos trabalhos, seja porque o objetivo precípua da unidade é o julgamento de processos. O desenvolvimento de um planejamento estratégico contribuiria muito para a reorganização do Gabinete e o estabelecimento de metas de trabalho para todos os membros da equipe.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Providenciar a restauração dos feitos relacionados na alínea “h” do item 3.

Evitar esforços para regularizar a gestão do acervo em geral (até porque os processos especificamente inspecionados representam apenas uma amostra), priorizando o andamento dos processos mais antigos, em especial os de Meta 2, pois ainda há 854 feitos muito antigos (distribuídos até 2007) e, além desses, há mais 4.478 que se enquadram nas metas estabelecidas pelo CNJ (distribuídos entre 2008 e 2010), totalizando 5.532. Deve ser priorizado, também, o julgamento dos embargos de declaração, agravos legais/regimentais.

Instituir uma forma de controle para priorizar o julgamento dos processos com liminar/antecipação de tutela concedida.



Estudar a reestruturação do gabinete, de modo que haja um incremento na força de trabalho que atua na elaboração de votos, ainda que se faça necessária a flexibilização dos horários de trabalho, observada a carga estabelecida na legislação de regência.

Desenvolver um plano para gestão do acervo, com estabelecimento de metas desafiadoras, mas realizáveis.

Desenvolver estudos para a utilização de sistema de acesso às minutas de voto on-line, objetivando otimizar a realização dos julgamentos.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos -; bem como às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI (Juiz Federal  
Convocado Cleberson José Rocha)**

**Especialidade:** servidores públicos civis e militares, exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra seção; e benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **FRANCISCO BETTI** (afastado). Respondendo pelo Gabinete o **Juiz Federal convocado CLEBERSON JOSÉ ROCHA**

**1.2. Órgãos de atuação:** 2ª Turma e 1ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** O Juiz Federal Cleberson José Rocha responde pelo Gabinete desde 5/3/2012.

No período de cinco anos, o Desembargador Francisco Betti não requereu remoções internas.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Juiz Federal convocado Cleberson José Rocha.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	15	-	-	3	5	23	12
Inspeção/2015	16	-	-	3	5	24	15

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais, e houve incremento de 3 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRIO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	37.820
Acervo no TRF (julho/2015)	35.644
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	34.500
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	28.849
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	99
Acervo de sobrestados (julho/2015)	73

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 5.651 e o número de processos sobrestados reduziu em 26.

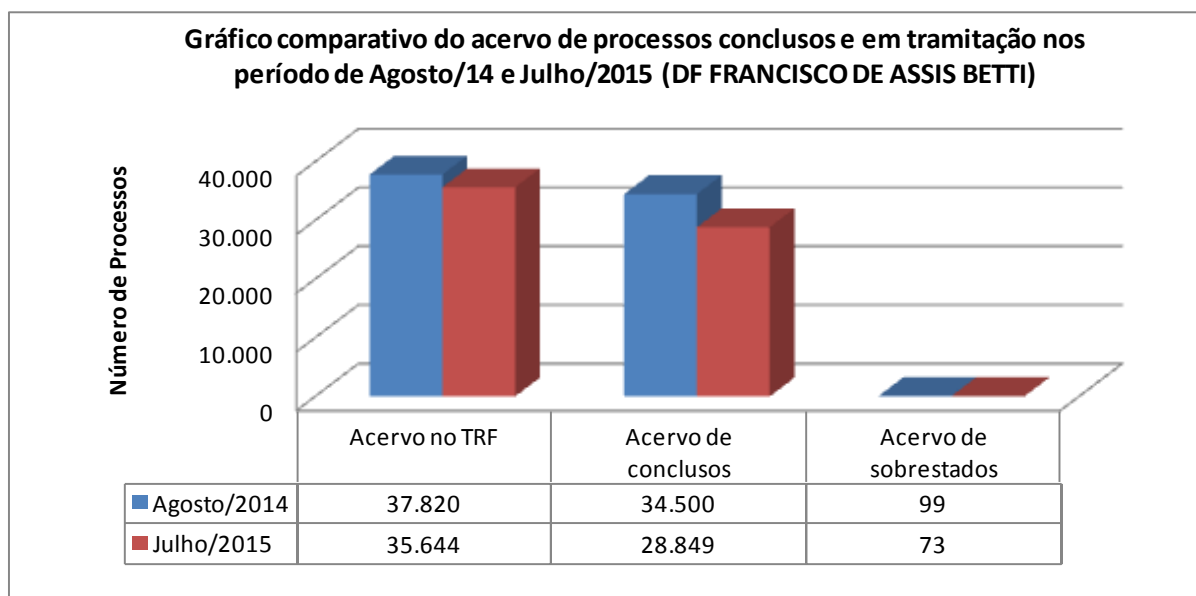
Quanto à redução de processos conclusos, note-se o fato de que, até 1º/8/2015, 2.711 processos foram remetidos às recém-instaladas câmaras regionais previdenciárias, segundo dados informados pela Divisão de Estatística do Tribunal.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, ou em arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial. No Gabinete, não há processo com matéria objeto de suspensão determinada pelo próprio relator.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 28.776 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 1.918 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 2.176 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	10.405
<b>Total de Processos (saídas)</b>	14.241
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-3.836
<b>Processos distribuídos</b>	10.271

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

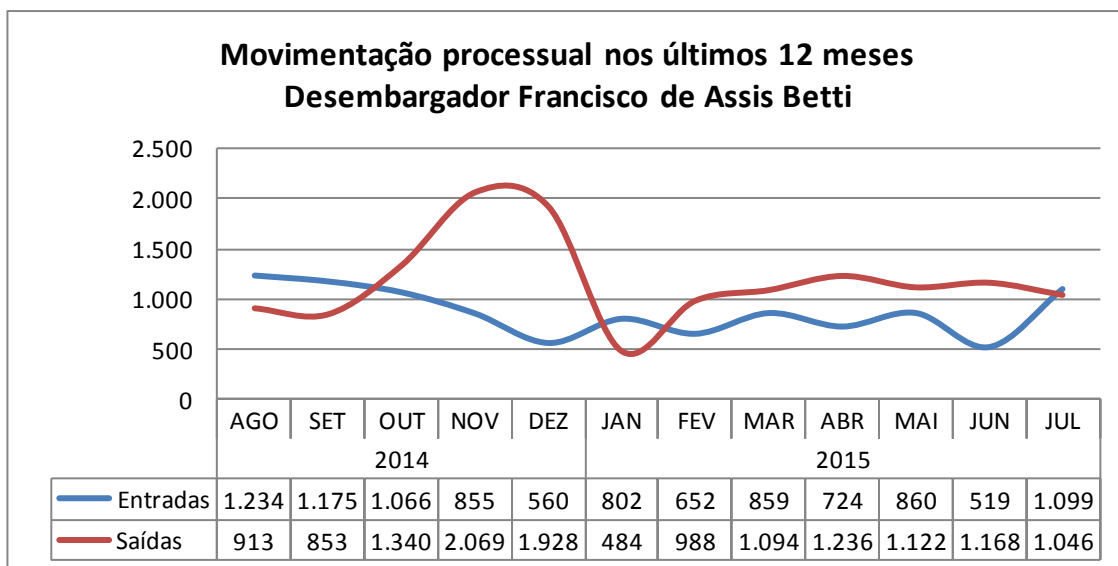
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 10.405 e saída de 14.241 processos.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Total de processos julgados por pauta	11.651
Total de processos julgados em mesa	1.263
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.312
<b>TOTAL</b>	<b>14.226</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	<b>48,41%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
a. Embargos de Declaração	670
b. Agravo Legal/Regimental	380

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 14.226 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de processos distribuídos foi de 10.271, ou seja, o número de processos julgados superou em 3.955 o número de processos distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 1.263 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.312 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 48,41%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 670 embargos de declaração e 380 agravos legais/regimentais.

Não existe controle de processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>329</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>97</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>554</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>983</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>1.328</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>2.060</b>
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	<b>0</b>
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 do CNJ, no acervo de conclusos na unidade (28.849 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 5.351 processos, representando 18,55%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989	2	2	1
1990	1	1	
1991			
1992			
1993			
1994	1	1	
1995			
1996	5	5	6
1997	10	10	4
1998	8	10	7
1999	5	5	2
2000	23	25	18
2001	47	46	38
2002	58	53	52
2003	60	60	52
2004	73	65	69
2005	101	87	80
2006	112	104	97
2007	1.228	1.019	554
2008	2.665	2.033	983
2009	3.866	2.871	1.328
2010	4.535	3.839	2.060
2011	5.879	5.452	3.909
2012	6.715	6.324	4.960
2013	5.028	6.242	4.929
2014	-	6.134	6.514
2015	-	-	3.186
<b>Total</b>	<b>30.422</b>	<b>34.388</b>	<b>28.849</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados, lembrando que houve a remessa de parte deles para as câmaras regionais previdenciárias. Em 2013, havia 25.394 processos distribuídos entre 1989 e 2012 e, atualmente, há 14.220. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2007, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2008, reflexo da dinâmica de trabalho adotada. De todo modo, em 2013 havia 1.734 processos distribuídos entre 1989 e 2007, e, atualmente, há 980. Como os processos muito antigos (980) representam um número pequeno dentro do universo do acervo de conclusos, estes deveriam ser priorizados em relação aos demais.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha mais com processos distribuídos no ano 2009, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no TRF. Apesar da necessidade de efetiva priorização dos processos muito antigos, vem sendo feito esforço para a diminuição do acervo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	8
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	2
Outras situações	19
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão e declaração de voto, havendo 8 processos que aguardam voto-vista. Todavia, conforme informação repassada pela Coordenadoria da 2ª Turma, em verdade, existem 17 processos (até 1º/7/2015) encaminhados para voto-vista. Isso demonstra a inconsistência do sistema de estatística.

Nesse universo, há 12 processos que aguardam providências há mais de 60 dias:

1997.40.00.002226-8	2005.34.00.015256-9	0041689-39.2012.4.01.0000
2007.38.00.033602-3	2007.38.04.000148-6	2008.01.99.066125-5
2009.38.14.001791-0	0000921-06.2011.4.01.3816	0011038-96.2014.4.01.3801
0012071-24.2014.4.01.3801	0058922-68.2010.4.01.9199	0068535-15.2010.4.01.9199

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	52
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	53
<b>TOTAL</b>	<b>106</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão e para declaração de voto, havendo 52 feitos para voto-vista. Todavia, conforme informação repassada pela Coordenadoria da 2ª Turma, existem 140 processos (até 1º/7/2015) recebidos para voto-vista.

Nestas situações há 119 processos sem movimentação há mais de 60 dias:

0019311-06.2013.4.01.9199	0021656-42.2013.4.01.9199	0039147-62.2013.4.01.9199
0072594-41.2013.4.01.9199	0004322-24.2015.4.01.9199	0004817-68.2015.4.01.9199
0031438-39.2014.4.01.9199	0052864-10.2014.4.01.9199	0067502-82.2013.4.01.9199
0004926-19.2014.4.01.9199	0029408-31.2014.4.01.9199	0016274-68.2013.4.01.9199
0025070-14.2014.4.01.9199	0026565-30.2013.4.01.9199	0033447-71.2014.4.01.9199
0051687-45.2013.4.01.9199	0057640-87.2013.4.01.9199	0005312-49.2014.4.01.9199

0021698-91.2013.4.01.9199	0039169-23.2013.4.01.9199	0002724-69.2014.4.01.9199
0007704-93.2013.4.01.9199	0019112-47.2014.4.01.9199	0019507-39.2014.4.01.9199
0020267-85.2014.4.01.9199	0020644-56.2014.4.01.9199	0031425-40.2014.4.01.9199
0034412-83.2013.4.01.9199	0070883-98.2013.4.01.9199	2007.38.10.001415-0
0003497-17.2014.4.01.9199	0008972-51.2014.4.01.9199	0009014-03.2014.4.01.9199
0009053-97.2014.4.01.9199	0010897-82.2014.4.01.9199	0013196-32.2014.4.01.9199
0013714-22.2014.4.01.9199	0013881-39.2014.4.01.9199	0014009-59.2014.4.01.9199
0029705-38.2014.4.01.9199	0030031-95.2014.4.01.9199	0030247-56.2014.4.01.9199
0054977-34.2014.4.01.9199	0059369-51.2013.4.01.9199	0061326-87.2013.4.01.9199
0062575-73.2013.4.01.9199	0005995-86.2014.4.01.9199	0010292-39.2014.4.01.9199
0010908-14.2014.4.01.9199	0027158-59.2013.4.01.9199	0033864-58.2013.4.01.9199
0035356-85.2013.4.01.9199	0038865-24.2013.4.01.9199	0046094-35.2013.4.01.9199
0060061-50.2013.4.01.9199	0063156-25.2012.4.01.9199	0065851-78.2014.4.01.9199
0069163-62.2014.4.01.9199	0008788-32.2013.4.01.9199	0015313-30.2013.4.01.9199
0026081-15.2013.4.01.9199	0066888-77.2013.4.01.9199	0011469-72.2013.4.01.9199
0023904-78.2013.4.01.9199	0024286-71.2013.4.01.9199	0027903-39.2013.4.01.9199
0046215-63.2013.4.01.9199	0048936-56.2011.4.01.9199	2006.33.07.008488-0
2008.38.03.002994-8	0007733-80.2012.4.01.9199	0034971-40.2013.4.01.9199
0042575-52.2013.4.01.9199	0067480-24.2013.4.01.9199	0016151-70.2013.4.01.9199
0037456-13.2013.4.01.9199	0057536-95.2013.4.01.9199	2007.41.00.004857-9
2005.34.00.037617-9	2009.32.00.005529-1	2009.33.00.004173-0
2009.34.00.004992-2	2009.34.00.005005-3	2009.34.00.005044-0
2009.34.00.005054-3	2009.38.00.024759-3	2009.38.00.024760-3
0002463-12.2012.4.01.3400	0013050-30.2011.4.01.3400	0013374-20.2011.4.01.3400
0015877-14.2011.4.01.3400	0017163-27.2011.4.01.3400	0020898-34.2012.4.01.3400
0021594-41.2010.4.01.3400	0029684-11.2010.4.01.3700	0030471-40.2010.4.01.3700
0030897-45.2011.4.01.3400	0031874-44.2010.4.01.3700	0031890-95.2010.4.01.3700
0032149-20.2010.4.01.3400	0032834-97.2010.4.01.3700	0041887-05.2010.4.01.3700
0046007-21.2010.4.01.3400	0053056-79.2011.4.01.3400	0053084-81.2010.4.01.3400
0057827-64.2011.4.01.3800	0059502-35.2010.4.01.3400	0088094-53.2010.4.01.3800
0089229-03.2010.4.01.3800	2004.34.00.048079-8	2007.34.00.013434-5
0012713-36.2013.4.01.9199	0016239-11.2013.4.01.9199	0016251-25.2013.4.01.9199
0016826-33.2013.4.01.9199	2010.33.11.000178-9	0001381-87.2010.4.01.3311
0001383-57.2010.4.01.3311	0025732-80.2011.4.01.9199	



### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 204 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros pertinentes.

O processo que tramitava em unidade externa (00474992019974010000) foi inspecionado com base no respectivo extrato processual, encontrando-se em carga com a Advocacia Geral da União.

A amostragem revelou a existência de 41 feitos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2007.

Na unidade, verificaram-se grandes discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Foram inspecionados 3 processos em razão de representação por excesso de prazo, dos quais dois remanescem pendentes de providências: 00019860920004013400 e 200835000246749. Relativamente ao terceiro processo (0002707412007401310), constatou-se que se trata de ação de reintegração em cargo efetivo, distribuída em 2011, inexistindo qualquer hipótese de preferência, e, considerando ainda a realidade do Gabinete cujo elevado acervo é constituído por processos antigos, não se justifica recomendação específica.

Na listagem, não constaram processos extraviados. Registra-se, a propósito, que foram inspecionados 40 processos em listagem especial (a listagem inicialmente era de 51 processos, dos quais 11 eram replicados em relação à listagem original). Referidos processos, entretanto, encontravam-se localizados no Gabinete. Nestes, houve redistribuição, por sucessão, ao Desembargador Francisco de Assis Betti, sem que tenha havido movimentação do acervo fisicamente. Daí a desnecessidade de lançar recebimento em todos os feitos, à semelhança de outros processos na mesma situação.

No acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, até o final do ano de 2015:

00086119820054010000	00054493520044013200	00054493520044013200
00225634720054010000	00000216020054014001	00000584920074013700
00000969720074013300	00002074320064014100	00002279320044014100

00012913020024014000	00008732120084013503	00010276520064013808
00052363420024013803	00013462320064013100	00036197920064014100
00042006920064013300	00284816620044010000	00014790920054014100
00019109720064014200	00135044920074013400	00019605720084013100
00132468820064010000	00019948419894010000	00101651920054019199
00020256420054014100	00105705320054013800	00080440220084013900
00109255120044010000	00053526020044014000	00405342520084013400
00345912720084013400	00034229220084013700	00379464520084013400
00389756720074013400	00320271319964010000	00335334320044010000
00143400820054010000	00411990320014010000	00275519620054013400
00425648220074010000	00275834320014013400	00463021520064014000
00490804320024013800	00500672320084010000	00357830520024013400
00369158620064019199	00291417420054019199	00360307820044019199
00159833020074010000	00393101420014010000	00313256620064019199
00059822820044013900	00063318720064013600	00065751620064013600
00075423220044013600	200835000246749	00195991319984013400
00291822219984013400	00294069120064010000	00382302920034013400
00083692720044019199		

b) julgar embargos de declaração em 30 dias:

00052485420024013801	00006935520054013100	00046225620024013600
00049515519994013800	00021659419964010000	00060120719964010000
00115520920014013800	00058451119974013700	00084013720024013400
00100723220014013400	00056452020024013808	00320512119994013400
00159799019974013400	00596083219984010000	00262613220034010000
00782378220104019199	00268780620054013400	00276599120054019199
00372078719994013400	00367055119994013400	00169144819984010000
00298829020014013400	00168245420004013400	00023921220004013600
00388214920074013400	00376361520034013400	00356271020044013800
00181238120004010000	00208083120094013400	00224849020004013800
00230503120064019199	00081288220064019199	00231016220044010000
00100313520054013300	00231016220044010000	00013443620004013400
00013504320004013400		

c) julgar agravo regimental em 30 dias:

00009206220084013901	00694533920084010000	00123807520094010000
00276897320084010000	00240293720094010000	

d) despachar no prazo de 10 dias:

00024671120054010000	00345958920024010000	00403961020074010000
00371345220074010000	00310705020034013400	00219627520044010000

e) proceder à retificação do voto em 10 dias: 00409223520114010000 e 00409223520114010000.

f) em vista da prioridade legal, julgar em 60 dias:

00395528420034013400	00019860920004013400	00280492020094013800
00043436419974013400		

g) outras recomendações específicas:

00101111920074013400	examinar petição em 10 dias.
00121381420034013400	despachar em 10 dias; após, julgar processo em 60 dias.
0015705120054013400	remeter autos ao MPF para parecer em 10 dias e julgar, na sequência, em 60 dias.
00413134320084019199	providenciar a remessa do processo à relatora (Desemb. Neuza Maria Alves da Silva).
00087481219984013400	no retorno do processo ao Gabinete, julgar embargos declaratórios em 30 dias.
00635051920084010000	proceder à correção da fase relativa à juntada de recurso especial, pois se trata de embargos de declaração. Julgar embargos no prazo de 30 dias.
00039395220074013500	juntar voto vista, dar andamento ao processo para fins de publicação de acórdão em 10 dias.
00128043120104013800	remeter autos ao MPF em 10 dias e julgar processo em 60 dias, quando do seu retorno.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar tramitação razoável do acervo em geral, com produtividade um pouco acima da média dos demais membros da 2ª Turma. Não obstante, muitos feitos estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade vem melhorando. Como o acervo é muito expressivo, todavia, no momento não há perspectivas de saneamento em curto prazo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

O Gabinete é organizado em dois setores: a Secretaria, que conta com três servidores responsáveis por: organização do acervo (receber, triar e localizar processos), pauta, juntada de acórdãos, correção de julgados, recebimento de petições, minuta de despachos, separação de processos de preferência, agendamento de advogados com o Desembargador (que atende preferencialmente às Quintas-feiras), atendimento de três telefones e balcão, marcação de férias, controle de frequência, ofícios não judiciais e memorandos, preenchimento de questionário de produtividade e minuta de votos-padrão.

A Assessoria, onde ficam os demais servidores, elabora as minutas de votos. A meta semanal é assim desdobrada: ocupantes de FC-5 têm meta semanal de 24 processos, enquanto ocupantes de FC-4 têm meta semanal de 20 processos. Desse número, devem ser minutados 50% de processos em Meta 2 e 50% são de escolha livre dentro da matéria de atribuição do servidor. Também há um servidor destinado às decisões iniciais em agravo de instrumento, com meta de 4 processos por dia. Um terceirizado bem antigo e experiente cuida dos processos digitais, triando-os e separando os que têm modelo. No julgamento dos embargos de declaração e agravos regimentais, o servidor que fez a minuta inicial fica preventivo, sendo que aqueles processos de ex-servidores, bem como os casos mais complicados, são localizados em armários próprios.

Aqui merece louvor a organização adotada, com ênfase na força de trabalho da atividade-fim.

O Gabinete apresenta uma FC-4 vaga, uma FC-2 cedida para as câmaras regionais previdenciárias e a vaga excedente, não preenchida.

A fim de controlar seu acervo, o Gabinete utiliza o sistema JURIS, cujas informações são lançadas pelos servidores. Tal controle existe, inclusive, em relação a processos que tiveram andamento sobrestado.

Não há notícia de qualquer processo extraviado.

Quanto às medidas para agilizar o andamento dos feitos, o Gabinete já enviou mais de 3.000 processos para as câmaras regionais previdenciárias de Minas Gerais, e mais de 1.000 para a Bahia, distribuídos até 2012, conforme listagens geradas pela informática. Relativamente às medidas de conciliação, há remessa de autos ao

SISTCON, a pedido dos advogados, mas, como não há audiência e simples intimações a propósito da possibilidade de acordo, não se tem revelado muito eficaz.

Nos casos de urgências em eventuais ausências do Desembargador, o Gabinete elabora a minuta de decisão/despacho, remetendo à análise do desembargador mais antigo na própria Turma.

A priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa se dá nos moldes acima mencionados.

Não há controle de prazo para julgamento de feitos, além dos referentes à Meta 2.

Há reuniões, quando necessárias, para planejamento e avaliação periódica de atividades, às vezes com a participação do Desembargador.

Relativamente à gestão de pessoal e controle de férias, é adotada a sistemática de não saírem, ao mesmo tempo, dois servidores que fazem as mesmas atividades.

Por fim, quanto às recomendações das inspeções anteriores, apurou-se que **não** foram observadas as seguintes:

- Melhora da inserção, do registro e da atualização de fases processuais no sistema eletrônico, assim como adequação dos lançamentos processuais nos autos físicos, evitando discrepâncias e inconsistências prejudiciais ao controle e ao acompanhamento processual; e

- Reexame da distribuição e da atuação funcional dos auxiliares para atender às necessidades específicas das unidades.

Por outro lado, o Gabinete observou o cumprimento das seguintes recomendações:

- Julgamento monocrático terminativo, dentro dos limites e segundo os requisitos da legislação processual;

- Controle eficiente de frequência e produtividade dos servidores;

- Adequação e organização física do espaço de trabalho e aprimoramento do armazenamento dos processos com as informações necessárias ao efetivo controle do acervo e da situação processual, prioridades e prazos a cumprir;

- Elaboração e execução de plano de trabalho destinado a priorizar julgamento de feitos com preferência legal, inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça e mais antigos na distribuição no TRF1 e na conclusão nas unidades;

- Definição de servidor para executar, em cada unidade, o controle permanente do cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e das determinações dadas pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal na inspeção; e

- Elaboração e execução de plano de trabalho para reduzir o tempo médio verificado na tramitação dos feitos para garantir melhoria no atual fluxo processual e, no curto prazo, a redução do acervo.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A competência previdenciária é a mais ampla da Justiça Federal, e na 1ª Região a situação não é diferente. Não há, todavia, um atendimento adequado aos gabinetes com competência previdenciária.

A equipe apurou, dentre outras situações, que não há servidores em número suficiente ao atendimento razoável das funções jurisdicionais.

Ademais, conquanto a solução definitiva para agilizar o julgamento dos processos passe pela ampliação do Tribunal, ou pela divisão da região (com a conseqüente criação de novos tribunais), existe uma situação de acúmulo de acervo que deve ser solucionada ou, quando menos, mitigada.

Enquanto não se consegue uma solução definitiva, é recomendável a adoção de ferramentas, notadamente de gestão de pessoas e de processos, que possam permitir uma diminuição do acervo.

Nesse sentido, recomenda-se a revisão da competência das turmas do Tribunal. A Primeira e a Segunda Turmas, além das matérias previdenciária e assistencial, julgam as causas de servidores públicos civis e militares. A agregação da competência referente a servidores, que, em rigor, tem natureza administrativa (ao menos no que toca às causas que não discutam regime previdenciário) não parece ser adequada, até porque há outras turmas com distribuição inferior e os processos de natureza previdenciária envolvem direitos sociais e têm, no polo ativo, de regra, pessoas idosas e hipossuficientes, muitas vezes incapacitados e merecendo atenção especial.

Da mesma forma, recomenda-se a priorização da lotação de servidores na área judicial, até porque, pelo que se constatou, diferentemente de outras regiões, há mais servidores atuando na área-meio do que na área-fim.

Os sistemas adotados (JURIS, PJE, GPD e GEDOC) revelam-se lentos e inadequados à demanda por celeridade e eficácia.

Observa-se, a propósito, que a recomendação da inspeção anterior acerca da utilização de sistema de acesso às minutas de voto on line, a fim de otimizar os julgamentos (sugeriu-se o sistema GEDPRO), até o momento não foi efetivada.

O recurso à conciliação também deveria ser incrementado. O acervo é muito grande, havendo, conseqüentemente, um espaço considerável para iniciativas desta natureza. Trata-se, evidentemente, de medida que depende também do setor específico, mas a Corte deveria priorizar a conciliação, com melhor estruturação do órgão responsável, inclusive com descentralização de atividades.

Do mesmo modo, a instituição de mutirões (que também depende da administração da Corte), com convocação de magistrados, poderia contribuir para a diminuição do passivo, desde que - e isso é essencial - sejam montados gabinetes de apoio com estrutura física e pessoal compatível. A simples convocação de magistrados, seja para atuar em apoio, seja para atuar em turmas suplementares ou descentralizadas, sem disponibilização de apoio adequado, constitui medida inócua.

Com relação, especificamente, à unidade inspecionada, embora o quadro esteja quase completo, não há servidores em número suficiente ao bom andamento dos trabalhos, resultando em sérios problemas em períodos de férias e licenças por problemas de saúde.

O ponto eletrônico impede os servidores de trabalhar em casa, inclusive em regime de teletrabalho, o que possibilitaria, em muitos casos, a fixação de metas maiores e em ambiente mais adequado, bem como a possível redução de licenças médicas.

O espaço físico mostra-se iluminado, mas é insuficiente. O mobiliário não é adequado, tampouco ergonômico ou hábil para o cumprimento da elevada carga horária. Da mesma forma, o grau de obsolescência dos equipamentos de informática é preocupante, recomendando uma renovação, e, segundo informações colhidas, há grande dificuldade em se dispor de outros equipamentos necessários ao bom desempenho do trabalho.

Há depoimentos da presença constante de baratas, parecendo insuficientes as dedetizações até então realizadas.

Os depósitos são úmidos e insuficientes à alocação adequada de processos.

Todos esses elementos acabam gerando um maior número de servidores em licenças para tratamento de saúde.

Por fim, constata-se que, a despeito dos esforços do Juiz convocado e dos servidores, que conseguiram reduzir o acervo, poderiam ser tomadas medidas para melhorar a situação. Nesse sentido, a melhoria das condições gerais de trabalho - assim entendidos recursos tecnológicos modernos e adequados, estrutura física e de pessoal compatíveis - deve concorrer com a adoção de medidas tendentes a continuar o aperfeiçoamento da organização do Gabinete.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Envidar esforços para acelerar a regularização da gestão do acervo em geral (até porque os processos especificamente inspecionados representam apenas uma amostra), priorizando o andamento dos processos mais antigos, em especial os de Meta 2, pois ainda há 980 processos muito antigos (distribuídos até 2007) e, além desses, há mais 4.371 que se enquadram nas metas estabelecidas pelo CNJ

(distribuídos entre 2008 e 2010), totalizando 5.351. Deve ser priorizado, também, o julgamento de embargos de declaração e agravos legais/regimentais.

Solicitar o processo 00474992019974010000, que se encontra em unidade externa e, por esse motivo, não foi inspecionado (estava em carga com a AGU), informando, em 30 dias, à Corregedoria sobre sua situação e as providências tomadas.

Estudar a hipótese de flexibilização dos horários de trabalho, de modo a otimizar a produtividade, observada a carga legal.

Desenvolver estudo para utilização de sistema interno de acesso às minutas de voto on-line para otimizar a realização dos julgamentos.

Instituir uma forma de controle para priorizar o julgamento dos processos com liminar/antecipação de tutela concedida.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.



**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA**

**Especialidade:** servidores públicos civis e militares, exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra seção; benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **JOÃO LUIZ DE SOUSA**

**1.2. Órgãos de atuação:** 2ª Turma; 1ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 1º/12/2014 (posse e exercício).

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção a equipe da Corregedoria-Geral não foi recebida pelo Desembargador, pois este se encontrava em férias (período de 22/7 a 20/8/2015). Foi recebida pelo Juiz Federal convocado Francisco Neves da Cunha e pela equipe do Gabinete.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	12	1 (cedido)	2	4	4	23	10
Inspeção/2015	08	1	3	3	5	20	08

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos, e houve redução de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Acervo no TRF (maio/2014)</b>	26.746
<b>Acervo no TRF (julho/2015)</b>	29.723
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2014)</b>	22.633
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)</b>	24.330
<b>Acervo de sobrestados (maio/2014)</b>	1
<b>Acervo de sobrestados (julho/2015)</b>	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

O Gabinete tem controle interno do seu acervo e, com base neste, informou que: possuía, em junho de 2015, o seguinte acervo: 23.994 feitos conclusos no Gabinete; 29.644 processos em tramitação; 471 ações originárias pendentes de julgamento; 4.778 agravos de instrumento; 328 agravos internos; 925 embargos de declaração; 546 ações originárias/prerrogativa de foro; 48 pedidos de vista; nenhum processo retido com revisor; e 23 feitos suspensos. Informou, ainda, que a média mensal de distribuição no período janeiro/2015 a junho/2015 foi de 808 processos e a média mensal de julgamentos no mesmo período foi de 579 feitos.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos aumentou em 1.697 e o número de sobrestados subiu em 2.

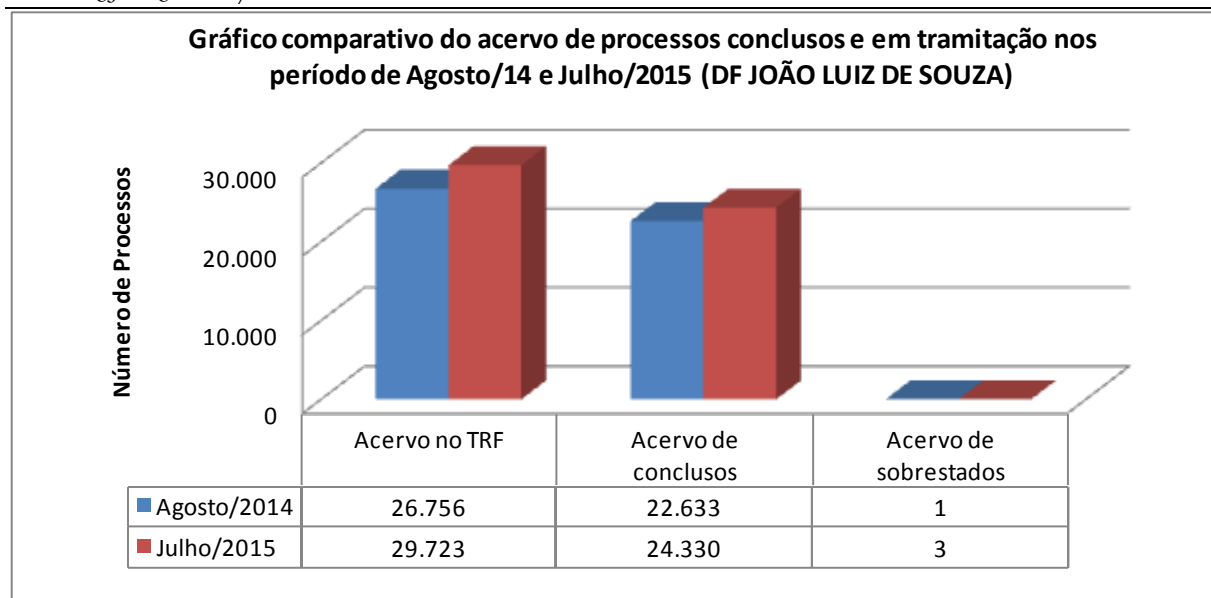
Quanto ao acervo de processos conclusos, note-se o fato de que, até 1º/8/2015, 2.316 foram remetidos às recém-instaladas câmaras regionais previdenciárias, segundo dados informados pela Divisão de Estatística do Tribunal.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, ou em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial. Não há matéria objeto de suspensão pelo Gabinete.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 24.327 feitos que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 3.041 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 2.977 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	10.626
<b>Total de Processos (saídas)</b>	8.118
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	2.508
<b>Processos distribuídos</b>	10.303

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

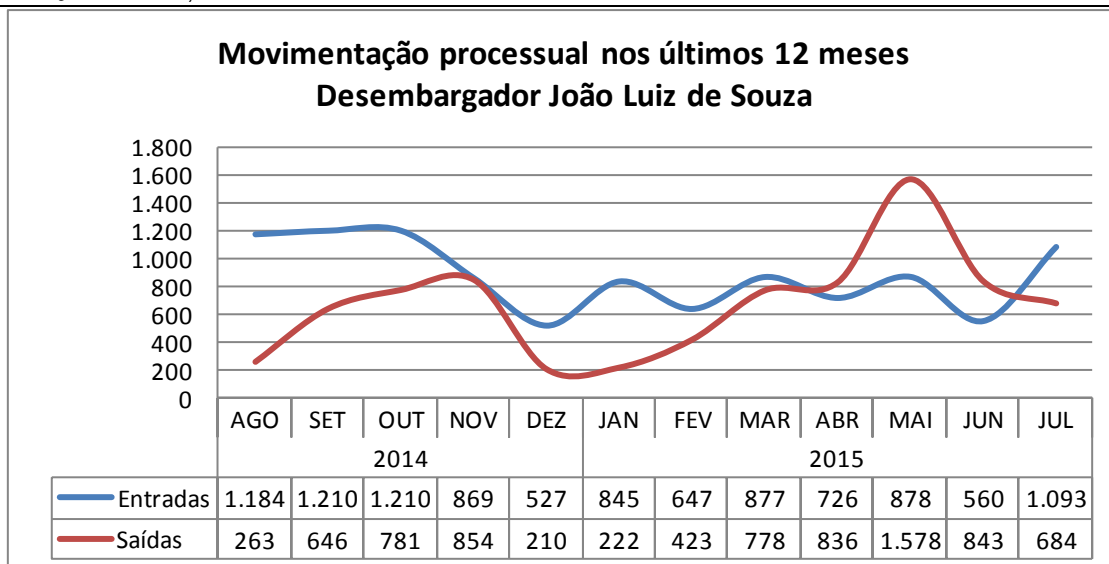
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 10.626 e saída de 8.118 processos, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual, visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade. Ressalva-se aqui que o titular do Gabinete assumiu há pouco tempo a unidade e ainda está estruturando a atividade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	6.221
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	475
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	1.235
<b>TOTAL</b>	7.931
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	43,79%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	650
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	29

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 7.931 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 10.303, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 475 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.235 decisões monocráticas terminativas cujo grau de recorribilidade foi identificado em 43,79%.

As petições de embargos de declaração e de agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 650 embargos de declaração e 29 agravos legais/regimentais.

Não existe controle pelo Gabinete de processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	224
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	64
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	530
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	1.031
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1.349
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	2.069
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (24.330 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 5.267, representando 21,65%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos conclusos existente em 2013, 2014 e 2015 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989		1	1
1990			
1991			
1992			
1993			
1994	5	3	2
1995	1	1	2
1996	3	2	2
1997	2	2	7
1998	4	4	5
1999	12	9	7
2000	24	13	22
2001	29	14	21
2002	26	15	18
2003	45	32	34
2004	47	40	43
2005	57	37	60
2006	71	39	64
2007	992	665	530
2008	1.771	1.451	1.031
2009	2.474	1.949	1.349
2010	3.095	2.585	2.069
2011	4.139	3.368	2.596
2012	4.766	3.985	2.793
2013	4.523	4.580	3.701
2014	-	6.267	6.736
2015	-	-	3.237
<b>Total</b>	<b>22.086</b>	<b>25.062</b>	<b>24.330</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos não têm o julgamento priorizado com a intensidade recomendável, lembrando-se que houve a remessa de parte deles para as câmaras regionais previdenciárias. Em 2013 havia 1.318 processos distribuídos

entre 1989 e 2007 e, atualmente, há 818. Por ano de distribuição, os feitos de 2008 e 2013 foram os mais julgados. Como os processos muito antigos (818) representam um número pequeno dentro do universo do acervo de conclusos, estes deveriam ser priorizados em relação aos demais.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ em tramitação na unidade são triados, mas não são julgados adequadamente por ordem de antiguidade. A unidade informou que, atualmente, trabalha mais com processos distribuídos no ano 2012.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	45
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	48
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há processos liberados para revisão, nem para declaração de voto, até porque esta rotina não é adotada na Turma; mas há 45 feitos que aguardam voto-vista. Todavia, conforme informação repassada pela Coordenadoria da 2ª Turma, em verdade, existem 111 processos (até 1º/7/2015) encaminhados para voto-vista. Isso demonstra a inconsistência do Sistema de Informática.

Neste universo há 99 feitos que aguardam providências há mais de 60 dias:

0004322-24.2015.4.01.9199	0004817-68.2015.4.01.9199
0031438-39.2014.4.01.9199	0052864-10.2014.4.01.9199
0067502-82.2013.4.01.9199	2007.38.10.001415-0
0003497-17.2014.4.01.9199	0008972-51.2014.4.01.9199
0009014-03.2014.4.01.9199	0009053-97.2014.4.01.9199
0010897-82.2014.4.01.9199	0013196-32.2014.4.01.9199
0013714-22.2014.4.01.9199	0013881-39.2014.4.01.9199
0014009-59.2014.4.01.9199	0029705-38.2014.4.01.9199
0030031-95.2014.4.01.9199	0030247-56.2014.4.01.9199
0054977-34.2014.4.01.9199	0059369-51.2013.4.01.9199
0061326-87.2013.4.01.9199	0062575-73.2013.4.01.9199
2007.34.00.013434-5	2005.34.00.037617-9
2009.32.00.005529-1	2009.33.00.004173-0
2009.34.00.004992-2	2009.34.00.005005-3
2009.34.00.005044-0	2009.34.00.005054-3
2009.38.00.024760-3	0002463-12.2012.4.01.3400

0013050-30.2011.4.01.3400	0013374-20.2011.4.01.3400
0015877-14.2011.4.01.3400	0017163-27.2011.4.01.3400
0020898-34.2012.4.01.3400	0021594-41.2010.4.01.3400
0029684-11.2010.4.01.3700	0030471-40.2010.4.01.3700
0030897-45.2011.4.01.3400	0032149-20.2010.4.01.3400
0032834-97.2010.4.01.3700	0041887-05.2010.4.01.3700
0046007-21.2010.4.01.3400	0053056-79.2011.4.01.3400
0053084-81.2010.4.01.3400	0057827-64.2011.4.01.3800
0059502-35.2010.4.01.3400	0088094-53.2010.4.01.3800
0089229-03.2010.4.01.3800	2005.34.00.037617-9
2009.32.00.005529-1	2009.33.00.004173-0
2009.34.00.004992-2	2009.34.00.005005-3
2009.34.00.005044-0	2009.34.00.005054-3
2009.38.00.024759-3	2009.38.00.024760-3
0002463-12.2012.4.01.3400	0013050-30.2011.4.01.3400
0013374-20.2011.4.01.3400	0015877-14.2011.4.01.3400
0017163-27.2011.4.01.3400	0020898-34.2012.4.01.3400
0021594-41.2010.4.01.3400	0029684-11.2010.4.01.3700
0030471-40.2010.4.01.3700	0030897-45.2011.4.01.3400
0031874-44.2010.4.01.3700	0031890-95.2010.4.01.3700
0032149-20.2010.4.01.3400	0032834-97.2010.4.01.3700
0041887-05.2010.4.01.3700	0046007-21.2010.4.01.3400
0053056-79.2011.4.01.3400	0053084-81.2010.4.01.3400
0057827-64.2011.4.01.3800	0059502-35.2010.4.01.3400
0088094-53.2010.4.01.3800	0089229-03.2010.4.01.3800
0016251-25.2013.4.01.9199	0012713-36.2013.4.01.9199
0016239-11.2013.4.01.9199	0016826-33.2013.4.01.9199
2004.34.00.048079-8	2009.01.99.028772-8
2007.34.00.013434-5	0012713-36.2013.4.01.9199
0016239-11.2013.4.01.9199	0016251-25.2013.4.01.9199
0016826-33.2013.4.01.9199	2004.34.00.025496-9
2009.34.00.008885-2	2004.34.00.025496-9
2010.33.11.000178-9	0001381-87.2010.4.01.3311
0001383-57.2010.4.01.3311	

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	7
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	4
Outras situações	56
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão e para declaração de voto, havendo 7 para voto-vista. Todavia, conforme informação repassada pela Coordenadoria da 2ª Turma, em verdade existem 19 processos (até

1º/7/2015) encaminhados para voto-vista. Isso demonstra a inconsistência do Sistema de Informática.

Nestas situações há 9 processos sem movimentação há mais de 60 dias:

2007.38.04.000148-6	2008.01.99.066125-5
0000921-06.2011.4.01.3816	0011038-96.2014.4.01.3801
0012071-24.2014.4.01.3801	0058922-68.2010.4.01.9199
0041689-39.2012.4.01.0000	2009.33.00.002884-8
2005.34.00.015256-9	

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 139 feitos selecionados para inspeção, 134 foram inspecionados. Tais processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros pertinentes.

Os feitos que tramitavam em unidades externas foram solicitados e inspecionados.

Todavia, não foram localizados os seguintes feitos:

00003355320104019199	00167316019974013800	00192000420004013500
00237892920014010000.	00003355320104019199	

A amostragem revelou a existência de 45 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2006.

Verificaram-se grandes discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 5 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual:

00168159820054013600	00254360520054013400	00368574120044010000
00182054420024010000	00260661820014010000	

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, não há feitos em razão de representação por excesso de prazo.

No acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração; e, na listagem, constaram os seguintes processos extraviados:

00003355320104019199	00167316019974013800	00192000420004013500
00237892920014010000	00003355320104019199	



Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar até o final do ano de 2015:

00388682820044013400	0447522820094019199	0260661820014010000
0182054420024010000	0024930420084010000	0304148620054013800
0246794020074013400	0281214820054019199	0051056520064013400
0077741420034010000	0566055420074010000	0007898920004013700
0054824520064013300	0330875920034013400	0254360520054013400
0183274620054013300	0024273420074013500	0049537820064013800
0025826020044013300	0033879320034013802	0015527120064013800
0333586120054013800	0196113720014010000	0336051520044013400
0152340820014013400	0087948820044013400	0002045620074013000
0025121120074013600	0236034519974010000	0052533919984013600
0304145220064013800	0225076220064013400	0013831120074013813
0365093520054013800	0019957920124013810	0615587619984010000
0239386820054013400	0118664920054013400	0031621320064013400
0168159820054013600	0332963720034013300	0047340622006401000
0080310320074013200	0000211620074013702	0039542620044013500
0368574120044010000	0368574120044010000	0036075920014013900
0036075920014013900	0404075320084019199	0738986620094010000
0000096619974013600	0341627020014019199	0075534020074019199
0074401820094019199	0021147420114013810	0292297820064019199
0413383220044013400	0091455020034013803	0330014720064013800
0437404819974010000	0120792120054019199	0390083320024013400
0005573120054013400	0437404819974010000	0351994020084010000
0039580420074014100	0104717820084013800	0141160220074010000
0016762720064014100	0437404819974010000	0104188020104010000
0153783120004010000	0014228420014013500	0403272620084013400
0486911620104013400		

b) julgar embargos de declaração em 30 dias:

00583233320004010000	00651217020114013800	1188091819994010000
00118897820034010000	00295710220014013400	0872045419994010000
00006655120064014200	0389856720134019199	0226455420004010000
00043731719974010000	0521852119984010000	0047079220004013800
00362937620064013400	0310676120044013400	00016739120004014000
00619440919984010000	0310676120044013400	0175147620024013800
00488303620074019199	00019314719984013200	

c) julgar agravo legal/regimental em 30 dias:

00395161820074010000	048634020064013810	0461116720064010000
00003391320084010000	0584979520074010000	0527921920074010000
00003694820084010000	0180377120044010000	0227891320094010000
00547893720074010000	0200525220004010000	0430844220074010000
00190013520024010000	00513689720114010000	

d) julgar no prazo de 30 dias:

000088875199904013803	0237262820064010000	00027499120014013200
-----------------------	---------------------	----------------------

e) dar andamento imediatamente após a Inspeção:

00327392220044010000	0211214620054010000	311907420044010000
0036955420074013814	0425616420064010000	

f) examinar petição de arguição de litispendência em 10 dias:  
00289586920074013400.

g) tendo em vista todas as diligências já tomadas pelo Gabinete para localização dos autos, sem êxito, recomenda-se a restauração dos seguintes processos, distribuídos há muito tempo e até hoje não julgados, porque desaparecidos:

00003355320104019199	00167316019974013800	192000420004013500
0237892920014010000	0003355320104019199	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Relativamente à metodologia de trabalho, apurou-se que a triagem inicial de processos fica a cargo de dois servidores, dos quais, atualmente, um encontra-se deslocado para minutar embargos de declaração. Os feitos recebem etiquetas com informações (classificação por matéria, idoso etc), sendo remetidos aos depósitos, em localizadores próprios. Apenas os mais antigos ficam localizados dentro do Gabinete.

Assim, a classificação e separação física de processos tem sido observada.

O Gabinete é dividido em duas equipes: a chamada Secretaria, à qual compete a triagem, localização de processos, processamento em geral de feitos, com elaboração de despachos/decisões, inclusive em agravos de instrumento; e a Assessoria, à qual incumbe a elaboração de minutas. Como a equipe de Assessoria é pequena e nova (apenas 8), não há especialização por matéria, até porque estão quase todos ainda em treinamento.

Quanto ao tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, observou-se que existe controle em livro próprio, aconselhando os advogados a requererem preferência por e-mail. Também há controle quanto aos processos a serem levados em mesa.

A dinâmica do Gabinete envolve reuniões semanais e proposta de julgar processos em número superior aos distribuídos (o que apenas atualmente vem se concretizando, em razão de se tratar de gabinete novo e considerando o número limitado de servidores sem experiência apropriada).

Recentemente foi disponibilizada verba para realização de horas extras, com foco da força de trabalho em mutirões para julgamento de embargos de declaração, processos de Meta 2 (mais antigos) e conflitos de competência. Verificou-se, assim, que há priorização de feitos pendentes de julgamento em mesa.

Considerada a especificidade do Gabinete, que é novo, verificou-se que ainda estão em fase de organização. Mas, dentro das atuais limitações, há planejamento, metas adequadas e desempenho crescente.

O pessoal é organizado por atividades administrativas (ainda que não com exclusividade) e judiciais, sendo as férias escalonadas de modo que não coincidam, no mesmo período, com as dos servidores que têm a mesma função.

A gestão dos recursos materiais fica a cargo do Chefe do Gabinete, competindo à Secretaria, também, o atendimento a advogados, pessoalmente ou por telefone.

Por fim, quanto às recomendações das inspeções anteriores, apurou-se que não foram observadas as seguintes:

- Melhorar a inserção, o registro e a atualização de fases processuais no sistema eletrônico, assim como adequar os lançamentos processuais nos autos físicos, evitando discrepâncias e inconsistências prejudiciais ao controle e ao acompanhamento processual; e

- Reexaminar a distribuição e a atuação funcional dos auxiliares, para atender às necessidades específicas das unidades.

Por outro lado, o Gabinete observou o atendimento das seguintes recomendações:

- Julgamento monocrático terminativo, dentro dos limites e segundo os requisitos da legislação processual;

- Controle eficiente da frequência e da produtividade dos servidores;

- Adequação e organização física do espaço de trabalho e aprimoramento do armazenamento dos processos com as informações necessárias ao efetivo controle do acervo e da situação processual, prioridades e prazos a cumprir;

- Elaboração e execução de plano de trabalho destinado a priorizar o julgamento de feitos com preferência legal, inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça, e mais antigos - na distribuição no TRF1 e na conclusão nas unidades;

- Definição de servidor para executar, em cada unidade, o controle permanente do cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e das determinações dadas pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal na inspeção; e

- Elaboração e execução de plano de trabalho para reduzir o tempo médio verificado na tramitação dos feitos, para garantir a melhoria no atual fluxo processual e, no curto prazo, a redução do acervo.

Por fim, foram mencionados como boas práticas o foco para o saneamento do gabinete - buscando julgar os processos mais antigos, normalmente os mais difíceis -, e a realização de mutirões mediante horas extras.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A competência previdenciária é a mais ampla da Justiça Federal, e na 1ª Região a situação não é diferente. Não há, todavia, um atendimento adequado aos gabinetes com competência previdenciária.

A equipe apurou, dentre outras coisas, que não há servidores em número suficiente ao atendimento razoável das funções jurisdicionais.

Ademais, conquanto a solução definitiva para agilizar o julgamento dos processos passe pela ampliação do Tribunal, ou pela divisão da região (com a consequente criação de novos tribunais), existe uma situação de acúmulo de acervo que deve ser solucionada ou, quando menos, mitigada.

Enquanto não se consegue uma solução definitiva, é recomendável a adoção de ferramentas, notadamente de gestão de pessoas e de processos, que possam permitir uma diminuição do acervo.

Nesse sentido, recomenda-se a revisão da competência das turmas do Tribunal. As Primeira e Segunda Turmas, além da matéria previdenciária e assistencial, julgam as causas de servidores públicos civis e militares. A agregação da competência referente a servidores, que, em rigor, tem natureza administrativa (ao menos no que toca às causas em que não esteja em discussão regime previdenciário), não parece ser adequada, até porque há outras turmas com distribuição inferior, além de os feitos previdenciários merecerem tratamento preferencial em relação aos demais, seja em razão da natureza eminentemente alimentar dos pedidos, seja em razão de serem os autores, de regra, pessoas idosas e hipossuficientes, muitas vezes incapacitadas para o trabalho.

Da mesma forma, é recomendável a priorização da lotação de servidores na área judicial, até porque, pelo que se constatou, diferentemente de outras regiões, há mais servidores atuando na área-meio do que na área-fim.

Algumas salas do gabinete inspecionado são escuras, necessitando urgentemente de iluminação adequada. Certamente isso será solucionado com a conclusão das obras da nova sede, mas as situações mais preocupantes, como é o caso dessa unidade, poderiam ser enfrentadas imediatamente.

Também não existe mobiliário adequado (estão aguardando mesa para um servidor há mais de um mês), tampouco ergonômico, hábil ao cumprimento da elevada carga horária. Da mesma forma, o grau de obsolescência dos equipamentos de informática é preocupante, recomendando uma renovação, e, segundo informações colhidas, há grande dificuldade em se conseguir outros equipamentos necessários ao bom desempenho do trabalho.

Há depoimentos da presença constante de baratas, parecendo insuficientes as dedetizações até então realizadas.

Os sistemas adotados (JURIS, PJE, GPD e GEDOC) revelam-se lentos e inadequados à demanda por celeridade e eficácia.

Observa-se, a propósito, que a recomendação da Inspeção anterior acerca da utilização de sistema de acesso às minutas de voto on-line, a fim de otimizar os julgamentos (sugeriu-se o exame da possível alternativa do sistema GEDPRO), até o momento não foi efetivada.

O recurso à conciliação também deveria ser incrementado. O acervo é muito grande, havendo, conseqüentemente, espaço considerável para iniciativas desta natureza. Trata-se, evidentemente, de medida que depende também do setor específico, mas a Corte deveria priorizar a conciliação, com melhor estruturação do órgão responsável e, inclusive, com descentralização de atividades.

Do mesmo modo, a instituição de mutirões, (que também depende da administração da Corte) com convocação de magistrados, poderia contribuir para a diminuição do passivo, desde que - e isso é essencial - sejam montados gabinetes de apoio com estrutura física e de pessoal compatível. A simples convocação de magistrados, seja para atuar em apoio ou em turmas suplementares ou descentralizadas, sem disponibilização de apoio adequado, constitui medida inócua.

Por fim, constata-se que, a despeito dos esforços do Desembargador (e de seus antecessores, pois ele assumiu o gabinete há pouco tempo e, compreensivelmente, ainda está organizando a unidade) e dos servidores, poderiam ser tomadas medidas na unidade para melhorar a situação. Nesse sentido, o aperfeiçoamento das condições gerais de trabalho, assim entendidos recursos tecnológicos modernos e adequados, estrutura física e de pessoal compatíveis, deve concorrer com a adoção de medidas de aperfeiçoamento na organização do Gabinete e estabelecimento de metas. Nesse tópico, releva observar que a divisão entre Secretaria e Gabinete, com a lotação de mais servidores naquela (Secretaria), estaria a merecer revisão, seja porque a divisão estanque de atribuições não contribui para a boa dinâmica dos trabalhos, seja porque o objetivo precípua da unidade é o julgamento de processos. O desenvolvimento de um planejamento estratégico contribuiria muito para a reorganização do Gabinete e o estabelecimento de metas.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Informar à Corregedoria, em 60 dias, sobre a situação de todos os processos analisados na última inspeção.

Envidar esforços para regularizar a gestão do acervo em geral (até porque os processos especificamente inspecionados representam apenas uma amostra do acervo), priorizando o andamento dos processos mais antigos, em especial os de Meta 2, pois ainda há 818 feitos muito antigos (distribuídos até 2007) e, além desses, há mais 4.449 que se enquadram nas metas estabelecidas pelo CNJ (distribuídos entre

2008 e 2010), totalizando 5.267. Deve ser priorizado, também, o julgamento dos embargos de declaração e dos agravos legais/regimentais.

Reestruturar o pessoal do Gabinete, de modo que haja um incremento na força de trabalho que atua na elaboração de votos, ainda que se faça necessária a flexibilização dos horários de trabalho, observada a carga estabelecida na legislação de regência.

Desenvolver estudos para utilização de sistema de acesso às minutas de voto on-line, objetivando otimizar a realização dos julgamentos.

Desenvolver um plano para gestão do acervo, com estabelecimento de metas individuais e coletivas desafiadoras, mas realizáveis.

Instituir uma forma de controle dos processos com liminar/antecipação de tutela concedidas e não julgadas.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

## GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

### DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES

**Especialidade:** matéria penal em geral; improbidade administrativa e desapropriação direta e indireta.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **MÔNICA SIFUENTES**

**1.2. Órgãos de atuação:** 3ª Turma, 2ª Seção, Vice-Presidente da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região desde 12/7/2012 e Presidente da Comissão Permanente de Regimento Interno do TRF-1 desde 12/7/2012.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 18/3/2010.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	12	-	4	5	4	25	11
Inspeção/2015	12	-	4	3	5	24	11

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Não houve alteração na força de trabalho destinada à atividade-fim.

Conforme informação do Gabinete, atualmente, 3 servidores estão de licença médica.



## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	2.630
Acervo no TRF (julho/2015)	2.905
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	2.217
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	2.687
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	25
Acervo de sobrestados (julho/2015)	19

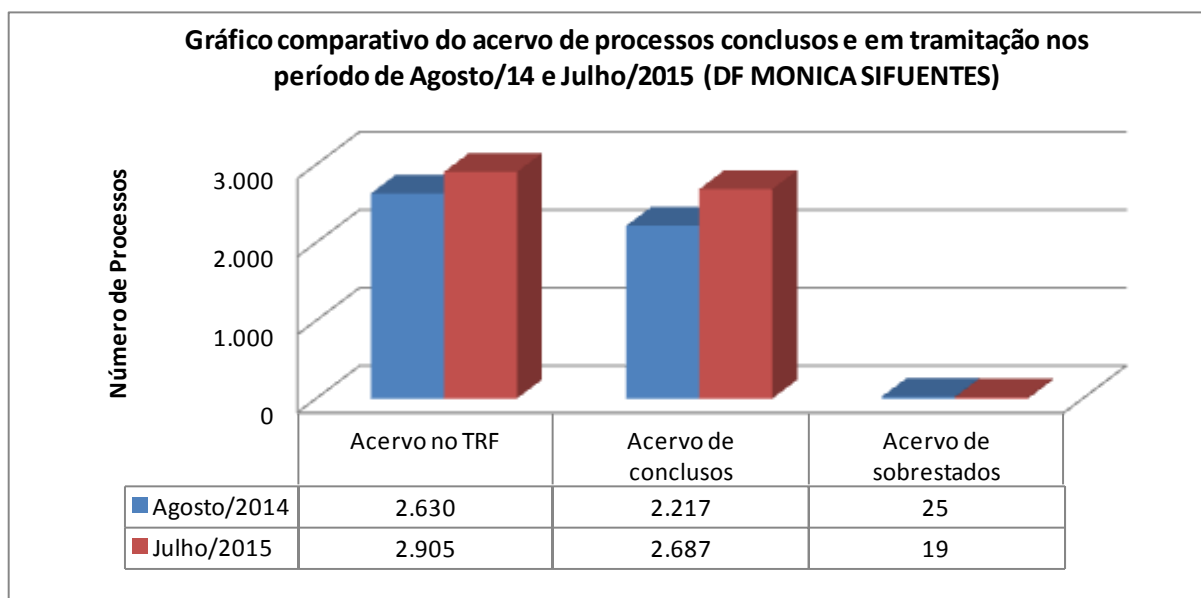
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 470 e o de sobrestados reduziu em 6.

A diferença entre os números de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 2.668 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 243 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 275 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	1.350
<b>Total de Processos (saídas)</b>	1.320
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	30
<b>Processos distribuídos</b>	1.322

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

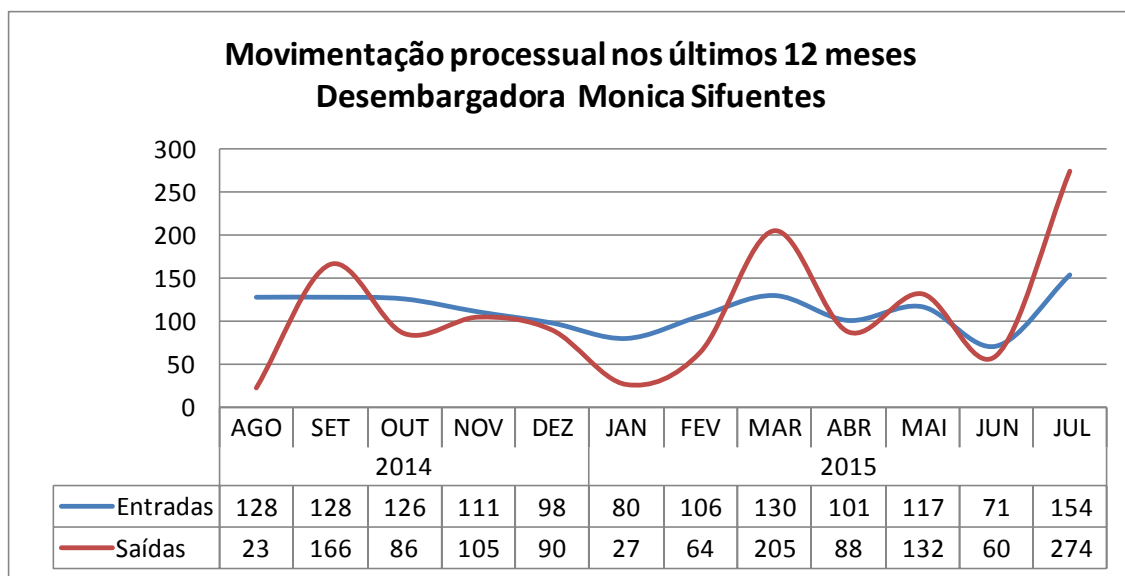
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.350 e saída de 1.320 feitos, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Cabe observar que o Gabinete, na inspeção, informalmente, salientou que os dados acima não estão corretos e apresentou outros números, tanto referentes às entradas quanto às saídas, significativamente superiores.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	679
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	33
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	277
<b>TOTAL</b>	989
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	40,7%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	14
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	10

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 989 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de processos distribuídos foi de 1.322, ou seja, o número de processos julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 33 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 277 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 40,7%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 14 embargos de declaração e 10 agravos legais/regimentais.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	13
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	3
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	35
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	53
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	98
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	148
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	222
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	153

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 do CNJ, no acervo de conclusos da unidade 2.687, o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 350 processos, representando 13%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADORA FEDERAL MONICA SIFUENTES

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994			
1995			
1996			
1997	1	1	
1998	1	1	
1999	1	2	
2000			2
2001			
2002			
2003			1
2004	1	3	7
2005	4	3	3
2006	3	4	3
2007	68	51	35
2008	94	61	53
2009	142	110	98
2010	204	162	148
2011	334	269	226
2012	540	417	363
2013	585	667	542
2014	-	542	754
2015	-	-	452
<b>Total</b>	<b>1.978</b>	<b>2.293</b>	<b>2.687</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos distribuídos até 2009 era de 315 em setembro de 2013 e 202 em julho de 2015. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2010, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2014.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 2 processos distribuídos no ano de 2000, sendo que há 202 com mais de cinco anos de tramitação no TRF.

Quanto à META 4/2015 CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, eram 222 processos; enquanto, os da Meta Específica eram 153. Tendo em vista a relevância das matérias objeto destas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	34
Encaminhados para voto-Vista	3
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	1
Outras situações	20
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que há 34 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 3 que aguardam voto-vista e nenhum aguardando declaração de voto. No entanto, de conformidade com informação da Secretaria, havia 51 processos liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor e 7 voto-vista. Neste universo há 47 processos que aguardam providências há mais de 60 dias, configurando pendência externa a ser cobrada.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	149
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	49
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a processos de outros relatores, apurou-se a existência de 149 conclusos para revisão, 6 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. No entanto, segundo informação da Secretaria do Gabinete, há 151 feitos conclusos para revisão e 7 para voto-vista. Nestas situações há 122 autos sem movimentação há mais de 60 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 64 feitos selecionados para inspeção, todos foram vistoriados. Tais processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os autos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 7 feitos criminais com réu preso, dos quais 2 estão vinculados a feitos originários (0002268-34.2010.4.01.3000 e 0000709-96.2008.4.01.3813) e 5 a feitos recursais:

0016406-92.2009.4.01.3500	0011884-15.2010.4.01.3200
0023595-58.2008.4.01.3500	0000383-03.2006.4.01.320
0001843.62.2011.4.01.4102	

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foi identificado 1 processo remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber 0008744-86.2009.4.01.3400

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Elaborar voto ou decisão no prazo de 30 ou 60 dias dos processos com **RÉU PRESO**:

1. 0016406-92.2009.4.01.3500: META 2/2015 - Paralisado há mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
2. 0016406-92.2009.4.01.3500: META 2/2015 - Paralisado há mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
3. 0023595-58.2008.4.01.3500: META 2/2015 - Paralisado por mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
4. 0000383-03.2006.4.01.3201: META 2/2015 - Paralisado há quase 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
5. 0011884-15.2010.4.01.3200: Paralisado por mais de 4 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
6. 0001843-62.2011.4.01.4102: Atualmente sem paralisação, entretanto, ação com réu preso que permaneceu sem andamento por quase 2 anos após a distribuição. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
7. 0000709-96.2008.4.01.3813: Atualmente sem paralisação (revisor Desemb. Mário César, em 19/8/2015), entretanto teve dois períodos de 3 anos sem movimentação.
8. 0002268-34.2010.4.01.3000: Atualmente sem paralisação (com o revisor Desembargador Mário César em 22/7/2015), mas ficou quase 2 anos sem movimentação

b) Elaborar voto ou decisão no prazo de 30 ou 60 dias nos processos da **META 2/2015**:

1. 00023765820054013802: Atualmente paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
2. 00116282919984013900: Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
3. 0002915-43.2009.4.01.4300: Paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
4. 0002533-31.2001.4.01.4300: Paralisado há quase 4 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
5. 0004497-72.2004.4.01.4100: Paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
6. 0002116-41.2006.4.01.3801: Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
7. 0032145-88.2003.4.01.3800: Paralisado há mais de 6 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
8. 0065882-82.2003.4.01.3800: Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
9. 0006745-92.2005.4.01.3900: Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
10.0020586-68.2006.4.01.3400: Vem sendo concluído sem relatório e voto desde 2009. Paralisado por mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
11.0007477-10.2004.01.3803: Paralisado há mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
12.0017057-32.2006.4.01.3500: Concluso desde 2010, com petição de prioridade pela prescrição em 2017. Paralisado há mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
13.0008547-25.2009.4.01.3500: Paralisado há mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
14.0000206-25.2000.4.01.3500: Paralisado por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
15.0002800-03.2001.4.01.4300: Concluso desde 2007. Paralisado há quase 8 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.

16.0003148-81.2006.4.01.3900: Paralisado há quase 3 anos. Prescrição em 2016. Já está relatado. Elaborar voto e/ou encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
17.0009461-39.1998.4.01.3900: Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
18.0002276-19.2004.4.01.4100: Paralisado há quase 8 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
19.0006566-14.2003.4.01.4100: Recurso de apelação, interposto há mais de 8 anos, ainda não foi julgado. Ademais, consta dos autos que, nesse período, foi proferido apenas um único despacho em que se nomeou a DPU para assumir a defesa. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
20.0006566-14.2003.4.01.4100: O recurso de apelação, interposto há mais de 8 anos, ainda não foi julgado. Ademais, consta dos autos que, nesse período, foi proferido apenas um único despacho. Elaborar relatório e voto em 60 dias.
21.00295728920074010000: Paralisado há quase 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
22.0011140-22.1998.4.01.3400: META 2 e 6/2015. Paralisado por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
23.00012836620054013800: Prescrito, segundo os cálculos do MPF que, em petição de 2008, apontou que a prescrição se daria em maio de 2014. Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
24.0001956-49.2006.4.01.3307: Paralisado há mais de 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
25.0002464-54.2008.4.01.3200: Paralisado há mais de 6 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
26.0001486-59.2004.4.01.3801: Paralisado há quase 4 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
27.0000562-73.2003.4.01.3901: Apelação distribuída no TRF em 2005, cujo primeiro ato só ocorreu em 2013. Paralisado por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
28.0001650-02.2004.4.01.3000: Paralisado por mais de 4 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
29.0068298-64.2009.4.01.0000: Paralisado por quase 6 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
30.0000984-82.2002.4.01.3901: PRIORIDADE PESSOA IDOSA. Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.



31.0008344-10.2002.4.01.3500: Atualmente sem paralisação, mas ficou sem movimentação por 2 anos antes da remessa ao revisor (Desemb. Mário César, 17/7/2015).
32.0005460-10.2004.4.01.3800: Paralisado há mais de 8 anos. Prescrição prevista para 4/1/2016. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
33.0006216-45.1997.4.01.4000: Atualmente sem paralisação, entretanto, ficou sem movimentação por 2 anos entre o despacho e a publicação.

c) Elaborar voto ou decisão no prazo de 30 ou 60 dias:

1. 0001098-21.2002.4.01.3901 - PRIORIDADE PESSOA IDOSA - Recebido para voto-vista há mais de 8 meses. Elaborar voto-vista no prazo de 60 dias.
2. 0005093-97.2001.4.01.3700 - Paralisado há mais de 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
3. 0017843-66.2007.4.01.0000 - Incluir em pauta para julgamento acerca do recebimento da denúncia no prazo de 30 dias.
4. 0008744-86.2009.4.01.3400 - Remanescente da inspeção do CJF de 2013. Paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
5. 0000913-18.1999.4.01.3600 - Paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
6. 0018749-80.2003.4.01.3400 - Concluso desde o ano de 2012. Paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
7. 0006280-44.2009.4.01.3803 - Prescrição em 2016. Elaborar voto revisor no prazo de 60 dias.
8. 0017843-66.2007.4.01.0000 - Incluir em pauta para julgamento acerca do recebimento da denúncia no prazo de 30 dias.
9. 0042816-41.2014.4.01.0000 - Incluir em pauta para julgamento acerca do recebimento da denúncia no prazo de 30 dias.
10.0001663-03.2006.4.01.3300 - Incluído na pauta de julgamento do dia 18/8/2015, entretanto, segundo o Diretor do Gabinete, não houve tempo de julgá-lo. Incluir o processo na próxima sessão de julgamento.
11.0007512-15.2013.4.01.0000 - Alterar a classe de inquérito policial para ação penal. Atualmente não se encontra paralisado, mas passou 2 anos sem movimentação entre 2013 e 2015. Decidir acerca da admissibilidade da denúncia em 30 dias.
12.0002185-42.2003.4.01.4300 - Incluído na pauta de julgamento do dia 18/8/2015, entretanto, segundo o Diretor do Gabinete não houve tempo de julgá-lo. Incluir o processo na próxima sessão de julgamento.
13.0019335-20.2012.4.01.0000 - Paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e

voto no prazo de 60 dias.

14.0003321-24.213.4.01.0000 - Paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação na unidade.

#### 4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

O Gabinete trabalha com relatórios de gestão, de forma a conhecer a demanda a ser vencida. O acervo é compatível com a capacidade de julgamento, embora a distribuição seja superior, o que exige acompanhamento constante e um plano de trabalho para a tentativa de redução do estoque de processos.

A elaboração dos votos dos processos com prescrição próxima e réu preso é feita simultaneamente com a de processos de réus apenados com detenção e com os recursos em sentido estrito, quando possível. No momento, um dos servidores designados para esta tarefa encontra-se afastado para tratamento da saúde.

Quanto aos processos de Seção, há uma servidora responsável para elaborar os despachos e decisões. Após a instrução, são distribuídos por matéria (cível e penal). Esta servidora foi lotada no Gabinete a partir de junho/2015.

A mesma servidora responsável pela tarefa acima mencionada também está minutando sobre improbidade administrativa e desapropriação, visto que as servidoras responsáveis pela elaboração desses documentos estão afastadas para tratamento da saúde e licença maternidade, respectivamente. Quando possível, o trabalho é redistribuído para outros servidores.

Os 2 servidores responsáveis pelos agravos de instrumento, *habeas corpus* e mandados de segurança também elaboram as liminares, relatórios, votos e ementas dessas matérias.

A Chefe da Assessoria, além da coordenação do setor, é responsável pela elaboração das minuta de votos revisores, embargos de declaração, supervisão dos despachos e decisões dos processos de seção e de desapropriação.

A Assessora Adjunta revê todos os votos minutados, bem como elabora minutas sobre improbidade e matéria penal.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O serviço no Gabinete é muito organizado, com planejamento e método para acompanhar os resultados os servidores são motivados e engajados no trabalho, ademais executam suas tarefas com foco em alcançar as metas definidas.

Os processos não possuem tramitação regular, com muitas paralisações em algumas etapas.

Há excessivo número de processos incluídos na Meta 2/2015 que estão paralisados, conclusos para elaboração de voto, há muito tempo, havendo registro, dentre os processos analisados, de feito sem tramitação há mais de 7 anos.

Existe o registro de processos criminais com réu preso paralisados, conclusos para elaboração do voto há muito tempo, havendo constatação, dentre os processos analisados, de feitos sem tramitação há mais de 5 anos.

O acervo de processos no Gabinete está em linha crescente, uma vez que o número de julgados é inferior ao de distribuídos.

A média de processos distribuídos por mês para o Gabinete é por volta de 120, de modo que, para evitar o crescimento do acervo, seria necessário que fosse julgado igual número de feitos por mês, o que é humanamente impossível em matéria criminal, de improbidade administrativa e desapropriação.

Além do mais, conforme informação da Secretaria da 3ª Turma, são realizadas 5 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 55 sessões ordinárias, de 60 processos por sessão, com o acréscimo de que conseguem julgar todos os processos pautados, salvo quando existem sustentações orais ou processos com matérias complexas, o que é recorrente na Turma, em razão do perfil da matéria afeta a sua competência.

O Gabinete realiza autoinspeções anuais (2013/2014), entretanto, não determina nenhuma movimentação e considera em ordem processos paralisados há mais de 1 ano.

Dos 67 processos inspecionados, 37 estão incluídos na Meta 02/2013, sendo 4 deles de réus presos.

Os processos com vista ao revisor são enviados primeiramente à quarta turma, que encaminha ao revisor; no retorno ao Gabinete, os autos são também remetidos pelo revisor à turma, que os direciona ao Gabinete.

## 6) RECOMENDAÇÕES

Elaborar plano de trabalho, no prazo de 60 dias, para julgar percentual de processos superior ao de distribuídos, a fim reduzir o estoque, no máximo em 2 anos.

Implementar a remessa do processo diretamente do Gabinete para o revisor, sem a intermediação da Secretaria da Turma, a fim de desburocratizar e acelerar a tramitação dos feitos.

Adotar orientação de trabalho com base em metas, quanto a prazos, em cada etapa do processo, principalmente quanto à elaboração dos votos.

Definir sistema de controle dos prazos dos processos com vista às partes, com consequente cobrança dos processos.

Ao ser recebida a ação penal, promover a alteração da classe processual para Ação Penal.

Autuar os inquéritos policiais ou procedimentos de investigação criminal – PIC em apenso.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhando os respectivos andamentos, e promover os seus julgamentos, se possível, nos prazos estimados neste relatório; bem como cumprir as recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Não sendo possível julgar no prazo estabelecido, elaborar, em 60 dias, planejamento com a definição de cronograma, a ser enviado à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, estimando a data máxima em que os processos listados serão julgados, sem prejuízo de dar prioridade imediata aos seguintes processos:

1. 0016406-92.2009.4.01.3500 - (RÉU PRESO) - META 2/2015 - Paralisado há mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
2. 0016406-92.2009.4.01.3500 - (RÉU PRESO) - META 2/2015 - Paralisado há mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
3. 0023595-58.2008.4.01.3500 - (RÉU PRESO) - META 2/2015 - Paralisado por mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
4. 0000383-03.2006.4.01.3201 - (RÉU PRESO) META 2/2015 - Paralisado há quase 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
5. 0011884-15.2010.4.01.3200 - (RÉU PRESO) - Paralisado por mais de 4 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
6. 0001843-62.2011.4.01.4102 - (RÉU PRESO) - Atualmente sem paralisação, entretanto, ação com réu preso que permaneceu sem andamento por quase 2 anos após a distribuição. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.

7. 0000709-96.2008.4.01.3813 - (RÉU PRESO) - Atualmente sem paralisação (revisor Desemb. Mário César, em 19/8/2015), entretanto teve dois períodos de 3 anos sem movimentação.
8. 0002268-34.2010.4.01.3000 - (RÉU PRESO) - Atualmente sem paralisação (com o revisor Desembargador Mário César em 22/7/2015), mas que teve quase 2 anos sem movimentação.
9. 00023765820054013802 - META 2/2015 - Paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
10.00116282919984013900 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
11.0002915-43.2009.4.01.4300 - META 2/2015 - Paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
12.0002533-31.2001.4.01.4300 - META 2/2015 - Paralisado há quase 4 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
13.0004497-72.2004.4.01.4100 - META 2/2015 - Paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
14.0002116-41.2006.4.01.3801 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
15.0032145-88.2003.4.01.3800 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 6 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
16.0065882-82.2003.4.01.3800 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
17.0006745-92.2005.4.01.3900 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
18.0020586-68.2006.4.01.3400 -META 2/2015 - Vem sendo concluído sem relatório e voto desde 2009. Paralisado por mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
19.0007477-10.2004.01.3803 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
20.0017057-32.2006.4.01.3500 - META 2/2015 - Concluso desde 2010, com petição de prioridade pela prescrição em 2017. Paralisado há mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
21.0008547-25.2009.4.01.3500 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 5 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
22.0000206-25.2000.4.01.3500 - META 2/2015 - Paralisado por mais de 2 anos.

Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
23.0002800-03.2001.4.01.4300 - META 2/2015 - Concluso desde 2007. Paralisado há quase 8 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
24.0003148-81.2006.4.01.3900 - META 2/2015 - Paralisado há quase 3 anos. Prescrição em 2016. Já está relatado. Elaborar voto e/ou encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
25.0009461-39.1998.4.01.3900 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
26.0002276-19.2004.4.01.4100 - META 2/2015 - Paralisado há quase 8 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
27.0006566-14.2003.4.01.4100 - META 2/2015. Recurso de apelação, interposto há mais de 8 anos, ainda não foi julgado. Ademais, consta dos autos que, nesse período, foi proferido apenas um único despacho em que se nomeou a DPU para assumir a defesa. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
28.0006566-14.2003.4.01.4100 - META 2/2015 - O recurso de apelação, interposto há mais de 8 anos, ainda não foi julgado. Ademais, consta dos autos que, nesse período, foi proferido apenas um único despacho. Elaborar relatório e voto em 60 dias.
29.00295728920074010000 - META 2/2015 - Paralisado há quase 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
30.0011140-22.1998.4.01.3400 - META 2 e 6/2015 - Paralisado por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
31.00012836620054013800 - META 2/2015 - Prescrito, segundo os cálculos do MPF, que, em petição de 2008, apontou que a prescrição se daria em maio de 2014. Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
32.0001956-49.2006.4.01.3307 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
33.0002464-54.2008.4.01.3200 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 6 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
34.0001486-59.2004.4.01.3801 - META 2/2015 - Paralisado há quase 4 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
35.0000562-73.2003.4.01.3901 - META 2/2015 - Apelação distribuída no TRF em 2005, cujo primeiro ato só ocorreu em 2013. Atualmente, paralisado por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
36.0001650-02.2004.4.01.3000 - META 2/2015 - Paralisado por mais de 4 anos.

Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
37.0068298-64.2009.4.01.0000 - META 2/2015 - Paralisado por quase 6 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
38.0000984-82.2002.4.01.3901 - META 2/2015 - PRIORIDADE PESSOA IDOSA. Paralisado há mais de 7 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
39.0008344-10.2002.4.01.3500 - META 2/2015 - Atualmente sem paralisação, mas ficou sem movimentação por 2 anos antes da remessa ao revisor (Desemb. Mário César, 17/07/2015).
40.0005460-10.2004.4.01.3800 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 8 anos. Prescrição prevista para 04/01/2016. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
41.0006216-45.1997.4.01.4000 - META 2/2015 - Atualmente sem paralisação, entretanto ficou sem movimentação por 2 anos entre o despacho e a publicação.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO**

**Especialidade:** matéria penal em geral; improbidade administrativa e desapropriação direta e indireta.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **MÁRIO CÉSAR RIBEIRO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 3ª Turma, 2ª Seção, Órgão Especial e Conselho Administrativo.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 25/4/2014

O Magistrado assumiu o acervo em 25/4/2014, após o término de sua gestão na presidência do Tribunal.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	11	-	4	4	4	23	9
Inspeção/2015	11	1	2	3	5	22	14

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Todavia, houve incremento de 5 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.



## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	1.588
Acervo no TRF (julho/2015)	1.963
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	1.200
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	1.586
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	61
Acervo de sobrestados (julho/2015)	48

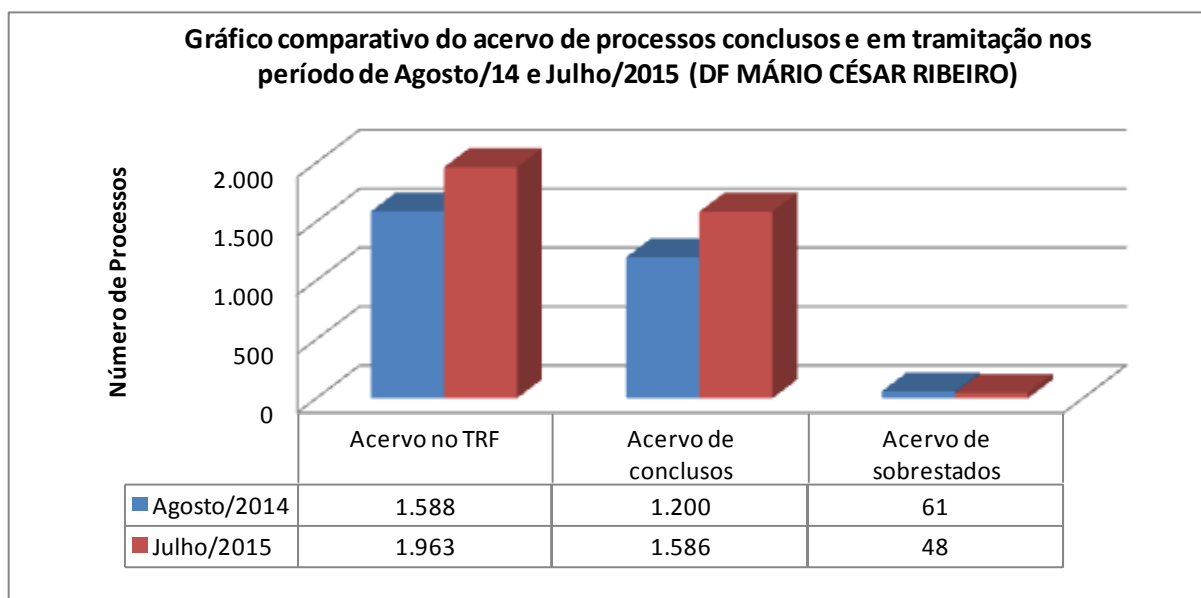
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 386 e o de sobrestados reduziu em 13.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 1.538 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 110 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 375 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	1.346
<b>Total de Processos (saídas)</b>	909
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	437
<b>Processos distribuídos</b>	1.299

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

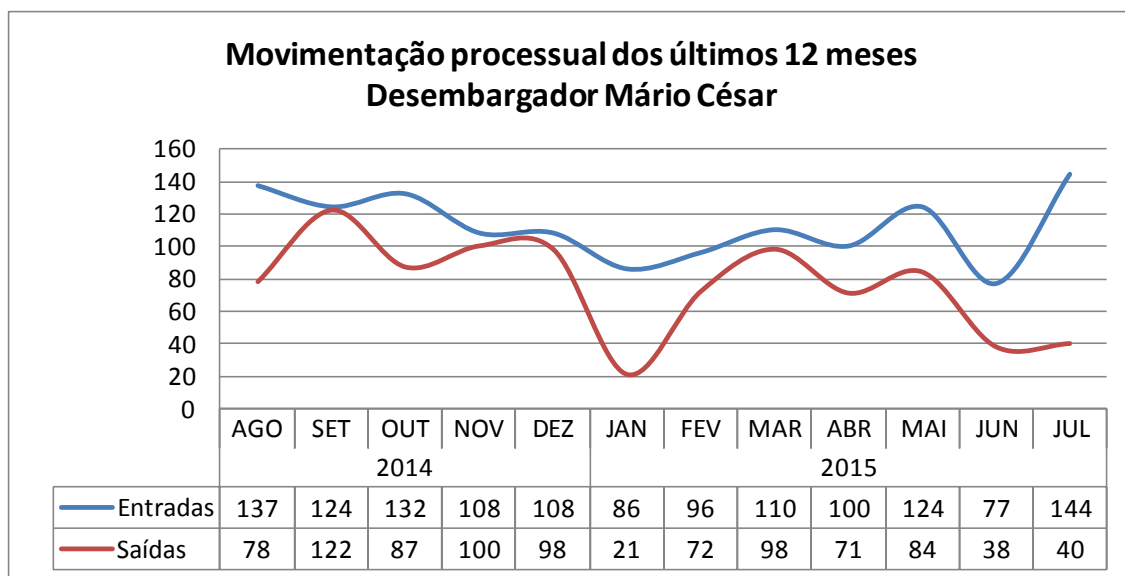
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.346 e saída de 909 processos, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	689
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	33
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	161
<b>TOTAL</b>	883
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	49,4%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	18
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	13

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 883 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 1.299, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 33 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 161 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 49,4%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 18 embargos de declaração e 13 agravos legais/regimentais.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	3
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	0
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	5
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	6
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	15
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	25
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	33
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	48

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (1.586 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 54 processos, representando 3,41%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO			
ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994			
1995			
1996			
1997			
1998			
1999			
2000			
2001			1
2002	1	1	
2003	1	2	
2004	1		
2005	1	2	2
2006	1	1	
2007	9	6	5
2008	4	4	6
2009	14	9	15
2010	20	15	25
2011	23	12	27
2012	124	103	72
2013	353	482	341
2014	-	560	669
2015	-	-	423
<b>Total</b>	<b>552</b>	<b>1.197</b>	<b>1.586</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos distribuídos até 2011 era de 75 em setembro de 2013, e 81 em julho de 2015. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2012, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2013.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos em 2013, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no TRF.

Quanto à META 4/2015 CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, eram 33 processos; enquanto, os da Meta Específica eram 48. Tendo em vista a relevância das matérias objeto destas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	21
Encaminhados para voto-Vista	2
Encaminhados para declaração de voto	1
Encaminhados para lavratura de acórdão	1
Outras situações	11
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que há 21 processos do Gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 2 feitos que aguardam voto-vista e 1 declaração de voto.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	50
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	21
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 50 processos conclusos para revisão, 2 para voto-vista. Nestas situações há 34 feitos sem movimentação há mais de 60 dias, aos quais se recomenda elaborar voto em 60 dias, dentre eles, os processos a seguir:

1. 005610-45.2005.4.01.3803 - Proferir voto-revisor em 60 dias.
2. 0038255-52.2011.4.01.3500 - Sem movimentação processual há mais de 1 ano. Elaborar voto-revisor em 60 dias.
3. 0025581-66.2011.4.01.0000 - Proferir voto-revisor em 60 dias.
4. 0006351-85.2004.4.01.3200 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar voto-revisor em 60 dias.
5. 0029677-49.2006.4.01.3800 - Paralisado há mais de 60 dias. Elaborar voto-revisor em 60 dias.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 53 feitos selecionados para inspeção, apenas 2 não foram inspecionados. Tais processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes:

1. 0072307-69.2009.4.01.0000 - Conforme informação do sistema processual, redistribuído ao Gabinete do Desemb. Olindo Menezes desde 25/4/2012.
2. 0019912-27.2014.4.01.0000 - Conforme informação do sistema processual, baixado à origem em 17/7/2015.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de feitos sem movimentação desde a distribuição. Porém, o Processo 0073486-50.2010.4.01.3800, sem andamento há mais de 1 ano a contar da redistribuição, teve como último andamento processual efetivo a sua conclusão em 2012.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 6 feitos criminais com réu preso, dos quais 1 está vinculado a feito originário (0006972-32.2007.4.01.3700) e 5 a feitos recursais:

0005049-50.2012.4.01.3811	00056470720124014101
0001300-55.2012.4.01.3801	0003698-45.2012.4.01.3810
0002416-59.2013.4.01.3802	

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados autos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) Elaborar voto no prazo de 60 ou decisão monocrática em 30 dias:

0014781-41.2009.4.01.3300 - Elaborar relatório e voto e remeter ao revisor em 60 dias.
0015268-22.2011.4.01.3500 - Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
0003096-96.2008.4.01.4100 - Elaborar relatório e voto para encaminhamento ao revisor em 60 dias.
0015555-55.2011.4.01.3800 - Elaborar relatório e voto para encaminhamento ao revisor em 60 dias.
0013488-03.2013.4.01.000 - Decidir o pedido de restituição em 30 dias.
0006972-32.2007.4.01.3700 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias. Réus presos.
0005049-50.2012.4.01.3811 – Com réu preso, sem movimentação após a redistribuição em 5/5/2014 - Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 30 dias.
0002850-27.2008.4.01.3801 - Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor em 60

dias.
0000797-79.2004.4.01.4200 - Proferir decisão em 30 dias.
0005647-07.2012.4.01.4101 - Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
0007708-07.2008.4.01.3800 - Sem andamento processual há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
0000751-62.2009.4.01.3700 - Embora a conclusão seja recente, a distribuição dos autos data do ano de 2013 e o processo ficou muito tempo paralisado. Elaborar o relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
0002402-62.2005.4.01.3800 - Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor em 60 dias.
0001520-61.2008.4.01.3100 - Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
0052151-82.2014.4.01.3800 - Elaborar relatório e voto e remeter ao revisor em 30 dias.
0072416-15.2011.4.01.0000 - Embora a última conclusão não seja antiga, o processo vem tramitando desde o ano de 2012 (3 anos). Considerando ainda que não se trata de matéria complexa e que a data prevista para a prescrição é 24/7/2016, recomenda-se a inclusão em pauta para julgamento no prazo de 60 dias.
0061342-61.2011.4.01.000 - Incluir em pauta para julgamento no prazo de 60 dias.
0012509-41.2013.4.01.0000 - Sem movimentação há mais de 1 ano. Previsão de prazo prescricional para 29/8/2016. Incluir em pauta para julgamento no prazo de 60 dias.
005610-45.2005.4.01.3803 - Proferir voto-revisor em 60 dias.
0038255-52.2011.4.01.3500 - Sem movimentação processual há mais de 1 ano. Elaborar voto-revisor em 60 dias.
0025581-66.2011.4.01.0000 - Proferir voto-revisor em 60 dias.
0006351-85.2004.4.01.3200 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar voto-revisor em 60 dias.
0073486-50.2010.4.01.3800 - Sem andamento há mais de 1 ano a contar da redistribuição. Último movimento efetivo foi a conclusão em 2012. Recomenda-se a elaboração de relatório e voto com remessa ao revisor no prazo de 60 dias.
0001300-55.2012.4.01.3801 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
0000777-38.2005.4.01.3300 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto e encaminhar para o revisor, no prazo de 60 dias.
0000045-94.2000.4.01.3700 - Sem movimentação há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto com encaminhamento ao revisor no prazo de 30 dias.
0070783-95.2013.4.01.0000 - Elaborar relatório e voto e enviar para o revisor em 60 dias.
0019435-13.2005.4.01.3300 – Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto e enviar ao revisor, no prazo de 60 dias.

0054540-47.2011.4.01.000 - Paralisado há quase um ano. Elaborar o voto no prazo de 60 dias.
0054255-83.2013.4.01.0000 - Paralisado há quase um ano. Elaborar voto no prazo de 60 dias.
003698-45.2012.4.01.3801 - Paralisado por mais de 1 ano. Recomenda-se a elaboração de relatório e voto e encaminhamento ao revisor no prazo de 60 dias, máxime pela presença de réu preso.
0018757-57.2012.4.01.0000 - Elaborar relatório e voto e encaminhar para o revisor no prazo de 60 dias.
0016259-47.2001.4.01.3500 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
0022044-66.2005.4.01.3300 - Sem movimentação há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
0070782-12.2013.4.01.0000 - Paralisado por quase 1 ano. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
0006302-02.2008.4.1.0000 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Os processos possuem etiqueta na capa com a data provável da ocorrência da prescrição em abstrato e há um programa específico, desenvolvido pelo TRF1, para que seja feito o controle.

Fixação na contracapa dos autos de formulário padrão (folha de triagem) para anotações com o intuito de auxiliar na elaboração de minutas, no caso de apelação criminal.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

O número de processos julgados é inferior ao de distribuídos, de modo que o acervo está em linha crescente.

A média de processos distribuídos por mês para o Gabinete é em torno de 120 processos, de modo que, para evitar o crescimento do acervo, seria necessário que



fosse julgado igual número de feitos por mês, o que é humanamente impossível em matéria criminal, de improbidade administrativa e desapropriação.

Ademais, conforme informação da secretaria da 3ª Turma, são realizadas 5 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 55 sessões ordinárias, com julgamento, em média, de 60 processos por sessão, com o acréscimo de que conseguem julgar todos os processos pautados, salvo quando existem sustentações orais ou processos com matérias complexas, o que é recorrente na Turma, em razão do perfil da matéria afeta a sua competência.

Processos sem andamento com prazo superior a 60 dias, vários paralisados por mais de 1 ano, aguardando a elaboração do voto.

Desencontro entre as informações processuais do sistema e os autos. Processos com redistribuições e outros atos (remessas, recebimentos, conclusões) que constam nas informações processuais do sistema, mas não estão certificados nos autos.

Os inquéritos policiais são juntados aos autos da ação penal, e não em apenso.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Elaborar plano de trabalho, no prazo de 60 dias, para julgar percentual de processos superior ao de distribuídos, a fim reduzir o estoque no máximo em 2 anos.

Adotar mais celeridade quanto à elaboração dos votos.

Atualizar os dados do sistema eletrônico conforme o trâmite físico dos processos.

Nas ações originárias, colocar o inquérito policial em autos apensos.

Implementar a remessa do processo diretamente do Gabinete para o revisor, sem a intermediação da Secretaria da Turma, a fim de desburocratizar e acelerar a tramitação dos feitos.

Adotar orientação de trabalho com base em metas quanto a prazos em cada etapa do processo, principalmente em relação à elaboração dos votos.

Definir sistema de controle dos prazos dos processos com vista às partes, com consequente cobrança dos processos.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhando os respectivos andamentos, promover os seus julgamentos, se possível, nos prazos estimados neste relatório, bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Não sendo possível julgar no prazo estabelecido, elaborar em 60 dias, um planejamento com a definição de cronograma, a ser enviado à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, estimando a data máxima em que os processos listados serão julgados, sem prejuízo de dar prioridade imediata aos seguintes processos:

0014781-41.2009.4.01.3300	0015268-22.2011.4.01.3500
0003096-96.2008.4.01.4100	0015555-55.2011.4.01.3800
0013488-03.2013.4.01.000	0006972-32.2007.4.01.3700
0005049-50.2012.4.01.3811	0002850-27.2008.4.01.3801
0000797-79.2004.4.01.4200	0005647-07.2012.4.01.4101
0007708-07.2008.4.01.3800	0000751-62.2009.4.01.3700
0002402-62.2005.4.01.3800	0001520-61.2008.4.01.3100
0052151-82.2014.4.01.3800	0072416-15.2011.4.01.0000
0061342-61.2011.4.01.000	0012509-41.2013.4.01.0000
005610-45.2005.4.01.3803	0038255-52.2011.4.01.3500
0025581-66.2011.4.01.0000	0006351-85.2004.4.01.3200
0073486-50.2010.4.01.3800	0001300-55.2012.4.01.3801
0000777-38.2005.4.01.3300	0000045-94.2000.4.01.3700
0070783-95.2013.4.01.0000	0019435-13.2005.4.01.3300
0054540-47.2011.4.01.000	0054255-83.2013.4.01.0000
003698-45.2012.4.01.3801	0018757-57.2012.4.01.0000
0016259-47.2001.4.01.3500	0022044-66.2005.4.01.3300
0070782-12.2013.4.01.0000	0006302-02.2008.4.1.0000

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO**

**Especialidade:** matéria penal em geral; improbidade administrativa e desapropriação direta e indireta.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **NEY BELLO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 3ª Turma, 2ª Seção e Corte Especial

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 25/4/2014

No período de cinco anos, o Magistrado requereu 1 remoção interna, a saber: da 1ª turma, na qual estava desde a data da posse (27/6/2013), para a 3ª turma.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	14	3	4	3	4	28	8
Inspeção/2015	16	-	1	3	5	25	10

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos. Todavia, houve incremento de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	3.879
Acervo no TRF (julho/2015)	2.080
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	1.676
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	1.268
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	11
Acervo de sobrestados (julho/2015)	15

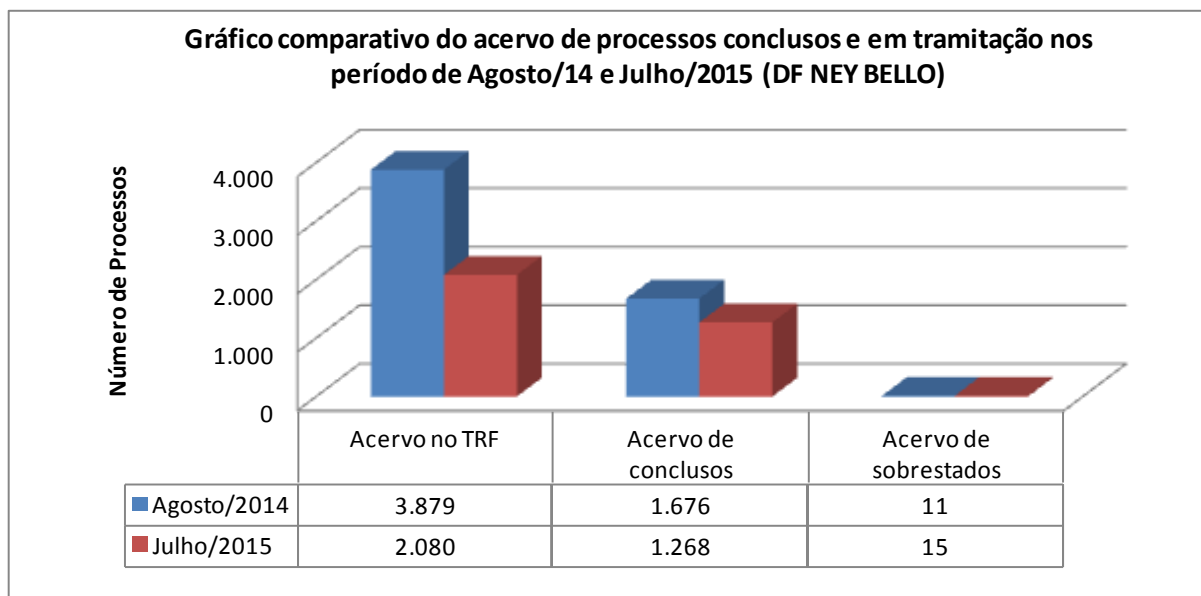
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 408 e o de sobrestados subiu em 4.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 1.253 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 125 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.799 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	1.305
<b>Total de Processos (saídas)</b>	1.563
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-258
<b>Processos distribuídos</b>	1.221

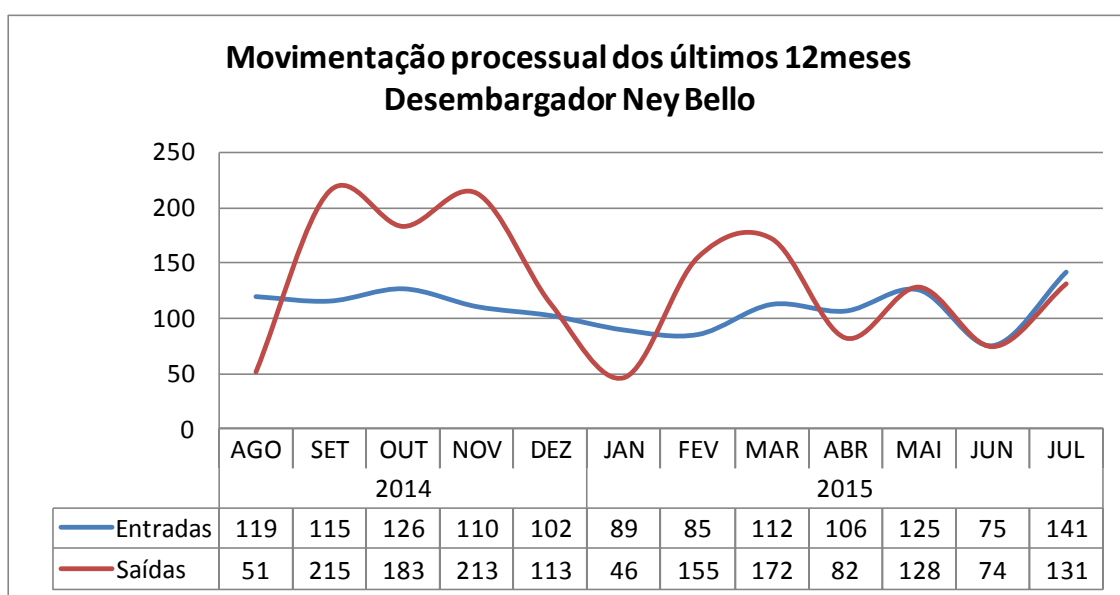
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.305 e saída de 1.563 processos. O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	1.160
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	90
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	255
<b>TOTAL</b>	1.505
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	41,94%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	127
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	10

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 1.505 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 1.221; ou seja, o número de julgados superou em 284 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 90 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 255 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 41,94%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 127 embargos de declaração e 10 agravos legais/regimentais.

Existem 73 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	4
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	1
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	2
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	24
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	23
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	45
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	7
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	112

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (1.268 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 99 processos, representando 7,81%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994			
1995			
1996			
1997			
1998	1		
1999			
2000			
2001			
2002			1
2003			
2004			
2005	4	1	3
2006	2	2	1
2007	9	5	2
2008	44	31	24
2009	47	44	23
2010	105	68	45
2011	207	168	97
2012	358	289	134
2013	444	522	242
2014	-	561	385
2015	-	-	311
<b>Total</b>	<b>1.221</b>	<b>1.691</b>	<b>1.268</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de conclusos distribuídos até 2009 era de 107 em setembro de 2013, e 54 em julho de 2015. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2010, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2014.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 1 processo distribuído no ano 2002, com concentração maior no ano de 2013, portanto, menos de cinco anos de tramitação no TRF.

Quanto à META 4/2015 CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, eram 7 processos; enquanto, os da Meta Específica eram 112. Tendo em vista a relevância das matérias objeto destas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	55
Encaminhados para voto-Vista	6
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	22
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que há 55 processos do Gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 6 processos que aguardam voto-vista. No entanto, de acordo com informação da unidade, em 31 de julho, consta a liberação de 203 processos para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, e nenhum processo aguardando voto-vista. Neste universo, informou o gabinete que há 111 processos que aguardam providências há mais de 60 dias, configurando pendência externa a ser cobrada.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	18
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	10
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos para voto-vista e declaração de voto, havendo 18 processos conclusos para revisão. Mas, de acordo com informação do gabinete, em 31 de julho, consta a liberação de 38 processos para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, e nenhum processo aguardando voto-vista. Nestas situações há 20 processos sem movimentação há mais de 60 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 56 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais feitos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.



Também se verificou a existência, na amostragem, de 4 feitos criminais com réu preso, todos vinculados a feitos recursais:

00163764520134013200	00002519620134013201
00345548320114013500	0000678-09.2013.4.01.4102.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 3 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber:

0008550-77.2009.4.01.3500	0035380-65.2004.4.01.3400
000732-33.2007.4.01.3601	

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Elaborar voto dos processos com **RÉU PRESO**:

1. 00163764520134013200 (RÉU PRESO EM GRAU DE RECURSO) - Paralisado há quase 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
2. 00002519620134013201 (RÉU PRESO EM GRAU DE RECURSO) - Paralisado há mais de 1 ano. Relatório na capa do processo. Envio ao revisor no prazo de 30 dias.
3. 00345548320114013500 (RÉU PRESO EM GRAU DE RECURSO) - Paralisado há quase 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
4. 0000678-09.2013.4.01.4102 – (RÉU PRESO EM GRAU DE RECURSO). Existe o relatório na capa. Remeter os autos ao revisor no prazo de 30 dias.

b) Colocar etiqueta de controle da prescrição:

1. 0039239-89.2013.4.01.0000 - AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. Levar os embargos de declaração no prazo de 30 dias. Não existe etiqueta de controle de prazos de prescrição na capa dos autos.
2. 0039239-89.2013.4.01.0000 - AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. Levar os embargos de declaração no prazo de 30 dias. Não existe etiqueta de controle de prazos de prescrição na capa dos autos.

c) Elaborar voto ou decisão no prazo de 30 ou 60 dias:

1. 0012384-84.2006.4.01.3600 - Paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
2. 0001457-95.2007.4.01.3900 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
3. 0019638-73.1999.4.01.3400 - Paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
4. 0003700-28.2006.4.01.3809 - Paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
5. 0008550-77.2009.4.01.3500 - Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
6. 0038128-63.2006.4.01.38000 - Paralisado por mais de 3 anos antes da redistribuição e atualmente, sem movimentação há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
7. 0002673-2673-26.2004.4.01.3600 - Paralisado por mais de 2 anos antes da redistribuição. Atualmente, sem movimentação por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto em 60 dias.
8. 0002673-2673-26.2004.4.01.3600 - Paralisado por mais de 2 anos antes da redistribuição. Atualmente, sem movimentação por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto em 60 dias.
9. 0034955-72.2003.4.01.3400 - META 4/2015. Processo paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
10. 0012052-82.1999.4.01.3400 - META 6/2015. Processo paralisado há mais de 7 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
11. 00502142020114013500 - Sem movimentação processual por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
12. 00069420720014013700 - Paralisado por mais de 1 ano (desde a redistribuição). Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
13. 00092663520034013300 - Paralisado por mais de 1 ano (desde a redistribuição) Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
14. 00028976820024013200 - Paralisado por mais de 1 ano (desde a redistribuição). Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
15. 00751471320134010000 – Relatório pronto nos autos, na capa do processo. Encaminhar ao revisor no prazo de 30 dias.
16. 00265605220074013400 - Relatório pronto nos autos, na capa do processo. Encaminhar ao revisor no prazo de 30 dias.
17. 00025364120094013900 - Relatório pronto nos autos, na capa do processo. Encaminhar ao revisor no prazo de 30 dias.
18. 00131012120094013300 – Paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.

19.00073613120044013600 - Paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
20.00301368020084013800 - Discrepância entre as informações do sistema e dos autos. Processo paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
21.00050578020094013601 - Paralisado por mais de 10 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
22.00131012120094013300 - Paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
23.00073613120044013600 - Paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
24.0019079-35.2007.4.01.3304 - Sem andamento por mais de 1 ano antes da remessa ao revisor.
25.0025867-25.2008.4.01.3500 - Paralisado por mais de 3 anos após a distribuição para o TRF1 e sem movimentação há 7 meses desde a redistribuição para o gabinete atual. Discrepância entre as informações do sistema informatizado e os autos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.

d) Elaborar voto dos Processos da META 02/2010:

1. 00040913120074013814 - META 2/2015. Em 12/8/2015 despacho determinando diligências. Autos na coordenadoria da turma para expedição de ofício. Após a conclusão das diligências, elaborar relatório e voto com urgência. Processo tramita no TRF desde 2010.
2. 0050214-20.2011.4.01.3500 - META 2/2015. Sem movimentação processual por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
3. 0000732-33-2007.4.01.3601 - META 02/2015. Apelação distribuída em 2009 sem julgamento. Paralisada há quase 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
4. 0006066-58.2005.4.01.3200 - META 2/2015. Paralisado há mais de 1 ano, com distribuição que data de 2008. Prescrição máxima em 2017. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
5. 0035380-65.2004.4.01.3400 - META 2/2015. Atualmente, sem paralisação, mas entre a conclusão e a redistribuição ficou parado por 4 anos e, entre a redistribuição e a conclusão, por mais de 1 ano. PRESCRIÇÃO em 15/11/2016. Elaborar relatório e voto.
6. 0000732-33-2007.4.01.3601 - META 02/2015 - A presente apelação foi distribuída no ano de 2009 sem julgamento. Atualmente, paralisada há quase 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
7. 0006066-58.2005.4.01.3200 - META 2/2015. Paralisado há mais de 1 ano, com distribuição que data de 2008. Prescrição máxima em 2017. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.

8. 0035380-65.2004.4.01.3400 - META 2/2015. Atualmente sem paralisação, mas entre a conclusão e a redistribuição ficou parado por 4 anos e, entre a redistribuição e a conclusão, por mais de 1 ano. PRESCRIÇÃO em 15/11/2016. Elaborar relatório e voto.
9. 00202631019994013400 - META 2/2015. Concluso em 23/7/2015. Porém, ficou paralisado por mais de 1 ano antes da última conclusão. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
10.00248313920034013300 - META 2/2015. Distribuído em 2008, sem movimentação por mais de 4 anos entre a conclusão e a redistribuição e atualmente paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto em 60 dias.
11.0020263-10.19994013400 - META 2/2015. Concluso em 23/7/2015. Porém, paralisado por mais de 1 ano antes da última conclusão. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
12.00248313920034013300 - META 2/2015. Distribuído em 2008, sem movimentação por mais de 4 anos entre a conclusão e a redistribuição. Atualmente, paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto em 60 dias.

e) Elaborar voto dos processos com prioridade (IDOSO):

0003415-20.2001.4.01.4000 - Paralisado há mais de 9 meses. Levar os embargos de declaração para julgamento no prazo de 30 dias.
00087252820104013600 - Paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
0005056-95.2009.4.01.3601 - Paralisado há mais de 1 ano após a redistribuição. Discrepância de informações entre o sistema informatizado e os autos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, mas muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão para melhoria do respectivo perfil, o que já vem sendo providenciado pelo Desembargador Ney Bello. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é das melhores na atualidade, não havendo acúmulo e, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### 4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

O Gabinete do Desembargador Federal Ney Bello tem estabelecido rotinas de trabalho, por meio do planejamento mediante relatórios disponíveis nos sistemas informatizados e na criteriosa triagem dos processos, visando atender às metas estabelecidas pelo CNJ. Em 25/4/2015, quando do recebimento do acervo pertencente à 2ª Seção, fez-se a divisão do acervo entre processos cíveis e criminais. Isto porque a

matéria criminal necessita de acompanhamento diferenciado pela peculiaridade do Direito Penal e Processual Penal. O acervo encontra-se separado por assunto, com base na autuação da tabela única do CNJ. Todos os processos criminais têm a prescrição calculada e lançada em sistema informatizado para possibilitar o acompanhamento.

Na parte cível, foi dada prioridade ao cumprimento da meta 4/2014-CNJ, com o julgamento de todas as ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013. Com relação à meta 2/2014-CNJ, foram julgados todos os processos cíveis, com distribuição até 2010. No tocante ao acervo dos processos criminais, o planejamento foi dividido em etapas. Na 1ª etapa, deu-se preferência para o julgamento de *habeas corpus*, de mandado de segurança, de ações penais com réu preso e de feitos cujos crimes estariam prestes a prescrever. Embora haja ações penais com datas mais antigas de distribuição no TRF – 1ª Região, estas cederam lugar àquelas ações mais recentes que, no entanto, correm risco de prescrever e necessitariam de remessa ao desembargador revisor. Na 2ª etapa, foram preparados e julgados os processos criminais que não necessitam de remessa ao desembargador revisor, visando cumprir a meta 1/2014-CNJ de julgar maior quantidade de processos do que os distribuídos. Recentemente, iniciou-se a 3ª etapa, com a separação de todos os processos com sentença absolutória, mantendo-se a organização por assunto, visando remessa ao revisor em blocos.

Destaca-se que a gestão de processos neste gabinete é feita de forma dinâmica: ao cumprir uma etapa, busca-se a implantação de outra que possibilite o atendimento do jurisdicionado com presteza e eficiência, aliado ao objetivo de cumprir as metas propostas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Seguindo as etapas do planejamento em implantação no Gabinete, foram estabelecidas metas a seus servidores. Na secretaria, as atividades de organização do acervo, como triagem de todos os processos conclusos, são realizadas mediante mutirão entre todos, para divisão igualitária da carga de trabalho. As demais tarefas são divididas individualmente, levando em consideração as habilidades e valorização dos colaboradores. Na assessoria, há estabelecimento de cota com número de processos por servidor, levando-se em consideração a complexidade da classe processual e do assunto em análise.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O serviço no Gabinete é muito organizado e os servidores são motivados e engajados no trabalho, ademais de executarem suas tarefas com foco em alcançar as metas definidas.

O acervo está em linha decrescente, uma vez que o número de processos julgados é superior ao de distribuídos. Em verdade, nos últimos 12 meses referentes ao período inspecionado, foram distribuídos 1.221, enquanto foram julgados 1.505 processos. Ou seja, nesse intervalo de tempo, foram julgados 284 processos a mais do que os distribuídos.

A análise do acervo processual, considerando o número de processos em tramitação no TRF, revela ainda mais a eficiência do serviço do Gabinete, na medida em que em agosto/2014 tramitavam 3.879 feitos, enquanto em julho/2015, apenas 2.080. Ou seja, no período da inspeção houve a diminuição considerável daquele acervo em 1.799 processos.

Deve-se levar em consideração que o Desembargador tomou posse no Tribunal há pouco mais de 2 anos, e está no Gabinete há pouco mais de 1 ano, o que acentua a excelente gestão que vem fazendo em relação ao acervo, ademais de isentá-lo quanto à falta de ritmo adequado na tramitação do processo ao longo do tempo.

Sem embargo do sucesso da prestação da atividade jurisdicional (o único gabinete dentre os de competência criminal que experimenta diminuição do acervo, pois todos os outros 5 estão com tendência a aumento do número de processos em tramitação), o Desembargador Ney Bello estabeleceu como meta reduzir o número de processos em tramitação para 3 dígitos.

A média de processos distribuídos por mês para o gabinete é por volta de 120, de modo que, para evitar o crescimento do acervo, é necessário que seja julgado igual número de feitos por mês, o que é humanamente impossível em matéria criminal, de improbidade administrativa e desapropriação, salvo por curto período de tempo e com ritmo de trabalho pesado.

O próprio Desembargador reconhece que não terá como manter o ritmo de trabalho em potência máxima, de modo que, em algum momento, não conseguirá dar vazão à demanda.

Não obstante o ritmo de trabalho, os processos ainda não possuem tramitação regular, com excessivas paralisações em algumas etapas.

Ademais, conforme informação da secretaria da 3ª Turma, são realizadas 5 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 55 sessões ordinárias, com julgamento, em média, de 60 processos por sessão, com o acréscimo de que conseguem julgar todos os processos pautados. Salvo quando existem sustentações orais ou processos com matérias complexas, o que é recorrente na Turma, em razão do perfil da matéria afeta a sua competência.

Os processos têm etiquetas na capa com prazo de prescrição mínima e máxima.

Alguns processos ficaram, em determinados períodos, com excesso de prazo no Ministério Público Federal:

0034554-83.2011.4.01.3500	0003700-28.2006.4.01.3809.
---------------------------	----------------------------

## 6) RECOMENDAÇÕES

Implementar a remessa do processo diretamente do gabinete para o revisor, sem a intermediação da Secretaria da Turma, a fim de desburocratizar e acelerar a tramitação dos feitos.

Adotar orientação de trabalho com base em metas, quanto a prazos, em cada etapa do processo, principalmente quanto à elaboração dos votos.

Definir sistema de controle dos prazos dos processos com vista às partes, com consequente cobrança dos processos.

Ao ser oferecida a ação penal, deve-se promover a alteração da classe processual para Ação Penal.

Autuar os inquéritos policiais ou procedimentos de investigação criminal – PIC em apenso.

Ao encaminhar o processo ao revisor, enviar com o relatório e o voto prontos.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos - e promover os seus julgamentos, se possível, nos prazos estimados neste relatório; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Não sendo possível julgar no prazo estabelecido, elaborar, em 60 dias, um planejamento com a definição de cronograma, a ser enviado à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, estimando a data máxima em que os processos listados serão julgados, sem prejuízo de dar prioridade imediata aos seguintes processos:

1. 00163764520134013200 (RÉU PRESO EM GRAU DE RECURSO) – Paralisado há quase 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
2. 00002519620134013201 (RÉU PRESO EM GRAU DE RECURSO) - Paralisado há mais de 1 ano. Relatório na capa do processo. Envio ao revisor no prazo de 30 dias.
3. 00345548320114013500 (RÉU PRESO EM GRAU DE RECURSO) - Paralisado há quase 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
4. 0000678-09.2013.4.01.4102 – (RÉU PRESO EM GRAU DE RECURSO). Existe o relatório na capa do processo. Remeter os autos ao revisor no prazo de 30 dias.
5. 0003415-20.2001.4.01.4000 (IDOSO) - Paralisado há mais de 9 meses. Levar os embargos de declaração para julgamento no prazo de 30 dias.
6. 00087252820104013600 (IDOSO)- Paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
7. 0005056-95.2009.4.01.3601 (IDOSO) - Paralisado há mais de 1 ano após a redistribuição. Discrepância de informações entre o sistema informatizado e os

autos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
8. 00040913120074013814 - META 2/2015. Em 12/8/2015 despacho determinando diligências. Autos na coordenadoria da turma para expedição de ofício. Após a conclusão das diligências, elaborar relatório e voto com urgência. Tramita no TRF desde 2010.
9. 0050214-20.2011.4.01.3500 - META 2/2015. Sem movimentação processual por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
10.0000732-33-2007.4.01.3601 - META 02/2015. Apelação distribuída em 2009 sem julgamento. Atualmente, paralisada há quase 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
11.0006066-58.2005.4.01.3200 - META 2/2015. Paralisado há mais de 1 ano, com distribuição que data de 2008. Prescrição máxima em 2017. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
12.0035380-65.2004.4.01.3400 - META 2/2015. Atualmente sem paralisação, mas entre a conclusão e a redistribuição ficou parado por 4 anos e, entre a redistribuição e a conclusão, por mais de 1 ano. PRESCRIÇÃO em 15/11/2016. Elaborar relatório e voto.
13.0000732-33-2007.4.01.3601 - META 02/2015 - Apelação distribuída em 2009 sem julgamento. Atualmente, paralisada há quase 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
14.0006066-58.2005.4.01.3200 - META 2/2015. Paralisados há mais de 1 ano, com distribuição que data de 2008. Prescrição máxima em 2017. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
15.0035380-65.2004.4.01.3400 - META 2/2015. Processo, atualmente, sem paralisação, mas entre a conclusão e a redistribuição ficou parado por 4 anos e entre a redistribuição e a conclusão por mais de 1 ano. PRESCRIÇÃO em 15/11/2016. Elaborar relatório e voto.
16.00202631019994013400 - META 2/2015. Concluso em 23/07/2015. Porém, ficou paralisado por mais de 1 ano antes da última conclusão. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
17.00248313920034013300 - META 2/02015. Distribuído em 2008, sem movimentação por mais de 4 anos entre a conclusão e a redistribuição. Atualmente, paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto em 60 dias.
18.0020263-10.19994013400 - META 2/2015. Concluso em 23/7/2015. Porém, ficou paralisados por mais de 1 ano antes da última conclusão. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
19.00248313920034013300 - META 2/02015. Distribuído em 2008, sem movimentação por mais de 4 anos entre a conclusão e a redistribuição. Atualmente, paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto em 60 dias.



## GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO MENDES

**Especialidade:** matéria penal em geral; improbidade administrativa e desapropriação direta e indireta.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal ÍTALO MENDES

**1.2. Órgãos de atuação:** 4ª Turma, 2ª Seção, Tribunal Regional Eleitoral desde 16/8/2014.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 20/8/1998

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	10	-	3	2	4	19	9
Inspeção/2015	12	-	3	3	4	22	8

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Todavia, houve redução de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	2.800
Acervo no TRF (julho/2015)	2.939
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	1.617
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	2.101
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	107
Acervo de sobrestados (julho/2015)	89

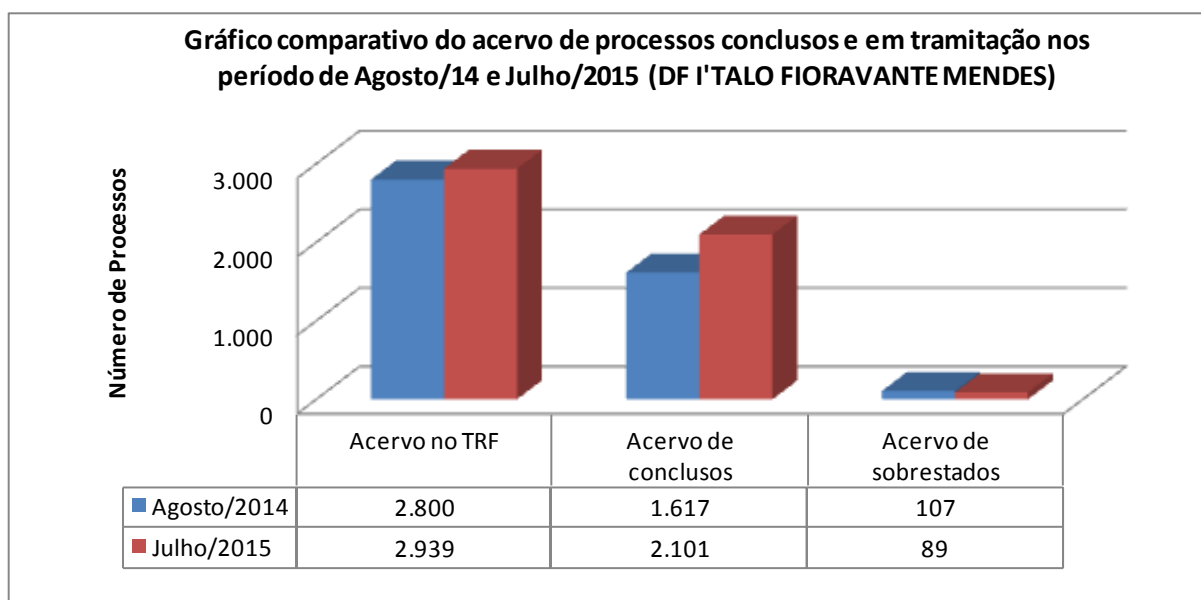
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 484 e o de sobrestados reduziu em 18.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 2.012 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 252 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 139 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	1.333
<b>Total de Processos (saídas)</b>	449
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	884
<b>Processos distribuídos</b>	1.314

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

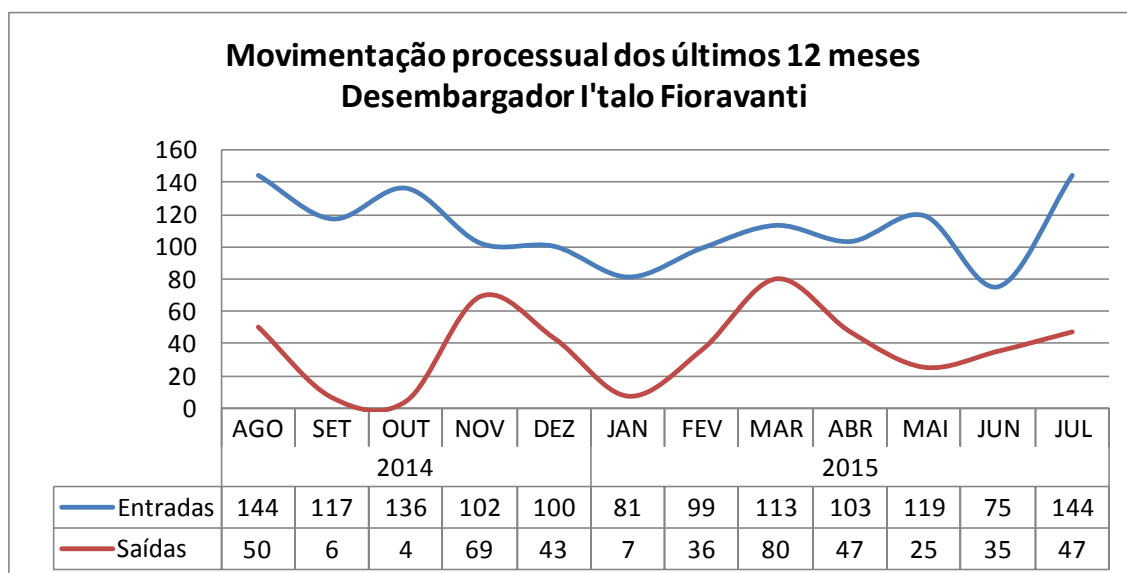
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.333 e saída de 449 processos, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	393
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	30
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	25
<b>TOTAL</b>	448
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	31,75

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	15
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	14

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 448 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 1.314, ou seja, o número de julgados foi significativamente inferior ao de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 30 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 25 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 31,75%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 15 embargos de declaração e 14 agravos legais/regimentais.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	17
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	3
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	9
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	11
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	19
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	35
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	125
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	88

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (2.101 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 94, representando 4,47%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL ITALO FIORAVANTI MENDES			
ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994	1	1	1
1995			
1996			1
1997			
1998			
1999			
2000			2
2001			1
2002			
2003			3
2004	1		3
2005	1	1	6
2006	1	1	3
2007	4	5	9
2008	1	2	11
2009	7	8	19
2010	29	29	35
2011	91	74	42
2012	521	309	203
2013	604	544	468
2014	-	547	797
2015	-	-	497
<b>Total</b>	<b>1.261</b>	<b>1.521</b>	<b>2.101</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos distribuídos até 2010 era de 45 em setembro de 2013, e 94 em julho de 2015. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição no período de 2011 a 2013, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2013. Há registro de um processo distribuído em 1994.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e não são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 2 processos distribuídos para conclusão há mais de cinco anos de tramitação no TRF.

Quanto à META 4/2015 CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, eram 125 processos; enquanto, os da Meta Específica eram 88. Tendo em vista a relevância das matérias objeto destas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	460
Encaminhados para voto-Vista	0
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	192
<b>TOTAL</b>	<b>652</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que há 460 processos do Gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, não havendo feitos que aguardam voto-vista ou declaração de voto. No entanto, de acordo com informação do gabinete, existem 458 processos liberados para revisão, mas ainda não pautados. Neste universo há 257 feitos que aguardam providências há mais de 60 dias, configurando pendência externa a ser cobrada.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	229
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	97
<b>TOTAL</b>	<b>327</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processo para voto-vista, havendo 229 conclusos para revisão e 1 para declaração de voto. Contudo, de acordo com informação do Gabinete, existem 308 feitos liberados para revisão, mas ainda não pautados. Nestas situações, há 248 processos sem movimentação há mais de sessenta dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 59 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os feitos que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 7 feitos criminais com réu preso, dos quais 1 está vinculado a feito originário (0001633-12.2013.4.01.3400) e 6 a feitos recursais:

0077889-62.2010.4.01.3800	0006384-15.2012.01.3000
0001459-31.2013.4.01.3811	0001633-12.2013.4.01.3400
0001701-61.2014.4.01.3000	0002651-81.2012.4.01.3601

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 2 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber:

0049003-36.2012.4.01.0000	0049003-36.2012.4.01.0000
---------------------------	---------------------------

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados feitos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Elaborar voto em processo com RÉU PRESO:

1. 0077889-62.2010.4.01.3800 - (RÉU PRESO) - Recebido para revisão desde 2012. Processo paralisado por quase 3 anos. Elaborar voto-revisor em 30 dias.
2. 0006384-15.2012.4.01.3000 - (RÉU PRESO) - Recebido para revisão com mais de 1 ano. Elaborar voto-revisor em 30 dias.
3. 0001459-31.2013.4.01.3811 - (RÉU PRESO) - Recebido para revisão há mais de 1 ano. Elaborar voto-vista no prazo de 30 dias.
4. 0001633-12.2013.4.01.3400 - (RÉU PRESO) - Recebido para revisão há mais de 1 ano. Elaborar voto-revisor no prazo de 30 dias.
5. 0001701-61.2014.4.01.3000 - (RÉU PRESO) - Paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
6. 0002651-81.2012.4.01.3601 - (RÉU PRESO) - Recebido para revisão há mais de 2 anos. Elaborar voto-revisor em 30 dias.

b) Elaborar voto ou decisão no prazo de 60 ou 30 dias:

1. 0007811-55.2005.4.01.3400 - Paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
2. 0007538-82.2011.4.01.4300 - Paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
3. 0005526-42.2012.4.01.3304 - Sem movimentação entre 8/3/2013 e 17/7/2015 (mais de 2 anos). Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
4. 0006248-13.2002.4.01.3600 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
5. 0017628-28.2005.4.01.3600 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
6. 0017059-72.2006.4.01.3800 - Paralisado por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
7. 0017007-06.2006.4.01.3500 - Paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
8. 0009454-03.2005.4.01.3900 - Concluso há mais de 1 ano e 4 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
9. 0010759-07.2014.4.01.3900 - Concluso há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
10.0010997-40.2011.4.01.3800 - Paralisado há mais de 2 anos e 9 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
11.0011843-53.2008.4.01.3900 - Paralisado há mais de 2 anos e 6 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
12.0049003-36.2012.4.01.0000 - Atualmente sem paralisação, mas ficou sem movimentação processual por quase três anos, período em que houve a inspeção do CJF e a autoinspeção. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
13.0049434-19.2012.4.01.3800 - Processo paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
14.0043365-66.2010.4.01.3500 - Paralisado há quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
15.0048230-71.2011.4.01.3800 - Paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
16.0036220-12.2012.4.01.0000 - Discrepância entre as informações do sistema e



dos autos. Atualmente sem paralisação, mas ficou sem movimentação por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
17.0014089-31.2008.4.01.3800 - Paralisado há mais de 1 ano e 5 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
18.0026098-66.2014.4.01.0000 - Processo paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
19.0016689-28.2003.4.01.3500 - Processo paralisado há mais de 2 anos e 7 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
20.0020003-20.2014.4.01.0000 - Processo paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto em 60 dias.
21.0016689-28.2003.4.01.3500 - Paralisado há mais de 2 anos e 7 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
22.0001374-87.2012.4.01.3000 - Paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
23.0001455-22.2007.4.01.3902 - Paralisado por quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
24.0000046-33.2014.4.01.0000 - HC - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias. Solicitar informações sobre o cumprimento do Alvará de Soltura expedido.
25.0001942-06.2012.4.01.3000 - Paralisado por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
26.0002018-49.2008.4.01.4300 - Paralisado por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
27.0002559-84.2008.4.01.3200 - Paralisado há quase 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
28.0003010-69.2010.4.01.3902 - Paralisado há 4 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
29.0003868-36.2011.4.01.4300 - Paralisado há mais de 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
30.0000878-74.1997.4.01.3100 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
31.0028690-15.2007.4.01.3400 - META 4/2015 - Paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
32.0026907-95.2001.4.01.3400 - META 4/2015 - Paralisado há mais de 2 anos e 3 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.

33.0000400-30.1998.4.01.4200 – META 4/2015 - Paralisado por mais de 3 anos. Elaborar relatório e voto em 60 dias.
34.0036922-55.2012.4.01.0000 - META 4/2015 - Paralisado há mais de 2 anos e 8 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
35.0001094-37.2009.4.01.3901 - META 6/2015 - Paralisado há quase 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
36.0001194-53.2008.4.01.3310 - META 6/2015 - Paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
37.0062751-72.2011.4.01.0000 - Paralisado há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto em 60 dias.
38.0059587-31.2013.4.01.0000 - Paralisado por mais de 1 ano. Decidir em 30 dias.
39.0017214-82.2013.4.01.0000 - Paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
40.0055172-73.2011.4.01.0000 - Paralisado por mais de 1 ano. Decidir em 30 dias.
41.0046958-59.2012.4.01.0000 - Paralisado por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
42.0008587-89.2013.4.01.0000 - Paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
43.0039927-22.2011.4.01.0000 - Paralisado por mais de 3 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
44.0001671-39.2013.4.01.0000 - Paralisado há mais de 2 anos e 4 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.

c) Elaborar voto com prioridade:

0005111-49.2010.4.01.4300 - (PRIORIDADE IDOSO) - Sem movimentação há mais de 3 anos. Elaborar voto e relatório no prazo de 60 dias.

d) Elaborar voto dos processos da META 2/2015:

0036089-08.2010.4.01.0000 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.

0001270-18.2006.4.01.3902 - META 2/2015 - Concluso por quase 5 anos. Atualmente, paralisado por mais 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.

0011064-81.2001.4.01.3500 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 2 anos e 9

meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do montante e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

De acordo com informação do gabinete à equipe de inspeção, é adotada a seguinte metodologia:

O recebimento dos processos é feito com o lançamento no sistema do Tribunal. Preliminarmente, os processos são vistos pela Chefia do Gabinete e distribuídos à Chefe da Assessoria (processos da 4ª Turma) e ao Assessor (processos da 2ª Seção), que posteriormente são encaminhados aos servidores da Assessoria, tudo com lançamento no sistema do TRF (andamento interno) pelos servidores da secretaria.

Os assessores distribuem os processos para os oficiais de justiça e estagiários da área de direito, conforme a matéria e prioridade, por ordem de prescrição, distribuição e idade e também pelas metas. Os adiados têm prioridade também no julgamento.

As transcrições e as conferências dos julgados são feitas pelos servidores da Secretaria.

A Chefe do Gabinete (substituta) despacha com o Desembargador processos do TRE, ofícios da Turma e Seção, encaminhamentos de ofícios de informações ao STJ, confere as pautas para o Magistrado lavrar os acórdãos, cuida da agenda, faz e envia as estatísticas.

Os processos saem do Gabinete com lançamentos no sistema do Tribunal pelos servidores da secretaria.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O gabinete é organizado com bom planejamento quanto à execução do serviço, a fim de otimizar a prestação da atividade jurisdicional.

Os processos não possuem tramitação regular, com excessivas paralisações em algumas etapas.

O acervo está em linha crescente, uma vez que o número de processos julgados é inferior ao de distribuídos.

A média de feitos distribuídos por mês para o Gabinete é em torno de 120, de modo que, para evitar o crescimento do acervo, seria necessário o julgamento de igual número de feitos por mês, o que é humanamente impossível em matéria criminal, de improbidade administrativa e desapropriação.

Ademais, conforme informação da secretaria da 4ª Turma, são realizadas 6 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 72 sessões ordinárias, com julgamento, em média, de 41 processos por sessão, com o acréscimo de que, nas últimas sessões, não conseguiram julgar todos os processos pautados.

No universo dos inspecionados, foi verificado que a decisão de pedido de liminar é proferida em prazo razoável, em regra, no dia seguinte à distribuição dos autos.

Os processos com vista ao revisor são remetidos primeiramente à secretaria da turma, que envia os autos ao revisor; no retorno ao gabinete, os autos são encaminhados pelo revisor à turma, que os direciona ao Gabinete.

Há alguns processos com vista ao Ministério Público cujo prazo encontra-se vencido em excesso.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Elaborar plano de trabalho, no prazo de 60 dias, para julgar percentual de processos superior ao de distribuídos, além dos feitos pendentes de revisão, em número de 458, a fim reduzir o estoque no máximo em 2 anos.

Implementar a remessa do processo diretamente do Gabinete para o revisor, sem a intermediação da secretaria da Turma, a fim de desburocratizar e acelerar a tramitação dos feitos.

Adotar orientação de trabalho com base em metas quanto a prazos em cada etapa do processo, principalmente com relação à elaboração dos votos.

Definir sistema de controle dos prazos dos processos com vista às partes, com consequente cobrança dos processos.

Ao ser oferecida a ação penal, promover a alteração da classe processual para Ação Penal.

Autuar os inquéritos policiais ou procedimentos de investigação criminal – PIC em apenso.

Ao encaminhar o processo ao revisor, enviar com o relatório e o voto prontos.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhando os respectivos andamentos, e promover os seus julgamentos, se possível, nos prazos estimados neste relatório; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Não sendo possível julgar no prazo estabelecido, elaborar, em 60 dias, um planejamento com a definição de cronograma, a ser enviado à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, estimando a data máxima em que os processos listados serão julgados, sem prejuízo de dar prioridade imediata aos seguintes processos:

1. 0077889-62.2010.4.01.3800 - (RÉU PRESO) - Recebido para revisão desde 2012. Paralisado por quase 3 anos. Elaborar voto-revisor em 30 dias.
2. 0006384-15.2012.4.01.3000 - (RÉU PRESO) - Recebido para revisão com mais de 1 ano. Elaborar voto-revisor em 30 dias.
3. 0001459-31.2013.4.01.3811 - (RÉU PRESO) - Recebido para revisão há mais de 1 ano. Elaborar voto-vista no prazo de 30 dias.
4. 0001633-12.2013.4.01.3400 - (RÉU PRESO) - Recebido para revisão há mais de 1 ano. Elaborar voto-revisor no prazo de 30 dias.
5. 0001701-61.2014.4.01.3000 - (RÉU PRESO) - Paralisado por mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
6. 0002651-81.2012.4.01.3601 - (RÉU PRESO) - Recebido para revisão há mais de 2 anos. Elaborar voto-revisor em 30 dias.
7. 0005111-49.2010.4.01.4300 - (PRIORIDADE IDOSO) - Sem movimentação há mais de 3 anos. Elaborar voto e relatório no prazo de 60 dias.
8. 0036089-08.2010.4.01.0000 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
9. 0001270-18.2006.4.01.3902 - META 2/2015 - Concluso por quase 5 anos. Atualmente, paralisado por mais 2 anos. Elaborar relatório e voto no prazo de 30 dias.
10. 0011064-81.2001.4.01.3500 - META 2/2015 - Paralisado há mais de 2 anos e 9 meses. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES  
(Juiz Federal convocado Marcus Vinícius Reis Bastos)**

**Especialidade:** matéria penal em geral; improbidade administrativa e desapropriação direta e indireta.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1 Identificação:** Desembargador Federal **OLINDO MENEZES** (Juiz Federal convocado MARCUS VINÍCIUS REIS BASTOS)

**1.2. Órgãos de atuação:** 4ª Turma, 2ª Seção, Corte Especial, Diretor da ESMAF.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 25/4/2012

No período de cinco anos, o Magistrado requereu remoções internas. Presidiu o TRF 1ª Região de 2010 a 2012, tendo assumido o acervo do Gabinete em 25/4/2012.

O Desembargador está convocado para atuar no Superior Tribunal de Justiça - STJ desde 2012. Atualmente, responde pelo Gabinete o Juiz Federal convocado Marcus Vinícius Reis Bastos, desde 8/6/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	14	-	2	2	4	22	15
Inspeção/2015	15	-	2	3	5	25	14

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Todavia, houve redução de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2015)	2.730
Acervo no TRF (julho/2015)	2.821
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	2.753
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	2.740
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	44
Acervo de sobrestados (julho/2015)	46

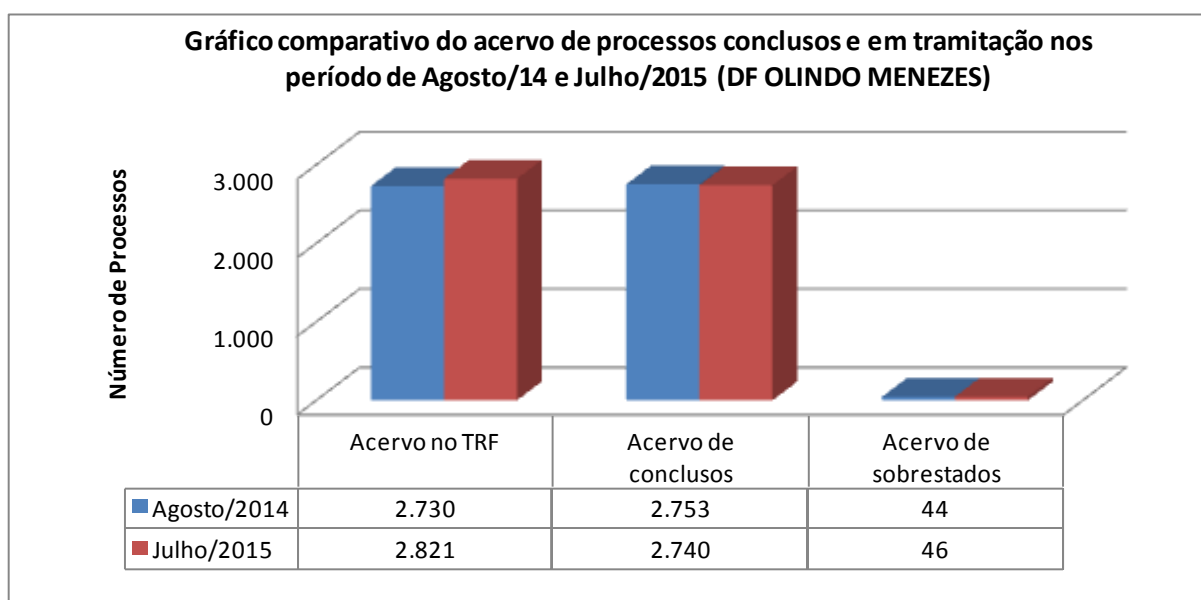
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos reduziu em 13 e o de sobrestados subiu em 2.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 2.694 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 192 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 91 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	1.308
<b>Total de Processos (saídas)</b>	1.399
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-91
<b>Processos distribuídos</b>	1.293

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

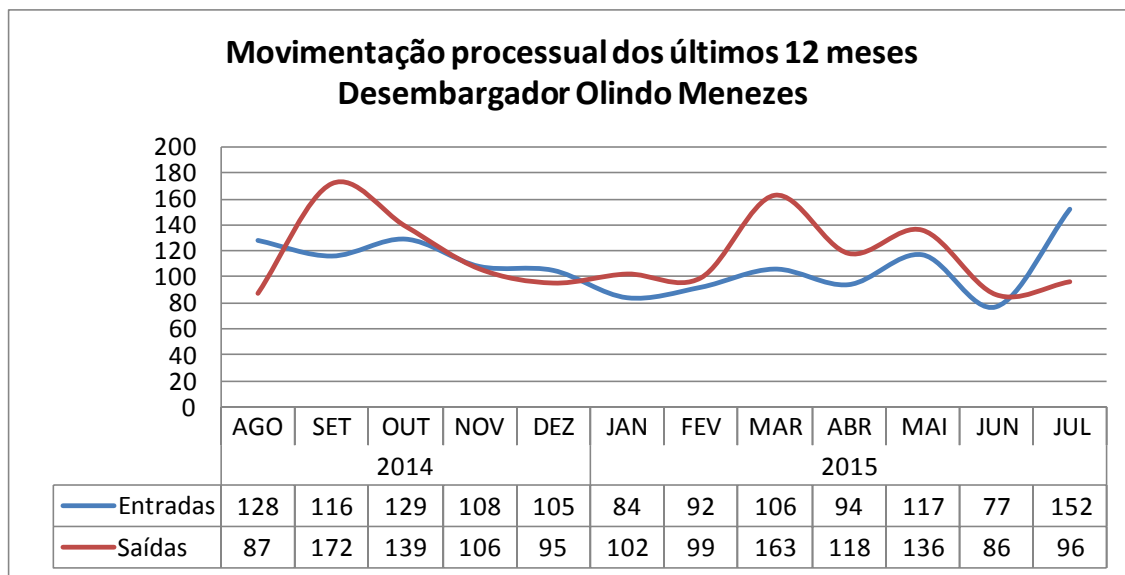
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.308 e saída de 1.399 processos, o que, de toda sorte, não impediu o aumento do número de feitos em tramitação, razão pela qual merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	1.014
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	71
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	300
<b>TOTAL</b>	1.385
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	41,83

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST



<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	25
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	14

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 1.385 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 1.293, ou seja, o número de julgados superou em 92 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 71 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 300 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 41,83%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 25 embargos de declaração e 14 agravos legais/regimentais.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	9
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	6
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	13
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	26
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	94
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	202
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	104
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	149

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (2.740 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 350 processos, representando 12,77%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994		1	
1995		1	
1996			
1997			
1998			
1999			
2000			
2001			1
2002			
2003	1		1
2004	1	1	4
2005	1	2	3
2006	38	15	6
2007	95	28	13
2008	144	73	26
2009	290	168	94
2010	397	251	202
2011	624	375	257
2012	713	516	325
2013	500	738	536
2014	-	565	850
2015	-	-	422
<b>Total</b>	<b>2.804</b>	<b>2.734</b>	<b>2.740</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos distribuídos até 2008 era de 280 em setembro de 2013, e 54 em julho de 2015. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2009, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2014.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com um processo distribuído no ano 2001 e com 148 feitos com mais de cinco anos de tramitação no TRF.

Quanto à META 4/2015 CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, eram 104 processos; enquanto, os da Meta Específica eram 149. Tendo em vista a relevância das matérias objeto destas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	10
Encaminhados para voto-Vista	0
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	9
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que há 10 feitos liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, não havendo processos que aguardam voto-vista ou declaração de voto. No entanto, o Gabinete informou que liberou 39 autos para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor. Nestas situações há 16 feitos sem movimentação há mais de 60 dias, configurando pendência externa a ser cobrada.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	337
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	127
<b>TOTAL</b>	<b>466</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 337 processos conclusos para revisão, 2 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. No entanto, o Gabinete informou que existem 524 feitos para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor e um para voto-vista. Neste universo, há 492 processos que aguardam providências há mais de sessenta dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 55 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os feitos que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 5 feitos criminais com réu preso, dos quais 2 estão vinculados a feitos originários (0000227-

60.2011.4.01.3000/AC e 0057797-46.2012.4.01.0000/HC) e 3 a feitos recursais, quais sejam:

0001026-67.2012.4.01.4100	0003898-60.2009.4.01.4100
0003898-60.2009.4.01.4100	

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 5 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber:

1. 0008773-15.2013.000 - INSPECIONADO pelo CJF/2013 e na autoinspeção/2015. Despacho para inclusão em pauta sem notícia de cumprimento nos autos. Levar a julgamento em 30 dias.
2. 0000995-29.1997.4.01.3500 (prioridade idoso) - INSPECIONADO pelo CJF em 2013 e na autoinspeção em 2015. Processo concluso há mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor em 60 dias.
3. 0002258-46.1999.4.01.3300 - INSPECIONADO pelo CJF em 2013. Processo paralisado há mais de 3 anos. Recomendação: elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor em 60 dias.
4. 0001026-67.2012.4.01.4100 - INSPECIONADO pelo CJF em 2013. Agravo de execução penal contra decisão de inclusão na PFPV. 02 anos de paralisação antes do despacho de autoinspeção em 27/04/2015, sem cumprimento. Proferir decisão no prazo de 30 dias.
5. 0021251-80.2003.4.01.3500 - INSPECIONADO pelo CJF em 2013. Processo paralisado por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto e enviar ao revisor em 60 dias.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Elaborar voto ou decisão no prazo de 60 ou 30 dias nos processos da META 2/2015:

1. 0000995-29.1997.4.01.3500 - Concluso há mais de 2 anos. Prioridade: parte idosa. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
2. 0025850-59.2008.4.01.3800 - Sem movimentação há mais de 3 anos. Elaborar relatório e voto e incluir na pauta de julgamento no prazo de 60 dias.

3. 0021251-80.2003.4.01.3500. Paralisado por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto e enviar ao revisor em 60 dias.
4. 0009109-05.2007.4.01.3500 - Distribuído em 15/6/2007 e concluso para relatório e voto pela primeira vez em 3/9/2007. Redistribuído em 25/4/2012 e paralisado há mais de 3 anos. Elaborar relatório e voto e enviar ao revisor no prazo de 60 dias.
5. 0026413-70.2009.4.01.0000 - Sem julgamento há mais de 2 anos, com distribuição em 2009. Elaborar relatório e voto e enviar ao revisor no prazo de 60 dias.
6. 0057797-46.2012.4.01.0000 - (HC) Processo com réu preso. Sem andamento há quase 2 anos. Elaborar relatório e voto e incluir em pauta de julgamento no prazo de 30 dias.
7. 0004549-68.2004.4.01.4100 - Distribuído em 2009 (há mais de 6 anos) e sem julgamento do recurso de apelação. Elaborar o relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
8. 0002132-31.2007.4.01.3812 - Paralisado há mais de 3 anos. Prescrição pela pena mínima em 2016 e pela pena em concreto em 2020. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor em 60 dias.
9. 0002168-82.2002.4.01.3801 - Sem movimentação por mais de 3 anos. Elaborar voto revisor em 60 dias.
10.0003898-60.2009.4.01.4100 - Relatório anexado aos autos com determinação de remessa ao revisor, sem data. Elaborar relatório e voto e enviar ao revisor no prazo de 60 dias.
11.0006465-35.2007.4.01.4100 - Paralisado há mais de 3 anos. Elaborar relatório e voto e enviar ao revisor no prazo de 60 dias.
12.0001235-80.2005.4.01.4100 - Distribuído em 2008. As movimentações consistem em vista ao MPF, conclusões e juntadas. Despacho de autoinspeção (22/4/2015) sem cumprimento. Prescrição da pena em concreto em 2016. Elaboração de relatório e voto e envio ao revisor em 60 dias.

b) Elaborar voto ou decisão no prazo de 60 ou 30 dias:

1. 0000227-60.2011.4.01.3000/AC – Paralisado há mais de 3 anos. Elaboração do voto em 30 dias, máxime pela presença de RÉU PRESO.
2. 0001026-67.2012.4.01.4100 - Agravo de execução penal contra decisão de inclusão na PFPV - 2 anos sem movimentação antes do despacho de autoinspeção de 27/04/2015, sem cumprimento. Elaboração do voto em 60 dias.

3. 0002264-24.2012.4.01.4100 - Agravo de execução penal contra decisão de rodízio de preso - Elaboração do voto em 60 dias.
4. 0000615-36.2007.4.01.3700 - Proferir decisão em 30 dias.
5. 0001480-70.2008.4.01.3200 - META 6/2015. Incidente de inconstitucionalidade sem julgamento há mais de 1 ano. Elaborar relatório e voto e incluir em pauta de julgamento no prazo de 60 dias.
6. 0000757-40.1998.4.01.3802 - Embargos infringentes sem movimentação por mais de 2 anos. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor no prazo de 60 dias.
7. 0000568-70.2014.4.01.4200 - Levar os embargos de declaração a julgamento no prazo de 30 dias.
8. 0008773-15.2013.000 - Despacho para inclusão em pauta sem notícia de cumprimento nos autos. Levar a julgamento em 30 dias. HC preso da PFPV requer devolução ao estado de origem.
9. 0006314-47.2003.4.01.3700 - Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
10.0006490-13.2000.4.01.3803 - Paralisado há mais de 3 anos. Elaborar voto revisor no prazo de 60 dias.
11.0008139-34.2010.4.01.4200 - Sem movimentação desde 2011, recebendo na autoinspeção despacho padrão, que até o momento não foi cumprido. Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
12.0009676-68.2005.4.01.3900 - Incluir em pauta no prazo de 30 dias.
13.0045723-57.2012.4.01.0000 - Pendente de decisão acerca do recebimento da ação penal desde 2012. Incluir o processo em pauta para julgamento acerca do recebimento da denúncia no prazo de 30 dias.
14.0013107-86.2000.4.01.3900 - Embora o último despacho seja datado do dia 27/4/2015, o processo está tramitando no TRF1 desde o ano de 2009 - 6 anos. Nesse cenário, considerando ainda que não se trata de matéria complexa e que a data prevista para prescrição é 5/6/2016, recomenda-se a elaboração de relatório/voto e o encaminhamento para o revisor no prazo de 60 dias.
15.0014423-78.2011.4.01.3600 - Elaborar relatório e voto no prazo de 60 dias.
16.0021020-04.2008.4.01.0000 - Paralisado por mais de 1 ano. Incluir o processo em pauta para julgamento acerca do recebimento da denúncia no prazo de 30 dias.
17.0017179-41.2003.4.01.3600 - Paralisado há quase 2 anos. Elaborar relatório e voto e enviar ao revisor no prazo de 60 dias.

18.0022844-22.2013.4.01.0000 - Paralisado por quase 2 anos. Incluir o processo em pauta de julgamento para recebimento da denúncia no prazo de 30 dias.
19.0016568-97.2003.4.01.3500 - Em trâmite no TRF1 há mais de 5 anos e ainda sem julgamento do recurso. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor em 60 dias.
20.0034779-83.2009.4.01.3400 - Paralisado há quase 4 meses. Elaborar voto revisor no prazo de 60 dias.
21.0043690-24.2004.4.01.3800 - Em trâmite no TRF1 há mais de 3 anos e ainda sem julgamento do recurso. Elaborar relatório e voto e encaminhar ao revisor em 60 dias.
22.0057365-88.2003.4.01.3800 – Incluir em pauta de julgamento em 60 dias.
23.0044597-40.2010.4.01.0000 - Agravo de instrumento em trâmite no TRF1 há mais de 5 anos sem julgamento. Levar o processo a julgamento no prazo de 60 dias.
24.0062217-94.2012.4.01.0000 - Agravo de instrumento em trâmite no TRF1 há mais de 2 anos sem julgamento. Levar o processo a julgamento no prazo de 60 dias.
25.0004585-78.2006.4.01.3700 - Incluir em pauta de julgamento no prazo de 30 dias.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do montante e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

No Gabinete do Desembargador Federal Olindo Menezes, com o objetivo de possibilitar uma maior agilidade nos julgamentos, são adotadas as seguintes práticas com vistas a melhorar e otimizar a organização interna dos processos:

Triagem e classificação imediata dos processos, dentro da rotina interna com encaminhamento imediato para processamento (despacho, decisão, vista ao Ministério Público, vista ao recorrido etc.).

Inclusão dos processos nas listas internas para fins de verificação da prescrição, réu preso (no caso dos criminais) ou metas do Conselho Nacional de Justiça.

Reunião de processos semelhantes com vista a possibilitar um número maior de processos julgados.

Julgamento, quando possível, por decisões monocráticas (perda de objeto).

Elaboração de listas internas de feitos, por classe, com data de distribuição, para rígida observância cronológica de julgamentos.

Julgamento de processos adiados com observância de sua antiguidade na inclusão em pauta.

Reuniões de equipes para fins de alternância de tarefas e otimização de resultados.

Controle de processos objeto de inspeções.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O acervo está em linha crescente, uma vez que o número de processos julgados é inferior ao de distribuídos.

A média de processos distribuídos por mês para o Gabinete é por volta de 120, de modo que, para evitar o crescimento do acervo, seria necessário que fosse julgado igual número de feitos por mês, o que é humanamente impossível em matéria criminal, de improbidade administrativa e desapropriação.

Ademais, conforme informação da secretaria da 4ª Turma, são realizadas 6 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 72 sessões ordinárias, com julgamento, em média, de 41 processos por sessão, com o acréscimo de que, nas últimas sessões, não conseguiram julgar todos os processos pautados.

Os processos criminais têm etiqueta com data de provável prescrição.

Em geral, observa-se que os processos que passaram pela autoinspeção receberam despacho padrão determinando a inclusão em pauta de julgamento, sem atenção à devida fase processual e que não houve de fato movimentação processual posterior.

Quando há a denúncia, o inquérito policial é juntado após esta peça nos mesmos autos, e não há alteração da classe processual (inquérito policial) para ação penal, o que ocorre, também, em relação aos procedimentos investigatórios do MP.

Divergência entre as informações constantes nos autos e no sistema de controle processual.



Os processos não possuem tramitação regular, com excessivas paralisações em algumas etapas.

Dos 55 processos inspecionados, 47 estão com atraso quanto à elaboração voto ou decisão.

## 6) RECOMENDAÇÕES

Elaborar plano de trabalho, no prazo de 60 dias, para julgar percentual de processos superior ao de distribuídos, além dos processos que estão pendentes de revisão, em número de 524, a fim reduzir o estoque no máximo em 2 anos.

Implementar a remessa do processo diretamente do Gabinete para o revisor, sem a intermediação da secretaria da Turma, a fim de desburocratizar e acelerar a tramitação dos feitos.

Adotar orientação de trabalho com base em metas em relação a prazos em cada etapa do processo, principalmente quanto à elaboração dos votos.

Definir sistema de controle dos prazos dos processos com vista às partes, com consequente cobrança dos processos.

Ao ser oferecida a ação penal, promover a alteração da classe processual para Ação Penal.

Autuar os inquéritos policiais ou procedimentos de investigação criminal – PIC em apenso.

Ao encaminhar o processo ao revisor, enviar com o relatório e o voto prontos.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhando os respectivos andamentos, e promover os seus julgamentos, se possível, nos prazos estimados neste relatório; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Não sendo possível julgar no prazo estabelecido, elaborar, em 60 dias, um planejamento com a definição de cronograma a ser enviado à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, estimando a data máxima em que os processos listados deverão ser julgados, sem prejuízo de dar prioridade imediata aos seguintes processos:

1. 0045894-41.2004.4.01.3800	2. 0000747-30.2006.4.01.3700
3. 0020780-93.2005.4.01.3500	4. 0000227-60.2011.4.01.3000
5. 0001026-67.2012.4.01.4100	6. 0002264-24.2012.4.01.4100
7. 0000615-36.2007.4.01.3700	8. 0001235-80.2005.4.01.4100

9. 0008773-15.2013.000	10.0000995-29.1997.4.01.3500
11.0002258-46.1999.4.01.3300	12.0001026-67.2012.4.01.4100
13.0021251-80.2003.4.01.3500	14.0068146-50.2008.4.01.0000
15.0004549-68.2004.4.01.4100	16.0006314-47.2003.4.01.3700
17.0000995-29.1997.4.01.3500	18.0004549-68.2004.4.01.4100
19.0002132-31.2007.4.01.3812	20.0002168-82.2002.4.01.3801
21.0003898-60.2009.4.01.4100	22.0006465-35.2007.4.01.4100
23.0009109-05.2007.4.01.3500	24.0025850-59.2008.4.01.3800
25.0026413-70.2009.4.01.0000	26.0057797-46.2012.4.01.0000
27.0021251-80.2003.4.01.3500	28.0013107-86.2000.4.01.3900
29.0001480-70.2008.4.01.3200	30.0006490-13.2000.4.01.3803
31.0008139-34.2010.4.01.4200	32.0009676-68.2005.4.01.3900
33.045723-57.2012.4.01.0000	34.0000757-40.1998.4.01.3802
35.0014423-78.2011.4.01.3600	36.0021020-04.2008.4.01.0000
37.0017179-41.2003.4.01.3600	38.0000568-70.2014.4.01.4200
39.0022844-22.2013.4.01.0000	40.0016568-97.2003.4.01.3500
41.0043690-24.2004.4.01.3800	42.0034779-83.2009.4.01.3400
43.0057365-88.2003.4.01.3800	44.0004585-78.2006.4.01.3700
45.0044597-40.2010.4.01.0000	46.0062217-94.2012.4.01.0000

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ**

**Especialidade:** matéria penal em geral; improbidade administrativa e desapropriação direta e indireta.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **HILTON QUEIROZ**

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 2ª Seção, 4ª Turma e Tribunal Regional Eleitoral.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 17/12/1997

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	13	-	2	2	4	21	8
Inspeção/2015	14	-	2	-	5	21	9

A força de trabalho total em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013. Todavia, houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	1.857
Acervo no TRF (julho/2015)	2.064
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	902
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	1.009
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	198
Acervo de sobrestados (julho/2015)	159

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

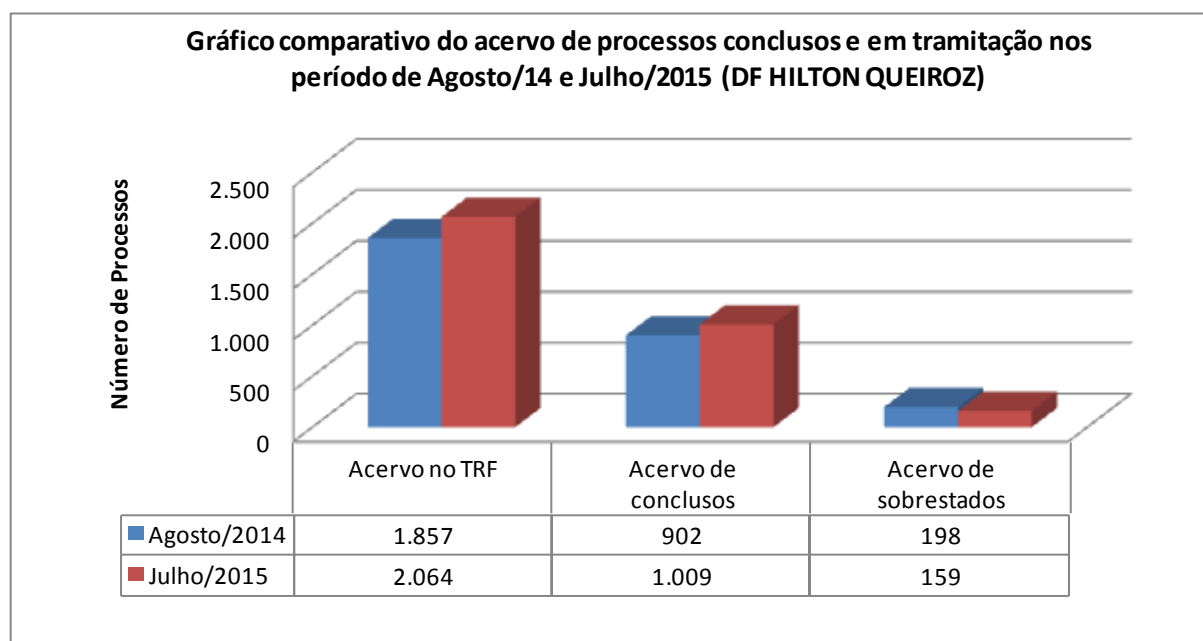
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 107 e o de sobrestados reduziu em 39.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que não foi encontrado nenhum dentre os selecionados para inspeção.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 850 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 94 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 207 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	1.329
<b>Total de Processos (saídas)</b>	578
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	751
<b>Processos distribuídos</b>	1.308

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

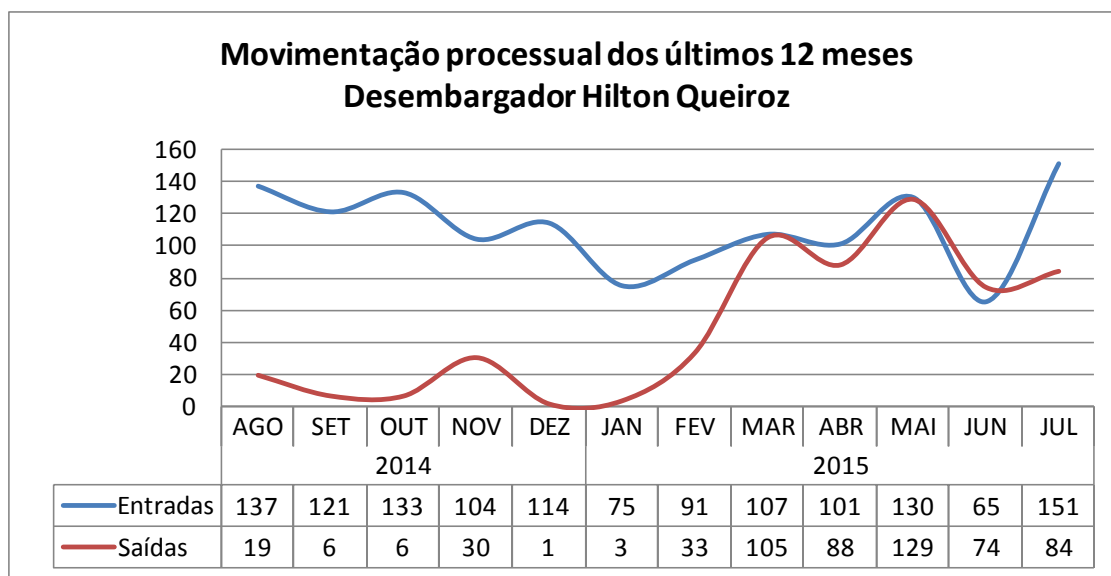
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.329 e saída de 578 processos, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	429
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	42
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	79
<b>TOTAL</b>	550
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	31,75%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	15
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	14

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 550 processos nos últimos 12 meses enquanto o volume de processos distribuídos foi de 1.308, ou seja, o número de processos julgados foi significativamente inferior ao número de processos distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 42 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 79 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 31,75%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 15 embargos de declaração e 14 agravos legais/regimentais.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	3
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	0
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	1
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	6
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	10
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	10
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	30
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	58

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (1.009 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 30 processos, representando 3%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994			
1995			
1996			1
1997			
1998			
1999		1	
2000			
2001			1
2002			
2003			
2004		1	1
2005	3		
2006		1	
2007	5	7	1
2008	2	6	6
2009	8	5	10
2010	15	4	10
2011	20	18	11
2012	200	89	27
2013	378	343	131
2014	-	428	452
2015	-	-	358
<b>Total</b>	<b>631</b>	<b>903</b>	<b>1.009</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos distribuídos até 2011 era de 53 em setembro de 2013, e 41 em julho de 2015. Por ano de distribuição, os feitos de 2012 e 2013 foram os mais julgados. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2012, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2014.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2013, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no TRF.

Quanto à META 4/2015 CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, eram 30 processos; enquanto os da Meta Específica eram 58. Tendo em vista a relevância das matérias objeto destas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	158
Encaminhados para voto-Vista	2
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	38
<b>TOTAL</b>	<b>198</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que há 158 processos do Gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 2 processos que aguardam voto-vista. Nesse universo, há processos que aguardam providências há mais de 60 dias configurando pendência externa a ser cobrada (processos com o revisor Desembargador l'talo Mendes há mais de 60 dias):

0001203-91.2013.4.01.4101	0002039-86.2007.4.01.4000
0006117-71.2007.4.01.3500	0012136-22.2010.4.01.3813
00397196-42.2009.4.01.3700	

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	15
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	14
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 15 processos conclusos para revisão, 1 para voto-vista. Nessas situações, há 2 processos sem movimentação com o revisor há mais de 60 dias (00121362220104013813 e 0039719642009413700), para os quais recomenda-se a movimentação em 60 dias.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 48 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados, porém, mais da metade por meio das informações no sistema eletrônico. Isso porque, às vésperas da inspeção, estes processos foram encaminhados para o revisor. Os processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.



Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de 1 processo sem movimentação desde a distribuição (a não ser redistribuição em 22/9/2014), remontando ao ano de 2010.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 6 feitos criminais com réu preso, dos quais todos estão vinculados a feitos recursais:

AP 0000435162014401431	AP 0000333153620134014100
AP 00074682020094013400	EI 00080771720064013300
AP 00042680220144013603	

Na unidade, verificaram-se (apesar dos poucos processos que foram inspecionados com exame dos autos) discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

1. 0064831-09.2011.4.01.000	Levar para julgamento no prazo de 30 dias.
2. 0010772-88.2009.4.01.3800	Incluir em pauta no prazo de 30 dias.
3. 0003315-36.2013.4.01.4100	Incluir em pauta para julgamento no prazo de 30 dias (réu preso).
4. 0046006-02.2011.4.01.3400	Levar os embargos de declaração a julgamento em 30 dias.
5. 0017065-34.2005.4.01.3600	Julgar em 30 dias.
6. 0009411-10.2002.4.01.3500	Levar os embargos de declaração a julgamento no prazo de 30 dias.
7. 0006642-45.2001.4.01.3700	Incluir em pauta de julgamento no prazo de 30 dias.
8. 0003164-80.2015.4.01.0000	Levar a julgamento no prazo de 30 dias.
9. 0055834-32.2014.4.01.0000	Levar a julgamento no prazo de 30 dias.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual do Gabinete, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem adequada movimentação processual, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Aprecia-se em caráter de urgência os pedidos liminares.

Observam-se os eventuais riscos de prescrição da pretensão punitiva nos vários processos criminais.

A ordem cronológica é rigorosamente obedecida, respeitadas as exceções legais.

À medida que os processos vão ficando prontos, vão sendo cadastrados no Sistema Juris, nas rotinas internas do Gabinete, com a indicação prévia da data de inclusão em pauta, para que as partes tenham ciência do dia do julgamento dos mesmos.

O Gabinete funciona distinguindo as duas áreas: Assessoria e Secretaria. A Assessoria atua voltada ao exame de processos digitais e ao mérito das ações. A Secretaria é incumbida da apreciação de liminares, despachos instrutórios, digitação e correção de textos digitais e físicos, publicação e cumprimento das várias decisões emanadas. As duas áreas passam pelo controle do Desembargador, que, após análise de redação e juízo de valor, subscreve os documentos. Fica a cargo da Secretaria a publicação e cumprimento das decisões junto às coordenadorias.

O Gabinete não apresentou boas práticas, mas sugeriu que os dados requisitados pela Equipe de Inspeção fossem colocados à disposição do Gabinete pelo setor de informática daquela Corte, mediante elaboração de programas para tal fim.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Os processos não possuem tramitação regular, com excessivas paralisações em algumas etapas.

O acervo está em linha crescente, uma vez que o número de processos julgados é inferior ao de distribuídos.

A média de processos distribuídos por mês para o gabinete é por volta de 120 processos, de modo que, para evitar o crescimento do acervo, seria necessário que fosse julgado igual número de feitos por mês, o que é humanamente impossível em matéria criminal, de improbidade administrativa e desapropriação.

Ainda mais porque, conforme informação da secretaria da 4ª Turma, são realizadas 6 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 72 sessões ordinárias, com julgamento, em média, de 41 feitos por sessão, com o acréscimo de que, nas últimas sessões, não conseguiram julgar todos os processos pautados.

Dos 48 processos inspecionados, 26 não estavam no Gabinete, pois estavam com o revisor, remetidos, em sua expressa maioria, em 10/8/2015, muitos paralisados há mais de 90 dias, sendo que alguns com demora de mais de 2 anos, revelando demora excessiva quanto à elaboração do voto.

No geral, quanto aos processos que ficaram paralisados na fase de conclusão para relatório e voto, e que, no momento da inspeção, tinham sido remetidos para o revisor, portanto inspecionados apenas com base nos dados do sistema de acompanhamento processual, não se sabe se o relatório e o voto foram efetivamente elaborados.

Os processos com vista ao revisor são remetidos primeiramente à quarta turma, que remete os autos ao revisor; no retorno ao gabinete, os autos são também remetidos pelo revisor à turma, que os direciona ao gabinete.

Alguns processos, com vista para o Ministério Público, encontram-se com prazo vencido em excesso.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Elaborar plano de trabalho, no prazo de 60 dias, para julgar percentual de processos superior ao de distribuídos, a fim reduzir o estoque no máximo em 2 anos.

Implementar a remessa do processo diretamente do gabinete para o revisor, sem a intermediação da secretaria da Turma, a fim de desburocratizar e acelerar a tramitação dos feitos.

Adotar orientação de trabalho com base em metas quanto a prazos em cada etapa do processo, principalmente quanto à elaboração dos votos.

Estabelecer sistema de controle de prazos dos processos com vista às partes que viabilize a cobrança tempestiva dos processos.

Autuar os inquéritos policiais ou procedimentos de investigação criminal – PIC em apenso.

Ao ser oferecida a ação penal, deve-se promover a alteração da classe processual para Ação Penal.

Ao encaminhar o processo ao revisor, enviar com o relatório e o voto prontos.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhando os respectivos andamentos, e promover os seus julgamentos, se possível, nos prazos estimados neste relatório; bem como cumprir as recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Não sendo possível julgar no prazo estabelecido, elaborar, em 60 dias, um planejamento com a definição de cronograma a ser enviado à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, estimando a data máxima em que os processos listados serão julgados, sem prejuízo de dar prioridade imediata aos seguintes processos:

1. 0064831-09.2011.4.01.000	Levar para julgamento no prazo de 30 dias.
2. 0010772-88.2009.4.01.3800	Incluir em pauta no prazo de 30 dias.
3. 0003315-36.2013.4.01.4100	Incluir em pauta para julgamento no prazo de 30 dias (processo com réu preso).
4. 0046006-02.2011.4.01.3400	Levar os embargos de declaração a julgamento em 30 dias.
5. 0017065-34.2005.4.01.3600	Julgar em 30 dias.
6. 0009411-10.2002.4.01.3500	Levar os embargos de declaração a julgamento no prazo de 30 dias.
7. 0006642-45.2001.4.01.3700	Incluir em pauta de julgamento no prazo de 30 dias.
8. 0003164-80.2015.4.01.0000	Levar a julgamento no prazo de 30 dias.
9. 0055834-32.2014.4.01.0000	levar a julgamento no prazo de 30 dias.

## GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES

**Especialidade:** licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e FGTS.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **NÉVITON GUEDES**

**1.2. Órgãos de atuação:** 5ª Turma, 3ª Seção e Corte Especial

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 2/6/2014

No período de cinco anos, o Magistrado requereu remoção interna, movimentando-se da 1ª Turma, com jurisdição desde 12/7/2011, para a 5ª Turma em 2/6/2014.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	13	01	02	02	03	21	09
Inspeção/2015	13	01	03	03	05	25	13

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 4 auxiliares a mais. Houve incremento de 4 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (maio/2014)	14.689
Acervo no TRF (julho/2015)	16.818
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	13.655
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	14.998
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	0
Acervo de sobrestados (julho/2015)	1

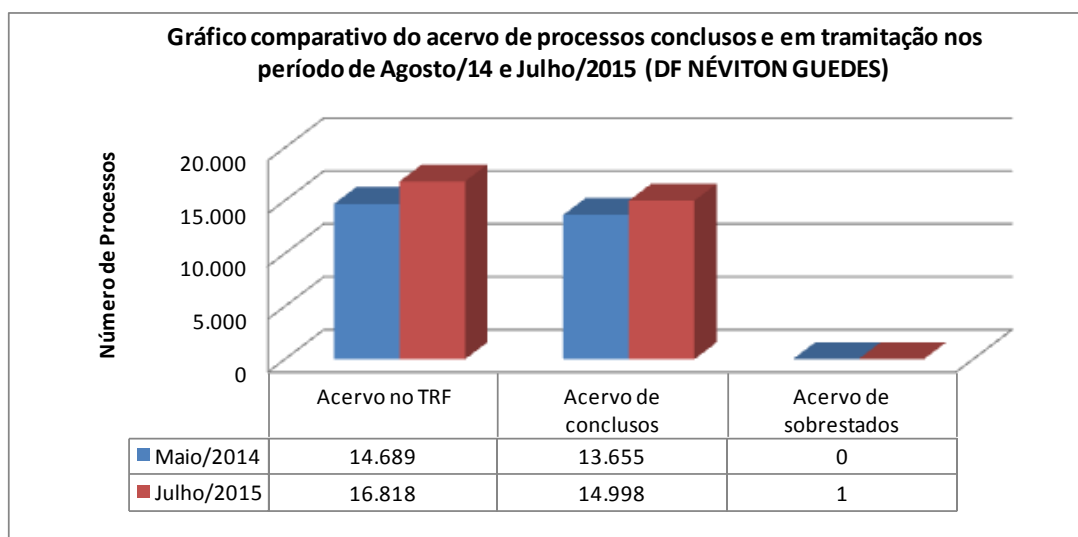
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de conclusos cresceu em 1.343 processos e o número de sobrestados aumentou em 1.

A diferença entre o número de conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 14.997 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 1.154 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve acréscimo de 2.129 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	4.529
<b>Total de Processos (saídas)</b>	3.526
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	1.003
<b>Processos distribuídos</b>	4.391

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

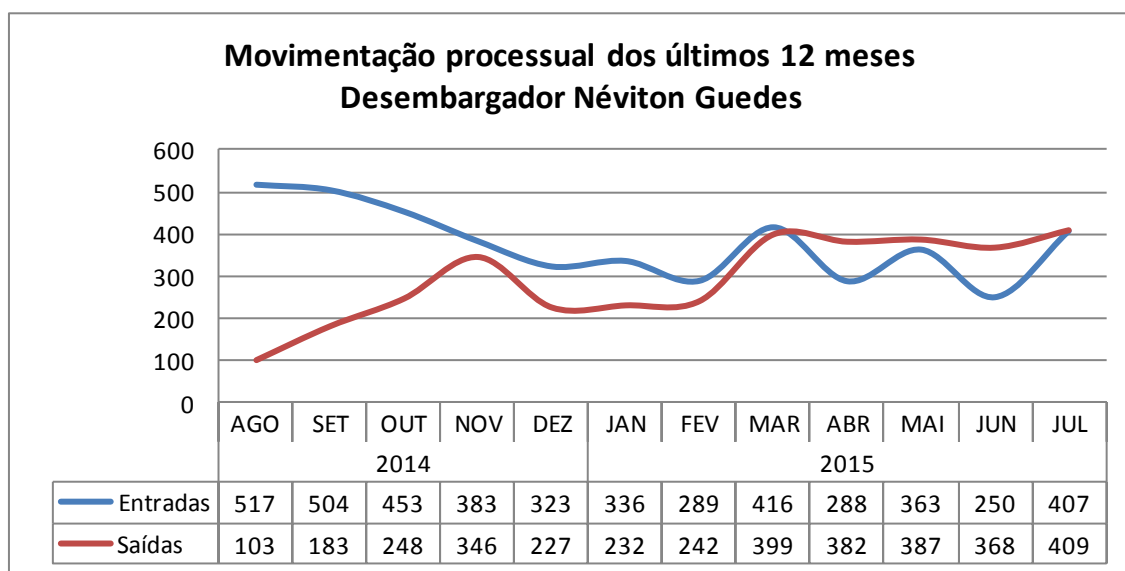
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 4.529 processos e saída de 3.526, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	2.700
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	182
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	591
<b>TOTAL</b>	3.473
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	30,95%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	944
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	39

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 3.473 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.391, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 182 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 591 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 30,95%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 944 embargos de declaração e 39 agravos legais/regimentais.

A unidade não possui um controle específico de processos com decisões monocráticas (liminares, concessões ou indeferimentos de efeitos suspensivos etc.) ainda não levados ao exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	181
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	58
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	339
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	485
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1.048
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	1.038
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	1
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (14.998 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era 3.149, representando 21%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015 por ano de distribuição.



PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES			
ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993	1	1	1
1994			
1995		1	1
1996			
1997			
1998			1
1999			1
2000	9	4	5
2001	10	5	15
2002	24	6	28
2003	45	17	29
2004	55	23	51
2005	61	31	49
2006	59	26	58
2007	420	394	339
2008	712	625	485
2009	1.368	1.241	1.048
2010	1.368	1.251	1.038
2011	2.340	2.163	1.897
2012	2.662	2.433	2.056
2013	2.003	2.733	2.263
2014	-	3.219	3.760
2015	-	-	1.873
<b>Total</b>	<b>11.137</b>	<b>14.173</b>	<b>14.998</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, todavia, poderiam sê-lo em maior intensidade. O acervo de processos conclusos, distribuídos até 2014, era de 14.173 em setembro de 2014 e 13.125 em julho de 2015. Em termos globais, verificou-se a redução do montante de conclusos distribuídos até 2014. Em geral, quanto mais antigo é o ano de distribuição do total de conclusos, menor é a sua quantidade. No entanto, um novo acervo de processos conclusos está sendo formado, relativo a processos distribuídos em 2015 (1.873 processos).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e julgados, geralmente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com um único processo distribuído no ano de 1993, concluso ao Gabinete no ano de 2015.

Quanto à META 4/2015 CNJ, considerando-se os processos distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, constata-se a existência de um único feito. Tendo em vista a relevância da matéria objeto desta meta, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, recomenda-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	1
Encaminhados para declaração de voto	1
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	12
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há processos do Gabinete liberados para revisão. Há, entretanto, 1 que aguarda voto-vista e 1 que aguarda declaração de voto. Neste universo, consultando seus andamentos processuais, verificou-se que não há feitos que aguardam providências há mais de 60 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	16
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	56
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de conclusos para revisão ou para declaração de voto. Apurou-se, porém, a existência de 11 processos para voto-vista em quantitativo atualizado, portanto, dos dados que foram coletados em julho de 2015. Nesta situação, consultando os respectivos andamentos processuais, há feitos sem andamento há mais de sessenta dias, recomendando-se, por conseguinte, sua respectiva movimentação, em 60 dias:

00105560820144010000	00347188620134013400	00002560320144013810
----------------------	----------------------	----------------------

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 71 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais processos, física e eletronicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas, que não estavam fisicamente disponíveis, foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema do processo 00235569420134013400.

b) julgar, no prazo de 90 dias, os seguintes processos:

00000221519994013400	00006361020064013809	00504387920114010000
00007328520024013802	00013585120034013000	00350435220084010000
00014971519994013300	00017568420024013500	00406324920134010000
00018226420034014200	00020865620034013400	00433080420124010000
00045558220024013700	00045725319994013400	00365527620034013400
00707754619984010000	00067733520064013800	00415881220064010000
00072518420124010000	00095331220004013300	00458134120074010000
00104657420034013500	00132042519954010000	00707754619984010000.
00158762520034010000	00160505819994013400	00295127720024013400
00160514319994013400	00180794220124010000	00300254520114010000
00198401620004013400	00208490320064013400	00309759820044010000
00228432820044013500	00242462120024013300	00313049520044013400
00270536820034013400	00293269220044013300	00333209519994013400
00294350320004013800	00320325820124013400	00313026720094010000
00299055120014010000	00300254520114010000	

c) regularizar a fase processual no sistema/processo e promover o andamento do processo 00520445020084010000, bem como por em ordem a representação processual constante da petição de fl. 2.053.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que inexistente tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do montante e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, destacam-se as relativas a triagem inicial de processos, classificação e separação física de processos; especialização de servidores por matéria ou fase processual; controle do fluxo dos processos e da estatística; banco de dados de modelos de decisões; tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ; fixação das metas de trabalho com participação dos servidores e planejamento e avaliação periódica de atividades.

O Gabinete possui dois servidores responsáveis pela triagem, sendo auxiliados por outros colaboradores, facultando maior organização e agilidade no julgamento, eis que somente são alocados nos armários os feitos que não podem ser julgados imediatamente.

A equipe de servidores tem especialização por matéria, possibilitando a celeridade na elaboração nas minutas de decisão/voto.

Chamou a atenção da equipe de inspeção a estrutura organizacional do ambiente de trabalho, especialmente o acondicionamento dos processos e o respectivo controle quantitativo e qualitativo, que é apropriado.

Também é digno de nota o clima de trabalho, que se mostrou agradável e leve, especialmente a relação entre os servidores, o que pode ser mensurado pela estabilidade do quadro, não se verificando rotatividade na equipe de servidores.

Pontua-se, ademais, que todos os membros da assessoria são bacharéis em Direito.

A meta individual dos servidores que confeccionam minutas de voto é de três processos, em média, por dia.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou algumas situações existentes na unidade inspecionada, dentre as quais se destacam as seguintes:

O acervo de processos pendentes de julgamento é grande e, caso seja mantido o histórico de entradas e saídas nos últimos doze meses, não há perspectivas de redução significativa, nem mesmo no longo prazo. Assim, em que pese os aspectos positivos decorrentes das metodologias de trabalho do Gabinete e das boas práticas

adotadas, a situação atual do acervo desafia a busca de medidas que propiciem o incremento da produção e da produtividade.

No acervo do gabinete é expressiva a quantidade de agravos de instrumento. Pelas informações que foram coligidas, as decisões monocráticas que concedem ou denegam o efeito suspensivo colimado pela parte agravante, nos casos urgentes, são regularmente proferidas. No entanto, uma vez processados, os agravos não são prontamente levados a julgamento pelo Colegiado. Amiúde, aguarda-se a prolação da sentença, e, então, o agravo de instrumento é considerado prejudicado.

A exemplo das demais unidades do Tribunal, o Gabinete enfrenta as injunções decorrentes da necessidade de aprimoramento do sistema de estatísticas.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Aumentar o número de servidores que se dedicam à área-fim, especialmente à elaboração de minutas de voto/decisão, a fim de elevar a produtividade.

Apreciar o mérito dos agravos de instrumento, sempre que possível, anteriormente à prolação da sentença no processo de origem.

Apreciar os embargos declaratórios interpostos pelas partes, decidindo de modo mais agilizado, para que não aguardem por período superior a 90 dias, promovendo o julgamento imediato dos 944 feitos remanescentes.

Observar as preferências legais, conferindo maior agilidade no julgamento dos processos em que estas se fizerem presentes.

Atribuir prioridade, como providência geral, extensiva a todos os feitos semelhantes em tramitação na unidade, ao julgamento dos processos incluídos nas Metas CNJ e aos demais processos com distribuição mais antiga.

Priorizar o julgamento dos processos em que apreciados os requerimentos de outorga de liminares/cautelares, especialmente os agravos de instrumento, bem assim aqueles em que apreciado o pleito de antecipação de tutela.

Levar a julgamento os processos com pedido de vista, na medida do possível, nas sessões subseqüentes ao pedido, porém, em prazo não superior a 60 dias.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação.

Buscar o constante aprimoramento da gestão do gabinete, inclusive mediante o conhecimento e compartilhamento de boas práticas, de modo que os bons resultados colhidos por determinado gabinete sejam multiplicados para os demais, e por meio da troca de experiências com outros Tribunais.

Devem ser envidados esforços no sentido de possibilitar a publicação de acórdãos no prazo de 10 dias, contados a partir da data da sessão de julgamento.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA**

**Especialidade:** licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e FGTS.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **JOÃO BATISTA MOREIRA**

**1.2. Órgãos de atuação:** 5ª Turma, 3ª Seção e Corte Especial

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 16/2/2001

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	13	01	02	02	03	21	07
Inspeção/2015	10	01	03	03	03	20	09

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada, em setembro de 2013, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Todavia, houve incremento de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRIO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	16.443
Acervo no TRF (julho/2015)	17.300
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	15.873
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	16.183
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	237
Acervo de sobrestados (julho/2015)	305

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

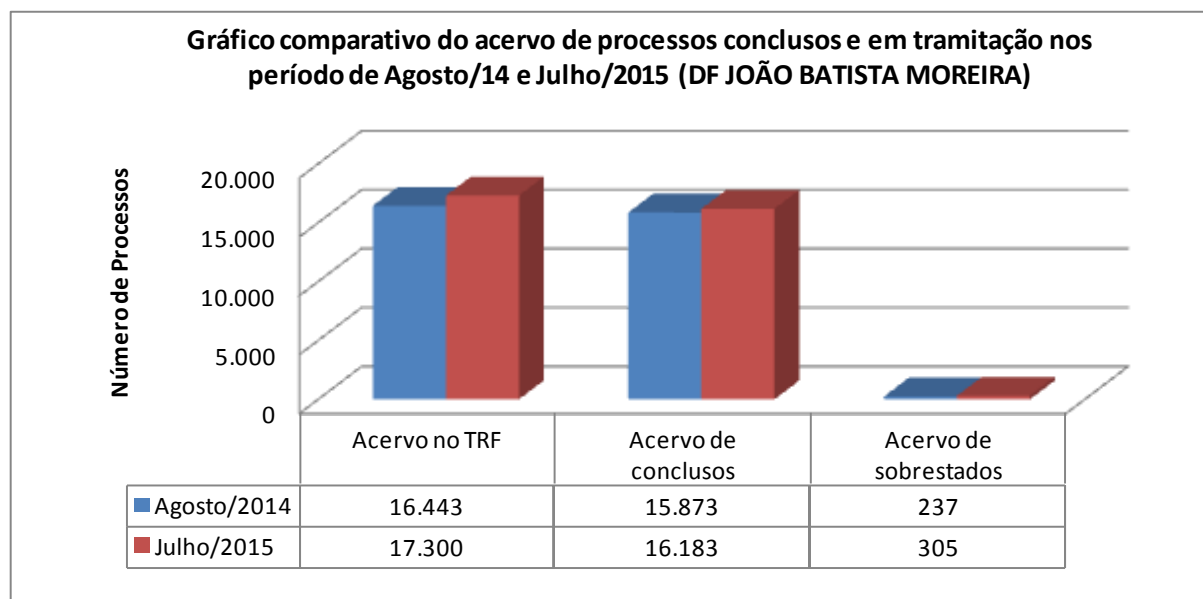
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 310 e o de sobrestados subiu em 68 processos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: poupança, Decreto-lei 70/66 e SFH. O Gabinete informou não possuir qualquer feito suspenso em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio Relator.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 15.878 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 1.764 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 857 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:





Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	4.532
<b>Total de Processos (saídas)</b>	4.277
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	255
<b>Processos distribuídos</b>	4.438

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

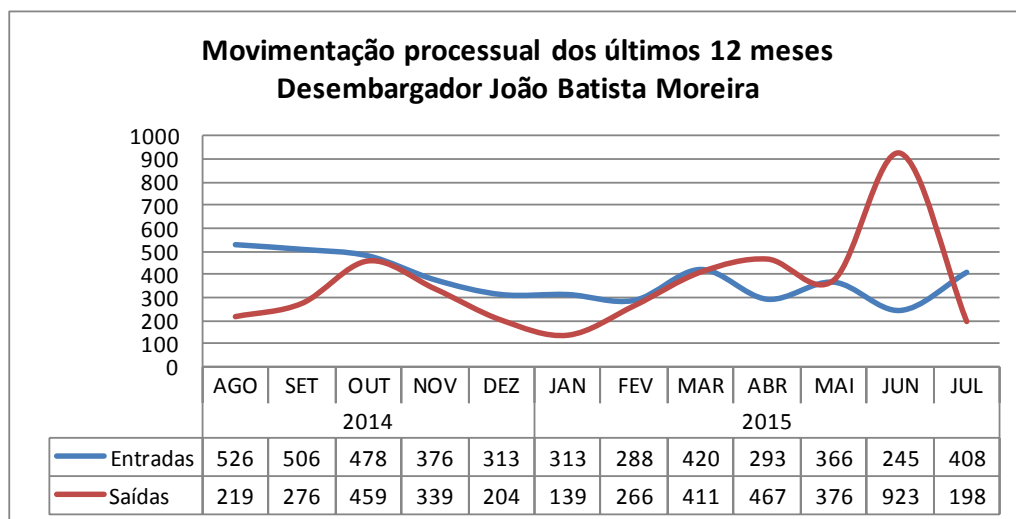
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 4.532 e saída de 4.277 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Total de processos julgados por pauta	1.735
Total de processos julgados em mesa	220
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	2.147
<b>TOTAL</b>	<b>4.102</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	<b>26,01%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
a. Embargos de Declaração	103
b. Agravo Legal/Regimental	135

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 4.102 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 4.438, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 220 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.147 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 26,01%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 103 embargos de declaração e 135 agravos legais/regimentais.

O Gabinete não possui controle específico de processos com decisões monocráticas (liminares, concessões ou indeferimentos de efeitos suspensivos etc.) ainda não levados ao exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	116
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	45
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	44
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	498
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1.380
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	1.604
META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (16.183 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 3.687, representando 22,78%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994			
1995			
1996		1	
1997			
1998	1	1	
1999			1
2000	1		7
2001	4	5	20
2002	2		14
2003	10	2	19
2004	20	3	34
2005	28	2	21
2006	24	1	45
2007	161	9	44
2008	1.076	762	498
2009	1.917	1.501	1.380
2010	2.036	1.769	1.604
2011	3.174	2.727	2.453
2012	3.475	2.931	2.398
2013	2.660	3.050	2.418
2014	-	3.186	3.386
2015	-	-	1.841
<b>Total</b>	<b>14.589</b>	<b>15.950</b>	<b>16.183</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, mas poderiam sê-lo em maior intensidade. O acervo de processos conclusos, distribuídos até 2014, era de: 15.950 em setembro de 2014; e 14.342 em julho de 2015. Em termos globais, verificou-se a redução de autos conclusos distribuídos até 2014. Em geral, quanto mais antigo é o ano de distribuição, menor é a sua quantidade. No entanto, um novo montante de conclusos está sendo formado, relativo aos feitos distribuídos em 2015 (1.841 processos).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e são julgados, geralmente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com um único processo distribuído no ano 1999, que fora concluso ao Gabinete em 2015.

Quanto à META 4/2015 CNJ, considerando-se os processos distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, não foi identificada a existência de nenhum feito.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	11
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	1
Outras situações	24
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há feitos liberados para revisão, nem para declaração de voto. No entanto, consoante informações do Gabinete, atualmente há 10 processos encaminhados para voto-vista, e não 11, conforme indicado na tabela acima. Neste universo, há processos que aguardam providências há mais de 60 dias, configurando pendência externa a ser cobrada.

00347188620134013400	00002560320144013810
----------------------	----------------------

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	41
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

O Gabinete não apontou pendências da unidade inspecionada, informando inexistir, atualmente, feitos de outros relatores conclusos para revisão, voto-vista ou declaração de voto.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 59 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais processos - física e eletronicamente localizados na unidade - estavam identificados e com os registros pertinentes.

Os feitos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de autos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

00038397020074013800	00061463320084013809	00090011720054013800
00208012020104010000	00264818720044013300	00292410520104010000
00313354020084013800	00350642820084010000	00437050520084010000
00476907420114010000	00554195920084010000	00583835920074010000
00619670320084010000		

b) regularizar a fase processual no sistema/processo e promover o andamento, nos seguintes termos:

b.1) Proceder ao devido registro da fase processual referente aos despachos/decisões já juntados aos autos:

00041732520074013600	00074103220004013400	00088864520094013900
00186476320094010000	01067826620004010000	

b.2) Analisar e despachar a petição carreada ao Processo 00193812920004910000.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que inexistente tramitação célere do acervo em geral, havendo muitos feitos da amostragem que estavam sem movimentação há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, destacam-se as relativas a triagem inicial de processos; especialização de servidores por matéria ou fase processual; tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ; fixação das metas de trabalho com participação dos servidores e planejamento e avaliação periódica de atividades.

O Gabinete possui sistema de triagem digno de nota, pois bem aperfeiçoado, desenvolvido, e executado por um dos assessores, em colaboração com outros membros da equipe, realizando a separação dos processos de forma apropriada, eficaz e eficiente.

A triagem inicial, no modo como realizada, possibilita a pesquisa e a separação dos processos por matérias objeto da controvérsia, facultando-se a possibilidade de julgamento em conjunto dos feitos com temática semelhante (blocos/pautas temáticas).

A equipe também tem a necessária organização e catalogação das matérias que são objeto de litígio, procedendo à devida separação, inclusive daquelas cujas discussões são meramente processuais, com modelos de decisão/voto, por temas e assuntos, de modo pormenorizado e bem estruturado, auxiliando na agilidade da prestação jurisdicional.

Os processos mais antigos possuem atenção especial do Desembargador e do Assessor, estando sob sua incumbência pessoal a elaboração das minutas de decisão/votos a estes pertinentes, possibilitando que o restante da equipe se ocupe com os demais feitos, o que confere maior viabilidade de redução quantitativa e qualitativa do acervo.

Em termos de organização processual, não foram localizados problemas, apesar da significativa quantidade de feitos em tramitação no Gabinete.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou diversas situações existentes na unidade inspecionada, conforme se expõe a seguir:

O acervo de processos pendentes de julgamento é grande e, caso seja mantido o histórico de entradas e saídas nos últimos doze meses, não há perspectivas de sua redução significativa, nem mesmo no longo prazo. Assim, em que pese os aspectos positivos decorrentes das metodologias de trabalho do gabinete e das boas práticas adotadas, a situação atual do acervo desafia a busca de medidas que propiciem o incremento da produção e da produtividade.

É expressiva a quantidade de agravos de instrumento. Pelas informações que foram coligidas junto ao gabinete, as decisões monocráticas que concedem ou

denegam o efeito suspensivo colimado pela parte agravante, nos casos urgentes, são regularmente proferidas. No entanto, uma vez processados, os agravos não são prontamente levados a julgamento pelo Colegiado. Amiúde, aguarda-se a prolação da sentença, e, então, o agravo de instrumento é considerado prejudicado.

A exemplo das demais unidades do Tribunal, o Gabinete enfrenta as injunções decorrentes da necessidade de aprimoramento do sistema de estatística.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Adequar a organização física do espaço de trabalho.

Apreciar o mérito dos agravos de instrumento anteriormente à prolação da sentença no processo de origem.

Implantar, com urgência, no prazo de 60 dias, plano de trabalho para elevar a produtividade, superando a distribuição e reduzindo o acervo.

Manter a priorização do julgamento dos processos de META/CNJ, bem assim daqueles com preferência legal e com distribuição mais antiga.

Apreciar os embargos declaratórios e de agravos legais/regimentais interpostos pelas partes, com seu julgamento, de modo mais agilizado, a fim de que não aguardem julgamento por período superior a 90 dias.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos -; bem como às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

Aumentar o número de servidores que se dedicam à área-fim, especialmente à elaboração de minutas de voto/decisão, a fim de elevar a produtividade.

Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação.

Buscar o constante aprimoramento da gestão do Gabinete, inclusive mediante o conhecimento e compartilhamento de boas práticas, de modo que os bons resultados colhidos por determinado gabinete sejam multiplicados para os demais, bem como por meio da troca de experiências com outros tribunais.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

**Especialidade:** licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e FGTS.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **SOUZA PRUDENTE**

**1.2. Órgãos de atuação:** 5ª Turma, 3ª Seção

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 14/2/2012

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	01	01	12	03	02	19	11
Inspeção/2015	03	00	08	03	05	19	10

A força de trabalho total em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013. Todavia, houve redução de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.



## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRIO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	14.870
Acervo no TRF (julho/2015)	15.418
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	13.676
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	14.170
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	1.851
Acervo de sobrestados (julho/2015)	1.909

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

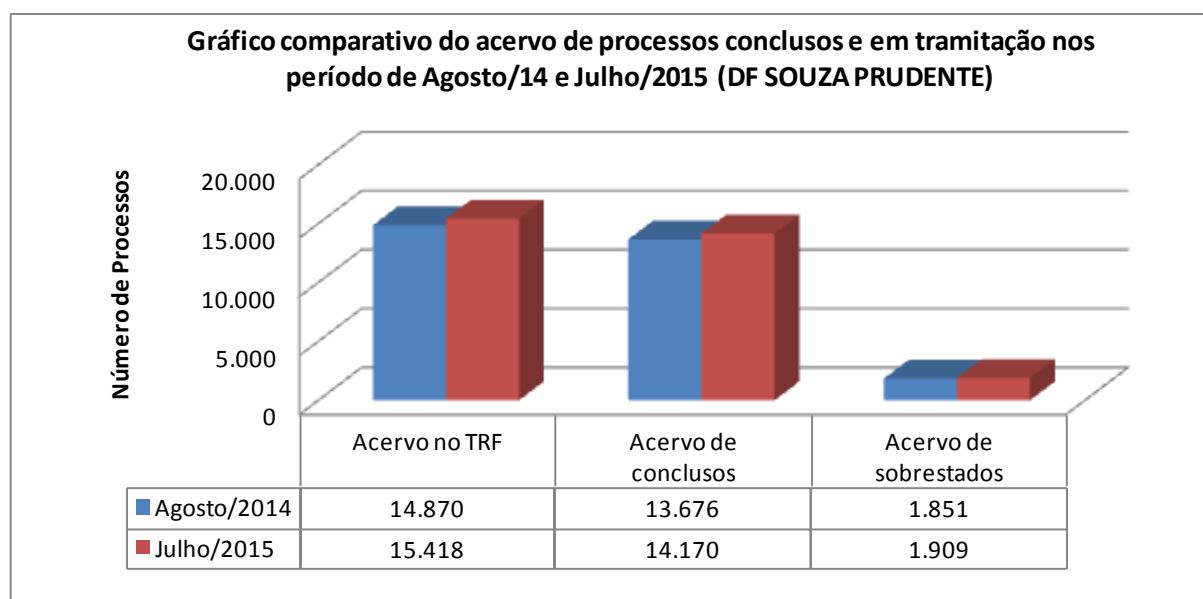
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 494 e o de sobrestados aumentou em 58.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: expurgos inflacionários, poupança e FGTS (TR). O Gabinete informou não possuir qualquer feito suspenso em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial ou sobrestamento determinado pelo próprio relator.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 12.261 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 1.226 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 548 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	4.607
<b>Total de Processos (saídas)</b>	4.595
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	12
<b>Processos distribuídos</b>	4.500

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

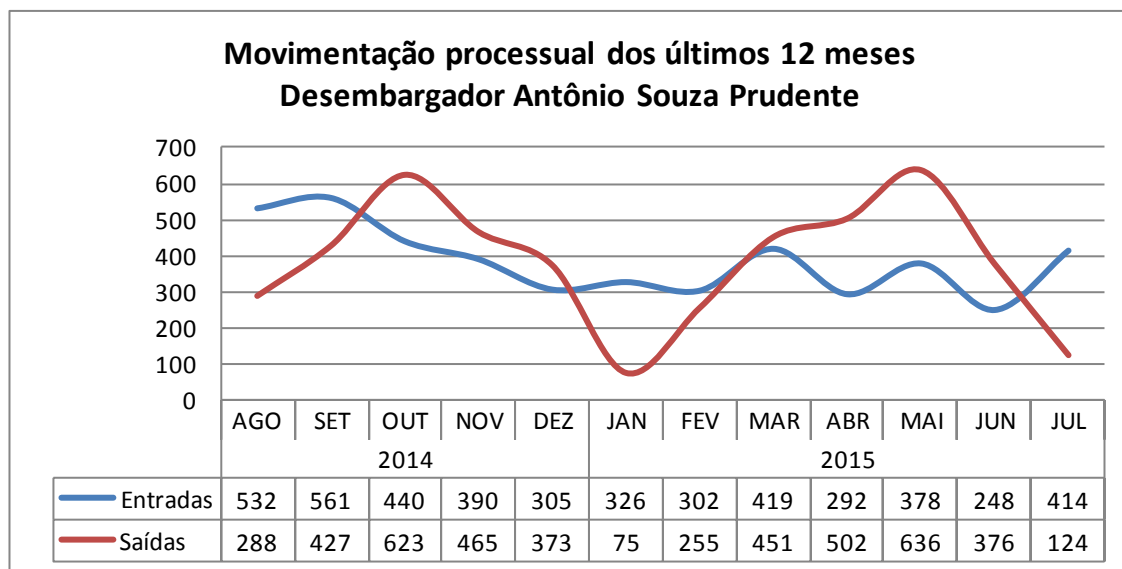
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 4.607 processos e saída de 4.595 processos, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual, visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	1.934
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	359
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	1.867
<b>TOTAL</b>	4.160
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	21,47%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	155
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	57

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 4.160 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.500, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 359 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.867 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 21,47%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 155 embargos de declaração e 57 agravos legais/regimentais.

O Gabinete não possui um controle específico de processos com decisões monocráticas (liminares, concessões ou indeferimentos de efeitos suspensivos etc.) ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	110
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	37
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	478
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	756
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1.070
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	1.133
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	1
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (14.170 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 3.584 processos, representando 25,29%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990		1	
1991			
1992			
1993			
1994			
1995			
1996			
1997			
1998			2
1999			4
2000		2	6
2001	2	1	15
2002	2	1	19
2003	5	2	19
2004	9	9	23
2005	11	10	22
2006	25	24	37
2007	575	505	478
2008	943	838	756
2009	1.349	1.226	1.070
2010	1.491	1.359	1.133
2011	2.399	2.147	1.726
2012	2.808	2.457	1.952
2013	2.191	2.975	2.421
2014	-	2.311	3.108
2015	-	-	1.379
<b>Total</b>	<b>11.810</b>	<b>13.868</b>	<b>14.170</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, mas poderiam sê-lo em maior intensidade. O acervo de processos conclusos, distribuídos até 2014, era de: a) 13.868 processos, em setembro de 2014; b) 12.791 processos, em julho de 2015. Em termos globais, verificou-se a redução do acervo de processos conclusos distribuídos até 2014. Em geral, quanto mais antigo é o ano de distribuição do acervo de processos conclusos, menor é a sua quantidade. No entanto, um novo acervo de processos conclusos está sendo formado, relativo aos processos distribuídos em 2015 (1.379 processos).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados; porém, não são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 2 processos distribuídos no ano 1998, que foram conclusos ao Gabinete no ano de 2015.

Quanto à META 4/2015 CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, apurou-se a existência de 1 processo. Tendo em vista a relevância da matéria objeto desta meta, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	17
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	1
Outras situações	27
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há processos liberados para revisão ou para declaração de voto, havendo, todavia, atualmente, 5 processos que aguardam voto-vista. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 60 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	11
Recebidos para declaração de voto	6
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	22
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão, havendo, no entanto, atualmente, 10 processos para voto-vista e 3 para declaração de voto. Nestas situações não há processos sem movimentação há mais de 60 dias.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 62 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais processos, física e eletronicamente localizados na unidade, estavam identificados e com os registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas foram trazidos até a equipe para serem devidamente inspecionados.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, inexistem recomendações a serem feitas.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que inexistente tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, o crescimento do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, destacam-se as relativas a triagem inicial de processos por servidor habilitado, classificação e separação física de processos, manutenção de banco de dados de modelos de decisões, tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ e fixação das metas de trabalho com participação dos servidores.

A triagem é feita por um servidor do Gabinete habilitado, detentor de conhecimento acerca das matérias objeto de tramitação, conjuntamente com um estagiário, sendo estes responsáveis pela identificação dos processos de metas do CNJ e preferências legais.

As metas são definidas pelo Desembargador, que elege, pessoalmente, os processos que serão encaminhados a julgamento. A partir deste rol, os processos são divididos entre os servidores, também a critério do julgador, estabelecendo-se, dessa forma, a meta individual.

Os servidores não possuem, necessariamente, especialidade por matéria, sendo possível que um mesmo servidor confeccione, para uma mesma sessão de julgamento, minutas de matérias distintas.

Os processos mais antigos, aqueles com preferências legais, bem como aqueles de metas específicas estabelecidas pelo CNJ são julgados conjuntamente com os mais novos, a fim de não prejudicar a produção e objetivando a diminuição do acervo.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O acervo de processos pendentes de julgamento é grande e, caso seja mantido o histórico de entradas e saídas de processos dos últimos doze meses, não há

perspectivas de sua redução significativa, nem mesmo no longo prazo. Assim, em que pesem os aspectos positivos decorrentes das metodologias de trabalho do Gabinete e das boas práticas adotadas, a situação atual de seu acervo desafia a busca de medidas que propiciem o incremento da produção e da produtividade.

No acervo, é expressiva a quantidade de agravos de instrumento. Pelas informações que foram coligidas junto ao Gabinete, as decisões monocráticas que concedem ou denegam o efeito suspensivo colimado pela parte agravante, nos casos urgentes, são regularmente proferidas. No entanto, uma vez processados, os agravos não são prontamente levados a julgamento pelo Colegiado. Amiúde, aguarda-se a prolação da sentença, e, então, o agravo de instrumento é considerado prejudicado.

A exemplo das demais unidades do Tribunal, o Gabinete enfrenta as injunções decorrentes da necessidade de aprimoramento do sistema de estatísticas.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Apreciar o mérito dos agravos de instrumento anteriormente à prolação da sentença no processo de origem.

Priorizar a atividade de elaboração de minutas de decisão/voto, concentrando a lotação dos servidores mais na área-fim (Assessoria do Gabinete), utilizando-se da Secretaria da Turma para as funções cartorárias, a fim de não ocupar os servidores com tais misteres.

Promover a especialização de servidores por matéria, agilizando a elaboração das minutas de decisão/voto e possibilitando o aumento dos processos a serem incluídos em pauta.

Implantar, com urgência, no prazo de 60 dias, plano de trabalho para elevar a produtividade, superando a distribuição e reduzindo o acervo.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

Priorizar o julgamento dos processos incluídos na meta do CNJ e dos demais feitos com distribuição mais antiga, bem assim as preferências legais.

Encaminhar o julgamento dos processos contendo agravos legais/regimentais e embargos de declaração com conclusão superior a 90 dias ou mais.

Proferir os votos-vista e declarações de voto pendentes em tempo não superior a 60 dias.

Aumentar a meta individualizada de produção de cada servidor, inclusive dos gestores.

Envidar esforços para que a totalidade da equipe proceda à elaboração de minutas de votos/decisões/despachos;

Incrementar o número de servidores que se dedicam à área-fim, especificamente aqueles que se dedicam à elaboração de minutas de votos/decisões/despachos.

Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação.

Buscar o constante aprimoramento da gestão do gabinete, inclusive mediante o conhecimento e compartilhamento de boas práticas, de modo que os bons resultados colhidos por determinado gabinete sejam multiplicados para os demais, e por meio da troca de experiências com outros tribunais.



## GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL KÁSSIO MARQUES

**Especialidade:** licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; FGTS.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **KÁSSIO MARQUES**

**1.2. Órgãos de atuação:** 6ª Turma, 3ª Seção e Corte Especial

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 21/6/2013.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu remoção interna, tendo em vista que, de 19/5/2011 (data de sua nomeação) até 20/6/2013, compunha a 1ª Turma.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	08	01	06	02	04	21	11
Inspeção/2015	09	01	06	03	05	24	12

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRIO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	17.259
Acervo no TRF (julho/2015)	17.654
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	16.303
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	16.501
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	3
Acervo de sobrestados (julho/2015)	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

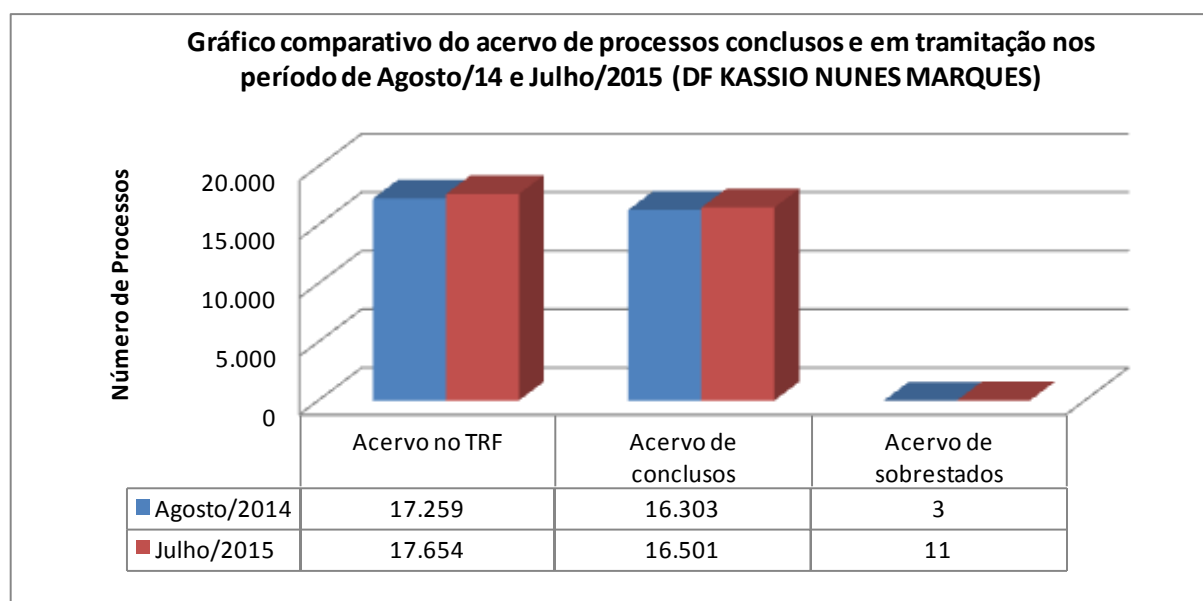
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 198 e o número de processos sobrestados subiu em 8.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal expurgos inflacionários. O Gabinete informou não possuir qualquer feito suspenso em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio Relator.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 16.490 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 1.374 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 395 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	4.520
<b>Total de Processos (saídas)</b>	4.866
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-346
<b>Processos distribuídos</b>	4.345

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

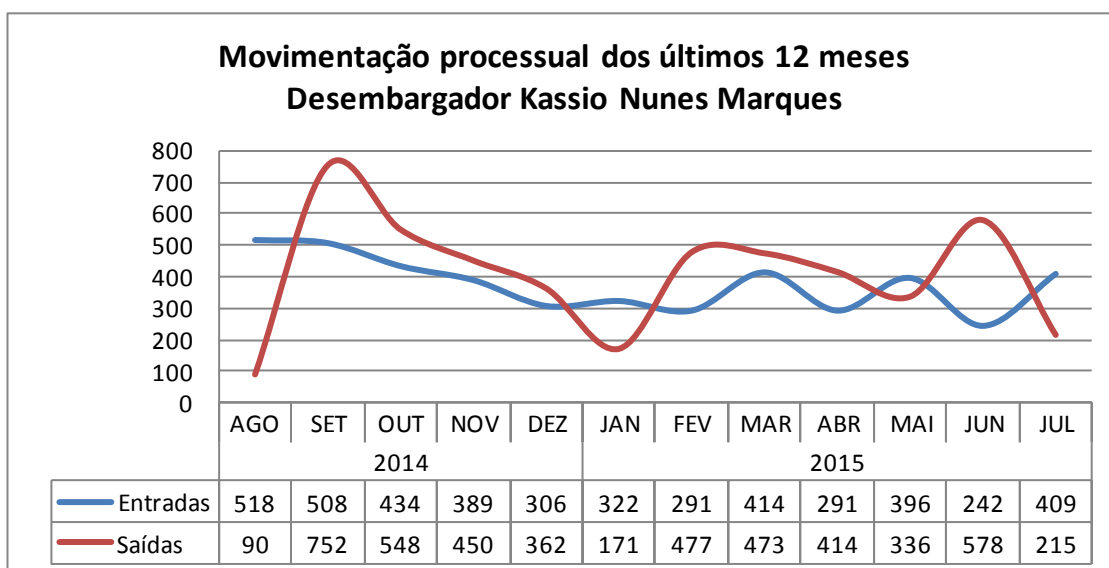
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 4.520 e saída de 4.866 processos.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	2.914
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	345
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	1.406
<b>TOTAL</b>	4.665
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	24,94%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	138
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	86

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 4.665 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 4.345, ou seja, o número de julgados superou em 320 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 345 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.406 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 24,94%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes 138 embargos de declaração e 86 agravos legais/regimentais.

O Gabinete não possui um controle específico de processos com decisões monocráticas (liminares, concessões ou indeferimentos de efeitos suspensivos etc.) ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	292
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	90
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	488
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	1.050
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1.407
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	1.260
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (16.501 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 4.587 processos, representando 28%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO MARQUES

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994			
1995	1	1	1
1996	1	1	1
1997			4
1998			3
1999	2	3	5
2000	7	6	13
2001	19	23	36
2002	22	29	46
2003	21	38	50
2004	51	58	78
2005	43	50	55
2006	69	77	90
2007	565	548	488
2008	1.256	1.196	1.050
2009	1.732	1.613	1.407
2010	1.721	1.471	1.260
2011	2.579	2.308	2.021
2012	3.245	2.758	2.145
2013	2.684	3.171	2.455
2014	-	3.082	3.380
2015	-	-	1.913
<b>Total</b>	<b>14.018</b>	<b>16.433</b>	<b>16.501</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, mas poderiam sê-lo em maior intensidade. O acervo de processos conclusos, distribuídos até 2014, era de: a) 16.433 em setembro de 2014; e b) 14.588 em julho de 2015. Em termos globais, verificou-se a redução de conclusos distribuídos até 2014. Em geral, quanto mais antigo é o ano de distribuição do montante de processos conclusos, menor é a sua quantidade. No entanto, um novo acervo de conclusos está sendo formado, relativo aos feitos distribuídos em 2015 (1.913 processos).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados, porém, não são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 1 processo distribuído no ano 1995.

O Gabinete não possuía, na data de coleta de dados, processo relativo à META 4/2015 CNJ distribuído até 31/12/2013.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	3
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	15
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há processos liberados para revisão, nem que aguardam declaração de voto. Há, no entanto, atualmente, 2 processos que aguardam voto-vista e providências há mais de 60 dias (00572579520124010000 e 00116425620114013803), configurando pendência externa a ser cobrada.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	13
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	63
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão ou para declaração de voto. Há, atualmente, quantitativo diverso de conclusos para voto-vista, contando o Gabinete com 9 feitos nessa fase processual. Nesta situação, há processos sem andamento há mais de 60 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias:

00731661220144010000	00731661220144010000	00675641120124010000
00255181220004013400	00258853620004013400	00280285120074013400

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 78 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais processos, física e eletronicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em outras unidades foram trazidos até o Gabinete para serem inspecionados. Aqueles que se encontravam em unidades externas foram vistoriados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de feitos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo.

Na listagem, não constaram autos extraviados, nem foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

00002898120034013000	00004450920074010000	00013490320064013803
00014875320094014000	00024535620074010000	00026014820044013500
00026395120044013600	00038867519974014000	00040645220054013803
00053811120024013700	00058049420084013300	00062718420054010000
00063849620004013400	00064848020024013400	00067584420024013400
00078752920054013800	00080327920034013700	00097532520144010000
00098871420034013500	00131244120074010000	00137153620034013300
00140118120014013800	00149294419984010000	00150620820064010000
00180276820074013800	00182354020064010000	00183958920114010000
00200676220034013800	00201599620004010000	00213365620044010000
00216272720024010000	00217272820024013800	00227881320094013400
00232205620004013300	00232967620064010000	00264020720014013400
00265878420064010000	00278734419994010000	00280840720044010000
00282678020014010000	00312756020044010000	00315670419984013800
00319308320014013800	00330771819994013800	00343928320004013400
00362504020054013800	00366718120054010000	00382866519994013800
00391115520024010000	00407272120004013400	00460241420064010000
00466512720114013400	00536296420134010000	00606809720114010000
00611990220034013800		

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que inexistente tramitação célere do acervo em geral, haja vista que muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação há vários anos, exigindo plano de

trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do montante e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento do acervo, o que exige a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, destacam-se as relativas à triagem inicial de processos, classificação e separação física, especialização de servidores por matéria ou fase processual, controle do fluxo processual e da estatística, banco de dados de modelos de decisões, especialização de servidores por matéria ou fase processual, tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, fixação das metas de trabalho com participação dos servidores e planejamento e avaliação periódica de atividades.

Todos os servidores da assessoria possuem formação em Direito já finda ou em andamento.

A triagem é feita, inicialmente, por um servidor, que procede à separação dos processos por assunto, respeitando a indexação já realizada pela distribuição.

Num segundo momento, é realizada triagem mais acurada dos feitos novos, desta feita, pelos servidores da assessoria, consoante a matéria (assunto) sob responsabilidade de cada um, devendo frisar-se que há especialidade dos membros da equipe em relação aos temas objeto de controvérsia.

O Gabinete aponta que possui uma servidora lotada na sala onde ficam alocados os processos (depósito), fazendo nova triagem destinada a separar os feitos do estoque com assuntos semelhantes, com possibilidade de julgamento mais agilizado ante a matéria trazida à apreciação da Corte.

Também é digna de nota a pequena rotatividade do Gabinete, que conta com estabilidade do quadro de servidores.

A meta individual de cada servidor é a mesma, não havendo maior exigência de produtividade em relação àqueles que trabalham com matérias de menor complexidade, nem, por outro lado, menor exigência em relação àqueles que trabalham com assuntos de maior complexidade.

Deve ser gizada, ainda, como boa prática, a existência de um banco de dados com os modelos de decisões/minutas que possibilitam a padronização dos projetos, naquilo em que for possível.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou algumas situações existentes na unidade inspecionada, dentre as quais se destacam as seguintes:



O acervo de processos pendentes de julgamento é grande e, caso seja mantido o histórico de entradas e saídas nos últimos doze meses, não há perspectivas de sua redução significativa, nem mesmo no longo prazo. Assim, em que pese os aspectos positivos decorrentes das metodologias de trabalho do Gabinete e das boas práticas adotadas, a situação atual de seu acervo desafia a busca de medidas que propiciem o incremento da produção e da produtividade.

É expressiva a quantidade de agravos de instrumento. Pelas informações que foram coligidas junto ao Gabinete, as decisões monocráticas que concedem ou denegam o efeito suspensivo colimado pela parte agravante, nos casos urgentes, são regularmente proferidas. No entanto, uma vez processados, os agravos não são prontamente levados a julgamento pelo Colegiado. Amiúde, aguarda-se a prolação da sentença, e, então, o agravo de instrumento é considerado prejudicado.

A exemplo das demais unidades do Tribunal, o Gabinete enfrenta as injunções decorrentes da necessidade de aprimoramento do sistema de estatística.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Aprimorar o armazenamento dos autos com as informações necessárias ao controle do acervo e à situação processual.

Apreciar o mérito dos agravos de instrumento, sempre que possível, anteriormente à prolação da sentença no processo de origem.

Providenciar ajustes a serem adotados pela própria unidade, principalmente no sentido de implantar plano de trabalho para elevar a produtividade, superando a distribuição e reduzindo o acervo.

Priorizar o julgamento dos feitos com preferência legal, inseridos nas metas do CNJ, bem como os mais antigos na distribuição do TRF/1ª Região.

Apresentar para julgamento os votos-vista com conclusão superior a 90 dias.

Diminuir o acervo de classes específicas de ações, especialmente agravos (de instrumento, legais e regimentais), medidas cautelares e conflitos de competência, com o julgamento imediato dos feitos remanescentes anteriormente ao ano de 2013, elaborando um plano de ação para o julgamento daqueles distribuídos a partir de então.

Apreciar os embargos declaratórios interpostos pelas partes, decidindo de modo mais agilizado, para que não aguardem julgamento por período não superior a 90 dias.

Aumentar a meta individual de cada servidor, objetivando a redução do acervo.

Dar cumprimento à recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos -; bem como às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação.

Buscar o constante aprimoramento da gestão do Gabinete, inclusive mediante conhecimento e compartilhamento de boas práticas, de modo que os bons resultados colhidos por determinado gabinete sejam multiplicados para os demais, e por meio da troca de experiências com outros tribunais.

Devem ser envidados esforços no sentido de possibilitar a publicação de acórdãos no prazo de 10 dias, contados a partir da data da sessão de julgamento.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN**

**Especialidade:** licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e FGTS.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **JIRAIR ARAM MEGUERIAN**

**1.2. Órgãos de atuação:** 6ª Turma, 3ª Seção e Corte Especial.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 12/8/2010.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	07	01	08	02	05	23	08
Inspeção/2015	13	01	06	03	05	28	06

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 5 auxiliares a mais. Todavia, houve redução de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRIO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	16.267
Acervo no TRF (julho/2015)	17.729
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	15.571
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	17.144
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	28
Acervo de sobrestados (julho/2015)	34

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

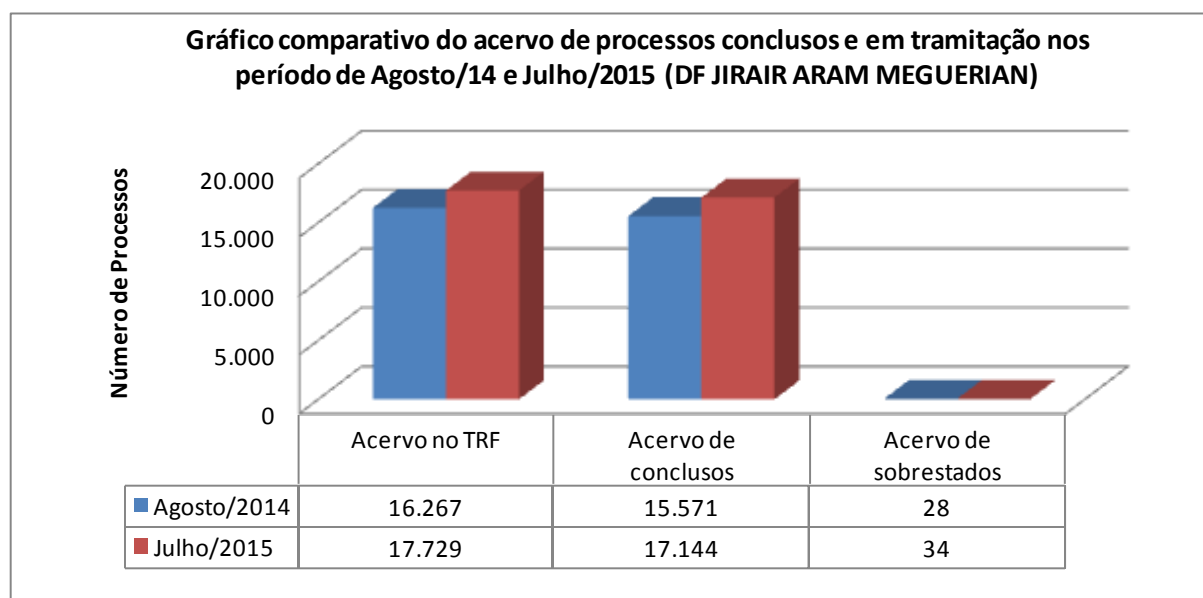
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 1.573 e o de sobrestados subiu em 6 processos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais aquelas relativas à equiparação salarial, amortização do saldo devedor do SFH, FGTS/TR e poupança (expurgos inflacionários). O Gabinete informou não possuir qualquer feito suspenso em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 17.110, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 2.852 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 1.462 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)	
Total de Processos (entradas)	4.441
Total de Processos (saídas)	3.393
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	1.048
Processos distribuídos	4.345

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

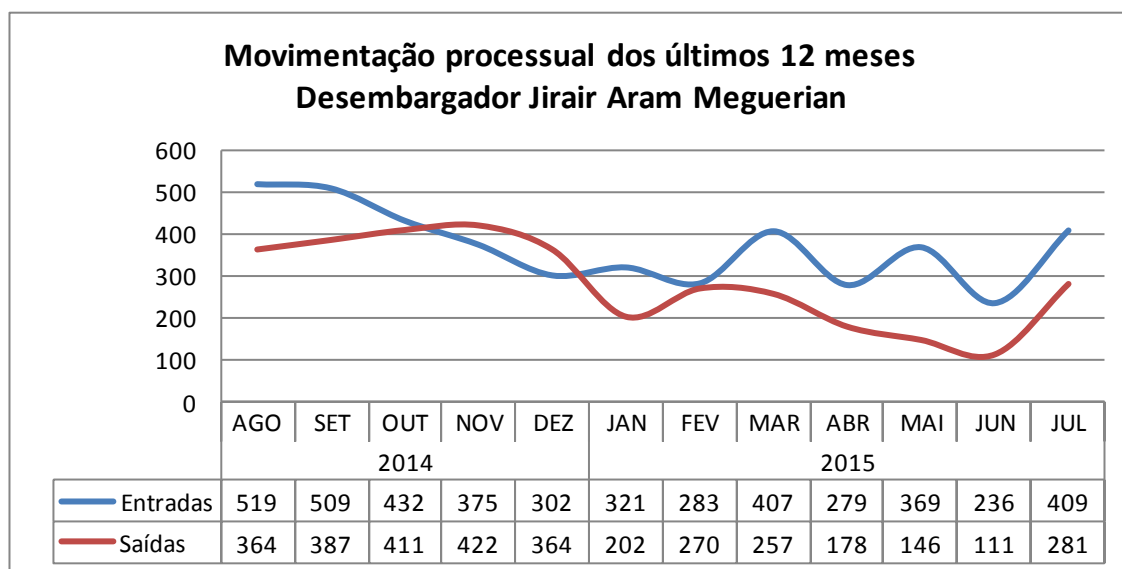
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 4.441 e saída de 3.393 processos, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual, visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Total de processos julgados por pauta	1.580
Total de processos julgados em mesa	147
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.586
<b>TOTAL</b>	<b>3.313</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	<b>27,93%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
a. Embargos de Declaração	87
b. Agravo Legal/Regimental	134

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 3.313 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 4.345, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 147 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.586 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 27,93%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 87 embargos de declaração e 134 agravos legais/regimentais.

O Gabinete não possui controle específico de processos com decisões monocráticas (liminares, concessões ou indeferimentos de efeitos suspensivos etc.) ainda não levados ao exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	264
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	90
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	476
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	831
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1.123
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	1.323
META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (17.144 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 4.107, representando 24%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN			
ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			1
1991			
1992			2
1993		1	
1994	1	1	2
1995	2	2	3
1996	2		1
1997			3
1998	1	1	3
1999	1	4	5
2000	5	6	11
2001	11	10	29
2002	15	19	39
2003	26	30	48
2004	35	33	65
2005	38	39	52
2006	63	58	90
2007	597	488	476
2008	1.011	870	831
2009	1.433	1.233	1.123
2010	1.789	1.554	1.323
2011	2.938	2.556	2.250
2012	3.277	2.726	2.379
2013	2.604	3.012	2.531
2014	-	3.139	3.983
2015	-	-	1.894
<b>Total</b>	<b>13.849</b>	<b>15.782</b>	<b>17.144</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, mas poderiam sê-lo em maior intensidade. O acervo de processos conclusos, distribuídos até 2014, era de: 15.782 em setembro de 2014; e 15.250 em julho de 2015. Em termos globais, verificou-se a redução de conclusos distribuídos até 2014. Em geral, quanto mais antigo é o ano de distribuição, menor é a sua quantidade. No entanto, um novo montante de conclusos está sendo formado, relativo aos distribuídos em 2015 (1.894 processos).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são, de regra, triados, porém, não são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 1 processo distribuído no ano 1990, que fora concluso ao gabinete em 2015.

Quanto à META 4/2015 do CNJ, não há processos distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	1
Encaminhados para voto-Vista	4
Encaminhados para declaração de voto	1
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	26
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Apesar da referência na tabela acerca da existência de 1 processo liberado para revisão, o Gabinete informou que, atualmente, não há mais autos nesta situação. Igualmente, foi informado que não há processo aguardando declaração de voto. Há, no entanto, não 4, mas sim 5 processos que aguardam voto-vista. Neste universo, há processo que aguarda providências há mais de 60 dias (00731661220144010000), configurando pendência externa a ser cobrada.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	10
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	124
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de autos conclusos para revisão, nem para declaração de voto. O Gabinete informou a existência, atualmente, não de 10 feitos conclusos para voto-vista, mas sim de 11. Nesta situação, há processos sem movimentação há mais de sessenta dias recomendando-se a movimentação em 60 dias:

00749679420134010000	00769130420134010000	00332778520134010000
00683441420134010000	00588074720114013400	00595058720104013400
00678795120134013800	00116425620114013808	00099362020104013400
00040338220114010000	00258081220094013400	

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 72 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais processos, física e eletronicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros pertinentes.

Não havia processos em tramitação em unidades externas.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.



Na unidade verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo.

Na listagem, não constaram autos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

00010367419984013301	00260154820044013800
00013064220014013900	00267538720044010000
00021330620074010000	00269815720074010000
00027866120064013809	00279313720054010000
00029647919924010000	00305110620064010000
00032905420024013600	00327089420074010000
00049824020064013700	00329322720014013400
00049861620064013300	00421422720054013800
00053014119924010000	00107591320044013300
00058686120054013801	00115022920044010000
00059260219974010000	00189808320074010000
00081047720044013200	00195463720044010000
00082205420034013803	00204857319984013800
00094060720054010000	00247473920064010000
00100826920034013800	00247477820024010000
00101236120014013200	00258662119954010000

b) regularizar a fase processual no sistema/processo e promover o andamento, no que tange ao Processo 00269815720074010000. Verificar se houve julgamento dos embargos de declaração opostos em 1º/10/2007 e dos agravos opostos em 9/11/2007 e 8/5/2009.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem que estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento do acervo, o que exige a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, destacam-se as relativas à triagem inicial de processos, classificação e separação física de processos, especialização de servidores por matéria ou fase processual, tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ e fixação das metas de trabalho pelo Magistrado com participação dos servidores.

A organização física do espaço de trabalho é adequada.

Os processos encontram-se organizados por matéria e assunto.

O Gabinete possui quadro de servidores/colaboradores cuja totalidade possui formação em Direito em andamento ou já finda, o que se revela uma característica positiva para o bom desempenho funcional da unidade.

As atividades são distribuídas de acordo com perfil e qualificação do servidor, havendo controle de metas, em periodicidade semanal, de forma individualizada.

Os processos contam com as informações necessárias ao controle do acervo e à situação processual desde a triagem inicial, realizada pelos assessores - dada a escassez do quadro de pessoal - que já procedem à seleção dos autos mais antigos, bem assim daqueles de resolução mais rápida, para serem distribuídos à equipe. Esse sistema possibilita que sejam analisadas e elaboradas as minutas de voto/decisões de feitos de menor complexidade, concomitantemente ao enfrentamento dos processos com distribuição mais pretérita.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O acervo de processos pendentes de julgamento é grande e, caso seja mantido o histórico de entradas e saídas de processos dos últimos doze meses, não há perspectivas de sua redução significativa, nem mesmo no longo prazo. Assim, em que

pesem os aspectos positivos decorrentes das metodologias de trabalho e das boas práticas adotadas, a situação atual do acervo desafia a busca de medidas que propiciem o incremento da produção e da produtividade.

É expressiva a quantidade de agravos de instrumento. Pelas informações que foram coligidas junto ao Gabinete, as decisões monocráticas que concedem ou denegam o efeito suspensivo colimado pela parte agravante, nos casos urgentes, são regularmente proferidas. No entanto, uma vez processados, os agravos não são prontamente levados a julgamento pelo Colegiado. Amiúde, aguarda-se a prolação da sentença, e, então, o agravo de instrumento é considerado prejudicado.

A exemplo das demais unidades do Tribunal, o Gabinete enfrenta as injunções decorrentes da necessidade de aprimoramento do sistema de estatística.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Apreciar o mérito dos agravos de instrumento, sempre que possível, anteriormente à prolação da sentença no processo de origem.

Implantar, com urgência, no prazo de 60 dias, plano de trabalho para elevar a produtividade, superando a distribuição com a respectiva redução de acervo.

Aumentar o número de servidores que se dedicam à área-fim, especialmente à elaboração de minutas de voto/decisão, a fim de elevar a produtividade.

Diminuir o acervo de classes específicas de ações, especialmente agravos (de instrumento, legais e regimentais), medidas cautelares e conflitos de competência, com o julgamento imediato dos feitos remanescentes anteriormente a 2013 e elaboração de um plano de ação para o julgamento daqueles distribuídos a partir de então.

Apreciar os embargos declaratórios interpostos pelas partes, com seu julgamento de modo mais agilizado, a fim de que não aguardem julgamento por período superior a 90 dias.

Aumentar a meta individual de cada servidor, para que o acervo possa vir a ser reduzido, considerando-se que, atualmente, a produção do Gabinete é inferior à distribuição.

Levar a julgamento os processos com pedido de vista em prazo não superior a 60 dias após a formulação do respectivo pedido.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos-; bem como às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

Manter a sistemática da triagem atual, em que um servidor com conhecimento amplo das matérias objeto de debate e também do entendimento do Desembargador, realiza a separação dos processos consoante seus assuntos respectivos e de acordo com a controvérsia devolvida à apreciação do Tribunal.

Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação.

Buscar o constante aprimoramento da gestão do Gabinete, inclusive mediante conhecimento e compartilhamento de boas práticas, de modo que os bons resultados colhidos por determinada unidade sejam multiplicados para as demais, e por meio da troca de experiências com outros tribunais.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO**

**Especialidade:** licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e FGTS.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **DANIEL PAES RIBEIRO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 6ª Turma, 3ª Seção e Corte Especial

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 25/4/2014

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	10	03	03	01	04	21	10
Inspeção/2015	12	01	03	03	03	22	14

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Houve incremento de 4 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRIO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	17.314
Acervo no TRF (julho/2015)	17.256
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	16.546
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	16.340
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	67
Acervo de sobrestados (julho/2015)	65

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

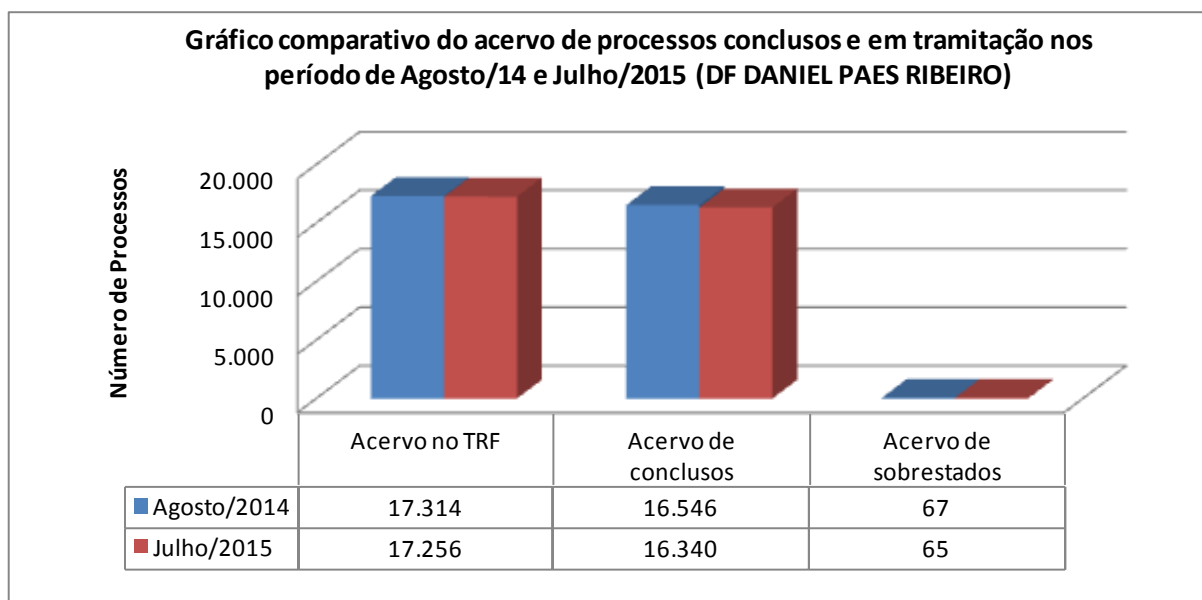
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 206 e o número de sobrestados reduziu em 2 feitos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais FGTS, tratamento médico-hospitalar, contratos bancários e cheque.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 16.275 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 1.163 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 58 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	4.639
<b>Total de Processos (saídas)</b>	5.130
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-491
<b>Processos distribuídos</b>	4.330

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

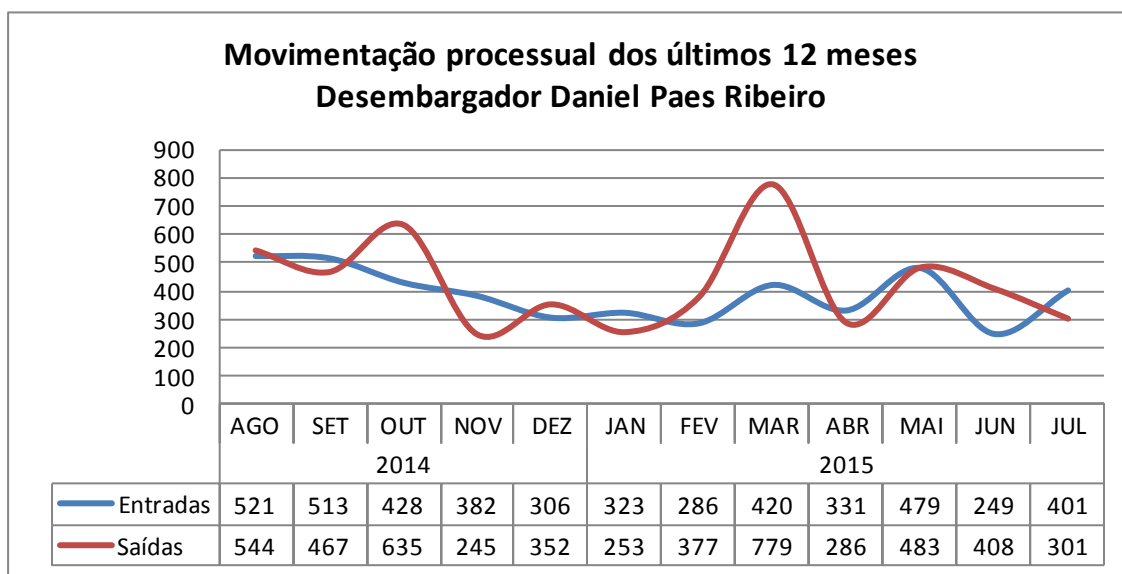
Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 4.639 e saída de 5.130 processos.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	2.209
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	262
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	2.561
<b>TOTAL</b>	5.032
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	22,50%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	193
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	122

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 5.032 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 4.330, ou seja, o número de julgados superou em 702 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 262 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.561 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 22,5%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento, existindo ainda pendentes 193 embargos de declaração e 122 agravos legais/regimentais.

O Gabinete não possui controle específico de processos com decisões monocráticas (liminares, concessões ou indeferimentos de efeitos suspensivos etc) ainda não levados ao exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	158
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	47
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	507
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	754
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1.121
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	1.489
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	1
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (16.340 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 4.076, representando 25%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015 por ano de distribuição.



PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			1
1994			
1995			
1996		1	
1997		1	
1998	1	2	6
1999			3
2000	11	8	8
2001	5	7	17
2002	20	10	25
2003	13	8	17
2004	24	26	39
2005	48	30	42
2006	43	27	47
2007	818	608	507
2008	1.061	867	754
2009	1.463	1.325	1.121
2010	2.239	1.988	1.489
2011	2.802	2.465	2.017
2012	3.446	2.905	2.374
2013	2.716	3.244	2.488
2014	-	3.088	3.486
2015	-	-	1.899
<b>Total</b>	<b>14.710</b>	<b>16.610</b>	<b>16.340</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, mas poderiam sê-lo em maior intensidade. O acervo de processos conclusos, distribuídos até 2014, era de 16.610 em setembro de 2014; e 14.441 em julho de 2015. Em termos globais, verificou-se a redução do montante de conclusos distribuídos até 2014. Em geral, quanto mais antigo é o ano de distribuição, menor é a sua quantidade. No entanto, um novo acervo de processos conclusos está sendo formado, relativamente aos processos distribuídos em 2015 (1.899 processos).

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados, porém, não são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com um único processo distribuído no ano 1993, que fora concluso ao Gabinete em 2015.

Quanto à META 4/2015 CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, fora constatada a existência de 1 processo. Tendo em vista a relevância da matéria objeto desta meta, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, segue a tabela com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	1
Encaminhados para voto-Vista	2
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	2
Outras situações	26
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que há 1 processo do Gabinete liberado para revisão, mas ainda não pautado pelo revisor, todavia, este feito, apesar de constar nas estatísticas como sendo da relatoria do Des. Daniel Paes Ribeiro, fora redistribuído ao Des. Federal Novély Vilanova (00758247720124010000). Não há processos aguardando declaração de voto. Há, ainda, 2 processos que aguardam voto-vista. Neste universo, há processos que aguardam providências há mais de 60 dias, configurando pendência externa a ser cobrada:

00088869520064013400	00678795120134013800
----------------------	----------------------

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	29
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão, nem para voto-vista e, tampouco, para declaração de voto.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 86 feitos selecionados para inspeção, todos foram vistoriados. Tais processos, física e eletronicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os feitos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de autos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 4 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber:

00109072020104010000	00406584720134010000	00406584720134010000
00301349320104010000		

Não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

00004769220084010000	00015096520094013304	00015812620064019199
00021434119984013500	00383589320054010000	00271268920024010000
00029288120054014300	00395222520074010000	00290713320104010000
00035882020054013801	00400034620024013400	00298541520074013400
00053698220054019199	00419934820064010000	00310281520004013300
00076546320064010000	00452889320064010000	00313990420084010000
00087360220014013300	00456742620064010000	00314911620074010000
00101920220064013400	00507963720044013800	00348589420074013800
00107816720014013400	00509964420044013800	00359551520004013400
00114075720084010000	00518539020044013800	00372566319974013800
00138692120074010000	00571004520004010000	00174226620044013400
00150180820054013400	00160145020074010000	00158527220054013800

b) Regularizar a fase processual no sistema/processo e promover o andamento, conforme a seguir:

00004769220084010000	responder ao ofício datado de dezembro de 2009.
00015096520094013304	determinar a comprovação acerca da adesão ao REFIS, avaliando-se a necessidade de se intimar a parte contrária a respeito dos termos da petição aviada.
00094803720054013500	fazer o exame de admissibilidade dos embargos infringentes aviados em abril de 2007.
00271268920024010000	reiterar o ofício à 2ª Vara da Seção Judiciária de Tocantins, fixando prazo para cumprimento da solicitação, para o julgamento imediato do feito, autuado em 2002 no Tribunal.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem andamento há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do montante e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade exige muita atenção, pois, apesar de verificar-se redução, esta não é significativa, exigindo a adoção de esforços para incrementar a produtividade, no intuito de diminuir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas adotadas, destacam-se as relativas ao controle do fluxo dos processos e da estatística, banco de dados de modelos de decisões, especialização de servidores por matéria ou fase processual, tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, fixação das metas de trabalho com participação dos servidores e planejamento e avaliação periódica de atividades.

O Gabinete possui quadro de servidores/colaboradores cuja totalidade possui formação em Direito em andamento ou já finda, o que se revela uma característica positiva para o bom desempenho funcional.

O Gabinete possui sistemas de controle de fluxo de processos e de controle interno de estatística adequados, que auxilia na organização interna, merecendo destaque, pois foi desenvolvido pela própria equipe.

Outra peculiaridade do Gabinete inspecionado, que se mostrou uma boa prática, consiste em um banco de dados de modelos de decisões, despachos e votos, elaborado pela própria equipe, que a auxilia na padronização das minutas.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou algumas situações existentes na unidade inspecionada, conforme descrito a seguir:

Na análise processual, foi constatada situação sistêmica preocupante, sendo imperativa a adoção de providências e ajustes, especialmente no que diz respeito à necessidade de análise dos processos mais antigos, bem assim as preferências legais.

O acervo de processos pendentes de julgamento é grande e, caso seja mantido o histórico de entradas e saídas nos últimos doze meses, não há perspectivas de sua redução significativa, nem mesmo no longo prazo. Assim, em que pesem os aspectos positivos decorrentes das metodologias de trabalho do Gabinete e das boas práticas adotadas, a situação atual de seu acervo desafia a busca de medidas que propiciem o incremento da produção e da produtividade.

É expressiva a quantidade de agravos de instrumento. Pelas informações que foram coligidas junto ao Gabinete, as decisões monocráticas que concedem ou denegam o efeito suspensivo colimado pela parte agravante, nos casos urgentes, são regularmente proferidas. No entanto, uma vez processados, os agravos não são prontamente levados a julgamento pelo Colegiado. Amiúde, aguarda-se a prolação da sentença, e, então, o agravo de instrumento é considerado prejudicado.

Assim como as demais unidades do Tribunal, o Gabinete enfrenta as injunções decorrentes da necessidade de aprimoramento do sistema de estatística.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Adequar a organização física do espaço de trabalho.

Apreciar o mérito dos agravos de instrumento, sempre que possível, anteriormente à prolação da sentença no processo de origem.

Aprimorar o armazenamento dos processos com as informações necessárias ao controle do acervo e à situação processual.

Implantar plano de trabalho para elevar a produtividade, superando a distribuição com a respectiva redução de acervo, de forma mais significativa.

Priorizar o julgamento dos feitos com preferência legal, inseridos nas metas do CNJ, bem como os mais antigos na distribuição do TRF 1ª Região.

Analisar e elaborar, concomitantemente, tanto as minutas de voto/decisões de processos de menor complexidade, como também proceder ao enfrentamento dos feitos com distribuição mais pretérita.

Acrescentar ao sistema atual de triagem, metodologia de separação dos processos em que a discussão é, basicamente, de matéria de direito, a fim de que seu julgamento não seja postergado.

Identificar os processos de Meta 2 CNJ na capa de todos os autos, conferindo-se preferência à sua tramitação e julgamento.

Diminuir o acervo de classes específicas de ações, especialmente agravos (de instrumento, legais e regimentais), medidas cautelares e conflitos de competência, com o julgamento imediato dos feitos remanescentes anteriormente ao ano de 2013, elaborando um plano de ação para o julgamento daqueles distribuídos a partir de então.

Apreciar os embargos declaratórios interpostos pelas partes, julgando de modo mais agilizado, para que não aguardem julgamento por período superior a 90 dias.

Aumentar a meta individual de cada servidor, a fim de que o acervo possa vir a ser reduzido, considerando-se que, atualmente, a produção do Gabinete é pouco superior à distribuição.

Analisar as petições juntadas aos processos, em prazo não superior a 90 dias.

Priorizar o julgamento dos processos selecionados na inspeção anterior.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados - acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos -; bem como às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação.

Buscar o constante aprimoramento da gestão do Gabinete, inclusive mediante conhecimento e compartilhamento de boas práticas, de modo que os bons resultados colhidos por determinado gabinete sejam multiplicados para os demais, e por meio da troca de experiências com outros tribunais.

## GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO

**Especialidade:** inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos e questões de direito financeiro.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **JOSÉ AMILCAR MACHADO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 7ª Turma, 4ª Seção, Corte Especial e Plenário.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 30/4/2013.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu 1 remoção interna, a saber: da 3ª para a 4ª Seção, Ato/PRESI n. 560, de 30 de abril de 2013.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral não foi recebida pelo Desembargador, que se encontrava em férias.

A equipe foi recebida pelo Juiz Federal convocado Rodrigo de Godoy Mendes.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	12	01	01	02	04	20	10
Inspeção/2015	12	01	01	03	04	21	11

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Acervo no TRF (agosto/2014)</b>	21.296
<b>Acervo no TRF (julho/2015)</b>	20.053
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)</b>	19.369
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)</b>	18.860
<b>Acervo de sobrestados (agosto/2014)</b>	129
<b>Acervo de sobrestados (julho/2015)</b>	90

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 509 e o de sobrestados reduziu em 39.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais relativas à aplicação do art. 3º, § 2º, I, da Lei n. 9.718/1998, nos autos da Medida Cautelar em Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 18 (00651035719984010000). Outras situações são relativas a suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial.

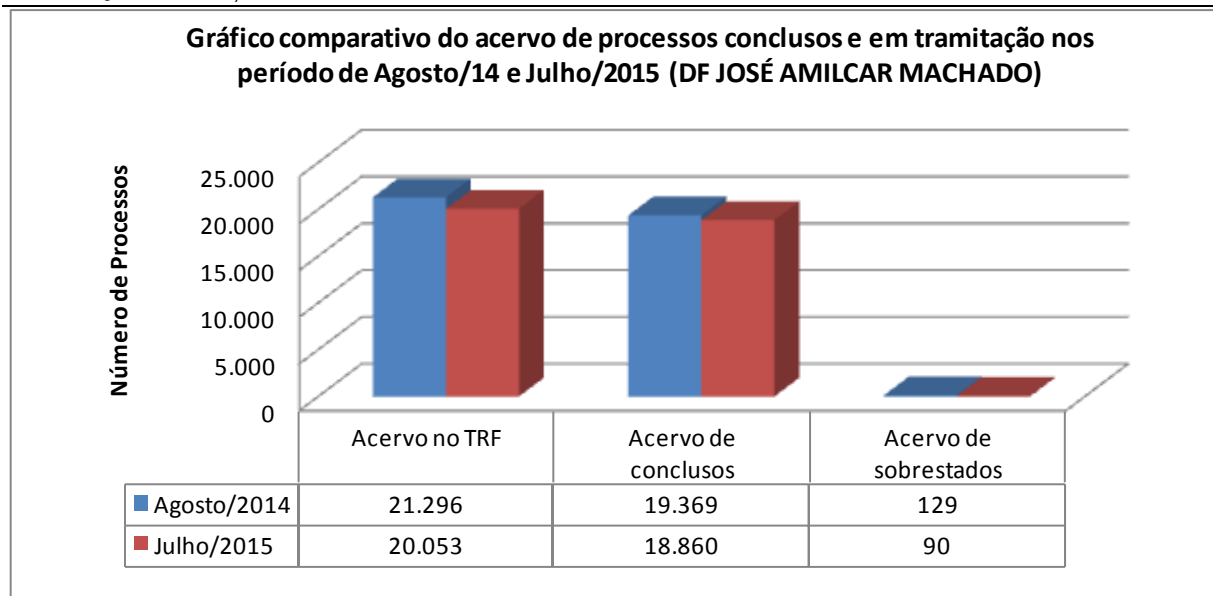
O Gabinete tem controle interno do seu acervo e, com base neste, informou que não há processos com determinação de suspensão pelo Relator e que os processos sobrestados ficam na Coordenadoria de Feitos Especiais da Presidência – COREC.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 18.770 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 1.706 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.243 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:





Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	5.713
<b>Total de Processos (saídas)</b>	9.254
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-3.541
<b>Processos distribuídos</b>	5.569

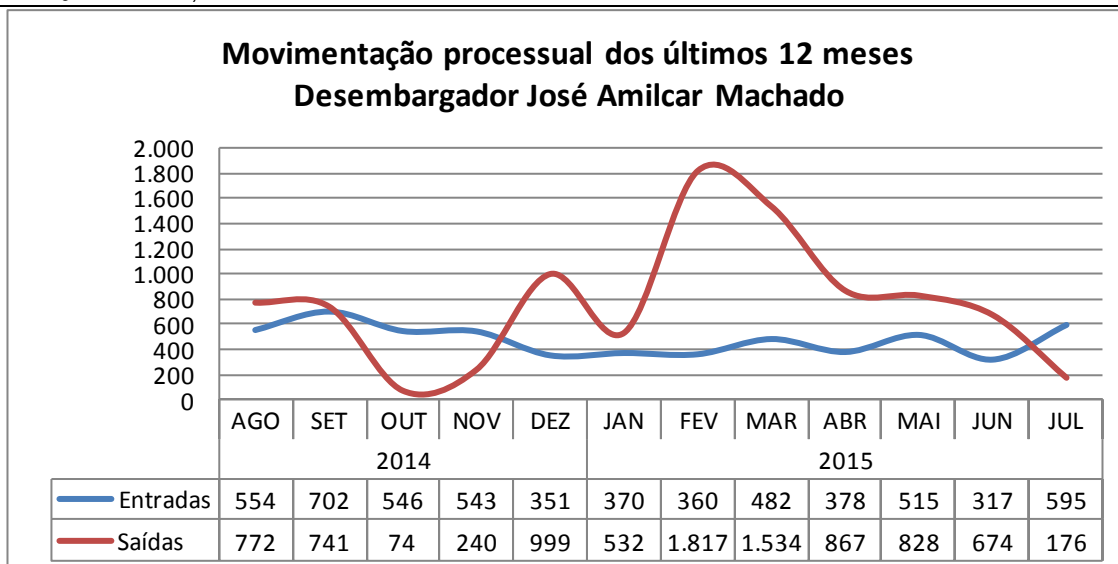
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.713 e saída de 9.254 processos. O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Total de processos julgados por pauta	5.252
Total de processos julgados em mesa	1.256
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	2.517
<b>TOTAL</b>	<b>9.025</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas	74,06%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
a. Embargos de Declaração	393
b. Agravo Legal/Regimental	263

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 9.025 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 5.569, ou seja, o número de julgados superou em 3.456 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 1.256 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.517 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 74,06%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 393 embargos de declaração e 263 agravos legais/regimentais.

Existem 705 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	249
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	58
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	673
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	1.021
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1.090
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	1.195
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (18.860 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 4.286, representando 22,73%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
 DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

ESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994			1
1995			1
1996	3	3	5
1997	4	3	4
1998	6	6	6
1999	5	8	6
2000	29	31	27
2001	29	30	44
2002	30	31	31
2003	24	25	30
2004	50	49	46
2005	48	48	48
2006	67	65	58
2007	849	771	673
2008	1.388	1.157	1.021
2009	1.593	1.347	1.090
2010	1.787	1.538	1.195
2011	3.327	2.947	2.247
2012	4.204	3.611	2.809
2013	4.040	4.471	3.401
2014	-	3.358	3.708
2015	-	-	2.409
<b>Total</b>	<b>17.483</b>	<b>19.499</b>	<b>18.860</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, mas poderiam sê-lo em maior intensidade. Em setembro de 2013, havia 1.144 processos distribuídos entre 1996 e 2007 e, atualmente, há 978. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2011, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2008.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e não são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade, pois o número de processos distribuídos antes de 2007 aumentou, quando comparado a setembro/2014. Atualmente, a unidade trabalha com feitos distribuídos no ano 2007, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no TRF.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	0
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	27
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há processos liberados para revisão nem aguardando declaração de voto.

O gabinete tem controle interno do seu acervo e, com base neste, informou que os dados atualizados apontam a existência de 10 processos que aguardam voto-vista.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	50
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processo concluso para revisão e para declaração de voto. Há 01 para voto-vista.

O gabinete tem controle interno do seu acervo e, com base neste, informou que não há processos de outros relatores aguardando voto-vista.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 154 processos selecionados para inspeção, 150 foram inspecionados. Tais feitos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes. Todavia, não foram localizados os seguintes autos:

00239757620064010000	Redistribuído à DF Gilda Sigmaringa Seixas - 1ª Turma.
00291923220084010000	Apensado aos autos de n. 0018789-28.2004.4.01.3400. Recebido em 17/8/2015 no Gabinete da Desemb. Gilda Sigmaringa Seixas - 1ª Turma.
00650113020084010000	Julgado extinto e retirado pela Fazenda Nacional em 7/8/2015.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 1996.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Contudo,

tais discrepâncias decorrem de redistribuições sucessivas do acervo, que são lançadas apenas no sistema processual.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Contudo, identificou-se na amostra o feito 00251795820064010000, visto em inspeção em 19/3/2013 e que aguarda julgamento desde 4/10/2006, com a determinação de inclusão em pauta em 19/3/2013 ainda não cumprida.

Não havia processos a serem inspecionados em razão de representação por excesso de prazo.

Na listagem, constou-se processo extraviado (00457151020044013800); e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar, no prazo de 30 dias (133):

00000096620064013304	00001792820034013600	00003362620024013700
00004570520084014101	00004692920064013700	00004723720044013802
00005024620064013303	00008787520054013300	00011540520024013400
00014821820064013812	00018924920044013100	00031095320024013600
00032401720094010000	00039487020094013200	00040796620014013801
00045198620104013400	00052566520054013400	00054556220064013300
00058411420014013900	00061668520074013800	00065627620044013700
00071084520064013900	00074260320074013800	00094797220074013600
00097761520074010000	00103333020064013300	00103451620074010000
00108201820074013800	00124692020084013400	00125879320074019199
00133928020074013400	00134545220094013400	00147456720074013300
00157896920084013500	00161085120054013400	00186088520084013400
00191029520044013300	00207936720064013400	00224743620064013800
00232217119964013400	00237985420024010000	00245910220064019199
00248229220074019199	00251314820064013800	00264085320064010000

00266945320014013800	00269185120064013400	00277530520074013400
00278832920064013400	00282798320044013300	00290573920074013400
00321193219994013800	00323801820084013400	00335261219994013400
00337623620004013300	00346371420074013800	00359523120074010000
00363332920044013400	00363885319994013400	00366456320084013400
00435747120114013800	00445844620074010000	00471459420044013800
00578500320074010000	00944544119994010000	00008620519984014000
00013782120034010000	00017322820074013000	00023102020014013802
00102889520074010000	00116106320064013500	00143822820034010000
00188944920064010000	00247551620064010000	00269500320084010000
00349866820074010000	00424714620034013400	00574603320074010000
00593527420074010000	00099581820054013800	00201123220044013800
00301447219994013800	00391989120014013800	00677026619984010000
00783013019994010000	00212342420014013400	00018252820024013400
00010962719964010000	00023971819974013801	00137228520004013800
00148804620024013400	00185936619974013800	00294832720014019199
00343441319984010000	00073661819964019199	00160638620014013400
00163805920024013300	00190436720014013800	00224984020014013800
00225908619994013800	00257865920024013800	00296267019984010000
00307953320044019199	00314942720014013800	00322978920004013300
00355894920044010000	00589232420084019199	00115874419974013400
00083129020074013900	00006541620004013300	00007138419994013802
00009603520084013807	00016533519974013700	00039088020034013400
00102597420004013400	00109404420004013400	00163233220024013400
00171994820024013800	00188833720044013800	00243538320034013800
00262967220024013800	00309294020034013300	00318619720044010000

00323477220014013400	00340152019974013400	00569622220034013800
00648896619984010000	00079330820004013800	00082714720024013400
00193955120074013400	00083172220004010000	00097964720064013813
00198710620044013300.		

b) Regularizar a fase processual no sistema/processo e promover o andamento (25):

00104822220124010000	00128074720114013801	00178026920154019199
00239757620064010000	00291923220084010000	00650113020084010000
00019739420064013304	00023389019984013802	00052356420124013814
00058292120054010000	00083129020074013900	00116096619974013800
00149514320054013400	00251795820064010000	00451632320094010000
00464257620074010000	00019613120074013503	00030321820094013400
00066558320064013307	00001792820034013600	00052566520054013400
00061668520074013800	00193955120074013400	00198710620044013300
00232217119964013400.		

Dentre os processos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, os seguintes referem-se a embargos de declaração com atraso de julgamento de até 10 anos (15):

00099581820054013800	00201123220044013800	00301447219994013800
00391989120014013800	00677026619984010000	00783013019994010000
00212342420014013400	00018252820024013400	00010962719964010000
00023971819974013801	00137228520004013800	00148804620024013400
00185936619974013800	00294832720014019199	00343441319984010000.

Dentre os processos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, os seguintes referem-se a agravos regimentais com atraso de julgamento de até 9 anos (15):



00008620519984014000	00013782120034010000	00017322820074013000
00023102020014013802	00102889520074010000	00116106320064013500
00143822820034010000	00188944920064010000	00212342420014013400
00247551620064010000	00269500320084010000	00349866820074010000
00424714620034013400	00574603320074010000	00593527420074010000.

Dentre os processos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, os seguintes aguardam novo julgamento, conforme determinação do Tribunal, STJ ou STF, com atraso de julgamento de 9 anos (21):

00010962719964010000	00023971819974013801	00137228520004013800
00148804620024013400	00185936619974013800	00294832720014019199
00343441319984010000	00073661819964019199	00160638620014013400
00163805920024013300	00190436720014013800	00224984020014013800
00225908619994013800	00257865920024013800	00296267019984010000
00307953320044019199	00314942720014013800	00322978920004013300
00355894920044010000	00589232420084019199	00115874419974013400.

Dentre os processos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, foram identificados 22 processos aguardando a análise de juízo de retratação (art. 543-C, § 7º, II e art. 543-B, § 3º, ambos do CPC), com atraso de julgamento de até 5 anos:

00006541620004013300	00007138419994013802	00009603520084013807
00016533519974013700	00039088020034013400	00102597420004013400
00109404420004013400	00163233220024013400	00171994820024013800
00188833720044013800	00243538320034013800	00262967220024013800
00309294020034013300	00318619720044010000	00323477220014013400
00340152019974013400	00569622220034013800	00648896619984010000
00079330820004013800	00082714720024013400	00083172220004010000
00097964720064013813.		

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe boa tramitação do acervo em geral, mas muitos feitos da

amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, verifica-se a redução contínua do acervo, embora ainda haja necessidade de adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

A triagem inicial é feita diariamente, a partir da chegada dos processos da distribuição. Os processos são separados e classificados por matéria e deslocados para os armários, salvo quando se trata de matéria repetitiva, quando são encaminhados diretamente para o servidor que trabalha com aquele tema, para a imediata inclusão em pauta.

A organização do trabalho é feita mediante especialização de servidores por matéria, entretanto, quando se trata de processo distribuído há mais tempo e não existe servidor especializado no tema, a distribuição é aleatória entre os assessores.

A identificação dos feitos com prioridade legal ou inseridos em Meta do CNJ é feita por etiqueta, desde a distribuição. A gestão é feita de acordo com a data de distribuição e a matéria, sempre com observância das metas estabelecidas pelo CNJ.

A orientação para os feitos adiados é a sua apresentação em mesa para julgamento, se possível, na sessão seguinte. Quanto aos feitos pendentes de julgamento em mesa, estes têm prioridade absoluta, porque são recursos que impedem a saída do processo do acervo, apesar de terem sido objeto de julgamento.

As metas de trabalho são fixadas em conjunto com os servidores, visando à diminuição do acervo, principalmente no que se refere a processos julgados, mas com novos recursos interpostos, como agravos regimentais e embargos declaratórios. O acompanhamento é feito pelo controle estatístico da 7ª Turma.

Revela-se boa prática o julgamento de processos em bloco, de acordo com a matéria (pautas temáticas), notadamente aquelas em que já existe entendimento firmado no STJ ou no STF, bem como o julgamento imediato dos agravos de instrumento que já possuem jurisprudência uniformizada na Turma, além de mutirões para julgamento de processos que impedem a diminuição do acervo (ex. embargos declaratórios e agravos regimentais).

Todos os advogados são atendidos com agendamento de audiência ou diretamente no balcão.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Até o momento não foi encontrado o processo n. 00457151020044013800.

A Medida Cautelar Inominada 00451632320094010000 aguarda, desde 24/8/2009, despacho de citação ou decisão liminar.

Segundo o controle do acervo do próprio Gabinete, há 5.241 agravos de instrumento pendentes de julgamento.

Foram identificados na amostra alguns processos antigos, distribuídos até 2009 (META 2 CNJ), além de agravos internos, embargos de declaração e daqueles que requerem análise do juízo de retratação ou novo julgamento, conforme determinado pelo próprio Tribunal, pelo STJ ou pelo STF, que já poderiam ter sido julgados.

Constatou-se no sistema que, para alguns processos da amostra localizados no Gabinete e pendentes de julgamento, não existe uma fase de conclusão, mas apenas o recebimento dos autos na unidade; enquanto que para outros, além do recebimento, houve um lançamento de conclusão, o que, eventualmente, pode prejudicar a estatística de processos conclusos.

Foi identificada, na amostra atual, pendência da inspeção de 2013 relativa ao processo 00251795820064010000, aguardando julgamento desde 4/10/2006 e com determinação de inclusão em pauta em 19/3/2013 ainda não cumprida.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Com relação ao processo supostamente extraviado 00457151020044013800, recomenda-se prosseguir com a busca no Gabinete e na Subsecretaria em até 30 dias. Uma vez encontrado, julgar em 30 dias. Caso contrário, instaurar processo de restauração dos autos.

Reitera-se a recomendação para dar seguimento à Medida Cautelar Inominada n. 00451632320094010000 em até 10 dias.

Além das recomendações específicas para cada feito inspecionado, sugere-se que o Gabinete priorize sistematicamente o julgamento dos processos distribuídos até 2009 (META 2 CNJ), agravos regimentais e embargos de declaração, processos pendentes de julgamento pelo colegiado porque já proferida decisão liminar, além daqueles que requerem análise do juízo de retratação, ou novo julgamento, conforme determinado pelo Tribunal, pelo STJ ou pelo STF.

Também deve ser dada prioridade ao julgamento dos Agravos de Instrumento mais antigos. Há 5.241 agravos pendentes de julgamento.

Realizar o lançamento no sistema da fase de conclusão para todos os processos que estejam aguardando decisão ou julgamento, haja vista que o não lançamento compromete a estatística de autos conclusos.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como atendendo às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante;

Finalmente, reitera-se a recomendação para julgar o feito 00251795820064010000 em 30 dias.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA**

**DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO**

**Especialidade:** inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos e questões de direito financeiro.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **ÂNGELA CATÃO**

**1.2. Órgãos de atuação:** Corte Especial (Judicial e Administrativa), Conselho de Administração, 4ª Seção e 7ª Turma.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 29/10/2014.

No período de cinco anos, a Magistrada requereu remoções internas, a saber, para 4ª Seção, 7ª Turma em 29/10/2014.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral não foi recebida pela Desembargadora, tendo em vista que a Magistrada preside a Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	07	01	06	03	04	21	13
Inspeção/2015	08	01	05	03	03	20	12

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos, sendo reduzido 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Acervo no TRF (agosto/2014)</b>	11.379
<b>Acervo no TRF (julho/2015)*</b>	12.586
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)</b>	9.744
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)**</b>	10.606
<b>Acervo de sobrestados (agosto/2014)</b>	12
<b>Acervo de sobrestados (julho/2015)</b>	26

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nota:

\* Existem atualmente 2.009 processos em andamento sob a relatoria da Desembargadora Angêla Catão, fora da fase de conclusão, localizados na secretaria da 1ª Turma e que ainda não sofreram redistribuição para o Juiz Federal convocado que está responsável pelo acervo previdenciário desde Novembro de 2014. Por essa razão, a estatística de tramitação no TRF, em julho de 2015, verificada no sistema (14.595 processos) excluídos os de competência previdenciária é de 12.586 processos.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 862 e o de sobrestados subiu em 14.

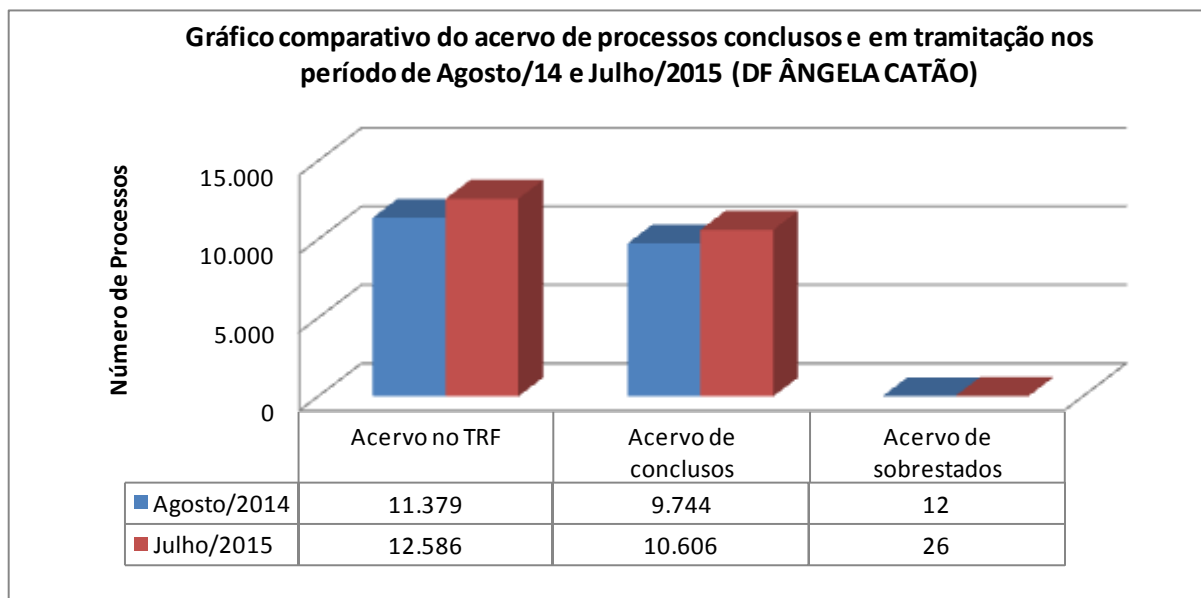
Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais relativas ao PIS/COFINS sobre a receita de atos cooperativos típicos - REsp 1.141.667/RS (00006162820054013300). Outras situações são relativas a suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial.

O Gabinete tem controle interno do seu acervo e, com base neste, informou que o sobrestamento de processos não acontece no Gabinete, mas na Vice-Presidência e/ou na Presidência do Tribunal, e que, devido a um problema no sistema, os feitos encaminhados à COREC e à ASRET continuam atribuídos à Relatora, em vez de serem regularmente atribuídos ao Presidente ou ao Vice. Relatou que esse problema já foi identificado pela Chefe da Assessoria, que solicitou sua regularização à Informática, em 30/7/2015. Até a presente data não houve resposta, atendimento ou previsão para que isso aconteça. Aduziu que foram identificados, por meio de relatórios, 46 feitos nessa situação na ASRET e 28 na COREC.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 10.580 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Esse dado, quando cotejado com o número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 882 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 1.207 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	5.780
<b>Total de Processos (saídas)</b>	5.989
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-209
<b>Processos distribuídos</b>	5.627

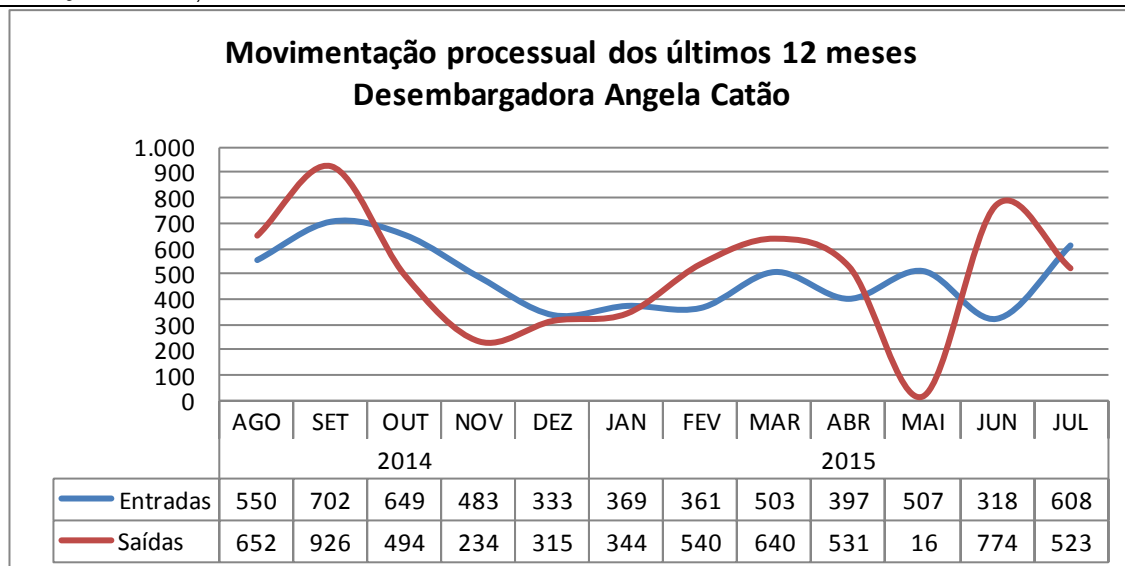
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.780 e saída de 5.989 processos. O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Total de processos julgados por pauta	4.797
Total de processos julgados em mesa	222
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	918
<b>TOTAL</b>	<b>5.937</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	<b>62,25%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
a. Embargos de Declaração	2.184
b. Agravo Legal/Regimental	212

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 5.937 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 5.627, ou seja, o número julgados superou em 310 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 222 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 918 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 62,25%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 2.184 embargos de declaração e 212 agravos legais/regimentais.



Existem 225 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	61
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	14
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	230
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	722
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	791
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	553
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (10.606 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 2.371 processos, representando 22,36%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO ALVES			
ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991		1	
1992			
1993			
1994			1
1995			1
1996			
1997			2
1998	2		1
1999			2
2000	1		3
2001	2	1	10
2002	67	1	3
2003	86		17
2004	101	5	6
2005	120	2	15
2006	142	3	14
2007	468	195	230
2008	955	887	722
2009	979	915	791
2010	780	717	553
2011	1.678	1.458	1.181
2012	2.072	1.471	1.171
2013	2.152	1.850	1.357
2014	-	2.290	2.532
2015	-	-	1.989
<b>Total</b>	<b>9.605</b>	<b>9.796</b>	<b>10.601</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. Em setembro de 2013, havia 521 processos distribuídos entre 1998 e 2006 e, atualmente, há 71. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2002, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2011.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ em tramitação na unidade são triados, porém, não são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade, pois o número de processos distribuídos antes de 2007 aumentou, quando comparado a setembro/2014. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2008, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	2
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	24
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há processo do gabinete liberados para revisão, tampouco para declaração de voto. Existem 2 processos que aguardam voto-vista, sem que aguardem providências há mais de 60 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	54
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de conclusos para revisão, nem para declaração de voto. Há 5 processos para voto-vista dentre os quais 1 sem movimentação há mais de 60 dias (00000494820074013810).

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 143 feitos selecionados para inspeção, 102 foram inspecionados. Tais processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes. Todavia, não foram localizados os seguintes feitos:

00002504219854013800	Redistribuído, por dependência, em 24/4/2015, à DF Maria do Carmo Cardoso e julgado em 19/6/2015.
00021066520044013900 0003990342005401350	Baixa definitiva.
00022897220054014200	Localizado na Subsecretaria da 7ª Turma com certificação do trânsito em julgado.
00015378320124013803 00019170320074013700 00019716820084013300 00023044120054014200 00031010620034014000	Localizados na Subsecretaria da 7ª Turma. Julgados e disponibilizados no e-DJF1.

00042546520114010000 00043740820074013700 00052906320034013900 00061132820034014000 0006349902006401380000 0639834200640138000006 5713120144010000000691 7912001401370000070139 4201440100000007275702 0124013700000984703200 1401350000105751420144 0100000010706862014401 0000001211154200640138 1100138444720084013500 0014045242003401340000 1979570201340100000023 1944420124010000002416 4032006401380000268402 3200740134000029973782 0044013400003431154200 7401380000532338720134 0100000055508632000401 0000005609009201340100 0000693029720134010000	
00029192520124019199	Atualmente da relatoria do JFC Carlos Augusto Pires Brandão, da 1ª Turma. Encontra-se na 1ª Turma aguardando publicação do acórdão.
00156644220094019199	Pertence à Relatoria do JFC Carlos Augusto Pires Brandão. Concluso.
00225798820114010000	Redistribuído em 23/7/2015 ao Gab. Des. Fed. Hercules Fajoses.
00734642919994010000	Redistribuído em 6/8/2015 ao Gabinete do Des. Fed. José Amilcar Machado.
00791528320104010000 00234717920114013400	Julgados. Encontra-se na Corte Especial.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 1999.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Contudo, tais discrepâncias decorrem de redistribuições sucessivas do acervo, lançadas apenas no sistema processual.

Foi identificado 1 processo remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber: 00307554719974010000.

Não havia processos a serem inspecionados em razão de representação por excesso de prazo.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar, no prazo de 30 dias:

00000446520064013000	00003799020074013601	00008319320094013807
00009759620024014200	00009977020044013300	00010158220004013801
00010180720044013701	00010891620074013503	00011415220074013813
00014904320064013311	00015391120074013809	00016459520064013812
00019521520074013812	00020626420044013700	00022285520074013809
00023669520024014100	00027175820064019199	00038927620054013200
00040834920054014000	00048763520074013800	00049188920044013800
00054282520064013803	00055016220084013500	00055086520064014101
00055280920074013200	00056158720074014000	00058948720044013803
00060342420034013200	00060606120004013900	00071109420144010000
00081572820094013800	00081856820104013700	00083380320024013500
00085803620054013700	00094073220004013600	00095528219944019199
00105472120064013300	00109357120044013500	00130269120054013600
00131075120074013800	00134761920004013500	00139596720004013300
00148836820064013300	00149354620064013500	00168440620044013400
00172166820034013600	00177226020024013800	00178814419994013400

00186723720044013400	00208221820054013800	00211966320074013800
00213602020004013300	00215485520064013800	00217439620084013500
00218510620054013800	00221343420024013800	00221467920054013400
00234717920114013400	00281519320004013400	00296884420074013800
00239710519984013400	00241084020054013400	00242476520004013400
00261362420044013300	00264531320044013400	00268983420004013800
00273008320024013400	00287122920004013300	00293328320064013800
00296793520044013300	00307554719974010000	00309841120054013400
00365882620004013400	00366464820084013400	00367966320064019199
00368169120024013800	00374214420004013400	00385590220064019199
00397882920054013800	00406235820024013400	00407563520004013800
00438152320064019199	00438330320104013800	00492283219974019199
00520171820084019199	00617436020114010000	00686449720084019199
00027592820084013803	00038023020044014000	00147337820064013400
00324201020114010000	00404942420004013400	00448399620104010000.
00072996520074013800		

b) Promover o andamento:

00431476519974013800	00027592820084013803	00038023020044014000
00147337820064013400	00030755420074014101	00187534020054013500.

Dentre os processos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, os seguintes referem-se a Embargos de Declaração com atraso de até mais de 1 ano:

00020626420044013700	00058948720044013803	00060606120004013900
00234717920114013400	00281519320004013400	00296884420074013800

Dentre os feitos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, os seguintes referem-se a Agravos Regimentais com atraso de até mais de 1 ano:

00014904320064013311	00071109420144010000	00617436020114010000
----------------------	----------------------	----------------------

Dentre os processos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, os seguintes aguardam novo julgamento, conforme determinação do STJ, com atraso de julgamento de até 07 anos:

00324201020114010000	00404942420004013400	00448399620104010000.
----------------------	----------------------	-----------------------

Dentre os feitos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, também foi identificado 1 processo aguardando a análise de juízo de retratação (art. 543-C, § 7º, II do CPC): 00321230820084010000.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do montante e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Os processos quando chegam ao Gabinete são triados, sendo remetidos à Assessoria aqueles que se referem a matérias repetitivas, prioridades legais e META 2 do CNJ. As prioridades e preferências são analisadas pela Chefe da Assessoria, em triagem mais refinada, e encaminhados para elaboração de minuta de relatório e voto.

Os processos que não se enquadram em matérias repetitivas, prioridades/preferências e META 2 do CNJ, passam por uma segunda etapa de triagem e são cadastrados no sistema Juris, com código interno conforme a matéria e guardados nos armários próprios. Não existe uma rotina no Juris que permita ao Gabinete acessar um relatório dos processos com prioridade legal, como também não há previsão pela Informática de que venha a atender a solicitação de disponibilização desse tipo de relatório.

Os feitos inseridos na META 2 do CNJ são identificados de acordo com relatórios extraídos do Juris. São triados e separados em armário próprio e encaminhados para julgamento na medida em que os votos vão sendo minutados, o que ocorre em conjunto com o cumprimento da meta 1 do CNJ.

Os servidores trabalham, preponderantemente, por especialização conforme a matéria.

Há priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa. Entretanto, o relatório para acompanhamento desses feitos encontra-se prejudicado, uma vez que ainda constam no acervo quase 4.000 processos que são da 1ª Turma. Assim, ao gerar diversos relatórios, inclusive o relatório de processos pendentes de julgamento de embargos de declaração e agravo regimental, aparecem inúmeros processos que, apesar de não serem mais de relatoria da Desembargadora Ângela Catão, constam no relatório, o que inviabiliza, por enquanto, um efetivo acompanhamento desses processos. Assim, sua separação é feita no momento da triagem, sendo os autos encaminhados diretamente ao servidor responsável pelo processo, a quem caberá, com prioridade em relação aos demais, minutar relatório e voto para julgamento.

As metas são fixadas, preponderantemente, de modo a dar cumprimento à META 1 aliada à META 2 do CNJ. Fixação de metas, planejamento, acompanhamento e avaliação são realizados pela Desembargadora juntamente com a Chefe da Assessoria.

O controle do acervo é realizado da forma limitada permitida pela Informática, eis que os relatórios são ruins e desfavoráveis a qualquer gestão. Dessa forma, grande parte do controle do acervo é feita analisando-se fisicamente os autos, inclusive no momento da triagem inicial.

Há orientação na Assessoria no sentido de que todos os servidores configurem seus equipamentos a fim de que as impressões ocorram em modo econômico e em frente e verso. A Chefe de Assessoria, à época da implementação dessa ação, sugeriu à Informática que configurasse as impressoras do Tribunal para economia de papel, energia e toner. A resposta obtida foi a de que aquele não era o setor responsável por tal tipo de atendimento e que a atendente não sabia informar qual seria o setor competente. Também houve tentativa de instalação da *ecofont*, a fim de aumentar ainda mais a economia, mas a Informática afirmou não ser possível.

Os advogados são recebidos, preferencialmente, às quartas e quintas-feiras, por ordem de chegada. Nos demais dias da semana, havendo disponibilidade de horário, os advogados também são atendidos. Todos os causídicos são recebidos sem a prévia marcação de horário.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Há, aproximadamente, 2.237 agravos de instrumento para análise de pedido de efeito suspensivo ou antecipação da pretensão recursal, ressaltando que 1.120 são remanescentes do relator que anteriormente era o detentor do acervo. Atualmente, apenas 2 servidores estão escalados para minutar os agravos de instrumentos, que



precisam ser despachados e analisados um a um. Encontra-se vaga 1 função comissionada destinada a tal fim, desde o mês de fevereiro de 2015.

Foram identificados na amostra alguns processos antigos, distribuídos até 2009 (META 2 CNJ), além de agravos internos, embargos de declaração e aqueles que requerem análise do juízo de retratação ou novo julgamento, conforme determinado pelo próprio Tribunal, pelo STJ ou pelo STF, que já poderiam ter sido julgados.

Constatou-se no sistema que, para alguns processos da amostra, localizados no Gabinete e pendentes de julgamento, não existe uma fase de conclusão, mas apenas o recebimento dos autos, enquanto que para outros, além do recebimento, houve o lançamento de conclusão, o que, eventualmente, pode prejudicar a estatística de processos conclusos.

Enfim, foram cumpridas as recomendações específicas dirigidas aos processos da amostra da Inspeção de setembro de 2013 – Gabinete do Des. Fed. Tolentino do Amaral, com exceção apenas para o feito 00672717520114010000.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Recomenda-se, com urgência, completar a equipe de servidores na atividade-fim, com o preenchimento das funções vagas.

Além das recomendações específicas para cada feito inspecionado, sugere-se que o Gabinete priorize o julgamento dos pedidos de efeito suspensivo ou antecipação da pretensão recursal em agravos de instrumento.

Também se deve dar preferência aos processos antigos (META 2 CNJ), especialmente aqueles com agravos internos e embargos de declaração, processos pendentes de julgamento pelo colegiado porque já proferida decisão liminar, além daqueles feitos que requerem análise do juízo de retratação e novo julgamento, conforme determinado pelo próprio Tribunal, pelo STJ ou pelo STF.

Realizar o lançamento no sistema da fase de conclusão para todos os processos que estejam conclusos, haja vista que o não lançamento compromete a estatística de processos conclusos.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante;

Finalmente, reitera-se a recomendação de julgar o feito 00672717520114010000 em 30 dias.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOSES**

**Especialidade:** inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos e questões de direito financeiro.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **HERCULES FAJOSES**

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, 4ª Seção, 7ª Turma.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 3/6/2015.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	12	01	05	03	04	25	12
Inspeção/2015	09	02	02	03	05	21	09

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 4 auxiliares a menos, sendo reduzido 3 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	11.913
Acervo no TRF (julho/2015)	10.904
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	9.482
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	10.217
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	111
Acervo de sobrestados (julho/2015)	104

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 735 e o de sobrestados reduziu em 7.

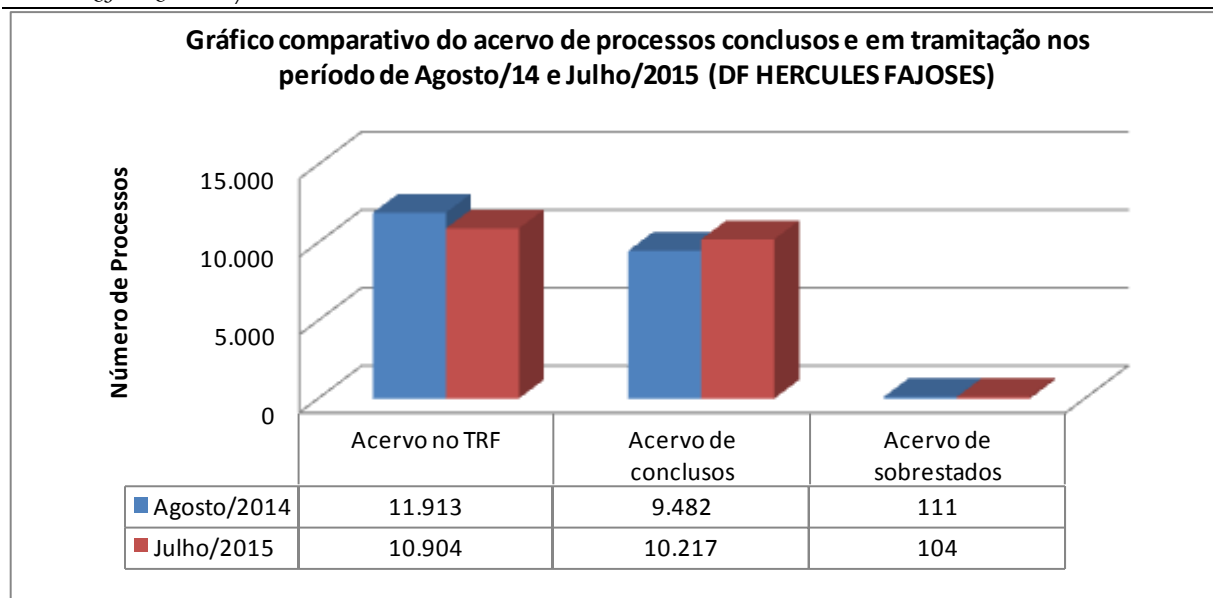
Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais relativas à constitucionalidade do art. 38 da Lei 8.884/94 – ADPF n. 77 (00235966719994013400). Outras situações são relativas a suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator com fundamento legal no artigo 265 do CPC (00349380720014013400).

O Gabinete tem controle interno do seu acervo e, com base neste, informou que: I) na gestão do Desembargador Hercules Fajoses, não houve determinação de sobrestamento de processos; e II) a identificação das matérias em exame nos tribunais superiores, que ensejaram o sobrestamento de processos no Gabinete, é tratada pela Presidência e pela Vice-Presidência, que fazem o controle, a determinação, o sobrestamento e/ou a adequação após a definição pela instância examinadora.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 10.113 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 1.124 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.009 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	5.594
<b>Total de Processos (saídas)</b>	7.482
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-1.888
<b>Processos distribuídos</b>	5.540

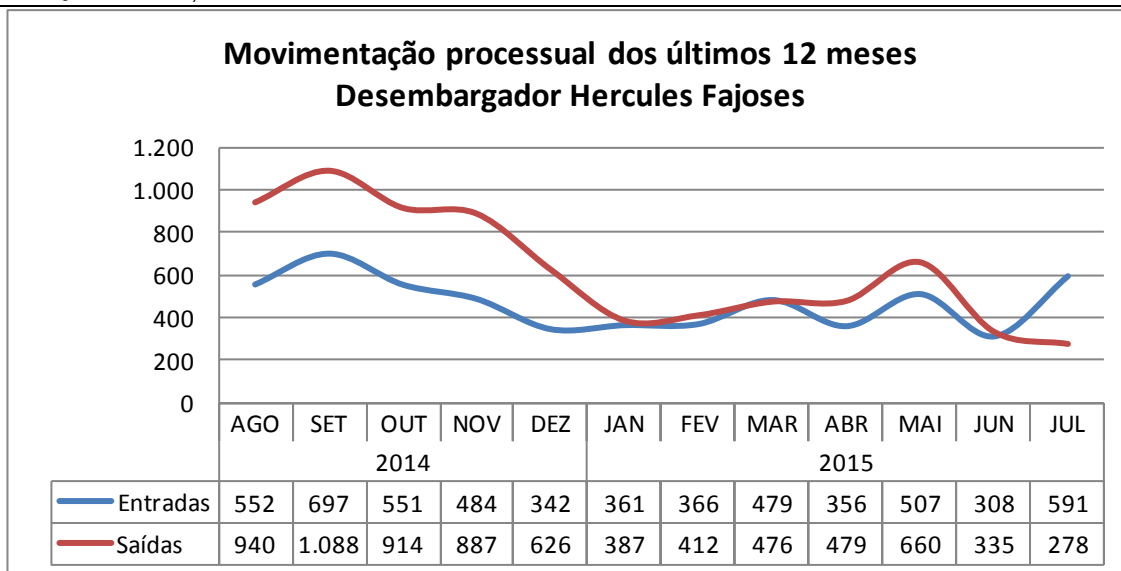
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.594 e saída de 7.482 processos. O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Total de processos julgados por pauta	5.459
Total de processos julgados em mesa	760
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.192
<b>TOTAL</b>	<b>7.411</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas - DF Hercules Fajoses</b>	<b>30,77%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	137
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	64

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 7.411 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de processos distribuídos foi de 5.540, ou seja, o número de processos julgados superou em 1.871 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 760 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.192 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 30,77%.

As petições de embargos de declaração e de agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 137 embargos de declaração e 64 agravos legais/regimentais.

O Gabinete tem controle interno do seu acervo e, com base neste, informou que existem 107 agravos regimentais e 419 embargos de declaração, em um total de 2.272 agravos de instrumento conclusos (físicos e virtuais).

A unidade não dispõe de informação quanto ao número de processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	287
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	60
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	444
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	539
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	685
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	927
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

*Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST*

*\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;*

*\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.*

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (10.217 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 2.942 processos, representando 28,80 %.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
 DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOS

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990	2	2	1
1991			
1992			
1993			
1994	1	2	1
1995		1	
1996	1	1	1
1997	2	1	3
1998	1	2	2
1999	2	3	4
2000	14	32	32
2001	21	46	53
2002	16	29	35
2003	20	47	40
2004	43	70	51
2005	48	78	64
2006	46	71	60
2007	690	604	444
2008	875	767	539
2009	914	791	685
2010	1.288	1.102	927
2011	1.444	1.119	913
2012	1.991	1.380	1.135
2013	1.674	1.567	1.231
2014	-	1.874	1.987
2015	-	-	2.009
<b>Total</b>	<b>9.093</b>	<b>9.589</b>	<b>10.217</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, mas poderiam sê-lo em maior intensidade. Em setembro de 2013, havia 217 processos distribuídos entre 1990 e 2006 e, atualmente, há 347. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2007, se compararmos ao mês de setembro/2013, com concentração de maior volume a partir do ano de 2008.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados, porém, não são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2007, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no TRF.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	0
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há processo do gabinete liberado para revisão, bem como não há processo que aguarda voto-vista e declaração de voto.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	80
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processo concluso para revisão e para declaração de voto. No entanto, há 2 para voto-vista, que não estão sem movimentação há mais de 60 dias.

A unidade tem controle interno do seu acervo e, com base neste, informou que, conforme dados atualizados, existem 4 processos com pedido de vista, que serão levados na próxima sessão e que as matérias julgadas no Gabinete não são afetadas a Revisor.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 126 feitos selecionados para inspeção, 115 foram inspecionados. Tais processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes. Todavia, não foram localizados os seguintes feitos:

00004129220074013306 00014154920074013802 00191868120134013300 00621849420084019199	Encontram-se na Subsecretaria da 7ª Turma, aguardando publicação.
00127404920054010000 00137381720054010000 00293416720044010000	Encontram-se na Corte Especial e Seções, processos da relatoria do Presidente da 4ª Seção.
00172276220054010000	Encontra-se na vara de origem, apensado ao processo principal.
00214221820094013600	Encontra-se na CORIP, redistribuído e recebido no Gab. do Desemb. Jirair Aram Meguerian, da 6ª Turma.
00315895420054013400	Remetido ao MPF.
00353405420114010000	Redistribuído e recebido no Gab. da Desemb. Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os feitos que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.



A amostragem revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 1998.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Tais discordâncias decorrem de redistribuições sucessivas do acervo, que ocorrem apenas no sistema processual.

Foram identificados 2 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber: 00004535720064013803 e 00015015120064013900.

Não havia na amostra processos a serem inspecionados em razão de representação por excesso de prazo.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 30 dias (103):

00000471120064013100	00002354619984013500	00002365020074013812
00002604720034013803	00003473420074013812	00003878920024014200
00004090520064013814	00004535720064013803	00004928420024014000
00006814520004013802	00008728620054013100	00012888420024013803
00014759820064013303	00015015120064013900	00017853420064013100
00018148020044013803	00019748119994013900	00021353620044013700
00029785920084013700	00030082920014013801	00030861920024013500
00032109720014013803	00033533820054014000	00033733220004013700
00037101020084013807	00038531620054013803	00039399419984013200
00042551120024013801	00044687220014013600	00048779020054019199
00053449120064013813	00053803720034013200	00058746620084013800
00060877420054013801	00066081220074013813	00070624720054013300
00071795820074013400	00073493820004013800	00073712120034013500
00081551820054013600	00088022920044013800	00088724019994013600
00093263320024013400	00114979220004013800	00136711320004013400
00138252420024013800	00142271420064013300	00145419620024013300
00145739120084013300	00177742820074013300	00189316120054019199
00192259420074010000	00193309520034013400	00199191020054013500

00205659220054019199	00206851420014013400	00222715020014013800
00224424720044013300	00225345319994013800	00232547520074013400
00232856719994013500	00244037220074019199	00250510320044013300
00260883219994013400	00266604919994013800	00273105920044013400
00273963020044013400	00274237920014013800	00274387920034019199
00275104720054010000	00285288320074019199	00288660220004013800
00288693120024013300	00289332020074013800	00293816820024019199
00294301519994013800	00300971820004010000	00309059520064013400
00310047319994013800	00315895420054013400	00334228720034013300
00338715620004010000	00366231520024013400	00370467719994013400
00371550820094019199	00418215220104013400	00419794020014010000
00455393120044013800	00455974620084010000	00466360320034013800
00513008920074010000	00513202720004010000	00568303520114010000
00579673820004010000	00592313620134010000	00592330620134010000
00617453020114010000	00632455320094019199	00664915819994010000
00928420519984010000	00994378319994010000	01010340420004019199
01131463919994019199		

b) Julgar, no prazo de 60 dias, o processo 00128186720004019199.

c) promover o andamento (14):

00000090320054013304	00041942720004013800	0041942720004013800
00124461220014013500	00186864619984010000	00235966719994013400
00349380720014013400	00359640620024013400	00404982220044013400
00557665820094010000	00568303520114010000	00579673820004010000
00591261620004010000	00615342320134010000	

Dentre os processos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, os seguintes referem-se a embargos de declaração com atraso de julgamento de até 3 anos (34):

00002354619984013500	00004928420024014000	00015015120064013900
00018148020044013803	00019748119994013900	00030082920014013801
00030861920024013500	00032109720014013803	00033533820054014000
00033733220004013700	00039399419984013200	00044687220014013600
00048779020054019199	00073493820004013800	00073712120034013500
00088724019994013600	00138252420024013800	00189316120054019199
00193309520034013400	00205659220054019199	00222715020014013800
00224424720044013300	00225345319994013800	00250510320044013300
00288660220004013800	00294301519994013800	00300971820004010000
00310047319994013800	00003878920024014200	00338715620004010000
00419794020014010000	00466360320034013800	00617453020114010000
00664915819994010000		

Foi identificado um processo de idoso, 00088724019994013600, aguardando o julgamento dos embargos de declaração desde 21/5/2015.

Dentre os processos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, os seguintes referem-se a agravos regimentais com atraso de julgamento de até 3 anos (6):

00275104720054010000	00513008920074010000	00513202720004010000
00568303520114010000	00592313620134010000	00592330620134010000.

Dentre os processos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, os seguintes aguardam novo julgamento, conforme determinação do STJ, com atraso de julgamento de até 7 anos (06):

00994378319994010000	00042551120024013801	00274237920014013800
00366231520024013400	00273963020044013400	00455974620084010000

Dentre os processos inspecionados e com recomendação para julgamento em 30 dias, os seguintes aguardam a análise de juízo de retratação (art. 543-C, § 7º, II e art. 543-B, § 3º, ambos do CPC), com atraso de até 3 anos (9):

00928420519984010000	00114979220004013800	00136711320004013400
00293816820024019199	00145419620024013300	00274387920034019199
00334228720034013300	00455393120044013800	00088022920044013800
00192259420074010000	00285288320074019199	00371550820094019199.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação razoável do acervo em geral, mas muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade, cabendo, contudo, ressaltar a recente assunção do acervo pelo Desembargador.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Todos os processos distribuídos ao Gabinete passam por triagem, a fim de que seja feito o detalhamento/especialização do assunto, visando à identificação de casos como encaminhamento do feito ao MP, elaboração de minutas (despachos, decisões interlocutórias e acórdãos).

Os processos são classificados de acordo com a tabela de deslocamento interno do Gabinete e organizados em estantes físicas; os virtuais, por assunto, data e andamento processual no Sistema Gerenciador de Processo Digital - GPD.

A organização do trabalho é feita mediante especialização de servidores por matéria processual (mérito). E para os casos em que demandem exame, segundo a fase processual, também é realizada distribuição específica.

Os feitos com prioridade legal ou inseridos em Meta do CNJ recebem etiqueta própria e são separados em armário específico, havendo controle de quantitativo por meio do sistema de estatística.

Desde a posse do Desembargador Hercules Fajoses, no último dia 3 de junho, houve reunião com a equipe para orientar quanto ao modo de trabalho do Magistrado e para fixar as metas pretendidas para os julgamentos. Foi marcada nova reunião, que ocorrerá no final do trimestre, para verificar os resultados e definir ajustes para a redução do acervo. Também foram ouvidas sugestões dos servidores com o fim de melhorar a produtividade.

Considera-se como boa prática a execução da triagem inicial do processo e a divisão de matérias por assunto/servidor, objetivando assim a redução do acervo. Busca-se adequar o trabalho ao perfil do servidor para melhor aproveitamento das habilidades de cada um.

Os advogados são atendidos com hora marcada duas a três vezes por semana. Caso seja declarada a urgência pelo advogado, esses são atendidos após as sessões de julgamentos.

## 5) OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

A organização do Gabinete passa por momento de adaptações e ajustes, levando em conta o período curto de atuação do Desembargador Hercules Fajoses (posse em 3/6/2015), bem como a necessidade de composição da equipe, que, por falta de servidores (4 funções vagas), ainda não está completa. Assim, a unidade ainda se encontra em fase de organização e aprimoramento da gestão, com o objetivo de obter melhores resultados, o que pode explicar a queda na produção nos meses de junho e julho do ano em curso.

Foram identificados na amostra alguns processos antigos, distribuídos até 2009 (META 2 CNJ), além de agravos internos, embargos de declaração e daqueles que requerem análise do juízo de retratação ou novo julgamento, conforme determinado pelo próprio Tribunal, STJ ou STF, que já poderiam ter sido julgados.

De acordo com o controle de acervo do próprio Gabinete, atualmente existem em torno de 620 agravos de instrumento pendentes de análise de efeito suspensivo ou antecipação de tutela.

Não houve recomendações específicas relativas aos processos da amostra do Relatório de setembro de 2013 – Gabinete do Des. Fed. Reynaldo Fonseca. Contudo, os seguintes processos ainda aguardam julgamento (18):

00032598620014013400	00015015120064013900	001983022.20074013304
0000518962008401370	00269294120094019199	00331923620034013400
00096442920064013900	00226155720074013400	00216706520094019199
00269294120094019199	00169970520054013400	00022182720064014300
00046911820074013502	00240003520094019199	00004535720064013803
00138180420074013300	00071011220084013600	00248785720094019199.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Revela-se urgente a necessidade de completar a equipe de servidores na atividade-fim, com preenchimento das funções vagas.

Além das recomendações específicas para cada feito inspecionado, sugere-se que se priorize sistematicamente o julgamento dos processos mais antigos da META 2 CNJ, distribuídos até 2009, agravos regimentais, embargos de declaração e agravos de instrumento, além daqueles que requerem análise do juízo de retratação ou novo julgamento, conforme determinado pelo próprio Tribunal, pelo STJ/STF.

Priorizar a análise de pedidos de efeito suspensivo ou de antecipação da pretensão recursal em agravos de instrumento, que podem ser julgados monocraticamente em sua grande maioria.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

Finalmente, recomenda-se o julgamento, em 30 dias, dos processos pendentes da amostra de setembro de 2013, identificados no item 5.

## GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA

### DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

**Especialidade:** inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos e questões de direito financeiro.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **MARIA DO CARMO CARDOSO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 8ª turma; 4ª Seção, Órgão Especial e Núcleo Central da Conciliação; Membro da Comissão de Análise de Documentação do Concurso para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto do TRF 1ª Região, nas vagas destinadas ao quadro de deficiente físico, desde janeiro de 2015; CONDEF - Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, desde 28/2/2012

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 1º/10/2003.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	09	02	04	02	04	21	11
Inspeção/2015	10	01	04	03	05	23	10

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 2 auxiliares a mais. Todavia, houve diminuição de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	16.386
Acervo no TRF (julho/2015)	16.771
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	13.911
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	15.152
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	259
Acervo de sobrestados (julho/2015)	234

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

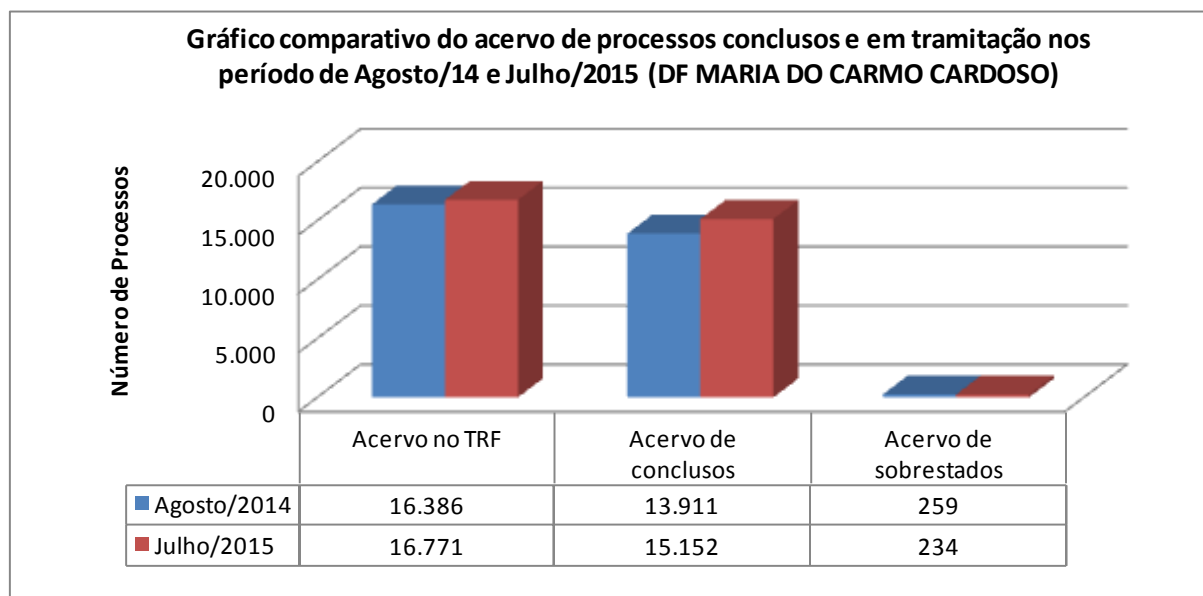
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 1.241 e o de sobrestados reduziu em 25.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: COFINS (RE 656089), CONTRIBUIÇÃO DO SENAT (RE 816830), SAT (RE 677725), PIS/COFINS (RES 1200492), e os expurgos do Plano Real DPF 77. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial ou sobrestamento, determinados pelo próprio relator com fundamento legal respectivo.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 14.918 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 1.492 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 385 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:





Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	5.656
<b>Total de Processos (saídas)</b>	7.039
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-1.383
<b>Processos distribuídos</b>	5.584

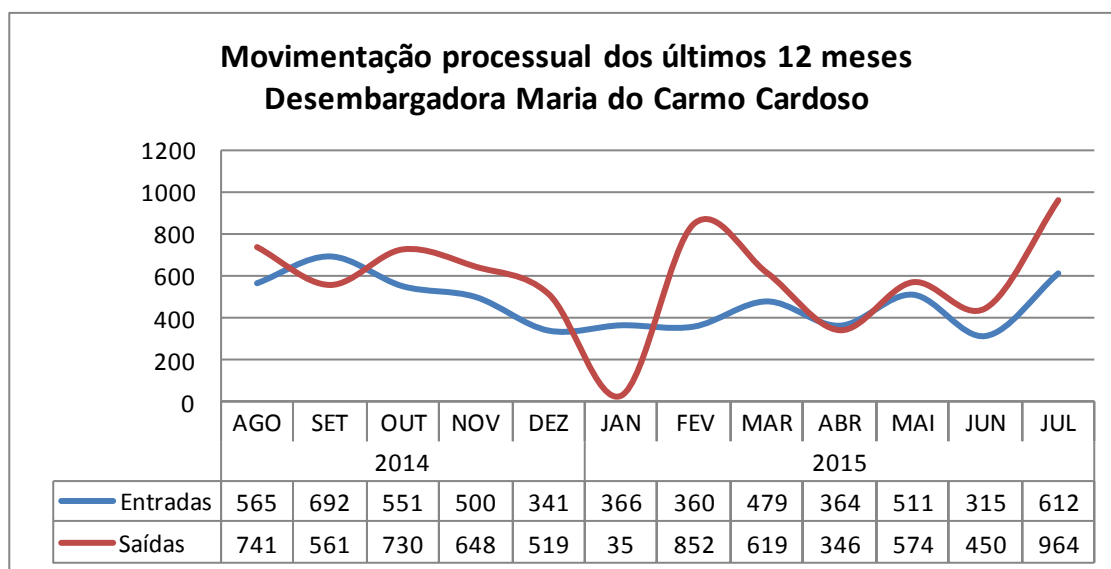
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.656 e saída de 7.039 processos. O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Total de processos julgados por pauta	4.562
Total de processos julgados em mesa	528
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.846
<b>TOTAL</b>	<b>6.936</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas	48,21%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
a. Embargos de Declaração	303
b. Agravo Legal/Regimental	64

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 6.936 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 5.584, ou seja, o número de julgados superou em 1.352 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 528 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.846 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 48,21%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 303 embargos de declaração e 64 agravos legais/regimentais.

Conforme informações da Assessoria do Gabinete, existem 2.395 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	242
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	46
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	117
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	767
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1.048
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	1.036
META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (15.152 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 3.256, representando 21,50%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
 DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO			
ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			
1993			
1994	2	2	1
1995		1	1
1996	2	2	
1997	7	6	5
1998	2	2	1
1999	5	5	3
2000	22	21	29
2001	38	34	38
2002	26	28	26
2003	42	37	33
2004	49	55	56
2005	62	55	49
2006	61	47	46
2007	213	163	117
2008	934	848	767
2009	1.238	1.131	1.048
2010	1.261	1.124	1.036
2011	2.315	2.041	1.820
2012	3.176	2.395	2.179
2013	3.261	2.848	2.450
2014	-	3.122	3.367
2015	-	-	2.080
<b>Total</b>	<b>12.716</b>	<b>13.967</b>	<b>15.152</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, mas poderiam sê-lo em maior intensidade. O acervo de processos conclusos distribuídos até 2006, era de 318 em setembro de 2013; e 288 em julho de 2015. Por outro lado, houve redução gradativa dos autos com distribuição a partir de 2003, se compararmos ao mês de setembro/2013, 2014 e 2015, com concentração de maior volume a partir do ano de 2007.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ em tramitação na unidade são triados e não são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com um único processo distribuído no ano de 1994.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	0
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	3
Outras situações	22
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há processos do Gabinete liberados para revisão, bem como não há processos aguardando voto-vista e declaração de voto.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	24
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	57
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processo concluso para revisão e para declaração de voto. Há 24 feitos para voto-vista, alguns sem movimentação há mais de sessenta dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias.

00109500920064013811	00037779420074013811	00043043820104014200
00158826619934013400	00002609220084013311	00027899720074013311
00027899720074013900	00112475620044013400	00364199720044013400
00012950520084013500	00574834220084010000	00259716920074013300
00675295620094010000	00078671520104013400	00204668320104013400
00452653320054013800	00883639220104013800	00205622820114013800
00462868520114010000	00614937320114013800	00044685920124013803
00136453920144010000	0039832220144010000	

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 143 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Tais feitos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis (a exemplo do de n. 00169033320094010000) foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de 12 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2006.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) Proceder à baixa no sistema: AI 0041940-67.2006.4.01.0000 e AI 0036306-61.2004.4.01.0000;
- b) Julgar todos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais inspecionados;
- c) Priorizar o julgamento: 00327588619994013400 (concluso desde 4/12/2006) e 0017542-78.2001.4.01.3800 (sem movimentação há mais de 13 anos);
- d) Juntar, com urgência, a petição pendente: 00038875420054013200;
- e) O feito 00250201820064010000 aguarda envio ao 1º grau, pelo que se deve adotar tal prática com mais celeridade, a fim de abreviar a prestação jurisdicional.
- f) Regularizar a situação do processo 00493082520094010000, que é de competência da Presidência do Tribunal, mas consta como Relatora a Desemb. Maria do Carmo.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do montante e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

O Gabinete realiza triagem inicial de processos, classificação e separação física, adota medidas de conciliação e desistência de recursos e recebe advogado sem necessidade de prévio agendamento.

A unidade utiliza sistema próprio para triagem de processos – por haver encontrado falhas na operacionalização do sistema processual do Tribunal –, que vem demonstrando bons resultados.

Foi verificado que alguns feitos possuem petições pendentes, em virtude de um problema da respectiva turma, que não procede à juntada das petições de recursos especiais e extraordinários na pendência de embargos de declaração, o que pode causar o extravio.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Após entrevista com a Desembargadora e os servidores do Gabinete, constatou-se que a dificuldade de alcançar a meta ideal de julgamentos/pauta também passa pela precariedade das condições físicas e pela pouca quantidade força laboral.

O espaço físico é insuficiente, tornando-se necessária a utilização de cômodos distantes do Gabinete para o acondicionamento dos processos, o que gera sobrecarga de esforço físico e desperdício de tempo.

O sistema informatizado demanda aprimoramento, de modo que os lançamentos processuais indevidos proporcionam índices equivocados, sobretudo em relação ao montante de feitos pendentes de apreciação e a real situação deles.

A multiplicidade e falta de comunicação de sistemas dificulta o exame adequado dos feitos e a preparação das minutas.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Conferir tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ.

Priorizar feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa.

Instituir controle de prazo para julgamento de feitos.

Fixar metas de trabalho com participação dos servidores.

Realizar planejamento e avaliação periódica de atividades.

Priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos regimentais.

Corrigir as discrepâncias entre a movimentação processual e o real estado do feito.

Juntar com agilidade as petições, como forma de evitar extravios.

Imprimir maior agilidade nos julgamento das ações coletivas.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA**

**Especialidade:** inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos e questões de direito financeiro.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **NOVELY VILANOVA**

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, Quarta Seção e Oitava Turma.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 19/7/2012.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	07	02	06	03	06	24	11
Inspeção/2015	09	01	05	03	06	24	12

A força de trabalho total em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013. No entanto, houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Acervo no TRF (agosto/2014)	19.171
Acervo no TRF (julho/2015)	17.541
Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)	17.102
Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)	15.534
Acervo de sobrestados (agosto/2014)	3
Acervo de sobrestados (julho/2015)	14

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

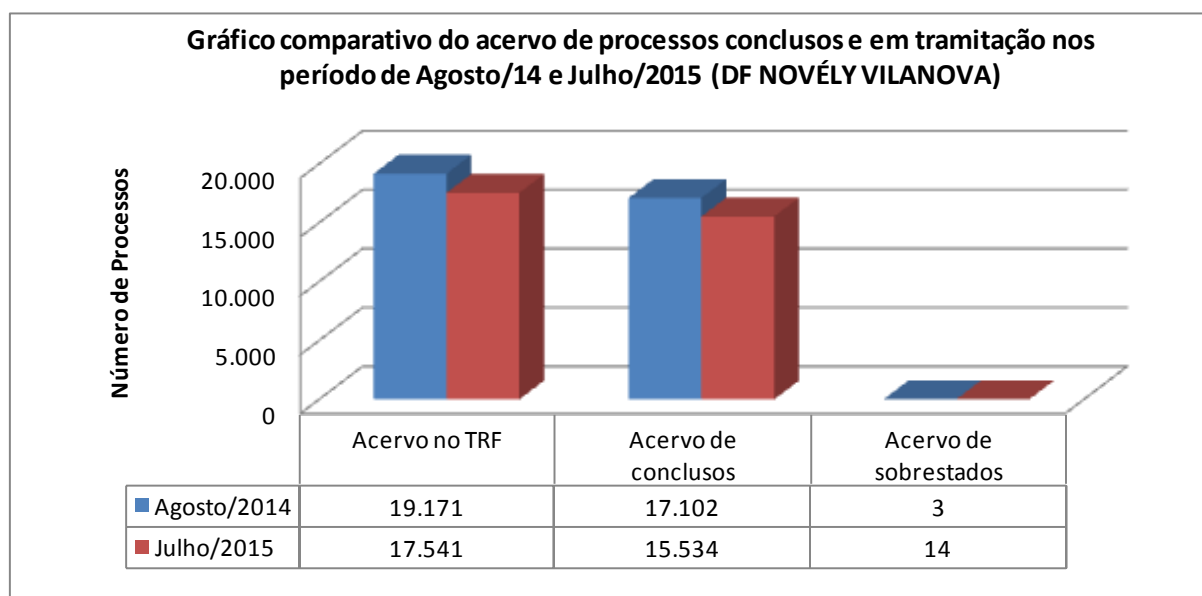
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 1.568 e o de sobrestados subiu em 11.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: COFINS (RE 656089), CONTRIBUIÇÃO DO SENAT (RE 816830), SAT (RE 677725), PIS/COFINS (RES 1200492), e os expurgos do Plano Real DPF 77. Outras situações são relativas a suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial ou sobrestamento, determinados pelo próprio relator com fundamento legal respectivo.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 15.520 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 1.293 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.630 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:





Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	5.733
<b>Total de Processos (saídas)</b>	9.088
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-3.355
<b>Processos distribuídos</b>	5.546

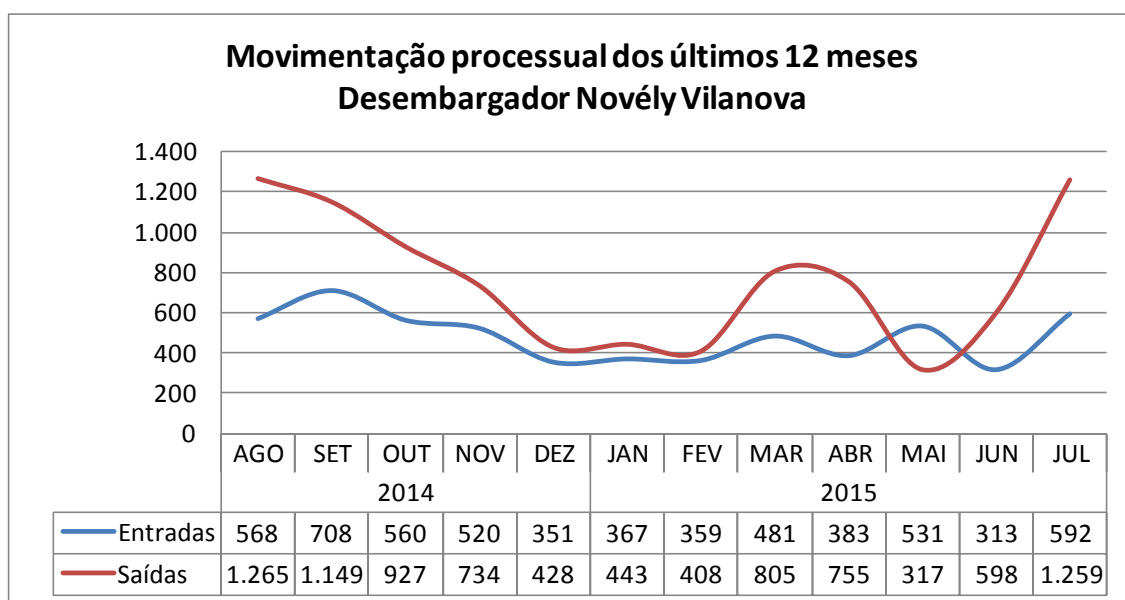
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.733 e saída de 9.088 processos. O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	2.442
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	1.092
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	5.481
<b>TOTAL</b>	9.015
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas</b>	43,09%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	270
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	401

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 9.015 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 5.546, ou seja, o número de julgados superou em 3.469 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 1.092 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 5.481 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 43,09%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 270 embargos de declaração e 401 agravos legais/regimentais.

Existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado, porém, o Gabinete não teve condições de quantificá-los.

O acervo da unidade, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	100
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	26
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	488
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	609
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	636
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	1.019
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (15.534 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 2.878 processos, representando 18,53%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
 DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992			1
1993			
1994			
1995		1	1
1996			1
1997		3	2
1998		1	
1999		1	1
2000	15	24	16
2001	14	20	11
2002	18	21	15
2003	15	24	14
2004	20	38	19
2005	20	25	19
2006	27	28	26
2007	894	657	488
2008	1.250	838	609
2009	1.346	948	636
2010	1.663	1.378	1.019
2011	3.009	2.308	1.860
2012	4.623	3.430	2.627
2013	3.907	4.013	2.713
2014	-	3.300	3.568
2015	-	-	1.888
<b>Total</b>	<b>16.821</b>	<b>17.058</b>	<b>15.534</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, mas poderiam sê-lo em maior intensidade. O acervo de processos conclusos distribuídos até 2006 era de 129 em setembro de 2013 e 126 em julho de 2015. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos com distribuição a partir de setembro/2007, se compararmos ao mês de setembro/2013, 2014 e 2015, com concentração de maior volume a partir do ano de 2008.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ em tramitação são triados e não são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 1 único processo distribuído no ano 1992, que fora concluso ao gabinete a partir de outubro/2014.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)	
Encaminhados para revisão	1
Encaminhados para voto-Vista	36
Encaminhados para declaração de voto	15
Encaminhados para lavratura de acórdão	1
Outras situações	55
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que há 1 processo do Gabinete liberado para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 36 processos à espera de voto-vista e 15 aguardando declaração de voto. Neste universo, há processos que aguardam providências há mais de 60 dias, configurando pendência externa a ser cobrada:

00112475620041013400	00037779420074013811	00109500920064013811
00259716920074013300	00675295620094010000	00883634220104013800
00391832220144010000	00486615420144010000	0051337320144010000

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	7
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	30
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que não há processos para declaração de voto. Há 1 processo concluso para revisão e 7 para voto-vista. Nestas situações não há processos sem movimentação há mais de 60 dias.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 147 feitos selecionados, todos foram inspecionados. Tais processos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os autos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de 9 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2007 (0000345.64.2007.4.01.3812).

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, a exemplo dos feitos 0058892.87.2007.4.01.0000 e 0000630.32.2007.4.01.3400.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados feitos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, em prazo razoável:

0014034-27.2001.4.01.3800	0003933-29.2008.4.01.3300
0013520-03.2006.4.01.9199	0012757-90.2007.4.01.3500
0010471-96.2008.4.01.3600	

b) regularizar a fase processual no sistema/processo e promover o andamento dos feitos relacionados que apresentaram discrepância entre a movimentação processual e a efetivamente constante dos autos, a exemplo dos feitos 0058892-2007.4.01.0000 e 0000630-32.2007.4.01.3400.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe boa tramitação do acervo em geral, mas muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do montante e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, verifica-se a redução contínua do acervo, embora ainda haja necessidade de adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

O Gabinete realiza triagem inicial, classificação e separação física de processos, adota medidas de conciliação e desistência de recursos, prioriza feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, possui metas de trabalho estabelecidas pelo Magistrado com participação dos servidores, promove planejamento e avaliação periódica de atividades, confere tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ e recebe advogados às terças-feiras.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Há necessidade de aperfeiçoamento dos relatórios estatísticos, para melhor acompanhamento e organização do Gabinete.

Devido ao diminuto espaço físico, há necessidade de utilização de cômodos distantes do Gabinete para o acondicionamento dos processos, o que gera sobrecarga de esforço físico e desperdício de tempo.

O sistema informatizado demanda aprimoramento, de modo que os lançamentos processuais indevidos proporcionam índices equivocados, sobretudo em relação ao montante de feitos pendentes de apreciação e à real situação deles, bem como à

multiplicidade e falta de comunicação de sistemas dificulta o exame adequado dos feitos e a preparação das minutas.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Estabelecer controle de prazo para julgamento de feitos.

Corrigir as discrepâncias entre a movimentação processual e o real estado do feito.

Priorizar o julgamento de embargos de declaração e dos agravos regimentais.

Juntar com agilidade as petições, como forma de evitar extravios.

Imprimir maior agilidade nos julgamentos das ações coletivas.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como atendendo às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA**

**Especialidade:** inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos e questões de direito financeiro.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **MARCOS AUGUSTO DE SOUSA**

**1.2. Órgãos de atuação:** Oitava Turma; Quarta Seção; Órgão Especial; Comissão Permanente de Revisão e Atualização do Manual de Orientação de Procedimento para os Cálculos na Justiça Federal, desde 4/9/2013; Comissão Permanente de Jurisprudência (suplente), desde 7/4/2014; Comissão Multiprofissional destinada à Avaliação de Candidatos Inscritos como Deficientes no XVI Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 1ª Região, desde 6/4/2015.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 25/6/2014.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	11	00	04	02	06	23	10
Inspeção/2015	11	00	07	03	05	26	11

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Acervo no TRF (agosto/2014)</b>	22.034
<b>Acervo no TRF (julho/2015)</b>	21.142
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (agosto/2014)</b>	21.284
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2015)</b>	19.558
<b>Acervo de sobrestados (agosto/2014)</b>	0
<b>Acervo de sobrestados (julho/2015)</b>	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 1.726 e o de sobrestados subiu em 7.

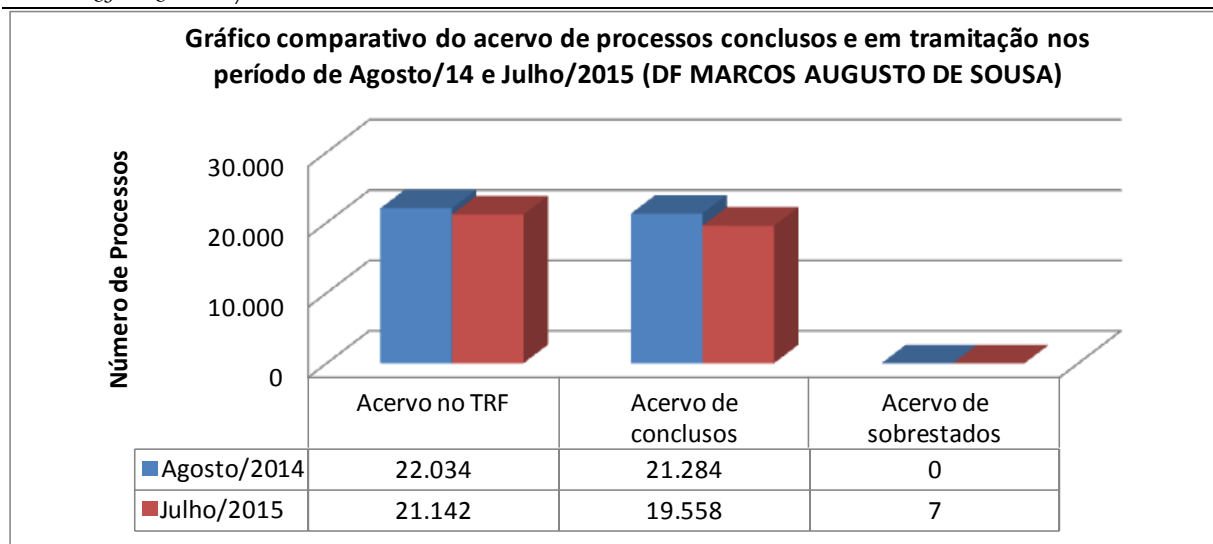
Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: COFINS (RE 656089), CONTRIBUIÇÃO DO SENAT (RE 816830), SAT (RE 677725), PIS/COFINS (RES 1200492), e os expurgos do Plano Real DPF 77. Outras situações são relativas a suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial ou sobrestamento, determinados pelo próprio relator com fundamento legal respectivo.

A diferença entre o número de processos conclusos e sobrestados, em julho/2015, leva a um saldo líquido de 19.551 feitos, que estão em efetiva tramitação no Gabinete. Este dado, quando cotejado ao número de servidores alocados em atividade-fim, resulta em 1.777 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 892 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:





Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no Gabinete no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	5.827
<b>Total de Processos (saídas)</b>	9.272
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-3.445
<b>Processos distribuídos</b>	5.582

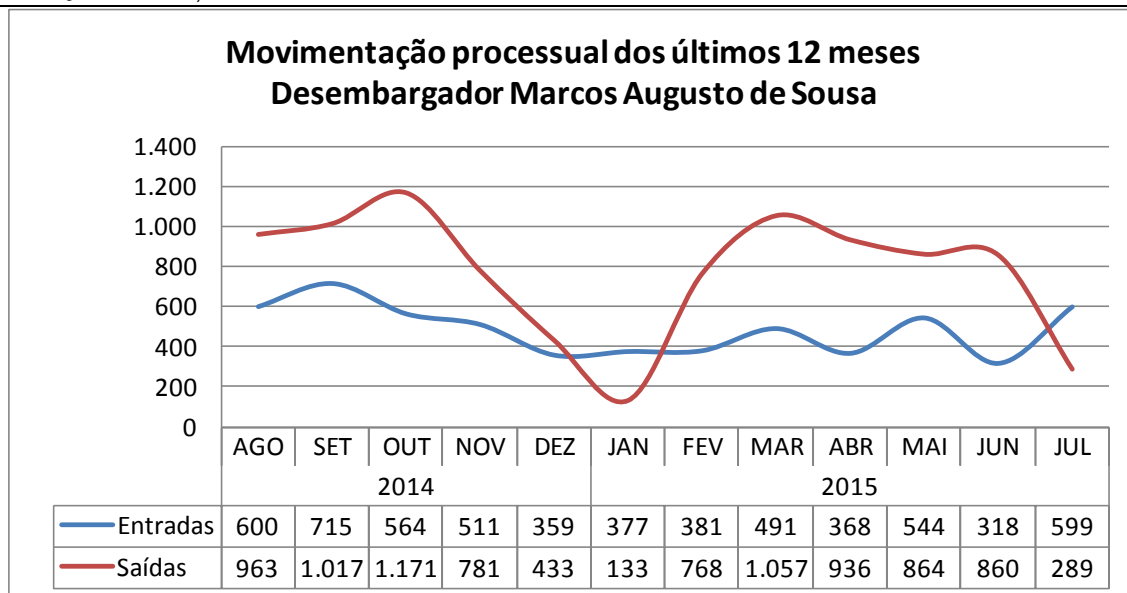
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Nota:

1 - Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) no período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais.

2 - Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, remetidos (saída) para as Câmaras Regionais Previdenciárias e para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.827 e saída de 9.272 processos. O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de agosto/2014 a julho/2015:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Total de processos julgados por pauta	4.844
Total de processos julgados em mesa	1.012
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	3.521
<b>TOTAL</b>	<b>9.377</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas	73,03%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
a. Embargos de Declaração	271
b. Agravo Legal/Regimental	442

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Verifica-se que foram julgados 9.377 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de processos distribuídos foi de 5.582, ou seja, o número de julgados superou em 3.795 o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 1.012 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 3.521 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 73,03%.

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 271 embargos de declaração e 442 agravos legais/regimentais.

Existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ou de provimento, ou negativa de seguimento a recurso, ainda não levados para exame do colegiado, porém, o Gabinete não teve condições de quantificá-los.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO (Julho/2015)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	591
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	164
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	951
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1.480
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1.639
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	1.404
META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)	0
META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

Em relação à META 2 CNJ, no acervo de conclusos da unidade (19.558 processos), o número de feitos distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015 era de 6.229 processos, representando 31,84%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente em 2013, 2014 e 2015, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
 DISTRIBUIÇÃO, EM SETEMBRO DE 2013/2014 E JULHO DE 2015

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO

ANOS	SET./2013	SET./2014	JUL./2015
1989			
1990			
1991			
1992		1	
1993			1
1994			
1995	1	2	1
1996	5	5	6
1997	3	6	7
1998	10	13	14
1999	19	23	23
2000	58	70	71
2001	58	82	83
2002	46	58	63
2003	66	78	76
2004	104	116	123
2005	110	117	123
2006	110	163	164
2007	907	1.056	951
2008	1.791	1.646	1.480
2009	2.033	1.869	1.639
2010	1.929	1.755	1.404
2011	3.518	3.256	2.588
2012	3.896	3.585	2.567
2013	3.157	3.819	2.636
2014	-	3.385	3.312
2015	-	-	2.226
<b>Total</b>	<b>17.821</b>	<b>21.105</b>	<b>19.558</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, mas poderiam sê-lo em maior intensidade. O acervo de processos conclusos distribuídos até 2007 era de 1.497 em setembro de 2013 e 1.706 em julho de 2015. Por outro lado, houve redução

gradativa dos feitos com distribuição a partir de 2008, se compararmos ao mês de setembro/2013, 2014 e 2015, com concentração de maior volume a partir do ano de 2012.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e não são julgados, prioritariamente, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 1 único processo distribuído no ano de 1993 que fora concluso ao Gabinete após setembro/2014.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS - (Julho/2015)</b>	
Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-Vista	8
Encaminhados para declaração de voto	4
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Outras situações	34
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Constatou-se que não há processo do Gabinete liberado para revisão. Há 8 feitos que aguardam voto-vista e 4, declaração de voto. Neste universo, não há processos que aguardam providências há mais de 60 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE - (Julho/2015)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	7
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	95
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão e para declaração de voto. Há 7 aguardando voto-vista. Nestas e outras situações há processos sem movimentação há mais de sessenta dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias:

00466323120144010000	00674698320094010000	00362596520064013800
00000487020054013701	00032833520024013803	00239456320014013800
00584806620114013800	2001.38.00.024018-5	2002.38.03.003281-0
2005.37.01.000048-0	200638000371460	200901000692696
00584806620114013800 - Andamento desatualizado. Voto-vista ao Desembargador Marcos Augusto em 24/9/2014		

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 146 processos selecionados, todos foram inspecionados. Tais feitos, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de 3 feitos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2013.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foi identificado 1 processo remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual, pertencente à META 2, a saber: 0001391-70.2005.4.01.3000.

Além do remanescente da inspeção anterior, foi inspecionado 1 processo em razão de representação por excesso de prazo, pendente de providências: 0027769-27.2005.4.01.3400.

Na listagem, não constaram autos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados feitos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, em prazo razoável:

0027769-27.2005.4.01.3400	00003665220014013100
90587820044013700	00254741720054013400
0001391-70.2005.4.01.3000	00905185619994019199
01111679119994010000	00680207820004010000
00761121619984010000	00338808120014010000
00328665219974019199	00040278020084010000
00316609520014013400	00452740719994019199
00310740520034010000	00400794620064010000
00434866020064010000	00441526120064010000

b) regularizar a fase processual no sistema/processo e promover o andamento dos feitos relacionados que apresentaram discrepância entre a movimentação processual e a efetivamente constante dos autos, a exemplo dos feitos 00114051019964010000, 00114689320054013500 e 00126562820084013400.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe boa tramitação do acervo em geral, mas muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, verifica-se a redução contínua do montante, embora ainda haja necessidade de adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

O Gabinete realiza a triagem inicial, classificação e separação física de processos; adota medidas de conciliação e desistência de recursos, especialização de servidores por matéria ou fase processual, fixação das metas de trabalho pelo Magistrado com participação dos servidores, planejamento e avaliação periódica de atividades; confere tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ e recebe advogados às terças-feiras.

Foi verificado que alguns feitos possuem petições pendentes – em virtude de um problema da respectiva turma – e que não procede à juntada das petições de recursos especiais e extraordinários na pendência de embargos de declaração, o que pode causar o extravio.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O número de cargos em comissão e de funções de confiança são insuficientes; assim como a quantidade de servidores, tanto na área-fim quanto na área-meio.

Devido ao diminuto espaço físico, há necessidade de utilização de cômodos distantes do Gabinete para o acondicionamento dos processos, o que gera sobrecarga de esforço físico e desperdício de tempo.

O sistema informatizado demanda aprimoramento, de modo que os lançamentos processuais indevidos proporcionam índices equivocados, sobretudo em relação ao montante de feitos pendentes de apreciação e à real situação deles; bem como a multiplicidade e falta de comunicação de sistemas dificulta o exame adequado dos feitos e a preparação das minutas.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Priorizar os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa.

Estabelecer controle de prazo para julgamento de feitos.

Priorizar o julgamento de embargos de declaração e de agravos regimentais.

Corrigir as discrepâncias entre a movimentação processual e o real estado do feito.

Imprimir maior agilidade nos julgamento das ações coletivas.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos e priorizando seus julgamentos; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos feitos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante;

Finalmente, recomenda-se julgar o processo 0001391-70.2005.4.01.3000 em 30 dias.

## E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

### SECRETARIA JUDICIÁRIA

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. **Órgão:** Secretaria Judiciária

1.2. **Diretor da Secretaria:** Alexandre José Amaral Ferreira

**Tempo de atuação:** desde abril/2014

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Secretaria.

1.3. **Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2015	8	0	1	2	10	21	5

#### 2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

- coordenar, orientar e uniformizar a execução dos serviços administrativo-judiciários dos órgãos subordinados, quanto à regularização dos atos cartorários e ao exato cumprimento das normas processuais e regimentais pertinentes;
- manter os desembargadores federais informados sobre o encaminhamento dos assuntos administrativos e judiciários de interesse dos gabinetes;
- coordenar e fiscalizar o trabalho dos oficiais de justiça;
- planejar, orientar e acompanhar as atividades relativas a recebimento, registro, classificação e distribuição dos feitos;
- planejar, orientar e acompanhar as atividades cartorárias dos órgãos julgadores;
- planejar e orientar as atividades de apoio aos julgamentos;
- coordenar o atendimento aos órgãos julgadores no que concerne aos serviços de gravação dos pronunciamentos dos órgãos julgadores e de apanhamento taquigráfico;
- consolidar e encaminhar ao diretor-geral da Secretaria do Tribunal ou à unidade solicitante os planos de ação, programas de trabalho e relatórios elaborados pelas unidades integrantes da Secretaria;



- orientar, periodicamente, a verificação nos processos ou petições, a fim de evitar atraso no processamento ou encaminhamento respectivo;
- manter permanente contato com os desembargadores federais objetivando o aperfeiçoamento das atividades cartorárias;
- apoiar projetos de conciliação e outros de mesma natureza implementados pelo Tribunal;
- gerir o Sistema de Automação Processual – JURIS, promovendo constantemente o seu aperfeiçoamento e zelando por sua correta utilização e atualização;
- gerir a publicação dos atos judiciais no Tribunal, zelando pela correta padronização e cumprimento dos prazos;
- orientar as unidades cartorárias quanto ao envio da publicação eletrônica dos atos judiciais;
- prestar informações determinadas pelo presidente do Tribunal;
- atuar como agente facilitador junto às unidades cartorárias, prestando-lhes suporte técnico para incremento de suas atividades;
- pesquisar as alterações normativas, mantendo suas unidades subordinadas permanentemente atualizadas quanto aos procedimentos, métodos e ferramentas de trabalho;
- emitir certidões, declarações, atestados e correspondências de competência da Secretaria;
- orientar e acompanhar o serviço de atendimento ao público em geral;
- manter contato com as áreas afins do Poder Judiciário e dos demais poderes da União para intercambiar informações sobre temas afetos aos serviços da área; e
- desempenhar outras competências afetas à unidade, delegadas pela autoridade superior ou contidas em normas.

### **3) OBSERVAÇÕES GERAIS**

Vinculada à Secretaria Judiciária, a Central de Mandados possui 5 oficiais de justiça, um dos quais em vias de se aposentar e atualmente licenciado para tratar da saúde.

No relatório de mandados pendentes de devolução, constam 4 entregues há mais de 300 dias e um outro há mais de 200 dias, ainda sem cumprimento. Examinando-se, porém, a movimentação de cada um dos processos, verificou-se que, na verdade, todos aqueles mandados foram cumpridos em, no máximo, 7 dias; e que, por problemas operacionais, apenas não foram baixados no sistema. O Diretor da Secretaria informou que referidos problemas ainda precisam ser solucionados e que tratativas junto ao setor de informática já estão sendo feitas.

Quanto aos demais mandados distribuídos, verificou-se que vêm sendo cumpridos rapidamente, normalmente em prazos não superiores a 7 dias. As raras exceções foram justificadas pelos oficiais, que estão empreendendo diligências para evitar a devolução dos mandados sem o ideal cumprimento.

A equipe de inspeção indagou ao Diretor da Secretaria Judiciária acerca das publicações dos acórdãos exarados nos feitos que tramitam em segredo de justiça. O questionamento justifica-se pelo fato de que, junto às coordenadorias das turmas, se constatou que tais acórdãos não vêm sendo publicados no órgão oficial, realizando-se as intimações pessoalmente ou por via postal.

Sobre esse ponto, o Diretor da Secretaria informou que o assunto já vem sendo tratado pelo setor de informática do Tribunal, com vistas a padronizar o procedimento a ser seguido por todas as unidades processantes de 1º e 2º graus, inclusive dos juizados especiais federais. Trata-se de questão sobremaneira relevante e que precisa ser acompanhada.

Outro aspecto também questionado diz respeito à inexistência, no sistema de informática, de previsão de determinadas petições, precisamente os agravos interpostos contra decisões denegatórias de recursos dirigidos aos tribunais superiores. Tais petições, quando apresentadas eletronicamente, vêm sendo cadastradas pelos advogados como se fossem agravos internos, não refletindo, portanto, a realidade e afetando diretamente os controles processual e de regularidade do serviço.

Nesse passo, o Diretor da Secretaria precisa requisitar ao serviço de informática a inserção, no sistema eletrônico, dessas categorias de petições incidentais.

#### **4) RECOMENDAÇÕES**

Além dos pontos acima mencionados e que precisam de providências a cargo da Secretaria Judiciária, recomenda-se, com base no que se apurou durante a inspeção junto à Coordenadoria da 1ª Turma, que se dedique especial atenção à referida unidade, a fim de auxiliá-la e orientá-la no tocante ao planejamento e à execução das respectivas atividades. Convém, com o conhecimento e a aquiescência da Presidente da Turma, que a Secretaria Judiciária atue junto ao Diretor daquela Coordenadoria, visando à melhoria das rotinas, da organização e da utilização dos recursos humanos e materiais, apurando específicas necessidades e contribuindo inclusive para o incremento do quadro de pessoal, do espaço físico e dos equipamentos de informática.

Acerca das recomendações feitas e das providências que forem tomadas, deverá o Diretor da Secretaria Judiciária enviar relatórios trimestrais à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, até a próxima inspeção.

## COORDENADORIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**1.1. Órgão:** Coordenadoria de Registros e Informações Processuais – CORIP

**1.2. Diretora do órgão:** Nelsilia Maria Ladeira Luniere

**1.3. Tempo de atuação:** desde 2010

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela diretora da unidade.

### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2015	40	0	3	66	27	136	22

### 1.5. Evolução do quantitativo de feitos distribuídos:

Processos distribuídos (base 31/07/2015)	
Processos distribuídos em 2011	136.704
Processos distribuídos em 2012	137.375
Processos distribuídos em 2013	127.984
Processos distribuídos em 2014	145.617
Processos distribuídos até julho/2015	68.832

Fonte: Coordenadoria de Registros e Informações Processuais - CORIP

### 2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

- orientar e acompanhar as atividades relacionadas ao recebimento, ao registro e à distribuição de petições e processos;
- orientar e acompanhar a análise, a classificação e a autuação de processos;
- supervisionar a distribuição e redistribuição de feitos;
- preparar e encaminhar a ata de distribuição a ser publicada, zelando pela padronização e pelo cumprimento dos prazos;
- gerenciar o protocolo descentralizado das seções e subseções judiciárias, oferecendo suporte técnico e operacional;
- orientar e acompanhar o atendimento às partes e ao público em geral;

- gerenciar o quantitativo de processos a serem distribuídos ordinariamente no Tribunal;
- submeter ao presidente os feitos que devem ser eventualmente distribuídos de forma extraordinária, bem como os feitos a serem devolvidos em razão da remessa equivocada ao Tribunal;
- diligenciar pela regularidade dos processos;
- gerenciar o lançamento de informações processuais no sistema informatizado;
- acompanhar e orientar o lançamento de informações processuais no sistema informatizado, diligenciando para mantê-lo rigorosamente atualizado;
- supervisionar a correta autuação dos feitos;
- supervisionar o estado de conservação e a preservação dos processos físicos;
- supervisionar a qualidade da digitalização dos processos virtuais;
- criar rotinas de aperfeiçoamento das atividades inerentes à Coordenadoria;
- presenciar as sessões de distribuições ordinárias e extraordinárias;
- prestar informações aos desembargadores federais quanto a pesquisa, classificação, cadastro e distribuição dos feitos; e
- desempenhar outras competências afetas à unidade, delegadas pela autoridade superior ou contidas em normas.

### **3) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A equipe de inspeção encontrou quadro de pessoal bem treinado e preparado para o enfrentamento das questões cotidianas afetas à unidade. Os servidores encarregados de verificar as pendências previamente identificadas pela Corregedoria analisaram todos os casos, anteciparam as providências necessárias e prestaram à equipe de inspeção os esclarecimentos solicitados.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Dos 42 feitos selecionados para inspeção, nenhum se encontrava mais na unidade, tendo recebido o andamento ou o impulso devido. Por meio dos extratos de andamento processual, a equipe de inspeção examinou, juntamente com os servidores da unidade, cada um dos processos listados, obtendo, imediatamente, os esclarecimentos necessários.

O que se constatou é que, na maior parte dos casos, as pendências decorriam de equívocos no registro dos andamentos processuais, em especial da ausência de anotação quanto ao envio dos autos à origem ou a outros setores do Tribunal. A unidade teve, assim, a oportunidade de sanar as irregularidades apontadas, reconhecendo a importância da inspeção para a identificação dos problemas e a respectiva resolução.

Detectaram-se 2 feitos digitalizados e enviados às instâncias superiores, mas não localizados fisicamente: 00046976220064013501 e 00089471920074013400. É caso,

pois, de acompanhar-se a situação, solicitando-se informações da unidade a respeito dos resultados das diligências que estão sendo empreendidas para a localização dos autos.

Também merece acompanhamento e oportuna solicitação de informações a situação do processo 00295561620094013800, que, segundo a unidade, está na central de digitalização, em fase de indexação para posterior envio ao Superior Tribunal de Justiça.

Indagou-se à unidade a respeito dos agravos interpostos contra decisões de inadmissão de recursos dirigidos aos tribunais superiores, petições que não são previstas no sistema de protocolo eletrônico e que, por isso, costumam ser cadastradas, pelos advogados, como agravos internos, provocando falsas pendências e influenciando nas estatísticas do Tribunal. Em resposta, a unidade confirmou que efetivamente não há previsão no sistema de protocolo eletrônico daquelas categorias de petições. Informação que levou a equipe de inspeção a instar a devida regularização junto ao setor de tecnologia da informação, providência a cargo da Secretaria Judiciária, conforme relatório próprio.

É importante consignar, ainda, que, por força do artigo 21 da Resolução/Presi/Cenag 2, de 24/3/2011, “os feitos registrados no sistema informatizado deste Tribunal que versem sobre aposentadoria rural por idade, deverão ser remetidos, após a distribuição, diretamente da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais – CORIP ao Núcleo Central de Conciliação para fins de tentativa de conciliação, mediante o lançamento de fase específica”. Assim, antes mesmo de serem encaminhados ao relator sorteado, referidos feitos são enviados ao Núcleo de Conciliação, onde têm permanecido por largo tempo sem providências efetivas, seja por conta da deficiência estrutural apontada pela equipe de inspeção em relatório próprio, seja em razão de postura atualmente adotada por procuradores da autarquia, que, segundo informação prestada pela Presidência do Tribunal, estariam dificultando os acordos para obterem melhorias salariais.

#### **4) RECOMENDAÇÃO**

Prestar informações à Corregedoria, no prazo de 30 dias, acerca dos processos individualmente identificados neste relatório:

00046976220064013501	00089471920074013400	00295561620094013800
----------------------	----------------------	----------------------

## COORDENADORIA DA CORTE ESPECIAL E DAS SEÇÕES

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**1.1. Secretaria:** Coordenadoria da Corte Especial e das Seções

**1.2. Presidentes:**

**Corte Especial:** Desembargador Federal Cândido Ribeiro.

Início da gestão: 25/4/2014;

**Primeira Seção:** Desembargador Federal Cândido Moraes

Início da gestão: 24/9/2014;

**Segunda Seção:** Desembargador Federal Olindo Menezes

Início da gestão: 24/9/2014;

**Terceira Seção:** Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Início da gestão: 24/9/2014;

**Quarta Seção:** Desembargador Federal Amílcar Machado

Início da gestão: 26/5/2015.

**1.3. Coordenador:** José Carlos de Oliveira. Tempo de atuação: desde 10/2/2011

**Diretora da divisão de processamento e procedimentos:** Rosilene Vieira da Silva. Tempo de atuação: desde abril/2013

**Diretor da divisão de coordenação de julgamentos:** Augusto César da Silva Ramos. Tempo de atuação: desde março/2010

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2015	11	01	01	03	06	22	12

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelos diretores de divisão, que demonstraram possuir experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não existe fixação de metas, sejam individuais ou gerais. Os servidores estão motivados e integrados com a sistemática de trabalho.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Processos em tramitação na secretaria (agosto/2014)</b>	1.315
<b>Processos em tramitação na secretaria (julho/2015)</b>	1.307

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

A unidade afirmou não possuir condições de identificar no valor do acervo quantos processos são físicos, digitais e eletrônicos.

Os autos físicos ficam armazenados em estantes e organizados pela fase processual em que se encontram, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos feitos de acordo com a respectiva fase processual. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo aos sistemas de movimentação processual, seja no acompanhamento de autos físicos ou digitais. Também foram relatados problemas com o PJe, recentemente implantado no Tribunal, mormente no que concerne à distribuição automática em segundo grau e à ausência de geração automática de certidões de intimação. Tais problemas podem ser minorados com o aprimoramento dos sistemas, especialmente do PJe, que tende a substituir todos os autos, podendo, inclusive, utilizar a experiência de outros tribunais.

Com relação ao acervo da Coordenadoria, necessário se faz destacar que o número apresentado foi extraído do sistema Juris. Porém, segundo informado pelos diretores, outro relatório aponta a existência de mais de 3.000 processos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	13
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	2
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	3
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	6
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	5
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	17
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

No acervo em tramitação na Secretaria (1.307), o número de feitos da Meta 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2010 e apurados em julho/2015, era de 46 processos, correspondendo a 3,52%.

Não foram registrados feitos da Meta 4/2015 CNJ distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015. Porém, da Meta Específica eram 2 processos. Tendo em vista a relevância da matéria objeto desta meta, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

<b>Publicação de acórdãos (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Acórdãos lavrados	3.769
Acórdãos publicados	3.769
tempo médio de publicação	618
publicações em prazo superior a 10 dias	3.402
Pendentes de publicação	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>Processos com carga ou vista (julho/2015)</b>	
Total de processos	1.815

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST

As publicações de acórdãos, segundo informado, são feitas no prazo médio de 5 dias, a contar do recebimento dos autos com julgamento na Coordenadoria, portanto, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre agosto/2014 e julho/2015 3.769 acórdãos, número correspondente ao de acórdãos lavrados.

Nada obstante, necessário se faz destacar que o tempo médio de publicação dos acórdãos, a contar do julgamento, é de 618 dias (vide tabela acima – “Publicação de Acórdãos”), ultrapassando em muito o prazo de 10 dias estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Secretaria não possui estatística do volume de decisões monocráticas publicada.

A Secretaria possui controle de prazo de algumas fases processuais, que é feito mediante registro no sistema. A emissão de relatórios de autos com vista, para cobrança de prazo aos órgãos públicos ocorre, em regra, a cada dois meses. Em relação ao prazo de carga para os advogados privados, o controle é feito por meio das guias de recebimento, com acompanhamento mensal. Segundo relatado pela Diretora de Processamento, a cobrança é realizada por telefone, meio que tem se mostrado eficaz. Houve a identificação de 1 processo extraviado após vista ou carga (0007704-21.2008.4.01.0000).

<b>Processos sobrestados na Secretaria (julho/2015)</b>	
Total	55

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST



O relatório extraído do sistema aponta, em julho/2015, a existência de 55 processos sobrestados na Secretaria, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, os quais se encontram devidamente organizados e armazenados.

<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2015)</b>	
Total <sup>2</sup>	89
O mais antigo desde <sup>2</sup>	Setembro de 2013 (0031212-20.2013.4.-1.0000)
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2015)</b>	
Total <sup>2</sup>	Não foi informada a quantidade
O mais antigo desde <sup>2</sup>	Maior de 2015 (0072484-57.2014.4. 02.0000)
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2015)</b>	
Total <sup>2</sup>	Não há controle estatístico dessa fase
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2015)</b>	
Total <sup>1</sup>	124

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da Corte Especial

Foram avistados 89 processos paralisados em razão de prazo para cumprimento de carta de ordem ou precatória, sendo o mais antigo desde setembro de 2013. O quantitativo de petições pendentes de juntada, em julho/2015, era de 124. O tempo médio de juntada informado é de 10 dias. Porém, considerando que a mais antiga pendência é de 19/12/1996, referente ao processo 0024295-78.1996.4.01.0000, infere-se que o tempo médio seja bem superior. A fase processual específica é objeto de controle.

<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	
Total	40

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Existem 40 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 24/1/2012 (0003509-71.2000.4.01.0000).

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 46 processos selecionados para a inspeção, 16 deles não puderam ser inspecionados diretamente, pois não foram localizados. Em relação a estes, a seguir relacionados, foi realizada análise da movimentação processual registrada no sistema.

0001942-87.2009.4.01.0000*	0010713-15.2013.4.01.0000
0003509-71.2000.4.01.0000	0011292-70.2007.4.01.0000*

0003997-11.2009.4.01.0000*	0014345-30.2005.4.01.0000*
0005658-83.2013.4.01.0000	0016582-66.2007.4.01.0000*
0007037-11.2003.4.01.0000*	0017415-16.2009.4.01.0000*
0020584-45.2008.4.01.0000*	0020356-65.2011.4.01.0000
0033901-13.2008.4.01.0000*	0047913-32.2008.4.01.0000*
0035642-59.2006.4.01.0000	0060251-38.2008.4.01.0000*

Registre-se que os processos identificados com asterisco apresentam a mesma movimentação, qual seja, trata-se de inquéritos policiais remetidos à Superintendência da Polícia Federal da Unidade Federativa correspondente, em alguns casos desde 2009, sem qualquer movimentação posterior. Foi aventada pela Diretora de Processamento e Procedimentos Diversos a possibilidade de ter havido alteração da competência após a remessa dos inquéritos à Polícia Federal e que estes tenham prosseguido na 1ª instância. Observa-se, pois, a necessidade de se diligenciar junto ao órgão para onde foram enviados para que se apure a localização, a fim de que seja atualizada a movimentação no sistema, se for o caso, ou procedida a restauração.

O Processo 0058212-92.2013.4.01.0000 também não foi inspecionado, pois se encontra baixado desde 24/2/2014.

A amostragem não revelou processos sem movimentação desde a distribuição. Também não se verificou na amostragem feitos criminais com réu preso.

Por evento ou fase processual, a amostragem indicou os seguintes atrasos na movimentação:

Processo	Observações
0006731-08.2004.4.01.0000	Demora para conclusão (juntada desde 19/6/2015)
0015229-37.2007.4.01.3800	Atraso para publicação (recebido em 27/5/2015 e publicado em 3/8/2015)
0028527-62.2008.4.01.3800	Atraso na juntada (petição recebida em 24/9/2014 e juntada em 7/8/2015)
0040396-39.2009.4.01.0000	Demora no cumprimento da decisão (7 meses). Não foi certificada a expedição de alvará
0022248-43.2010.4.01.0000	Demora no lançamento da fase de sobrestamento no sistema (despacho de 10/2/2014 e lançamento da fase em 3/8/2015)
0046387-25.2011.4.01.0000	Processo de meta. Aguardando publicação desde 31/7/2015
0043008-71.2014.4.01.0000	Demora no envio ao gabinete (concluso desde 21/7/2015)

Na unidade, verificou-se o problema de discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, a exemplo do que se observa nos processos 0001025-34.2010.4.01.0000 e 0008786-77.2014.4.01.0000.

Observou-se, ainda, que nos agravos em recurso especial/extraordinário julgados na instância superior, que serão descartados, não foi certificado o traslado das peças para o processo principal:

0029001-94.2002.4.01.0000	0013111-81.2003.4.01.0000
0032210-71.2002.4.01.0000	0013281-53.2003.4.01.0000

Dentre os processos selecionados para a inspeção, 4 se encontram sobrestados. 2 deles por decisão do STF/STJ: 0002842-50.1999.4.01.4000 (meta 2) e 0022248-43.2010.4.01.0000; e 2 em face do parcelamento do tributo, que ensejou a suspensão da persecução penal e da prescrição: 0075282-64.2009.4.01.0000 (meta 2) e 0011819-46.2012.4.01.0000. Quanto a este último, sugere-se a verificação da persistência da condição de prerrogativa de foro.

Foram observados, ainda, diversos processos, a seguir identificados, nos quais foram expedidas cartas de ordem/precatórias:

0000278-45.2014.4.01.0000	0010112-87.2005.4.01.0000
0003266-39.2014.4.01.0000	0023528-15.2011.4.01.0000
0008786-77.2014.4.01.0000	0026091-74.2014.4.01.0000
0026133-31.2011.4.01.0000	

Não existem dados da inspeção anterior, de forma que não foram identificados processos remanescentes para acompanhamento na atual.

Em relação aos feitos listados, recomenda-se:

- a) verificar o andamento dos processos não localizados, providenciando-se a restauração, se for o caso;
- b) regularizar a fase processual no sistema, para corresponder à efetiva movimentação do feito, assim como registrar nos autos as fases existentes apenas no sistema;
- c) priorizar o andamento dos processos inseridos nas metas do CNJ, bem como os que possuem prioridade prevista em lei; e
- d) buscar, periodicamente, informações acerca do cumprimento de carta de ordem/precatória.

No período de agosto/2014 e julho/2015, aconteceram 22 sessões ordinárias na Corte Especial, 12 na 1ª Seção, 24 na 2ª Seção, 14 na 3ª Seção e 12 na 4ª Seção. Registraram-se também 3 sessões extraordinárias, sendo 1 na 1ª Seção e 2 na Corte Especial. Houve o cancelamento de uma sessão da Corte Especial, em 30/7/2015, em virtude de falta de quórum.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é insuficiente e exige urgente melhoramento, especialmente no tocante ao acompanhamento de processos inseridos nas metas do CNJ e dos paralisados, seja em razão da expedição de cartas de ordem/precatória, seja em face de carga às partes, com prazo de devolução excedido. O volume de pendências na Secretaria é razoável, pois, dos 46 feitos inspecionados, 16 não foram localizados e 7 encontravam-se com atraso na tramitação.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

A Coordenadoria da Corte Especial e das Seções é organizada em duas divisões: a de Processamento e Procedimentos Especiais e a de Coordenação de Julgamentos. Esta última, integrada por um diretor e dois servidores, é responsável pela inclusão dos processos em pauta para julgamento, bem como por secretariar as sessões de julgamento das quatro seções que compõem o Tribunal, além de fazer a juntada das certidões e atas, intimação do acórdão e certificação de trânsito em julgado ou juntada de recursos. As sessões da Corte Especial são secretariadas pelo Coordenador. A Divisão de Processamento e Procedimentos Especiais é responsável pelo processamento dos feitos na Secretaria, sendo a distribuição das atribuições feita de acordo com as fases processuais em que se encontram os processos, que estão organizados em estantes devidamente identificadas.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Há interação da equipe da unidade processante e o desempenho de suas atividades ocorre de maneira organizada.

Foram relatadas dificuldades na utilização do PJe (sistema de processo judicial eletrônico adotado pelo CNJ), recém implantado no Tribunal, mormente no que diz respeito à distribuição automática dos processos e à ausência de geração automática de certidões de intimação.

O sistema de movimentação processual apresenta dados estatísticos divergentes.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Registrar nos autos, com carimbos/etiquetas de remessa, recebimento, conclusão, juntada, etc., todas as movimentações cadastradas no sistema, além de certificar os atos praticados, a exemplo do traslado de peças.

Estudar a possibilidade de, após a juntada aos autos dos recursos especiais e extraordinários, ser realizada na Coordenadoria da Corte Especial e das Seções a intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões. Tal medida promoveria celeridade ao trâmite do feito, uma vez que seria evitada a remessa dos autos à Coordenadoria de Recursos – COREC para essa finalidade, pois, após a juntada da contraminuta ou da certificação do decurso do respectivo prazo concedido para a parte recorrida, a Coordenadoria da Corte Especial e das Seções poderia fazer conclusão para admissibilidade.

Verificar, junto à Presidência da Corte Especial e das Seções, a possibilidade de fixação de um prazo para cobrança periódica de cumprimento de carta de ordem/precatória pela própria Coordenadoria.

Priorizar o andamento de processos inseridos nas metas do CNJ, bem como daqueles com prioridade legal.

Os gabinetes devem empreender esforços para remeter os processos julgados à unidade processante em tempo hábil para que a publicação dos acórdãos possa ocorrer no prazo de dez dias. Idêntica providência deve ser adotada em relação aos feitos com petição pendentes de juntada.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

## COORDENADORIA DA 1ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** servidores públicos civis e militares – exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra seção; e benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**1.1. Secretaria:** Coordenadoria da Primeira Turma

**1.2. Presidente do órgão:** Desembargadora Federal **GILDA SIGMARINGA SEIXAS**

Tempo de atuação: desde 16 de dezembro de 2014.

**1.3. Diretor de Secretaria:** Lilio da Silva Ramos

Tempo de atuação: desde 2000.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Presidente da Turma, bem como pelo Diretor da Secretaria.

### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	14	-	-	-	9	23	14
Inspeção/2015	6	-	4	6	11	27	10

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 4 auxiliares a mais; todavia, houve redução de 4 servidores na área-fim.

O Diretor da Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo comando sobre a equipe. Não existe fixação de metas individuais ou gerais para a equipe. Os servidores não se mostram motivados e não há mostras de que haja planejamento, controle ou avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Processos em tramitação na secretaria (agosto/2014)</b>	28.773
<b>Processos em tramitação na secretaria (julho/2015)</b>	28.307

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Há 28.307 processos em tramitação. A unidade não soube informar o quantitativo individualizado de processos físicos e digitais.

Os autos físicos encontram-se acondicionados em estantes, apostos em mesas e empilhados no piso; não aparentam estar organizados de forma lógica. Os servidores atuam nos processos de acordo com o respectivo andamento a ser dado. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo à organização do acervo, que pode ser melhorado com a modificação da metodologia de trabalho.

A Presidente da Turma afirmou que, desde que assumiu o encargo, a organização da Coordenadoria melhorou bastante, relatando que, de início, era praticamente impossível transitar pelo ambiente.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	5
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	3
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	35
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	54
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	111
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	95
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

No acervo em tramitação na Secretaria (28.307), o número de feitos da meta 2 CNJ – distribuídos até 31/12/2010 e apurados em julho/2015 – era de 303 processos, correspondendo a 1,07%.

Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da meta 2 CNJ, em tramitação na unidade, não são triados e não recebem tratamento próprio e preferencial.

<b>Publicação de acórdãos (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Acórdãos lavrados	28.126
Acórdãos publicados	28.125
tempo médio de publicação	825
publicações em prazo superior a 10 dias	27.757
Pendentes de publicação	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>Processos com carga ou vista (julho/2015)</b>	
Total de processos	1.278

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST

Foram publicados – entre agosto/2014 e julho/2015 – 28.125 acórdãos, dentre os 28.126 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma, havendo 1 pendente de publicação em 31/7/2015.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 36 dias, a contar da data em que o processo é recebido na Coordenadoria da Turma, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Nada obstante, necessário se faz destacar que o tempo médio de publicação dos acórdãos, a contar do julgamento, é de 825 dias, conforme dado estatístico apresentado pelo DIEST do TRF1 (vide tabela acima – “Publicação de Acórdãos”), ultrapassando em muito o prazo de 10 dias estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2014 e julho/2015 houve 3.322, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no total de 31.447 publicações no período objeto da inspeção.

A Secretaria não possui rígido controle de prazo das fases processuais. Tal cobrança ocorre, em regra, após um mês da carga ou vista/do decurso de prazo para devolução. Não houve identificação de processos que tenham sido extraviados após vista ou carga.

<b>Processos sobrestados na Secretaria (julho/2015)</b>	
Total	498

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST



Na Secretaria existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 498 feitos, que não estão devidamente organizados e armazenados, exigindo providências de adequação para permitir célere retomada da fase de processamento em caso de decisão judicial específica.

<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2015)</b>	
Total	0
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2015)</b>	
Total	90
O mais antigo desde	não informado
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2015)</b>	
Total	0

Fonte: Coordenadoria da 1ª Turma

Não foram avistados processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória e requisição judicial. Contudo, constavam 90 feitos aguardando diligência da parte ou de terceiro e de resposta a ofício. A Secretaria não demonstrou, todavia, ter o controle de prazo nesta fase processual.

A unidade não soube precisar o tempo médio para a conclusão dos autos.

<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2015)</b>	
Total <sup>1</sup>	18.984
O mais antigo 0003602-10.1995.4.01.0000 desde <sup>2</sup>	10.04.2008
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	
Total <sup>1</sup>	8.420
O mais antigo desde <sup>2</sup>	10.3.2011

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da 1ª Turma

Há 18.984 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 10/4/2008, referente ao feito 0003602-10.1995.4.01.0000.

Mesmo diante desse quadro, a unidade informou que o tempo médio para a juntada de expedientes é de 8 dias. A fase processual específica não é objeto de rígido e perfeito controle.

No acervo existem 8.420 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Por evento ou fase processual, a amostragem indicou 3 feitos aguardando publicação de acórdão e 1 aguardando julgamento de embargos de declaração. O tempo de tramitação dos autos, nas fases citadas, encontra-se na média de 12 meses, o que se mostra excessivo.

Na amostra, havia 4 petições, ofícios e documentos pendentes de juntada, a mais antiga pendência desde 7/1/2014 no feito 00450735820124019199 e 30 processos sem movimentação há mais de 90 dias.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Como exemplo, citam-se processos remetidos à Justiça Estadual, que, segundo o Diretor da unidade, não são reconhecidos pelo sistema, permanecendo ativos indevidamente.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram verificados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Determinar a imediata publicação do acórdão:

00001465620124010000	00056924820104013400	00637880820094010000
----------------------	----------------------	----------------------

b) Determinar a imediata conclusão dos autos:

00003246320074013400	00013353220084013000	00351902720084013800
----------------------	----------------------	----------------------

c) Determinar o imediato andamento:

00006729120104010000	00008989620104010000	00031463520104010000
00080985720104010000	00109152720114013600	00109224020074013800
00113888020104010000	00144202620114013600	00193867520104016500
00199160620104010000	00257282920104010000	00430035420114010000
00487268820104010000	00536501120114010000	00618429320124010000
00618576220124010000	00636053220124010000	00636061720124010000

d) Determinar regularização do registro de andamento:

00053716220094010000	00315466420074010000
----------------------	----------------------

e) Determinar a juntada de petição e conclusão:

00059659120064013812	0003602-10.1995.4.01.0000
----------------------	---------------------------

f) Determinar baixa definitiva:

001612648220094010000	00511978220074010000	00660177220084010000
-----------------------	----------------------	----------------------

g) Determinar a juntada do recurso e conclusão:

00231900220064013400	00241323920034013400
----------------------	----------------------

h) Determinar a baixa do agravo em 10 dias: 00461654819974010000.

A Secretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 44 ordinárias e 1 extraordinária. Houve o cancelamento de 2 sessões no período, não sendo informado o respectivo motivo.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma, bem como o número de servidores em atividade, verifica-se a urgente necessidade de um novo planejamento, sendo insuficiente o mero estabelecimento de horas extraordinárias para a juntada de petições, medida atualmente em execução.

O volume de pendências na Secretaria é elevado, pois, dos 58 processos inspecionados, 49 encontravam-se com atraso na tramitação.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

A unidade não demonstrou uma metodologia rotineiramente seguida, revelando que realiza mutirões nos seus diversos setores, conforme a maior necessidade no momento. Atualmente, realizam-se horas extras aos sábados, para juntada de petições.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- excessivo número de petições e ofícios pendentes de juntada;
- inexistência de rotina de trabalho sistematizada e organizada;
- insuficiência do número de servidores;
- espaço físico insuficiente e inadequado; e
- equipamentos e recursos de informática inadequados.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Há de se buscar, junto à administração do Tribunal, uma atuação urgente e efetiva a fim de solucionar os problemas enfrentados pela unidade. Não parece que as medidas já tomadas (pequeno aumento no espaço físico e realização de horas extras aos sábados) sejam suficientes para a modificação da realidade em curto ou médio prazo.

Para tanto, deverá ser elaborado plano de trabalho, em conjunto com a Secretaria Judiciária, no prazo de 60 dias, que contemple:

- a) organização do acervo de forma lógica, registrando a localização dos autos em sistema informatizado;
- b) controle de prazos processuais e de saída de autos;
- c) juntada de petições pendentes – que em julho/2015 totalizavam 18.984 – e das que ingressarem, com a subsequente movimentação dos respectivos processos; e
- d) movimentação do restante do acervo, em torno de 10 mil processos.

Sem prejuízo do que consta acima, é indispensável repensar os métodos de trabalho e o planejamento da unidade, talvez com o concurso da Secretaria Judiciária, à qual incumbe a padronização e o desenvolvimento dos serviços das unidades processantes.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos; bem como atender às recomendações indicadas nos itens 2 e 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

## COORDENADORIA DA 2ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** servidores públicos civis e militares – exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra seção; e benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**1.1. Secretaria:** Coordenadoria da 2ª Turma

**1.2. Presidente do órgão:** Desembargador Federal **CÂNDIDO MORAES**

Tempo de atuação: desde 2014

**1.3. Diretor de Secretaria:** Kátia Maria Soares Freire

Tempo de atuação: desde 1989

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Secretaria.

### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	-	Não informado
Inspeção/2015	6	1	2	5	10	24	9

Não há dados em relação à força de trabalho em exercício no ano de 2013 para comparação.

A Diretora de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela referida diretora.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Processos em tramitação na secretaria (agosto/2014)</b>	3.792
<b>Processos em tramitação na secretaria (julho/2015)</b>	5.256

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Há 5.256 processos em tramitação. A unidade não soube informar o quantitativo individualizado de autos físicos e digitais.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados de acordo com o andamento a ser dado: publicação (acórdão/despachos), juntada de petição, baixa à origem, análise e conclusão; o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos feitos conforme as atribuições destinadas às cinco supervisões de apoio à Secretaria. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo à organização de petições pendentes de juntada, que pode ser melhorado com a separação dos documentos por ano e localização dos feitos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	19
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	5
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	38
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	27
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	55
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	104
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

No acervo em tramitação na Secretaria (5.256 processos), o número de feitos da Meta 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2010 e apurados em julho/2015, era de 248 processos, correspondendo a 4,72%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 CNJ em tramitação na unidade são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

<b>Publicação de acórdãos (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	29.138
<b>Acórdãos publicados</b>	29.133
<b>tempo médio de publicação</b>	820
<b>publicações em prazo superior a 10 dias</b>	28.446
<b>Pendentes de publicação</b>	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>Processos com carga ou vista (julho/2015)</b>	
Total de processos <sup>1</sup>	2.834
Processo há mais tempo com carga ou vista (0001116-02.2015.4.01.9199) <sup>2</sup> retirado em	14.01.2015

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da 2ª Turma

Foram publicados, entre agosto/2014 e julho/2015, 29.133 acórdãos dentre os 29.138 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma, havendo 5 pendentes de publicação em 31/7/2015.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 16 dias, a contar da data em que o processo é recebido na Coordenadoria da Turma, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Necessário se faz destacar que o tempo médio de publicação dos acórdãos, a contar do julgamento, é de 820 dias, conforme dado estatístico apresentado pelo DIEST do TRF1 (vide tabela acima – “Publicação de Acórdãos”), ultrapassando em muito o prazo de 10 dias estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2014 e julho/2015 houve 7.238, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta em 36.371 no período objeto da inspeção.

A Secretaria possui controle de prazo da fase processual. A cobrança de prazo ocorre, em regra, após 2 meses da carga ou vista/do decurso de prazo para devolução. Não houve identificação de processos extraviados após vista ou carga.

A exemplo do que se vê no feito indicado na tabela (0001116-02.2015.4.01.9199), a unidade não tem controlado e cobrado a devolução dos autos com vista à Procuradoria Regional da República.

<b>Processos sobrestados na Secretaria (julho/2015)</b>	
Total	13

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Na Secretaria existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 13 feitos, que se encontram devidamente organizados e armazenados.

<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2015)</b>	
Total	0
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2015)</b>	
Total	163
O mais antigo desde	5/8/2014
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2015)</b>	
Total	0

Fonte: Coordenadoria da 2ª Turma

Foram avistados 163 processos paralisados em razão de prazo em curso para juntada de resposta a ofício ou cumprimento de diligência, dentre eles o feito 0015320-90.2011.4.01.9199, cujo prazo estava vencido. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 15 dias, o que se revela adequado.

<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2015)</b>	
Total <sup>1</sup>	4.017
O mais antigo desde <sup>2</sup>	Não informado
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	
Total <sup>1</sup>	198

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da 2ª Turma

Há 4.017 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos autos físicos e digitais em tramitação. A unidade, no entanto, não soube informar a mais antiga pendência em relação a processo.

O tempo médio para a juntada, segundo a Diretora, é de 90 dias. A fase processual específica é objeto de controle.

No acervo existem 198 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias.

A amostragem revelou processos paralisados há mais de 90 dias na Secretaria:

Processo	Sem andamento desde
00086459720104010000	13/5/2014
00159402520094010000	12/9/2012
00162693319924010000	9/4/2014
00185815420074010000	28/6/2007
00218717720074010000	11/7/2007
00225530820024010000	12/6/2013
00307159320094019199	28/10/2014
00465739720014010000	21/10/2013

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na amostra, havia 4.017 petições, ofícios e documentos pendentes de juntada, porém a unidade não soube precisar a mais antiga pendência.



Na amostragem, constava a situação descrita no feito 00260528220114010000, dando conta do extravio da petição 2684021. A informação foi levada ao conhecimento do relator mediante conclusão dos autos.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Em relação aos processos listados recomenda-se:

a) solicitar a devolução dos feitos com carga/vista com prazo superior a 60 dias;

b) cumprir Meta 4/2010:

00008928920014013400	00038826720114019199
00307159320094019199	00199704020084010000 (regularizar a intimação da AGU/PRF)

c) Regularizar atrasos na juntada de documentos/ofícios/mandados;

d) Determinar a remessa ao arquivo:

00003933720124010000	00159402520094010000
00225530820024010000	00788049420124010000
00609475520004010000.	

e) Determinar imediato andamento:

00465739720014010000	00281898520114019199
00260281020094013400	00237892920014010000
00218717720074010000	00191054120044013400
00185815420074010000	00162693319924010000

f) Regularizar a baixa:

00008928920014013400	00307159320094019199
00438414620014010000	

g) Processo pendente da inspeção anterior ainda sem a devida regularização: 00255161319974019199. O feito encontrava-se na 1ª Turma e consta no respectivo relatório (processo em carga há mais de 60 dias). Foi instaurado expediente avulso

que, agora, tramita perante a 2ª Turma. Há despacho datado de 25/8/2014 determinando a expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil solicitando informações sobre endereço do advogado. Até o momento da inspeção, o despacho não havia sido cumprido.

Na listagem, constaram processos extraviados (00004160220104019199, 00396696120014010000 e 00438414620014010000) e no acervo geral não foram apurados outros autos extraviados sem restauração.

A Secretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 45 ordinárias. Houve o cancelamento de 1 sessão no período, por motivo de força maior.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Secretaria é baixo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

A Coordenadoria da Segunda Turma encontra-se organizada por setores e de acordo com a divisão de atribuições dos servidores. Há 5 encarregados de setor, distribuídos nas atividades de publicação de acórdãos, decisões e despachos, juntada de petições e atendimento ao público; além da atribuição da Diretora de Secretaria específica ao atendimento das demandas próprias das sessões de julgamento.

O controle de produtividade é, segundo informado, realizado diariamente, sendo uma das metas específicas do CNJ a juntada de petições, cumprida dentro do prazo de 10 dias. No entanto, foi constatada a existência de armário contendo petições pendentes de juntada em processos que se encontram há muito com vista. A Diretora de Secretaria, por sua vez, não soube precisar a quantidade de petições existentes aguardando retorno dos autos, todas classificadas por ano, sendo o lote mais antigo do ano de 2007.

Outra meta de produtividade é quanto às certidões de julgamento que são confeccionadas na mesma semana em que ocorre a sessão e a baixa dos autos à origem acontece dentro de aproximadamente um mês após o trânsito em julgado do acórdão.

Os processos, conforme verificado, estão dispostos em escaninhos e estantes, e as petições pendentes de juntadas estão localizadas em prateleiras – as mais antigas se encontram separadas por ano e em armários fechados.

Não foram mencionadas ou identificadas boas práticas que mereçam registro.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- três autos desaparecidos ou extraviados;
- uma petição extraviada;
- despacho proferido em expediente avulso não cumprido há cerca de um ano;
- inexistência ou deficiência na cobrança de autos com vista ao Ministério Público Federal; e
- diversos processos paralisados há mais de 90 dias, alguns deles há vários anos.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

A unidade deve direcionar atenção especial para a resolução dos problemas apontados nos processos examinados na amostragem, especialmente no tocante aos autos e à petição não localizados, bem assim no que tange aos feitos paralisados há mais de 90 dias.

Necessário se faz, também, estabelecer rotina de controle e de cobrança de autos com vista ao Ministério Público Federal.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos; bem como atender às determinações indicadas no item 3.

Aplicar as recomendações feitas nos processos listados a todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

## COORDENADORIA DA 3ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** matéria penal em geral; improbidade administrativa; e desapropriação direta e indireta.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**1.1. Secretaria:** Coordenadoria da Terceira Turma

**1.2. Presidente do órgão:** Desembargadora Federal **MÔNICA SIFUENTES.**

Tempo de atuação: desde 25/4/2014.

**1.4. Diretor de Secretaria:** Cláudia Mônica Ferreira

Tempo de atuação: desde 1º/6/2006

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Presidente da Turma.

### 1.5. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	9	-	-	-	-	9	9
Inspeção/2015	9	0	0	-	7	16	9

A força de trabalho total em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando atualmente com 7 estagiários.

A Diretora da Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais (buscar terminar todos os processos do dia de acordo com os prazos processuais) como gerais, para toda a equipe (planejamento feito em conjunto com o servidor que irá desempenhar as atividades, especificando as prioridades e tempo para execução das tarefas). Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela referida diretora.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Processos em tramitação na secretaria (agosto/2014)</b>	471
<b>Processos em tramitação na secretaria (julho/2015)</b>	455

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Há na unidade 102 processos eletrônicos e 291 físicos.

Os autos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados pelo critério de fases, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos feitos de acordo com a natureza da causa.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	0
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	0
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	0
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	1
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	1
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	2
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

No acervo em tramitação na Secretaria (455 autos), o número de feitos da Meta 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2010 e apurados em julho/2015, era de 3 processos. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

O número de processos da Meta 4/2015 CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, era de 2 processos, enquanto da Meta Específica era apenas 1. Tendo em vista a relevância das matérias, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

<b>Publicação de acórdãos (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	3.457
<b>Acórdãos publicados</b>	3.457
<b>tempo médio de publicação</b>	118
<b>publicações em prazo superior a 10 dias</b>	2.949
<b>Pendentes de publicação</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>Processos com carga ou vista (julho/2015)</b>	
<b>Total de processos</b>	116

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 118 dias. Foram publicados, entre agosto/2014 e julho/2015, 3.457, número correspondente ao de lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Não havia, na época desta inspeção, acórdão pendente de publicação entre os que foram julgados no período de 1º/7/2014 a 31/7/2015.

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2014 e julho/2015 houve 2.140, o que, somado ao número de acórdãos publicados (3.457), resulta no volume de 5.597 no período objeto da inspeção.

A Secretaria possui controle de prazo da fase processual. Não houve identificação de processos que tenham sido extraviados após vista ou carga.

<b>Processos sobrestados na Secretaria (julho/2015)</b>	
Total <sup>1</sup>	5
O mais antigo desde <sup>2</sup>	13/4/2010

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região –DIEST; (2) Coordenadoria da 3ª Turma

Na Secretaria existem processos sobrestados, que se encontram devidamente organizados e armazenados, havendo 1 em razão de decisão do STF/STJ e 4 aguardando decisão da Corte Especial do TRF1.

<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2015)</b>	
Total	4
O mais antigo desde	4/5/2015
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2015)</b>	
Total	5
O mais antigo desde	24/7/2015
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2015)</b>	
Total	0
O mais antigo desde	-

Fonte: Coordenadoria da 3ª Turma

Foram avistados, em julho/2015, 4 processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória e 5 para cumprimento de diligência da parte ou de terceiro e de resposta a ofício. No momento da inspeção, verificou-se que só há uma carta precatória pendente de cumprimento, expedida em 1º/6/2015. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 30 dias, o que se revela razoável, embora não seja o ideal.

<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2015)</b>	
Total	140
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	
Total	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST

No momento da inspeção havia 52 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos autos físicos em tramitação. A mais antiga pendência é de 16/6/2015, referente ao processo 581-33.2012.401.3200/AM.

O tempo médio para a juntada de expedientes é de 2 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual.

No acervo, existem 11 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo, visto na inspeção e que se encontra paralisado sem justa causa, é o feito 0001471-08.2013.4.01.3500.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Por evento ou fase processual, a amostragem não indicou processos aguardando revisão, declaração de voto, lavratura de acórdão, julgamento de embargos de declaração ou julgamento de agravo legal/regimental; mas foram identificados 11 processos aguardando voto-vista e 1 na espera de publicação de acórdão. O tempo de tramitação dos processos, nas fases citadas, encontra-se na média de 10 dias, demonstrando-se adequado.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 3 processos criminais com réu preso, dos quais 3 estão vinculados a feitos recursais: 00078176320134013600, 00084381720134013000, e 00172986820144014100.

Na amostra, não se verificaram petições, ofícios e documentos pendentes de juntada, mas havia 3 processos sem movimentação há mais de 90 dias.

Na unidade, não se observaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foi identificado 1 processo remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber: 0015575-05.2008.4.01.000, paralisado e aguardando decisão do STJ.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados recomenda-se dar andamento aos seguintes feitos, que estão paralisados há mais de 60 dias:

00078176320134013600	Réu preso. Processo paralisado há 10 meses com o Desembargador Mário Cesar para voto.
0001471-08.2013.4.01.3500	Gabinete do Desembargador Mário Cesar, concluso em 5/5/2014.
0001938-72.2013.4.01.3601	Gabinete do Desembargador Mário Cesar, concluso desde o dia 30/9/2014.

A Secretaria administra a realização de 5 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 55 ordinárias e 1 extraordinária. Houve cancelamento de 6 sessões no período, sendo apresentada justificativa para o adiamento de uma delas, que foi em razão da posse de 2 novos desembargadores.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois, dos 36 feitos inspecionados, poucos encontravam-se com atraso na tramitação.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Segundo informação da secretaria, o serviço é dividido por setores, em geral: publicação de acórdãos, publicação de despachos, atendimento ao público em geral, juntada de petições, etc.

Ainda conforme informação da Secretaria, os processos são colocados nos escaninhos e nas mesas, sendo que os volumosos ficam – à falta de local apropriado – no chão, o que foi confirmado durante a inspeção realizada por esta equipe.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O trabalho é organizado e os servidores demonstraram estar motivados, executando as tarefas com foco em obter resultados quanto à tramitação célere dos processos.

Conforme informação da Secretaria, são realizadas 5 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 55 ordinárias e apenas uma 1 extraordinária. No entanto, no mesmo período, foram canceladas 6 sessões (dos dias 22/10/2014; 19/11/2014; 16/12/2014; 22/4/2015; 17/6/2015; e 30/6/2015), sendo apresentada justificativa para o adiamento de uma delas (16/12/2014), que foi em razão da posse dos Desembargadores Gilda Sigmaringa Seixas e Jamil R. de Jesus.



Segundo a Secretaria, em média, são julgados 60 processos por sessão, acrescentando que conseguem julgar todos os feitos pautados, salvo quando existem sustentações orais ou processos com matérias complexas, o que é recorrente na Turma, em razão do perfil da matéria afeta a sua competência.

Também foi informado que há o controle rigoroso do tempo de 15 minutos para a sustentação oral pelo Ministério Público e pelos advogados, sendo que, no caso de mais de um réu, o prazo é em dobro e o tempo dividido entre os advogados.

Uma alternativa para evitar o crescimento do acervo de processos é fazer como a 4ª Turma e aumentar o número de sessões por mês para 6, sem embargo da realização de estudo para aumentar, ainda mais, o número de sessões ordinárias.

Pode-se adotar como estratégia, ainda, a determinação do início da sessão às 13 horas, com intervalo às 16 horas, e posterior retorno para julgamento dos processos sem sustentação oral.

Observou-se demora quanto à publicação dos acórdãos, não sendo cumprida a Meta 04/2010 do CNJ.

Foram constatados alguns excessos de prazo na permanência dos autos com a Procuradoria Regional da República.

Nas informações processuais extraídas do sistema não há registro de cobrança dos autos pela Turma.

As petições são juntadas em curto espaço de tempo, quando não no mesmo dia ou no dia seguinte à entrada.

Dos 36 processos analisados, 28 foram mediante informações do sistema de controle processual, pois os autos não se encontravam na turma; apenas 7 foram examinados com os autos; e 1 era digital e foi visto pelo sistema processual do TRF1.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Estabelecer planejamento do serviço, com fixação de metas a serem atingidas.

Marcar sessão extraordinária quando uma sessão ordinária não for realizada, independentemente do motivo.

Marcar sessão extraordinária específica para o fim de concluir a pauta quando os processos pautados para uma determinada sessão não forem todos julgados e caso não seja possível julgá-los na sessão seguinte.

Aumentar o número de sessões ordinárias para 6 por mês, assim como ocorre com a 4ª Turma, sem embargo da realização de estudo para verificar a possibilidade de aumentar o número de sessões por mês.

Determinar que o início da sessão aconteça às 13 horas, com intervalo às 16 horas, e posterior retorno para julgamento dos processos sem sustentação oral.

Cumprir a Meta 04/2010 do CNJ quanto à publicação dos acórdãos no prazo máximo de 10 dias.

Exercer controle mais rígido dos processos com vista ao Ministério Público com a realização de cobrança pela devolução.

Proceder à baixa no sistema do feito 0005741-31.2015.4.01.000.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos; bem como atender às indicadas nos itens 2 e 3, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

## COORDENADORIA DA 4ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** matéria penal em geral; improbidade administrativa; e desapropriação direta e indireta.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**1.1. Secretaria:** Coordenadoria da Quarta Turma

**1.2. Presidente do órgão:** Desembargador Federal I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES

Tempo de atuação: desde 10/2013

**1.3. Diretor de Secretaria:** Lúcia Helena Pires Ferreira de Barros

Tempo de atuação: desde 10/5/2006

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Presidente da Turma.

### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	6	1	-	-	6	13	7
Inspeção/2015	6	-	2	-	6	14	8

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Houve incremento de 1 servidor na área-fim.

A Diretora da Secretaria não tem experiência administrativa e processual, não exercendo liderança sobre a equipe. Não existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores não estão motivados e não participam do planejamento, do controle ou da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela referida diretora.

### 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Processos em tramitação na secretaria (agosto/2014)	863
Processos em tramitação na secretaria (julho/2015)	936

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Há na unidade 193 processos eletrônicos e 723 físicos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados pelo critério de fases processuais. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo a organização, que pode ser melhorada com planejamento do serviço e fixação de metas individuais e coletivas.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	3
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	0
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	4
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	2
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	1
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	2
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	7
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

No acervo em tramitação na Secretaria (936 processos), o número de feitos da Meta 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2010 e apurados em julho/2015, era de 12. Em termos gerais, é possível concluir que os autos da Meta 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

O total de feitos da Meta 4/2015 CNJ, distribuídos até 31/12/2013 e apurados em julho/2015, era de 7, enquanto os da Meta Específica eram 5. Tendo em vista a relevância das matérias objeto destas metas, independentemente da quantidade de processos existentes, deve-se priorizar a tramitação a fim de possibilitar o alcance das metas.

<b>Publicação de acórdãos (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	3.331
<b>Acórdãos publicados</b>	3.330
<b>tempo médio de publicação</b>	279
<b>publicações em prazo superior a 10 dias</b>	3.026
<b>Pendentes de publicação</b>	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>Processos com carga ou vista (julho/2015)</b>	
<b>Total de processos</b>	128

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 279 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre agosto/2014 e julho/2015, 3.330 acórdãos dentre os 3.331 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma, havendo 1 ainda pendente em 31/7/2015.

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, conforme informação apresentada à equipe de inspeção, entre agosto/2014 e julho/2015 houve 2.056, o que, somado ao número de acórdãos (3.330) publicados, resulta no volume de 5.386 publicações no período objeto da inspeção.

A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito no sistema. Não houve identificação de feitos que tenham sido extraviados após vista ou carga.

<b>Processos sobrestados na Secretaria (julho/2015)</b>	
Total	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST

Na Secretaria existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 5 feitos que se encontram devidamente organizados e armazenados.

<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2015)</b>	
Total	29
O mais antigo (AP 5896-60-20124013000/AC) desde	16/4/2015
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2015)</b>	
Total	31
O mais antigo desde	Não há informação
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2015)</b>	
Total	Não informou
O mais antigo desde	Não informou

Fonte: Coordenadoria da 4ª Turma

Foram avistados 29 processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória e 31 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiro e de resposta a ofício. Os prazos de 29 feitos já estavam vencidos. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 45 dias, o que se revela excessivo, exigindo aprimoramento no controle da fase específica.

<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2015)</b>	
Total	131
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	
Total	25

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST

Há 131 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. A mais antiga pendência é desde 27/1/2015, referente ao feito 2004.24.2011.4.01.3806.

O tempo médio para a juntada é de 2 a 5 dias. A fase processual específica é objeto de controle.

No acervo existem 25 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Por evento ou fase processual, a amostragem não indicou processos aguardando revisão, declaração de voto, lavratura de acórdão, julgamento de embargos de declaração ou julgamento de agravo legal/regimental, mas foram identificados 53 aguardando voto-vista e 55 à espera de publicação de acórdão. O tempo de tramitação, nas fases citadas, encontra-se na média de 30 dias, demonstrando-se razoável.

Na amostra, não havia petições, ofícios e documentos pendentes de juntada.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Aliás, esse problema prejudicou a inspeção, pois os feitos selecionados para exame da equipe o foram em razão da falta de alimentação do sistema, o que foi devidamente providenciado às vésperas da inspeção.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados.

Em relação aos processos listados recomenda-se:

Providenciar a baixa no sistema informatizado:

00034685420084014000 - Baixado em diligência para a SJPI em 9/9/2011. Ainda consta na relação de ativos por erro do sistema.
00074389620074014000 - Baixado em diligência para a SJPI em 19/7/2011. Ainda consta na relação de ativos por falta de alimentação do sistema.
00177750920134010000 - Distribuição cancelada por determinação do relator. Permanece na relação de ativos por falta de alimentação do sistema.
00200875520134010000 - Distribuição cancelada por determinação do relator. Permanece na relação de ativos por falta de alimentação do sistema.
00014196820114013601 – Transitado em julgado em 7/1/2013. Permanece na relação de ativos por falta de alimentação do sistema.

A Secretaria administra a realização de 6 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 72 ordinárias e 2 extraordinárias. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é insuficiente e exige urgente melhoramento especialmente no tocante à alimentação do sistema informatizado de acompanhamento processual. Da amostra inspecionada, constatou-se que o volume de pendências na Secretaria é zero, pois, dos 37 processos selecionados, 34 não estavam com os dados devidamente lançados no sistema.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Os processos recebidos são registrados no sistema e cadastrados na mesa do responsável pela realização da tarefa.

O controle dos autos é feito pelo sistema informatizado, não sendo utilizado método auxiliar.

Não há um planejamento do serviço e as tarefas são distribuídas conforme as funções dos servidores.

Não foram mencionadas nem identificadas boas práticas inovadoras que mereçam registro.

Embora tenha sido afirmado que as metas são definidas por produtividade em relação a cada servidor individualmente, não foi especificado o critério, além de ter sido esclarecido que não há controle da produtividade.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O serviço não se mostrou organizado, não existindo planejamento e especificação de metas a serem atingidas, além de os servidores não se mostrarem motivados e engajados para atingir fins específicos.

Conforme informação da Secretaria, são realizadas 6 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 72 ordinárias e 2 extraordinárias.

A secretaria informou ainda que, em média, são julgados 41 processos por sessão, acrescentando que nas últimas sessões não conseguiram julgar todos os feitos pautados.

A Secretaria informou que não há controle quanto ao tempo para sustentação oral pelo Ministério Público e pelos advogados.

Uma alternativa para evitar o crescimento do acervo é realizar estudos para aumentar o número de sessões ordinárias.

Pode-se adotar ainda, como estratégia, a determinação do início da sessão às 13 horas, com intervalo às 16 horas, e posterior retorno para julgamento dos processos sem sustentação oral.

Dos 37 feitos listados para inspeção, apenas 3 estavam em secretaria, de modo que 34 foram inspecionados mediante informações processuais extraídas do sistema.

Havia 1 processo com o advogado e 1 com a Procuradoria Regional Federal, ambos sem excesso de prazo.

Os demais feitos constavam na relação de ativos porque a turma não havia alimentado a fase processual no sistema, notadamente a baixa dos autos.

A alimentação do sistema informatizado de acompanhamento processual só ocorreu às vésperas da realização desta inspeção, mais precisamente em 6/8/2015, o que demonstra que não há ritmo de trabalho adequado, não sendo providenciado o registro dos atos processuais no sistema.

A falta de alimentação do sistema informatizado de controle processual comprometeu a inspeção, pois os feitos selecionados, em sua expressa maioria, foram atualizados no sistema às vésperas desta inspeção.

O exame dos processos da amostragem revelou que não há controle melhor quanto ao cumprimento dos prazos.

Verificou-se descumprimento da Meta 04/2010 do CNJ, em razão da demora quanto à publicação dos acórdãos.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

A Diretora da Secretaria deve estar capacitada administrativa e processualmente, a fim de retomar a liderança, estimular a equipe e ter o controle unidade, mediante treinamento e seu engajamento.

Realizar planejamento do serviço com fixação de metas a serem atingidas.

Organizar o serviço no sentido de sanar o problema crônico de ausência de alimentação do sistema informatizado de controle processual.

Marcar sessão extraordinária quando uma sessão ordinária não for realizada, independentemente do motivo.

Marcar sessão extraordinária específica para o fim de concluir a pauta quando os processos pautados para uma determinada sessão não forem todos julgados, caso não seja possível julgá-los na seguinte.



Determinar o início da sessão às 13 horas, com intervalo às 16 horas, e posterior retorno para julgamento dos processos sem sustentação oral.

Controlar o tempo de sustentação oral pelo Ministério Público e pelos advogados.

Cumprir a Meta 04/2010 do CNJ, quanto à publicação dos acórdãos no prazo máximo de 10 dias.

Estabelecer rotina de trabalho a fim de evitar paralisação injustificada do andamento dos processos.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos; bem como atender às indicadas nos itens 2 e 3, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

## COORDENADORIA DA 5ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**1.1. Secretaria:** Coordenadoria da Quinta Turma

**1.2. Presidente do órgão:** Desembargador Federal **NÉVITON GUEDES**

Tempo de atuação: desde 18 de abril de 2015

**1.3. Diretor de Secretaria:** Fábio Adriani Cerneviva

Tempo de atuação: 30 de março de 2011

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Coordenadoria da Quinta Turma.

### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	11	-	-	-	8	19	11
Inspeção/2015	10	-	-	2	9	21	10

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 2 auxiliares a mais; todavia, houve redução de 1 servidor na área-fim.

O Diretor da Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo referido diretor.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Processos em tramitação na secretaria (agosto/2014)</b>	3.597
<b>Processos em tramitação na secretaria (julho/2015)</b>	3.625

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

A unidade tem controle interno do seu acervo e, com base neste, informou que os dados atualizados apontam a existência de 4.792 processos em tramitação.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados pelo critério de fase atual em que se encontram (aguardando decurso de prazo, certificar trânsito em julgado, processo sobrestado etc.). Os servidores atuam nos feitos de acordo com a respectiva fase processual, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

O acervo da unidade, quanto às metas do CNJ, apresenta atualmente o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	3
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	0
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	21
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	141
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	197
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	272
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

No acervo em tramitação na Secretaria (3.625 processos), o número de feitos da Meta 2 CNJ, distribuídos até 2010 e apurados em julho/2015, era de 634, correspondendo a 17,50%.

<b>Publicação de acórdãos (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	8.151
<b>Acórdãos publicados</b>	8.149
<b>tempo médio de publicação</b>	566
<b>publicações em prazo superior a 10 dias</b>	4.170
<b>Pendentes de publicação</b>	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>Processos com carga ou vista (julho/2015)</b>	
Total de processos <sup>1</sup>	338
Processo há mais tempo com carga ou vista <sup>2</sup>	00360651420094010000, desde 15/10/2013

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da 5ª Turma

Foram publicados entre agosto/2014 e julho/2015 8.149 acórdãos, dentre os 8.151 lavrados. Havia 2 pendentes de publicação em 31/7/2015 (00270249120124013500 e 00077369320034013300), segundo a amostragem dos processos.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 10 dias – segundo informação prestada pela unidade processante no questionário de inspeção – a contar da data em que o processo é recebido na Coordenadoria da Turma, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça.

O tempo médio de publicação dos acórdãos, a contar do julgamento, é de 566 dias, conforme dado estatístico apresentado pelo DIEST do TRF1 (vide tabela acima – “Publicação de Acórdãos”), ultrapassando em muito o prazo de 10 dias, estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2014 e julho/2015 houve 9.602, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 17.751 publicações no período objeto da inspeção.

A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito por meio de registro no sistema, acompanhamento semanal mediante geração de relatórios estatísticos nos sistemas do TRF1 (JURIS e e-Siest) e, no caso de processos que estão na Secretaria aguardando decurso de prazo, organização dos autos em pilhas nas estantes com a identificação do respectivo prazo (em folha de papel colada na frente de cada pilha). A cobrança de prazo ocorre, em regra, após o decurso de prazo para devolução, tendo em vista o acompanhamento semanal dos relatórios estatísticos gerados pelos sistemas processuais.

No acervo geral, não houve casos de extravio de processo sem a devida restauração.

<b>Processos sobrestados na Secretaria (julho/2015)</b>	
Total <sup>1</sup>	1.981
O mais antigo (00111115819974013900), desde <sup>2</sup>	24/05/2011

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da 5ª Turma

Na Secretaria existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 1.981 feitos, que se encontram devidamente organizados e armazenados.

<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2015)</b>	
Total	4
O mais antigo (00387484820144010000), desde	12/9/2014
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2015)</b>	
Total	28
O mais antigo (00446183020124013400), desde	22/10/2014
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2015)</b>	
Total	103
O mais antigo Mandado de Intimação n. 1171/2015, referente a vários processos com intimação para a AGU, destacando-se dentre eles o de n. 00163779020144010000, tendo sido expedido o referido mandado em 27/07/2015 (foi cumprido em 3/08/2015)	-

Fonte: Coordenadoria da 5ª Turma

Foram avistados 4 processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, 28 para diligência da parte ou de terceiro e de resposta a ofício, e 103 para requisição judicial. Os prazos já estavam vencidos. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

No processo n. 00387484820144010000 (aguardando cumprimento de carta de ordem desde 12/9/2014), há informação prestada pelo juízo ordenado, em 4/8/2015, juntada aos autos, na qual se vê que já foram citados/intimados 20 réus, tendo sido expedida, no juízo ordenado, a Carta Precatória de n. 2259/2015 à Comarca de Parauapebas/PA, objetivando a citação da última parte requerida que se encontra em local certo e sabido.

Já o processo de n. 00446183020124013400 (aguardando o cumprimento de diligência desde 22/10/2014), encontra-se no juízo de origem para o cumprimento da diligência, tendo havido o registro de sua baixa no sistema para essa finalidade, conforme informação colhida na consulta pública no sítio eletrônico do TRF1.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 3 dias, o que se revela adequado.

<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2015)</b>	
Total <sup>1</sup>	215
O mais antigo (00037393020114010000) desde <sup>2</sup>	10/6/2015
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	
Total <sup>1</sup>	23
O mais antigo (00123327219934013300) desde <sup>2</sup>	26/9/2013

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da 5ª Turma

Havia 215 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 10/6/2015, referente ao processo 00037393020114010000.

O tempo médio para a juntada de expedientes é de 3 dias, a contar da data do recebimento dos autos da unidade processante nos casos em que o processo se encontra no gabinete no momento em que a petição é protocolada. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema e acompanhamento semanal mediante a geração de relatórios estatísticos nos sistemas do TRF1 (JURIS e e-Siest).

No acervo existem 23 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Nos processos selecionados, não havia petições, ofícios e documentos pendentes de juntada.

Na amostra existe 1 processo paralisado (digital), sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria, que se encontra paralisado sem justa causa desde 26/9/2013 (00123327219934013300).

Em justificativa, o Diretor da Coordenadoria da Quinta Turma informou que o processo (digital) foi remetido à Quinta Turma em 5/10/2012, mas não foi registrada a fase de recebimento dos autos nessa unidade processante, além de não estarem disponíveis no sistema GPD para a sua visualização na chamada “caixa de triagem”. Informou, ainda, que foi aberto chamado técnico no sistema e-Sosti para a solução do problema relatado. Apesar de tal justificativa, chama a atenção o fato de ter sido juntada aos autos petição em 26/9/2013, o que, aparentemente, só foi possível após a visualização do processo no sistema.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, inclusive com casos de falta de registro no processo físico de fases processuais. São estes os processos em que há movimentações no sistema não registradas nos autos:

00037289720084013300	00026234720154010000	00091955920114014300
00055684120144010000	00123327219934013300	00135006520104013801
00167225420044013800	00179972220054013600	00244772920084013400
00258354420084010000	00270249120124013500	00295258120084010000
00367622520064013400	00454135620094010000	00622245720104010000
00693869820134010000		

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem da Secretaria, houve identificação de processos extraviados após vista ou carga: 00264065420044010000 e 00360651420094010000.

No caso do processo de n. 00264065420044010000, o Coordenador da Quinta Turma, em justificativa, informou que foi aberto procedimento avulso destinado à localização dos autos, tendo havido a remessa desse procedimento, por determinação do Presidente da Quinta Turma, ao relator originário, que é membro da Sexta Turma. Não há cadastro dessas informações nos registros do mencionado processo no sistema. A equipe da inspeção não teve acesso ao citado procedimento avulso.

Em consulta pública ao sítio eletrônico do TRF1, verificou-se que o referido processo foi recebido na Quinta Turma em 28/2/2012 e remetido à Procuradoria Regional Federal em 30/3/2012, não havendo registro de sua devolução. Consta, ainda, a informação de que, em 6/12/2013 foi expedido ofício de n. 201300537 à Procuradoria Regional Federal, sem registro de resposta.

No caso do processo de n. 00360651420094010000, verificou-se na consulta pública que os autos foram remetidos ao advogado da parte em 15/10/2013, não havendo registro de sua devolução.

A equipe da inspeção teve acesso à restauração dos autos do processo de n. 00360651420094010000 (autuada com o n. 0052777-06.2014.4.01.0000), que foi homologada mediante acórdão proferido em 24/6/2015, contra o qual foi interposto recurso especial em 30/7/2015, pendente de admissibilidade.

Na amostragem dos processos em tramitação na Secretaria, foi localizado 1 feito com distribuição no TRF1 anterior a 31/12/2006, inserido na META 2/2009 e 2010 CNJ (00167225420044013800). Esse processo foi distribuído no TRF1 duas vezes: a primeira em 31/12/2006, tendo havido julgamento, nesse Tribunal, em 14/7/2010, no sentido de anular a sentença recorrida. Devolvidos os autos ao juízo de primeiro grau, eles retornaram ao TRF1, com o mesmo número, em 9/8/2013, com outra sentença prolatada. Atualmente, aguarda julgamento de apelação, conforme informação colhida na consulta pública.

Por outro lado, não foi observado atraso na tramitação desse processo (00167225420044013800) na Coordenadoria da Quinta Turma, onde os atos processuais de intimação, juntada, controle de prazo e cumprimento de diligência foram e vem sendo praticados dentro da razoabilidade. Verificou-se, contudo, que houve a paralisação do processo por alguns períodos superiores a 90 dias, nos quais se encontrava no gabinete do relator.

Em relação aos processos listados recomenda-se:

- a) providenciar a restauração do feito 00264065420044010000;
- b) cobrar a devolução pelo juízo ordenado, no prazo de 30 dias, da carta de ordem expedida no processo 00387484820144010000 devidamente cumprida;
- c) dar andamento ao processo 00123327219934013300; e

d) proceder à publicação do acórdão no feito 00622245720104010000.

A Secretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 46 ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve cancelamento de uma sessão (13/8/2014) no período, em virtude de ausência justificada dos membros integrantes da Quinta Turma no dia designado.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois, dos 27 processos inspecionados, 4 encontravam-se com atraso na tramitação:

00387484820144010000	Aguardando cumprimento de carta de ordem há mais de 60 dias
00123327219934013300	Sem movimentação há mais de 60 dias
00622245720104010000	Pendente de publicação de acórdão há mais de 15 dias
00264065420044010000	Com carga excedida há mais de 60 dias

#### 4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A unidade processante está dividida em setores: **Divisão de Apoio aos Julgamentos (DIJUL)**, na qual os auxiliares desse setor são responsáveis pela inclusão dos processos em pauta de julgamento, publicação dos acórdãos, controle das notas taquigráficas, comunicações de antecipações de tutela em julgamento, etc.; **Divisão de Processamento de Procedimentos Diversos (DIPOD)**, onde os auxiliares do setor são responsáveis pelas comunicações das decisões que concedem tutelas de urgência, intimações e publicações de despachos e decisões, juntadas e análise de petições, conclusões e baixas; e **Setor de atendimento ao público**, sendo 2 terceirizados responsáveis pelo atendimento.

Os processos recebidos na Coordenadoria da Quinta Turma são triados e distribuídos para os supracitados setores conforme as suas atribuições e a fase em que são recebidos. Os autos físicos encontram-se bem localizados em estantes, onde cada pilha de processos é identificada com uma folha de papel (colada logo abaixo da pilha) contendo a atual e a próxima fase processual. O mesmo se verifica nos feitos que se encontram sobrestados na unidade processante, sendo cada pilha identificada com uma folha de papel contendo o número do recurso representativo de controvérsia que motivou o sobrestamento.

Além da organização dos processos em pilhas localizadas nas estantes com a identificação da atual fase e do próximo andamento dos processos em cada pilha,



foram relatadas pelo Diretor da Coordenadoria da Quinta Turma, como boas práticas, as seguintes:

a) emissão semanal de relatórios estatísticos (nos sistemas JURIS e e-Siest, do TRF1), a fim de identificar os processos sem andamento na secretaria ou com prazo de carga externa excedido, instaurando-se, nesse último caso, procedimento avulso destinado à cobrança da devolução dos autos;

b) juntada imediata das petições, ainda que o processo esteja aguardando decurso de prazo, fazendo-se uma análise de cada peça juntada a fim de se estabelecer a próxima fase do processo;

c) no caso de pedido de vista, para cópia, de processo físico que se encontra concluso no gabinete do relator, os autos são devolvidos à Coordenadoria da Quinta Turma que, imediatamente, junta termo contendo o nome do advogado ou da parte que solicitou a vista para cópia, com número de telefone para contato, no qual são anotados também o registro da vista dos autos (caso ela ocorra após a comunicação da parte ou advogado) e o controle do prazo (5 dias) durante o qual o processo fica, na Coordenadoria da Quinta Turma, disponível para vista e/ou obter cópia dos autos, sendo devolvidos conclusos ao gabinete do relator após a vista ou o término do aludido prazo;

d) inclusão de marcadores nos processos digitais, a fim de identificar, com mais facilidade, a última fase em que se encontrava o processo, permitindo, com mais agilidade, o seu andamento para a fase seguinte;

e) publicação dos despachos/decisões em até 3 dias, e dos acórdãos em até 5 dias, a contar do recebimento do processo na unidade processante e considerando, nos casos de julgamento por maioria, a inexistência de pendência quanto à juntada do voto vogal; e

f) preparação de todos os auxiliares para estarem aptos a desempenhar as diversas tarefas de tramitação processual, tanto dos processos na DIJUL como daqueles atribuídos à DIPOD, considerando-se as eventuais substituições de cada servidor em caso de ausências (férias, licença médica, etc.), bem como as situações em que há acúmulo de serviços em determinado setor.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Há muita interação da equipe da unidade processante, com o desempenho de suas atividades de maneira bem planejada e organizada pelo Diretor da Coordenadoria.

Mais da metade do quadro de pessoal da Secretaria é composta por estagiários e terceirizados, o que, conforme relato do próprio Chefe da Secretaria, é motivo de preocupação no que se refere à regularidade das atividades exercidas na unidade processante e à manutenção do seu bom desempenho, tendo em vista, principalmente, o fato de que a força de trabalho representada pelos estagiários (total de 9) não demonstra a mesma estabilidade daquela representada pelos servidores efetivos (total de 10).

Foram relatadas dificuldades na utilização do PJe, que, em razão de problemas técnicos, de cadastramento e de fluxo processual, tem causado entraves na tramitação dos processos eletrônicos que são recebidos diariamente na unidade processante, demandado um tempo maior de trabalho por parte dos servidores responsáveis pelo andamento desses processos eletrônicos. Isso é motivo de preocupação do Diretor da Coordenadoria da Quinta Turma, notadamente quanto à celeridade na tramitação dos feitos eletrônicos. Como exemplo, relataram-se os casos de um processo eletrônico cuja movimentação, no PJe, era visível apenas para um servidor, ficando indisponível para os demais; e de outro feito que foi julgado pela Quinta Turma fora do sistema PJe, com a impressão das peças principais dos autos e apresentação na sessão de julgamento, ante a impossibilidade de ser levado o feito à aludida sessão por meio do sistema PJe.

A consulta dos autos, especialmente para fins de cópias pelos advogados e pelas partes é sempre feita na Coordenadoria da Turma, ainda que, na ocasião do pedido de consulta, o processo esteja localizado num dos gabinetes. Assim, caso seja solicitada consulta dos autos pelos advogados ou pelas partes, o feito que se encontra no gabinete deve ser remetido à Secretaria da Turma para, uma vez lá, ser disponibilizado ao interessado. Esse procedimento, conforme relato do Diretor da Coordenadoria, além de demandar – em casos de processos com várias partes interessadas – deslocamentos reiterados dos autos, às vezes em curto espaço de tempo, entre a unidade processante e o gabinete do relator, gera um considerável risco de extravio, notadamente para processos com muitos volumes.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Registrar nos autos, com carimbos/etiquetas de remessa, recebimento, conclusão, juntada etc, todas as movimentações cadastradas no sistema.

Estudar a possibilidade de, após a juntada aos autos dos recursos especiais e extraordinários, ser realizada na Coordenadoria da Quinta Turma a intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões. Tal medida visa dar celeridade ao trâmite do feito, uma vez que seria evitada a remessa dos autos à Coordenadoria de Recursos – COREC para essa finalidade, pois, após a juntada da contraminuta ou a certificação do decurso do respectivo prazo concedido para a parte recorrida, a Coordenadoria da

Turma poderia remeter o processo diretamente à Presidência, responsável pelo juízo de admissibilidade.

Estudar, em conjunto com os gabinetes que compõem a Quinta Turma, a possibilidade de permitir que a consulta dos autos pelos advogados (inclusive para fins de cópia) seja feita nos gabinetes quando o processo lá estiver, evitando-se, assim, o seu deslocamento para a unidade processante e diminuindo o risco de extravio dos autos.

Priorizar o andamento de processos inseridos nas metas do CNJ, bem como daqueles com prioridade legal.

A Turma deve empreender esforços, junto aos gabinetes, a fim de viabilizar a remessa dos processos julgados à unidade processante em tempo hábil para que a publicação dos acórdãos possa ocorrer em até 10 dias após o julgamento.

Proceder à juntada das petições, ofícios e documentos pendentes.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos; bem como atender às indicadas no item 3, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

## COORDENADORIA DA 6ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; FGTS.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**1.1. Secretaria:** Coordenadoria da Sexta Turma

**1.2. Presidente do órgão:** Desembargador Federal **KÁSSIO NUNES MARQUES**

Tempo de atuação: desde 21 de agosto de 2014

**1.3. Diretor de Secretaria:** Vanessa Ferreira dos Santos

Tempo de atuação: desde 7 de novembro de 2011

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Coordenadoria da Sexta Turma.

### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	8	1	-	-	8	17	9
Inspeção/2015	7	-	1	-	7	15	8

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 2 auxiliares a menos. Houve redução de 1 servidor na área-fim.

A Diretora da Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados, e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela referida diretora.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Processos em tramitação na secretaria (agosto/2014)</b>	2.050
<b>Processos em tramitação na secretaria (julho/2015)</b>	2.119

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

A unidade tem controle interno do seu acervo e, com base neste, informou que os dados atualizados apontam a existência de 1.937 processos em tramitação.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados pelo critério de fase atual em que se encontram (aguardando decurso de prazo, certificar trânsito em julgado, etc.). Os servidores atuam nos feitos de acordo com a respectiva fase processual, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	1
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	0
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	12
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	12
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	9
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	20
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

No total de processos em tramitação na Secretaria (2.119), o número de feitos da Meta 2 CNJ, distribuídos até 2010 e apurados em julho/2015, era de 54, correspondendo a 2,55%.

Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Na amostragem, foi constatada a tramitação de processo inserido na Meta 6/2015 CNJ (identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no segundo grau), aguardando julgamento de apelação e remessa oficial (00162880420044013400). Tendo em vista tratar-se de processo incluído na Meta 6 deve-se priorizar sua tramitação.

<b>Publicação de acórdãos (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Acórdãos lavrados	9.671
Acórdãos publicados	9.670
tempo médio de publicação	471
publicações em prazo superior a 10 dias	7.472
Pendentes de publicação	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>Processos com carga ou vista (julho/2015)</b>	
Total de processos <sup>1</sup>	246
Processo há mais tempo com carga ou vista <sup>2</sup>	00105040720084013400, desde 14/10/2014

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da 6ª Turma

Foram publicados, entre agosto/2014 e julho/2015, 9.670 acórdãos, dentre os 9.671 lavrados, havendo 1 pendente de publicação em 31/7/2015.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 5 dias, segundo informação prestada pela unidade processante no questionário de inspeção, a contar da data em que o processo é recebido na Coordenadoria da Turma, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça.

O tempo médio de publicação dos acórdãos, a contar do julgamento, é de 471 dias, conforme dado estatístico apresentado pelo DIEST do TRF1 (vide tabela acima – “Publicação de Acórdãos”), ultrapassando em muito o prazo de 10 dias estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2014 e julho/2015 houve 5.604, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 15.274 publicações no período objeto da inspeção.

A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito por meio de registro no sistema e acompanhamento semanal mediante geração de relatórios estatísticos nos sistemas do TRF1 (JURIS e e-Siest). A cobrança de prazo ocorre, em regra, após o decurso de prazo para devolução, tendo em vista o acompanhamento semanal dos relatórios estatísticos gerados dos sistemas processuais.

No acervo geral não houve casos de extravio de processo sem a devida restauração.

<b>Processos sobrestados na Secretaria (julho/2015)</b>	
Total	13

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Na Secretaria não existem feitos sobrestados, segundo informação prestada pela unidade processante no questionário de inspeção. Apesar do dado estatístico apresentado pelo DIEST do TRF1 na tabela, em que se vê a existência de 13 processos sobrestados na unidade processante, a Coordenadoria da Sexta Turma

informou no questionário de inspeção que os autos sobrestados por decisão do STF permanecem nos gabinetes.

<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2015)</b>	
Total	6
O mais antigo: 00010833820104014300, desde	13/5/2015
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2015)</b>	
Total	5
O mais antigo 00065162520064013504, desde	6/7/2015
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2015)</b>	
Total	2
O mais antigo 00006378720084013400, desde	27/7/2015

Fonte: Coordenadoria da 6ª Turma

Foram avistados 6 processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, 5 para diligência da parte ou de terceiro e de resposta a ofício, e 2 para requisição judicial. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

No tocante ao processo 00010833820104014300 (aguardando cumprimento de carta de ordem desde 13/5/2015), há informação na consulta pública de que os autos foram solicitados, em 14/8/2015, pela Coordenadoria da Quinta Turma ao gabinete do relator para a juntada da carta de ordem.

Quanto ao processo 00065162520064013504 (aguardando resposta a ofício desde 6/7/2015), a consulta pública demonstra que em 7/8/2015 foi juntada aos autos a petição de n. 3699656, encontrando-se o processo, desde 10/8/2015, no gabinete do relator.

Por sua vez, a consulta pública informa que no processo 00006378720084013400 (aguardando cumprimento de mandado de intimação desde 27/7/2015) foi juntado mandado de intimação em 17/8/2015.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 3 dias, o que se revela adequado.

<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2015)</b>	
Total <sup>1</sup>	256
O mais antigo 00466512720114013400, desde <sup>2</sup>	6/2/2014
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	
Total <sup>1</sup>	0

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da 6ª Turma

Havia 256 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação.

Quanto ao feito 00466512720114013400 (aguardando juntada de petição desde 6/2/2014), verificou-se, na consulta pública, que a petição foi juntada em 20/8/2015,

tendo havido a remessa dos autos, nesse mesmo dia (20/8/2015), ao gabinete do relator.

O tempo médio para a juntada de expediente é de 2 dias, a contar da data do recebimento dos autos da unidade processante nos casos em que o processo se encontra no gabinete no momento em que a petição é protocolada. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz por meio de registro no sistema e acompanhamento semanal mediante a geração de relatórios estatísticos nos sistemas do TRF1 (JURIS e e-Siest).

No acervo não existem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na amostra, não havia petições, ofícios e documentos pendentes de juntada.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, inclusive com casos de falta de registro no processo físico de fases processuais. Seguem os processos em que há movimentações no sistema não registradas nos autos:

00036211520074014100	00043553920064013311	00082249220104013400
00092688320104014100	00113841320054013300	00162880420044013400
00406021920104010000	00546341420104013400	00687027620134010000

Verificaram-se, ainda, na amostragem, alguns processos com carimbo de conclusão sem data:

00051436920144013700	00060007920134013400	00063148820144013400
00261609120144013400	00475806220134013700	00793518520134013400

Na lista de feitos inspecionados, também foram constatados autos remetidos ao gabinete do relator sem fase de conclusão gerada no sistema: 00162880420044013400 e 00316226820094019199.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram autos extraviados.

Identificou-se 1 processo com carga excedida há mais de 60 dias (00105040720084013400). A equipe da inspeção teve acesso a um procedimento



avulso destinado à cobrança da devolução dos autos que se encontram na Procuradoria Regional da República desde 14/10/2014. No citado procedimento, foi proferida decisão, em 5/8/2015, determinando a devolução do processo pelo Ministério Público Federal até 8 de janeiro de 2016.

Observou-se, na amostragem, a presença de 1 agravo de instrumento convertido em retido e enviado ao arquivo em 28/7/2015, sem registro de baixa no sistema: 00406021920104010000.

Constatou-se ainda na listagem uma restauração de autos (00363096420144010000) em que foi certificado que o processo principal foi encontrado, sendo providenciado o apensamento da restauração de autos àquele processo (00332466020074013400). Não há registro de baixa da referida restauração de autos no sistema.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) cadastrar no sistema a fase de conclusão para os processos 00162880420044013400 e 00316226820094019199;

b) consultar o andamento da ação principal do agravo de instrumento de n. 00406021920104010000, a fim de averiguar a possibilidade de registrar a baixa desse recurso de agravo no sistema, uma vez que se encontra no arquivo, caso o feito principal tenha subido ao TRF1 para julgamento sem a reiteração do aludido agravo que foi convertido em retido; e

c) providenciar a baixa, no sistema, da restauração de autos n. 00363096420144010000.

A Secretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 46 ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve cancelamento de 3 sessões no período (dias 6/4/2015, 6/7/2015 e 27/10/2014), a pedido dos desembargadores que compõem a Sexta Turma.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Secretaria é baixo, considerando-se as recomendações elencadas acima.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

No tocante à metodologia dos trabalhos realizados na unidade processante, a Secretaria é dividida por setores: atendimento ao público, juntada de petição e análise, publicação de acórdãos e decisões, de modo que a triagem dos processos que chegam é realizada de acordo com as atribuições de cada setor.

Os processos físicos encontram-se bem localizados em estantes.

Além da organização dos processos em pilhas localizadas nas estantes com a identificação da atual fase, foram relatadas pela Diretora da Coordenadoria da Sexta Turma, como boas práticas, as seguintes:

a) emissão semanal de relatórios estatísticos (nos sistemas JURIS e e-Siest, do TRF1), a fim de identificar os feitos sem andamento na secretaria ou com prazo de carga externa excedido, instaurando-se, nesse último caso, procedimento avulso destinado à cobrança da devolução dos autos;

b) realização de mutirões para a juntada de petições e baixa de processos;

c) acompanhamento diário da produtividade dos setores;

d) preparação de todos os auxiliares para estarem aptos a desempenhar as diversas tarefas de tramitação processual, considerando-se as eventuais substituições de cada servidor em caso de ausências (férias, licença médica, etc.), bem como as situações em que há acúmulo de serviços em determinado setor; e

e) todas as atividades passam pela revisão final da Coordenadora, a fim de controlar a uniformidade nos procedimentos cartorários.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Há muita interação da equipe da unidade processante, com o desempenho de suas atividades de maneira bem planejada e organizada pela Diretora da Coordenadoria.

Quase a metade do quadro de pessoal da Secretaria é composta por estagiários, o que é motivo de preocupação no que se refere à regularidade das atividades exercidas na unidade processante e à manutenção do seu bom desempenho, tendo em vista que a força de trabalho representada pelos estagiários (total de 7) não demonstra a mesma estabilidade daquela representada pelos servidores efetivos (total de 8).

Foram relatadas dificuldades na utilização dos sistemas JURIS, e-JUR e PJe, que, segundo a Diretora da Coordenadoria da Sexta Turma, apresentam muitos erros e operam com lentidão.

A consulta dos autos, especialmente para fins de cópias pelos advogados e pelas partes é sempre feita na Coordenadoria da Turma, ainda que na ocasião do pedido de consulta, o processo esteja num dos gabinetes. Assim, caso seja solicitada consulta dos autos pelos advogados ou pelas partes, o feito que se encontra no gabinete deve ser remetido à Secretaria da Turma para, uma vez lá, ser disponibilizado para o interessado. Esse procedimento, além de demandar, em casos de processos com várias partes interessadas – deslocamentos reiterados dos autos, às vezes em curto

espaço de tempo – entre a unidade processante e o gabinete relator, gera um considerável risco de extravio, notadamente para autos com muitos volumes.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

Registrar nos autos, com carimbos/etiquetas de remessa, recebimento, conclusão, juntada, etc., todas as movimentações cadastradas no sistema.

Cadastrar no sistema a fase de conclusão nos processos que são remetidos aos gabinetes para decisão/despacho/julgamento.

Colocar a data nos carimbos/etiquetas de conclusão.

Estudar a possibilidade de, após a juntada aos autos dos recursos especiais e extraordinários, ser realizada na Coordenadoria da Sexta Turma a intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões. Tal medida visa dar celeridade ao trâmite do feito, uma vez que seria evitada a remessa dos autos à Coordenadoria de Recursos – COREC para essa finalidade, pois, após a juntada da contraminuta ou a certificação do decurso do respectivo prazo concedido para a parte recorrida, a Coordenadoria da Turma poderia remeter o processo diretamente à Presidência, responsável pelo juízo de admissibilidade.

Estudar, em conjunto com os gabinetes que compõem a Sexta Turma, a possibilidade de permitir que a consulta dos autos pelos advogados (inclusive para fins de cópia) seja feita nos gabinetes quando o processo lá estiver localizado, evitando-se, assim, o seu deslocamento dos gabinetes para a unidade processante e diminuindo o risco de extravio dos autos.

Priorizar o andamento de processos inseridos nas metas do CNJ, bem como daqueles com prioridade legal.

A Turma deve empreender esforços, junto aos gabinetes, a fim de viabilizar a remessa dos processos julgados à unidade processante em tempo hábil para que a publicação dos acórdãos possa ocorrer em até 10 dias após o julgamento.

Proceder à juntada das petições, ofícios e documentos pendentes.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhando os respectivos andamentos; bem como atender às indicadas nos itens 2 e 3, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

## COORDENADORIA DA 7ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos; questões de direito financeiro.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**1.1. Secretaria:** Coordenadoria da Sétima Turma

**1.2. Presidente do órgão:** Desembargador Federal **JOSÉ AMILCAR MACHADO**

Tempo de atuação: desde 25/6/2014

**1.3. Diretor de Secretaria:** Antônio Luiz Carvalho Neto

Tempo de atuação: sem informação (encontrava-se em férias)

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo coordenador em exercício, haja vista o titular do cargo se encontrar em férias.

### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	12	-	-	-	8, sendo 2 de nível médio	20	12
Inspeção/2015	10	-	01	03	10, sendo 3 de nível médio	24	11

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em setembro de 2013, contando, atualmente, com 4 auxiliares a mais; todavia, houve redução de 1 servidor na área-fim.

Não foi possível falar diretamente com o Coordenador da Secretaria, pois se encontrava em férias. Não existe fixação de metas, sejam individuais ou gerais. Os servidores não pareceram motivados, em como não se observou planejamento, controle ou avaliação dos resultados.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Processos em tramitação na secretaria (agosto/2014)</b>	4.632
<b>Processos em tramitação na secretaria (julho/2015)</b>	4.967

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

A unidade afirmou não possuir condições de identificar no valor do acervo quantos processos são físicos, digitais e eletrônicos.

Os processos físicos ficam armazenados em estantes e organizados pela fase processual em que se encontram, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos feitos de acordo com a respectiva fase processual. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo aos sistemas de movimentação processual, seja no acompanhamento de processos físicos, seja nos digitais. Também foram relatados problemas com o PJe, recentemente implantado no Tribunal.

O acervo da unidade, quanto às metas do CNJ, apresenta atualmente o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	3
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	0
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	7
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	9
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	12
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	14
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

No total de processos em tramitação na Secretaria (4.967), o número de feitos da Meta 2 CNJ, distribuídos em 2010 e apurados em julho/2015, era de 45 processos, correspondendo a 0,90%.

Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Foram observados 2 feitos que se inserem na Meta 6 de 2015 (“Identificar e julgar, até 31.12.2015, as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013”): 0001380-60.2009.4.01.3304 e 0004149-68.2001.4.01.4000, os quais não estão identificados com etiqueta própria, ambos pendentes de julgamento. Tendo em vista tratar-se de processos incluídos na Meta 6, deve-se priorizar a tramitação.

<b>Publicação de acórdãos (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
Acórdãos lavrados	25.945
Acórdãos publicados	25.940
tempo médio de publicação	275
publicações em prazo superior a 10 dias	25.848
Pendentes de publicação	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>Processos com carga ou vista (julho/2015)</b>	
Total de processos	1.276

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Foram publicados, entre agosto/2014 e julho/2015, 25.940 acórdãos, dentre os 25.945 lavrados. Havia 5 pendentes de publicação em 31/7/2015, sendo o mais antigo o 0001717-14.2008.4.01.3801.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 7 dias, segundo informação prestada pela unidade processante no questionário de inspeção, a contar da data em que o processo é recebido na Coordenadoria da Turma, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça.

O tempo médio de publicação dos acórdãos, a contar do julgamento, é de 275 dias, conforme dado estatístico apresentado pelo DIEST (vide tabela acima – “Publicação de Acórdãos”), ultrapassando em muito o prazo de 10 dias estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2014 e julho/2015 houve 8.709, o que, somando ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 34.649 publicações no período objeto da inspeção.

A Secretaria possui controle de prazo de algumas fases processuais, que é feito por meio de registro no sistema. A emissão de relatórios de processos com vista, para cobrança de prazo aos órgãos públicos ocorre, em regra, a cada 2 meses. Em relação ao prazo de carga para os advogados privados, o controle é feito por meio das guias de recebimento, mensalmente. Segundo relatado pela Diretora de Processamento, a cobrança é realizada por telefone, meio que tem se mostrado eficaz. Houve a identificação de processo extraviados após vista ou carga: 0007704-21.2008.4.01.0000.

Atualmente, existem 1.276 processos com carga ou vista, cujo tempo médio de 188 dias. Embora esse tempo supere em muito qualquer prazo previsto para as partes, foi informado que, semanalmente, a secretaria imprime relatório de processos com prazo de carga ou vista excedido, procedendo-se à cobrança, normalmente por telefone. Não logrando êxito, é expedido ofício para tal fim. Houve a identificação de 1 processo extraviado após vista ou carga (0027196-38.2004.4.01.0000), tendo a Secretaria informado que se trata de petição autuada como procedimento avulso,

relativa a processo já baixado, de forma que foi diligenciado junto ao 1º grau, para verificar se o procedimento teria baixado em apenso, sem informação no sistema.

<b>Processos sobrestados na Secretaria (julho/2015)</b>	
Total	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Na Secretaria, existem 2 processos sobrestados, em razão de decisão do STF/STJ, que se encontram devidamente organizados e armazenados.

<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2015)</b>	
Total	0
O mais antigo desde	-
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2015)</b>	
Total	74
O mais antigo (0003862-76.20013.4.01.4100) desde	27/1/2015
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2015)</b>	
Total	3
O mais antigo desde	Não informado

Fonte: Coordenadoria da 7ª Turma

Não existem processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, mas existem 74 pendentes de diligência da parte ou de terceiro e de resposta a ofício, e 3 de requisição judicial. Os prazos já estavam vencidos e a secretaria não demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2015)</b>	
Total <sup>1</sup>	539
O mais antigo (2003.38.00.070131-8) desde <sup>2</sup>	2/10/2013
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	
Total <sup>1</sup>	57

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da 7ª Turma

Há 539 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 2/10/2013, referente ao Processo 2003.38.00.070131-8.

Na entrevista, foi esclarecido que, estando os autos na secretaria, a juntada é feita em 2 a 3 dias e, quando em carga ou vista, apenas quando devolvidos, ocorrendo a juntada em cerca de 20 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual.

No acervo existem 57 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 28/11/2013 (00057373-38.2011.4.01.0000).

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 38 processos selecionados para a inspeção, 2 deles não puderam ser inspecionados diretamente, pois não foram localizados: 0027196-38.2004.4.01.0000 e 0037266-84.2012.4.01.9199. Em relação a estes, foi realizada análise da movimentação processual registrada no sistema.

A amostragem não revelou processos sem movimentação desde a distribuição, porém, o feito 0057373-38.2011.4.01.0000 encontra-se sem movimentação há mais de 90 dias, sem qualquer justificativa.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, nos seguintes processos:

0000749-27.2007.4.01.3809	0001380-60.2009.4.01.3304
0001165-47.2006.4.01.3803	0004534-31.2005.4.01.3400

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior, tendo a Secretaria informado que todas as pendências registradas foram solucionadas.

Em relação aos processos listados recomenda-se:

- a) verificar o andamento dos autos não localizados, providenciando-se à restauração, se for o caso;
- b) regularizar a fase processual no sistema para corresponder à efetiva movimentação do processo, assim como registrar nos autos as fases existentes apenas no sistema; e
- c) priorizar o andamento dos processos inseridos nas metas do CNJ, bem como os que possuem prioridade prevista em lei.

No período de agosto/2014 e julho/2015, aconteceram 42 sessões ordinárias, havendo o cancelamento de duas, em 7/5/2015 e 26/5/2015, em virtude de falta de quórum.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Secretaria é baixo, considerando-se as recomendações elencadas acima.



#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

A Secretaria é chefiada pelo Coordenador, que secretaria as sessões da turma, ficando também, juntamente com o Diretor da Divisão, responsável pelo atendimento aos advogados por telefone. O atendimento no balcão é feito por dois servidores terceirizados, sob a supervisão do referido diretor. As demais atribuições são distribuídas de acordo com a fase processual, observando-se sempre o setor mais deficitário, para que sejam deslocados mais servidores para este.

Porém, foi relatado que o número de servidores é insuficiente para a carga de trabalho.

A Secretaria, por delegação dos desembargadores, procede – após a juntada de embargos declaratórios nos quais se afirme haver efeitos infringentes – à intimação da parte embargada para apresentar contrarrazões. Foi informado que essa intimação ocorre em cerca de 90% dos processos com embargos declaratórios.

#### **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Foram relatadas dificuldades na utilização do PJe (sistema de processo judicial eletrônico adotado pelo CNJ), recém implantado no Tribunal, mormente no que diz respeito à distribuição automática dos processos e a ausência de geração automática de certidões de intimação.

O sistema de movimentação processual apresenta dados estatísticos divergentes.

#### **6) RECOMENDAÇÕES**

Registrar nos autos, com carimbos/etiquetas de remessa, recebimento, conclusão, juntada, etc., todas as movimentações cadastradas no sistema, além de certificar os atos praticados, a exemplo do traslado de peças.

Estudar a possibilidade de, após a juntada aos autos dos recursos especiais e extraordinários, ser realizada na Coordenadoria da Sétima Turma a intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões. Tal medida visa dar celeridade ao trâmite do feito, uma vez que seria evitada a remessa dos autos à Coordenadoria de Recursos – COREC para essa finalidade, pois, após a juntada da contraminuta ou a certificação do decurso do respectivo prazo concedido para a parte recorrida, a Coordenadoria da Turma poderia fazer conclusão para admissibilidade.

Intensificar o controle dos processos com prazo de carga/vista excedido, haja vista o relatório informar que o prazo médio é de 188 dias.

Priorizar o andamento de processos inseridos nas metas do CNJ, bem como daqueles com prioridade legal.

A Turma deve empreender esforços, junto aos gabinetes, a fim de viabilizar a remessa dos processos julgados à unidade processante em tempo hábil para que a publicação dos acórdãos possa ocorrer em até 10 dias após o julgamento.

Proceder à juntada das petições, ofícios e documentos pendentes.

Fazer conclusão dos embargos de declaração após sua juntada, devendo a análise acerca da necessidade de intimação da parte embargada para apresentar contrarrazões ser realizada pelo Gabinete.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos; bem como atender às indicadas nos itens 2 e 3, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

## COORDENADORIA DA 8ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos; questões de direito financeiro.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**1.1. Secretaria:** Coordenadoria da 8ª Turma

**1.2. Presidente do órgão:** Desembargadora Federal **MARIA DO CARMO CARDOSO**

Tempo de atuação: desde 26/11/2013

**1.3. Coordenador da Secretaria:** Jesus Narvaez da Silva

Tempo de atuação: desde outubro de 2004

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Coordenadoria da Turma.

### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2013	10	1	-	-	8, sendo 4 de nível médio	19	11
Inspeção/2015	7	1	2	3	08, sendo 3 de nível médio	21	10

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existência na inspeção realizada em setembro/2013, contando, atualmente, 2 auxiliares a mais; todavia, houve redução de 1 servidor na área-fim.

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo referido diretor.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO</b>	
<b>Processos em tramitação na secretaria (agosto/2014)</b>	4.175
<b>Processos em tramitação na secretaria (julho/2015)</b>	3.438

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

A unidade tem controle interno do seu acervo e, com base neste, informou que os dados atualizados apontam a existência de 4.585 processos em tramitação.

Os autos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados pelo critério de fase atual em que se encontra (aguardando decurso de prazo, certificar trânsito em julgado, processo sobrestado, etc.). Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

O acervo da unidade, quanto às metas do CNJ, apresenta atualmente o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	7
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	2
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	10
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	18
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	14
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	22
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0
<b>META ESPECÍFICA** (distribuídos até 31/12/2013)</b>	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

No total de processos em tramitação na Secretaria (3.438), o número de feitos da Meta 2 CNJ, distribuídos em 2010 e apurados em julho/2015, era de 73, correspondendo a 2,12%.

<b>Publicação de acórdãos (agosto/2014 a julho/2015)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	19.686
<b>Acórdãos publicados</b>	19.681
<b>tempo médio de publicação</b>	589
<b>publicações em prazo superior a 10 dias</b>	19.625
<b>Pendentes de publicação</b>	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

<b>Processos com carga ou vista (julho/2015)</b>	
Total de processos <sup>1</sup>	3.056
Processo há mais tempo com carga ou vista <sup>2</sup>	00382701620094010000, desde 11/10/2011

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da 8ª Turma

Foram publicados, entre agosto/2014 e julho/2015, 19.681 acórdãos, dentre os 19.686 lavrados, havendo 5 pendentes de publicação em 31/7/2015.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 9 dias, segundo informação prestada pela unidade processante no questionário de inspeção, a contar da data em que o processo é recebido na Coordenadoria da Turma, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça.

O tempo médio de publicação dos acórdãos, a contar do julgamento, é de 589 dias, conforme dado estatístico apresentado pelo DIEST do TRF1 (vide tabela acima – “Publicação de Acórdãos”), ultrapassando em muito o prazo de 10 dias estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2014 e julho/2015 houve 10.907, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 30.588 publicações no período objeto da inspeção.

A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito por meio de registro no sistema. A cobrança de prazo ocorre, em regra, após o decurso de prazo para devolução, conforme relato do Diretor da unidade processante.

<b>Processos sobrestados na Secretaria (julho/2015)</b>	
Total	9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - DIEST

Na Secretaria existiam, em julho/2015, 9 processos sobrestados.

<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2015)</b>	
Total	-
O mais antigo desde	-
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2015)</b>	
Total	-
O mais antigo desde	-
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2015)</b>	
Total	-
O mais antigo desde	-

Não foram avistados processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, de diligência da parte ou de terceiro e de resposta a ofício ou requisição judicial. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2015)</b>	
Total <sup>1</sup>	834
O mais antigo 0895882419984010000, desde <sup>2</sup>	27/4/2010
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	
Total <sup>1</sup>	45
O mais antigo desde	-

Fonte: (1) Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DIEST; (2) Coordenadoria da 8ª Turma

Havia 834 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 27/4/2010, referente ao processo 0895882419984010000.

A equipe de inspeção observou a existência de petições pendentes de juntada desde 2014, tendo o Coordenador informado que, existindo embargos de declaração e recurso extraordinário/especial pendentes de juntada no mesmo processo, apenas o primeiro é inserido no processo, providenciando-se a juntada do recurso excepcional somente após o julgamento dos declaratórios.

O tempo médio para a juntada é de 17 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema.

No acervo existem 45 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

A amostragem não revelou a existência processos sem movimentação desde a distribuição.

Na amostra, não havia petições, ofícios e documentos pendentes de juntada.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, inclusive com casos de falta de registro no processo físico de fases processuais. São estes os processos em que há movimentações no sistema não registradas nos autos:

0012387-29.2012.4.01.3600	0025060-82.2006.4.01.3400
0017858-73.2014.4.01.3400	

Verificaram-se, ainda, na amostragem, alguns processos remetidos ao arquivo e sem baixa no sistema. São eles: 0028595-53.2014.4.01.0000 e 0054818772013401.0000.

Na lista de processos inspecionados, também foi constatado 1 processo aguardando certificação de trânsito em julgado e baixa no sistema (0044359-16.2013.4.01.0000)

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados.

Identificou-se 1 processo com carga excedida há mais de 60 dias: 0038270-16.2009.4.01.0000. Na consulta pública verificou-se que o aludido processo foi remetido ao advogado da parte em 11/10/2011, sem registro de devolução.

Em relação aos processos listados recomenda-se:

- a) Providenciar a baixa no sistema dos feitos 0028595-53.2014.4.01.0000 e 0054818-77.2013.4.01.0000, que foram remetidos ao arquivo.
- b) Certificar o trânsito em julgado e providenciar a baixa, no sistema, do processo 0044359-16.2013.4.01.0000.
- c) Cobrar a devolução, no prazo de 10 dias, do feito 0038270-16.2009.4.01.0000.

A Secretaria administra a realização, em média, de 3 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2014 e julho/2015, 39 ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve cancelamento de 3 sessões no período (dias 15/8/2014, 8/5/2015 e 3/7/2015), em razão da falta de quorum, segundo informação apresentada no questionário de inspeção.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Secretaria é baixo, considerando-se as recomendações elencadas acima.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

A Secretaria é chefiada pelo Coordenador, que secretaria as sessões da Turma. O atendimento no balcão é feito por dois servidores terceirizados, sob a supervisão do Diretor da Divisão. As demais atribuições são distribuídas de acordo com a fase processual, observando-se sempre o setor mais deficitário, para que sejam deslocados mais servidores para este. Porém, foi relatado que o número de servidores é insuficiente para a carga de trabalho. A Secretaria, por delegação dos desembargadores, procede – após a juntada de embargos declaratórios nos quais se afirme haver efeitos infringentes – à intimação da parte embargada para apresentar contrarrazões. Foi informado que essa intimação ocorre em cerca de 90% dos processos com embargos declaratórios.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Foram relatadas dificuldades na utilização do PJe (sistema de processo judicial eletrônico adotado pelo CNJ), recém implantado no Tribunal, mormente no que diz respeito à distribuição automática dos processos e à ausência de geração automática de certidões de intimação.

O sistema de movimentação processual apresenta dados estatísticos divergentes.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Registrar nos autos, com carimbos/etiquetas de remessa, recebimento, conclusão, juntada, etc., todas as movimentações cadastradas no sistema, além de certificar os atos praticados, a exemplo do traslado de peças.

Proceder à juntada, em cada processo, de todas as petições a ele relacionadas, evitando-se, por exemplo, a prática de juntar apenas os embargos declaratórios, deixando nas estantes os recursos excepcionais.

Após a juntada dos embargos de declaração e de eventuais recursos excepcionais, fazer a conclusão dos embargos, devendo a análise acerca da necessidade de intimação da parte embargada para apresentar contrarrazões ser realizada pelo Gabinete.

Estudar a possibilidade de, após a juntada aos autos dos recursos especiais e extraordinários, ser realizada na Coordenadoria da Oitava Turma a intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões. Tal medida visa dar celeridade ao trâmite do feito, uma vez que seria evitada a remessa dos autos à Coordenadoria de Recursos – COREC para essa finalidade, pois, após a juntada da contraminuta ou a certificação do decurso do respectivo prazo concedido para a parte recorrida, a Coordenadoria da Turma poderia fazer conclusão para admissibilidade.

Estudar, em conjunto com os gabinetes que compõem a Oitava Turma, a possibilidade de permitir que a consulta dos autos pelos advogados (inclusive para fins de cópia) seja feita nos gabinetes quando o processo lá estiver localizado, evitando-se, assim, o seu deslocamento dos gabinetes para a unidade processante e diminuindo o risco de extravio dos autos.

Priorizar o andamento de processos inseridos nas metas do CNJ, com a triagem adequada desses feitos e sua identificação, bem como daqueles com prioridade legal.



A Turma deve empreender esforços, junto aos gabinetes, a fim de viabilizar a remessa dos processos julgados à unidade processante em tempo hábil para que a publicação dos acórdãos possa ocorrer em até 10 dias após o julgamento.

Dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos; bem como atender às indicadas no item 3 acima, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

## F. UNIDADES ESPECIAIS

### COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

##### 1.1. Coordenador: Desembargadora Federal **GILDA SIGMARINGA SEIXAS**

Tempo de atuação: desde 25 de abril de 2014

A Desembargadora acumula as funções de Presidente da 1ª Turma e integrante da 1ª Seção; sendo, ainda, Presidente da Turma Regional de Uniformização.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Secretária da Turma de Regional de Uniformização.

##### 1.2. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Coordenação dos Juizados Especiais Federais
Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	1
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	3
Vagas não ocupadas	3 (estagiários)
Estagiários	1
TOTAL	17
Servidores em área-fim	3

**1.2.1. Cargos e funções comissionadas em atividade:** são em número de 6, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ-3	CJ-2	CJ-1	FC-6	FC-5	FC-4	FC-3	FC-2	FC-1
Coordenação dos JÉFs	-	1	-	-	3	1	1	-	-

## **2) ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:**

A unidade está organizada com as respectivas funções e atribuições, distribuídas em três setores: Secretaria da Turma Regional de Uniformização; Seção de Juizados e de Juizados Itinerantes; e Seção de Gestão do Conhecimento.

A Coordenação dos Juizados Especiais Federais não é um órgão eminentemente administrativo, nela tramitando processos judiciais relativos a pedidos de uniformização de jurisprudência entre as diversas turmas recursais da região. A Desembargadora Coordenadora é a Presidente da Turma Regional de Uniformização.

Em relação a tais feitos, realiza, por sua secretaria, os atos de movimentação processual pertinentes.

Os processos, quando do seu recebimento, passam por uma triagem. Somente tramitam autos físicos, que ora ficam acondicionados em armário na secretaria, ora se encontram com os respectivos relatores.

Não há o estabelecimento de metas específicas de trabalho para os servidores, em face do reduzido número de feitos que tramitam na unidade.

O controle interno dos expedientes é realizado mediante o Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

O atendimento às partes e advogados é feito pelo correspondente supervisor do setor.

A meta 10/2010-CNJ é cumprida pela unidade.

Não foram listados processos para inspeção na unidade, pois o acervo era reduzido e constituído, na ocasião, de 215 feitos em tramitação.

Não havia recomendações pendentes da inspeção anterior.

## **3) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:**

Em julho de 2015, havia 215 processos em tramitação, conforme dados colhidos no e-SIEST – Sistema de Informações Gerenciais da Justiça Federal da 1ª Região. O acervo de sobrestados, em face de decisão do STF/STJ, era de 162 feitos.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta atualmente o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (Julho/2015)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	33
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	17
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	7
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	-
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	28
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	-
<b>META 4/2015* (distribuídos até 31/12/2013)</b>	-
<b>META ESPECÍFICA **(distribuídos até 31/12/2013)</b>	-

\* Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2013.

No total de processos em tramitação da unidade, (215), o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2010 e apurado em julho/2015, era de 85, o que corresponde a 39,53%.

Inexiste tratamento específico para prioridade de feitos indicados em metas do Conselho Nacional de Justiça, tendo em vista a pequena quantidade de processos e o fato de que estes são levados a julgamento no mesmo ano.

No período de agosto/2014 a julho/2015, foram publicados 144 acórdãos, observando-se o tempo médio de 47 dias. Houve 72 processos com prazo excedido de publicação, segundo a Meta 4/2010 CNJ e, em julho de 2015, havia 5 acórdãos pendentes de publicação.

Havia 1 processo (0048854-35.2006.4.01.3400) com carga ou vista, desde 24/7/2015; e 5 feitos com pendência de juntada de petição, ofício ou documento, desde 2/12/2015 (0016785-36.2004.4.01.3200).

#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou que foi realizada apenas uma sessão de julgamento no intervalo de agosto de 2014 a julho de 2015, no dia 31 de outubro de 2014.

#### **5) RECOMENDAÇÕES:**

Estudar a possibilidade de elevar o número de sessões de julgamento dos pedidos de uniformização de jurisprudência, considerando-se, nos termos do art. 14, §§1º e 3º, da Lei 10.259/2001, ser a Turma Regional integrada pelo Desembargador Coordenador e pelos juízes das turmas em conflito, podendo tais reuniões ocorrerem por meio eletrônico.

Envidar esforços no sentido de diminuir o prazo para publicação de acórdãos, com vistas à adequação à Meta 4/2010 do CNJ.

**NÚCLEO CENTRAL DE MÉTODOS CONSENSUAIS  
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA**

## 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Coordenador: Desembargadora Federal **MARIA DO CARMO CARDOSO**

1.2. Tempo de atuação: desde maio de 2014, designada pela Portaria PRESI/ASMAG 169, publicada em 20/5/2014.

A Desembargadora acumula as funções com o respectivo gabinete jurisdicional, sendo Presidente da 8ª Turma e compondo, ainda, a 4ª Seção.

Não há juízes federais em auxílio ao Núcleo de Conciliação.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora do Núcleo de Conciliação, Rosana Monori, na função desde maio de 2014.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Núcleo Central de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos e Cidadania
Servidores efetivos	02
Servidores sem vínculo	-
Servidores requisitados	01
Servidores prestando serviços em outros setores	-
Terceirizados	03
Vagas não ocupadas	-
Estagiários	04
TOTAL	10
Servidores em área-fim	02

1.3.1. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 3 funções gratificadas, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Núcleo Central de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos e Cidadania	-	-	-	01	-	01	01	-	-

## 2) METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:

As atribuições do Núcleo Central de Conciliação, previstas na Portaria Presi/Cenag 2/2011, são:

- I – buscar, por meio da mediação e/ou conciliação, solucionar as questões cíveis que versem sobre direitos patrimoniais disponíveis e/ou questões que, por sua natureza, a lei permita a transação, observadas as regras desta Resolução;
- II – registrar as informações referentes aos processos conciliados e não conciliados, bem assim as relativas ao quantitativo de audiências para posterior consolidação e análise;
- III – centralizar as informações sobre a conciliação da 1ª Região e fornecer relatório estatístico das informações relativas ao semestre anterior, por unidade e globalizado, até o quinto dia dos meses de fevereiro e setembro ao titular do Núcleo;
- IV – divulgar, organizar e arquivar os atos e normas referidos no art. 4º, III e IV;
- V – mapear as boas práticas e difundir-las aos núcleos seccionais;
- VI – realizar estudos, com apoio da área técnica, para a inclusão de novas matérias no SistCon;
- VII – remeter os processos aos gabinetes ou turmas, conforme o caso, quando frustrada a conciliação;
- VIII – providenciar o expediente ordinário no tocante ao: a) controle de frequência de servidores e de materiais de consumo e permanente e arquivos; b) elaboração de ofícios, certidões; c) execução de sistemas administrativos e, se for o caso, judiciais; d) expedição e recebimento de documentos; e) outras atividades necessárias ao funcionamento do núcleo.

Segundo narrado pela Diretora, há duas formas de ingresso de processos no Núcleo Central de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos e Cidadania: I) encaminhados diretamente da CORIP (processos em que a Caixa Econômica Federal seja apelante e aqueles que discutem benefícios previdenciários de segurado especial ou benefício assistencial); e II) solicitados pelo núcleo aos gabinetes.

Ressalte-se que, conquanto tenha sido informado que todos os processos de interesse de segurado especial sejam enviados ao Núcleo diretamente da CORIP, a Resolução PRESI/CENAG n. 16, de 24/3/2011, em seu art. 21, estabelece a remessa direta apenas dos feitos que versem sobre aposentadoria rural por idade.

Os processos são recebidos por um servidor, que os separa por órgão (CEF e INSS). Os primeiros passam por uma triagem do próprio advogado da empresa, que apresenta proposta de acordo, quando for o caso. Por outro lado, os processos do INSS são localizados em estantes para oportuna triagem, que é realizada pelos estagiários de nível superior. Separados os feitos suscetíveis de acordo, estes são encaminhados ao INSS. Os demais são remetidos aos gabinetes dos relatores.

Recebidos os autos, é providenciada a juntada de petições e intimação das partes, o que fica a cargo de outra servidora (FC-4) e dos terceirizados.

Havendo acordo, a minuta da decisão homologatória é redigida pela Diretora do Núcleo e submetida à Desembargadora. Caso contrário, os processos são enviados aos gabinetes dos relatores.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 65 processos selecionados para inspeção, apenas 43 foram diretamente inspecionados, uma vez que os demais já haviam sido encaminhados a outros setores ou não foram localizados.

Os feitos localizados na unidade não estavam separados para a inspeção, muito embora a unidade tenha sido previamente intimada por intermédio da Presidência do Tribunal, mediante ofício encaminhado pela Corregedoria-Geral do Conselho da Justiça Federal para esse fim. Uma vez apresentada a listagem de processos pela equipe de inspeção, durante a visita à unidade, foi providenciada a separação dos autos, porém, nem todos estavam acompanhados dos registros processuais pertinentes.

Os autos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Não foram localizados os seguintes feitos:

0000489-07.2002.4.01.3200	0016768-83.2007.4.01.3300
0046440-06.2011.4.01.0000	0017697-35.2001.4.01.0000
0015592-51.2002.4.01.0000	0028785-45.2007.4.01.3400
0015621-21.2000.4.01.3800	

O primeiro processo foi distribuído no Tribunal em 24/6/2010 e remetido ao Núcleo de Conciliação em 2/6/2011, porém, não foi localizado, sendo necessária sua restauração. No que se refere ao feito de n. 0046440-06.2011.4.01.0000, que teria sido recebido no Núcleo em 13/8/2014, pela consulta ao sistema, há um agravo regimental contra decisão terminativa pendente de julgamento. Não haveria, a princípio, razão para ter sido enviado ao Núcleo, devendo ser analisada possível inconsistência da informação e a localização dos autos, ou sua restauração. Ambos os casos referem-se a processos de meta.

Os demais processos não localizados, ou estavam apenas a feitos já baixados ou foram objeto de conciliação em 1º grau, fazendo-se necessária a atualização da movimentação no sistema.

Também não foram diretamente inspecionados os autos a seguir identificados, que haviam sido remetidos a outros setores:

0022201-78.2014.4.01.9199	0015826-61.2014.4.01.9199*
0029260-72.2001.4.01.3800	0017164-70.2014.4.01.9199*
0041870-38.2002.4.01.3800	0028941-52.2014.4.01.9199*
0001114-63.2007.4.01.3815*	0028944-07.2014.4.01.9199*
0001545-91.2006.4.01.3311	0029013-39.2014.4.01.9199*



0002429-07.2013.4.01.3819*	0036278-44.2005.4.01.3400*
0013063-87.2014.4.01.9199*	0039493-86.2009.4.01.3400*
0013974-02.2014.4.01.9199*	0054846-69.2008.4.01.9199
0015471-51.2014.4.01.9199*	

Os três primeiros não foram inspecionados, uma vez que dois deles já baixaram à origem em face do trânsito em julgado e o terceiro não se encontrava no setor por ter sido remetido ao INSS para ciência da decisão que homologou a desistência de embargos declaratórios. Entretanto, deve ser destacado que o Processo 0029260-72.2001.4.01.3800 transitou em julgado em 4/12/2013, porém, embora se tratasse de processo de meta, a baixa ocorreu apenas em 21/7/2015.

Os demais processos foram devolvidos aos gabinetes dos relatores por não satisfazerem, segundo a triagem do setor, os requisitos necessários para a conciliação. Nesse aspecto, é de ser destacado que a grande maioria dos feitos (identificados com asterisco) passou mais de um ano no Núcleo até que fossem apreciados.

Na análise dos feitos separados para inspeção, destacam-se alguns parados há mais de um ano, listados a seguir, muitos dos quais ainda pendentes de triagem, mesmo se tratando de autos com prioridade de tramitação, como é o caso dos 10 primeiros da listagem. Os Processos 0040474-08.2014.4.01.9199 e 0029110-39.2014.4.01.9199 não estão identificados com etiqueta de prioridade.

0001888-60.2006.4.01.3805	0028881-79.2014.4.01.9199
0029190-03.2014.4.01.9199	0028951-96.2014.4.01.9199
0038287-27.2014.4.01.9199	0029000-40.2014.4.01.9199
0038729-90.2014.4.01.9199	0032994-04.2000.4.01.3400
0040474-08.2014.4.01.9199	0034734-69.2014.4.01.9199
0044109-94.2014.4.01.9199	0037452-73.2013.4.01.9199
0044526-47.2014.4.01.9199	0050313-91.2013.4.01.9199
0010578-69.2001.4.01.3800	0058451-47.2013.4.01.9199
0029110-39.2014.4.01.9199	0071265-91.2013.4.01.9199
0013000-62.2014.4.01.9199	0072887-11.2013.4.01.9199
0014820-19.2014.4.01.9199	0002638-11.2008.4.01.9199
0025937-07.2014.4.01.9199	

Em relação a tais processos, é interessante observar que no feito 0028881-79.2014.4.01.9199, quando do recebimento da inicial, o MM. Juiz de 1º grau havia

oportunizado ao INSS esclarecer se havia possibilidade de acordo. Sendo assim, o processo não deveria ter sido encaminhado ao Núcleo.

Nos Processos 0058451-47.2013.4.01.9199 e 0071265-91.2013.4.01.9199 já foi formulada proposta de acordo, pelo que se sugere, de logo, intimar a parte contrária para dizer se concorda.

Idêntica providência deve ser adotada no que diz respeito ao Processo 0028959-73.2014.4.01.9199, que não aparece na listagem acima, no qual a parte autora manifesta, via e-mail, interesse em conciliar. Mesmo se tratando de processo de interesse de idoso, está parado desde 2/3/2015.

A exemplo do observado em outros setores, também foram identificados processos com movimentação no sistema processual (JURIS), sem registro nos autos. São eles:

0001095-51.2006.4.01.3602	0010578-69.2001.4.01.3800
0001462-37.1999.4.01.3500	0015303-30.2007.4.01.3400
0001888-60.2006.4.01.3805	0024744-20.2002.4.01.3300
0002558-85.1998.4.01.3803	0029260-72.2001.4.01.3800
0002638-11.2008.4.01.9199	0032994-04.2000.4.01.3400
0004888-34.2002.4.01.3700	0043248-50.2010.4.01.9199
0008509-06.2011.4.01.3803	

Também se verificaram processos enviados equivocadamente ao Núcleo, por fugir a sua competência, pois não se trata de autos em que se almeja fomentar a conciliação, mas em que já foi realizado acordo extrajudicial, pretendendo as partes unicamente sua homologação (0002558-85.1998.4.01.3803), que já houve tentativa frustrada de conciliação (0004582-16.1998.4.01.3600 e 0024744-20.2002.4.01.3300), ou até mesmo de desistência de recursos (0007059-75.1999.4.01.3600). Destaca-se, ainda, o Processo 0043248-50.2010.4.01.9199, no qual chegou a haver acordo, mas a homologação foi posteriormente revogada. Por outro lado, no feito 0015303-30.2007.4.01.3400, o próprio credor afirma que a obrigação foi satisfeita extrajudicialmente, o que ensejaria a extinção de imediata do processo. Encontram-se, em tal situação, os feitos listados a seguir, que deveriam ser encaminhados ao relator para análise.

0002558-85.1998.4.01.3803	0015303-30.2007.4.01.3400
0004582-16.1998.4.01.3600	0024744-20.2002.4.01.3300
0007059-75.1999.4.01.3600	0043248-50.2010.4.01.9199

Ademais, analisando-se o questionário de inspeção, observa-se excesso de prazo para carga ou vista, com o tempo médio de 319 dias, sendo que a carga mais antiga data de 15/8/2014. Também foi constatada a existência de 11 processos sobrestados por decisão do STJ/STF. Nada obstante, sendo atribuição do núcleo a conciliação e não o julgamento do mérito, não se justifica o sobrestamento, prevalecendo esclarecer sobre a vontade das partes em transigirem.

Em relação aos processos inspecionados e ao que foi constatado no questionário de inspeção, recomenda-se:

a) Restaurar os autos extraviados:

0000489-07.2002.4.01.3200	0046440-06.2011.4.01.0000
---------------------------	---------------------------

b) Regularizar a informação no sistema JURIS, em relação a processos já arquivados e que permanecem ativos:

0015592-51.2002.4.01.0000	0015621-21.2000.4.01.3800
0016768-83.2007.4.01.3300	0017697-35.2001.4.01.0000
0028785-45.2007.4.01.3400	

c) Agilizar a triagem dos processos para que sejam encaminhados, com brevidade, aos gabinetes dos relatores os que não forem selecionados para conciliação.

d) Devolver aos gabinetes os processos com petições de desistência de recursos, assim como aqueles nos quais a conciliação se mostrou frustrada.

e) Solicitar os processos com prazo de carga/vista excedidos.

f) Verificar a possibilidade de conciliação nos processos que se encontram sobrestados por decisão do STJ/STF e, caso reste frustrada, providenciar a remessa ao gabinete do relator, que deliberará sobre a necessidade de sobrestamento.

#### 4) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam que o acervo da unidade, em 31/7/2015, era de 12.772 processos. Compõem o acervo os seguintes feitos inseridos nas metas do CNJ:

Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005): 7;

Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006): 1;

Meta 2/2012 (distribuídos em 2007): 12;

Meta 2/2013 (distribuídos em 2008): 48;

Meta 2/2014 (distribuídos em 2009): 60; e

Meta 2/2015 (distribuídos em 2010): 40.

Não foram fornecidos dados acerca da elevação do acervo no período de agosto/2014 a julho/2015 a fim de ser aferida a produtividade do setor inspecionado.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

A despeito da importância da conciliação como forma de solução de conflitos, mormente considerando o elevado acervo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Núcleo Central de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos e Cidadania funciona com estrutura deficitária, contando com apenas 3 servidores, quadro insuficiente para a realização de suas atribuições. Ademais, foi constatado também problema de infraestrutura, mormente no que se diz respeito ao acesso à internet.

Em decorrência disso, é comum encontrar processos aguardando, há mais de um ano, apenas para que seja verificado se reúne condições para que seja fomentada a conciliação. Considerando que, segundo informação da Diretora do Núcleo, apenas 50% dos processos recebidos são selecionados para tentativa de conciliação, há um atraso de pelo menos um ano para que os processos, que já foram distribuídos, sejam remetidos aos gabinetes dos relatores.

Nesse aspecto, é interessante destacar o Processo 0028941-52.2014.4.01.9199, que foi remetido ao gabinete do relator, por falta de requisitos para conciliação, em 7/7/2015, depois de passar mais de um ano no Núcleo. Recebidos os autos no Gabinete, foi julgado em 29/7/2015.

Sendo assim, é imprescindível e urgente que se dote o núcleo de estrutura mínima adequada, seja de pessoal, seja material, para a consecução de seus objetivos, o que pode ser feito, inclusive, mediante a redistribuição de servidores de outras unidades administrativas. Sugere-se também que, pelo menos enquanto não estruturado o Núcleo, seja analisada a possibilidade de os processos, depois de distribuídos, serem encaminhados diretamente para os gabinetes, que fariam a triagem e, se fosse o caso, encaminhariam para o núcleo de conciliação.

Por fim, recomenda-se dar cumprimento às recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados – acompanhando os respectivos andamentos; bem como atender às indicadas no item 3, aplicando aos demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

## **ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

### **1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE**

**1.1. ÓRGÃO:** ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

**1.2. Diretor:** Desembargador Federal **JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA**

Tempo de atuação: desde 4/6/2014

**1.3. Secretária Executiva:** Lívia Contreiras de Tápia

**1.4. Quadro de pessoal:** 7 servidores

**1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 Secretária Executiva, 1 Oficial de Gabinete, 3 Supervisores de Seção (FC-5), 1 Assistente Técnico II (FC-2) e 1 Assistente Técnico III (FC-3).

### **2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE**

Segundo o Plano Geral entregue pela Secretária Executiva da unidade, as atribuições da ESMAF são as seguintes:

a) promover atividades de ensino e pesquisa;

b) realizar, diretamente ou por convênio com instituições públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, cursos regulares de preparação, formação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, presenciais e à distância;

c) atuar, em parceria com a UniCorp (segmento “servidores e colaboradores”), em cursos, eventos e atividades de formação, capacitação e aprimoramento destinados aos magistrados federais;

d) participar, na forma regimental, da comissão examinadora do concurso para ingresso na magistratura federal;

e) providenciar a edição de trabalho de interesse jurídico, inclusive as teses dos magistrados afastados para capacitação;

f) manter intercâmbio com a ENFAM, com o CEJ e com as demais escolas de magistratura;

g) promover, no cumprimento das suas finalidades institucionais, encontros, seminários, simpósios, palestras e painéis;

h) promover quaisquer atividades culturais que visem incentivar o estudo do Direito e o aprimoramento da função judicante, desenvolvidas no Brasil e no exterior; e

i) promover a divulgação de trabalhos jurídicos de reconhecido valor científico, devidamente selecionados pelo desembargador federal diretor, podendo estabelecer linhas específicas de publicação dos trabalhos (art. 2º do Estatuto aprovado pela Resolução/PRESI 600-029/2008).

### **3) OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

Instalada no Setor de Clubes Esportivos Sul, trecho 2, lote 21, Brasília-DF, a ESMAF conta com estrutura física privilegiada, em amplo prédio com dois pavimentos, contando com auditório para cerca de 300 pessoas, salas de aula bem mobiliadas, adequados equipamentos de áudio e vídeo, biblioteca e setor administrativo.

No organograma do Tribunal, a ESMAF encontra-se vinculada à Presidência. A unidade é dirigida por um desembargador federal eleito para período bienal, auxiliado por uma secretaria executiva, por sua vez integrada por três seções: Seção de Administração de Instalações; Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento de Magistrados; e Seção de Estudos, Pesquisas e Informações.

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Secretária Executiva, que apresentou as instalações e discorreu sobre as atividades recentemente desenvolvidas pela Escola.

Nesse passo, mereceu alusão inicial o I Curso de Vitaliciamento de Juízes Federais Substitutos, realizado entre 17 e 26 de novembro de 2014, com carga de 67 horas-aula.

Destacou-se, também, o II Curso de Formação Inicial de Juízes Federais Substitutos, aprovados no XV Concurso realizado pelo Tribunal. Com uma carga de 589,2 horas-aula, o curso desenvolveu-se entre 2 de fevereiro e 29 de maio de 2015, compreendendo dezessete módulos.

Diante da alteração na legislação processual civil, a Escola realizou, entre 5 e 6 de junho de 2014, a IV Jornada de Direito Processual Civil, evento da qual resultou a publicação de livro com 31 artigos elaborados por magistrados da Região.

Nesse passo, a equipe da Corregedoria indagou a unidade acerca da realização de curso de formação de conciliadores, haja vista a importância conferida ao assunto pelo novo Código de Processo Civil. Em resposta, a Secretária Executiva da ESMAF informou que, entre 25 e 26 de abril de 2013, se realizou um curso a respeito, não havendo, até agora, previsão ou programação de outro.

Também foi indagado pela equipe da Corregedoria acerca da existência de magistrados afastados para estudo ou missão no exterior. A resposta, prestada por

escrito, revela que, atualmente, há 6 juízes de primeiro grau com afastamento deferido para período igual ou superior a 6 meses e outros 6 para períodos inferiores a 30 dias.

A unidade apresentou e entregou à equipe da Corregedoria um exemplar do relatório de atividades desenvolvidas em 2014, bem assim uma cópia do plano geral traçado para o período de dezembro de 2014 a abril de 2016.

Por fim, a Secretária Executiva consignou que a maior dificuldade enfrentada atualmente pela ESMAF é de ordem financeira, informando que o orçamento de 2015 acha-se praticamente esgotado. Segundo ela, as dimensões geográficas da região incrementam sobremaneira os custos com passagens aéreas, além de que o maior número de juízes federais substitutos aprovados no último concurso exigiu grande dispêndio com diárias e outros gastos correlatos.

#### **4) RECOMENDAÇÕES**

Respeitando, naturalmente, a autonomia administrativa e acadêmica da Escola, menciona-se, apenas a título de sugestão, a conveniência de realizarem-se outros eventos alusivos ao novo Código de Processo Civil, inclusive no que tange à formação e capacitação de mediadores e conciliadores, bem como de cursos por ensino a distância.



## **NÚCLEO REGIONAL DE APOIO AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

O processo judicial eletrônico, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi instituído pela Portaria n. 176, de 16 de maio de 2014, da Presidência, que criou o Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico (PJe). A implementação do sistema ocorreu a partir de 1º de dezembro de 2014, no âmbito do TRF1 e da Seção Judiciária do Distrito Federal.

De acordo com a Resolução da Presidência n. 22, de 27 de novembro de 2014, determinou-se que:

Art. 4º Serão distribuídos no PJe, na primeira fase de implantação do sistema, os novos processos das seguintes classes:

I – no 1º grau de jurisdição:

a) mandado de segurança individual e coletivo;

b) ação monitória;

II – no 2º grau de jurisdição:

a) apelação e agravo de instrumento em processos que tramitem no PJe em 1º grau de jurisdição;

b) mandado de segurança individual e coletivo sujeito à competência originária do Tribunal.

§ 1º Os incidentes dos processos que tramitem no PJe serão distribuídos no mesmo sistema.

Por sua vez, a Resolução da Presidência 17, de 13 de maio de 2015, trouxe a possibilidade de distribuição de outras classes:

Art. 4º Serão distribuídos no PJe, na primeira fase de implantação do sistema, os novos processos das seguintes classes:

[...]

II – no 2º grau de jurisdição:

[...]

c) suspensão de segurança dos processos originários do PJe.

O Tribunal estabeleceu um cronograma de instalação do sistema em seccionais no decorrer do ano e, para tanto, vem realizando treinamento nos locais.

Foi realizada visita ao local físico onde funciona o núcleo do PJe, no Edifício Sede II, 7.º andar. Ali laboram 6 servidores, que atuam na implementação do sistema para toda a Região. Convém ressaltar não ter sido possível realizar uma entrevista com o Diretor do Núcleo, porque se encontrava realizando treinamento na Seção Judiciária de Goiás. Entretanto, houve diálogo com o Juiz Federal Marcelo Albernaz, coordenador



do PJe no âmbito do TRF, que explicou a forma de implementação do sistema na Corte e nas respectivas seccionais.

Na sede do Núcleo, houve a verificação de tela do sistema, por meio de uma base de testes, com a ajuda de um dos servidores responsáveis. Após, realizou-se uma reunião com servidores de áreas diversas, que esclareceram melhor o funcionamento.

O atendimento ao PJe é realizado de modo presencial, por email e por teleatendimento.

Da análise do sistema, concluiu-se que alguns pontos estão a merecer ajustes já nessa fase inicial, mitigando problemas futuros e de maiores proporções, haja vista o montante, ainda incipiente, de 1.272 processos tramitando no âmbito do TRF1 e 5.687 na 1ª instância.

Dentro dessa ótica, verificam-se alguns pontos que devem ser considerados:

a) nos gabinetes inspecionados, foram apresentadas queixas sobre o próprio sistema e eventual ausência de treinamento;

b) foi constatado que o sistema PJe não emite certidão negativa, mas, segundo informações, estudos já estão sendo feitos para tal implementação;

c) há necessidade de ampliação do treinamento aos servidores do TRF1. Segundo os responsáveis pelo Núcleo, os primeiros treinamentos ofertados não tiveram grande número de inscritos, mas ficou acertado que haveria uma continuidade para abranger maior número de interessados com a formação de instrutores;

d) deve-se aprimorar a questão atinente à verificação de prevenção dos processos na tela do PJe, de modo a possibilitar maior atenção dos usuários;

e) faz-se necessária a integração do PJe com outros sistemas do próprio Tribunal; e

f) requer melhoria na questão pertinente ao cadastro de advogados, inclusive com a comunicação entre os sistemas do Tribunal, porquanto apresenta discrepâncias, a exemplo de, embora cadastrado na 1ª Instância, o profissional precisa, novamente, cadastrar-se no sistema.

## **G. UNIDADES ADMINISTRATIVAS**

### **ESTATÍSTICA**

A Coordenadoria de Estatística da Corregedoria Geral da Justiça Federal – COESI, utilizando-se de toda a sistemática aplicada para realização dos trabalhos de inspeção, e da coleta e tratamento dos mais variados tipos de dados fornecidos pela Divisão de Estatística – DIEST do TRF da 1ª Região, concentrou esforços na identificação das dificuldades e limitações enfrentadas diariamente por aquela divisão na execução de suas atribuições e competências.

Na etapa preparatória da inspeção, essa Coordenadoria realizou, para fins de seleção dos processos a serem auditados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações como tempo de última movimentação, distribuição no TRF1, conclusão, e descrição de fases e classes processuais. Esse trabalho permitiu perceber, a priori, que a falta de encadeamento obrigatório entre as movimentações (fases) prejudica significativamente a gestão e o controle da informação no TRF 1ª Região. Essa percepção foi, posteriormente, verificada e reportada por algumas equipes que identificaram em seus relatórios, como situação recorrente, a existência de processos que sofrem movimentações sem o respectivo lançamento no sistema. Ocorreram situações, por exemplo, de feitos selecionados na amostra por razão de data antiga de última conclusão, que na realidade estão recentemente recebidos por gabinete de outro desembargador. Tal fato ocorre em função de erro ou não lançamento da movimentação do processo no sistema.

A desconfiança da qualidade dos dados e as divergências apontadas por gabinetes e turmas representam outra situação relatada pelo setor de estatística do Tribunal e que está associada, em parte, ao não lançamento correto das movimentações no sistema processual. Existem unidades que recorrem inclusive a controles estatísticos internos para amenizar tal situação.

Outra dificuldade identificada, antes mesmo do início dos trabalhos de inspeção, diz respeito ao formato dos relatórios estatísticos gerados pelo sistema de *Business Intelligence - BI*. A ferramenta é aplicada a uma estrutura de banco de dados que relaciona o processo somente ao magistrado, não tendo a opção de relatórios inteligentes associados a gabinete. Dessa forma, o acervo das unidades que sofreram troca de desembargador federal ou que ficaram longos períodos com diferentes juízes convocados têm sua estatística de série histórica mensal pulverizada entre os diversos magistrados. Essa realidade, a depender do tipo de relatório que se pretende, pode gerar imprecisão e inconsistência nos dados. Por exemplo, para um determinado juiz federal que atuou até a primeira quinzena no gabinete “A” da 1ª turma e na segunda

quinzena assumiu o gabinete “B” da mesma turma, a estatística não consegue, a partir da atual concepção do sistema de *BI*, diferenciar, dentre os processos associados a esse magistrado, qual pertence ao gabinete “A” ou “B”, tendo em vista que são da mesma matéria; o sistema não guarda o histórico do acervo, e não há marcação ou vinculação do processo à unidade julgadora.

A partir da inspeção de 2013, percebe-se grande evolução na aplicação da ferramenta de *Business Intelligence* como recurso estratégico para gestão dos dados e geração de relatórios inteligentes para controle estatístico do acervo. Todavia, para continuar esse trabalho de aperfeiçoamento da ferramenta, a DIEST precisa do apoio conjunto da Secretaria Judiciária e da Secretaria de Tecnologia da Informação para superar as barreiras relacionadas a temas que estão além da sua competência ou do seu poder de decisão, quais sejam:

- a) desenvolver, no sistema processual, regras de encadeamento obrigatório de fases;
- b) identificar, registrar e corrigir erros nos lançamentos de movimentações processuais para fins de uniformização de procedimentos; e
- c) buscar solução para a impossibilidade atual de se gerar dados históricos associados ao acervo de gabinete e não somente ao magistrado.

## **1) ESTRUTURA, AMBIENTE DE TRABALHO, BOAS PRÁTICAS E DIFICULDADES IDENTIFICADAS PELA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA**

A Divisão de Estatística e Gestão Estratégica está implantada no Tribunal em conformidade com a Resolução CNJ 49/2007, que dispõe sobre a organização dos Setores de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário.<sup>1</sup> A DIEST é subordinada à Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação (SECGE), que por sua vez está vinculada à Diretoria-Geral (DIGES).

Cabe à DIEST dirigir e executar as atividades relativas à obtenção, centralização e tratamento dos dados processuais do Tribunal e das seções e subseções judiciárias,

---

<sup>1</sup> Art. 1º Os órgãos do Poder Judiciário relacionados no art. 92 incisos II ao VII da Constituição Federativa do Brasil devem organizar em sua estrutura unidade administrativa competente para elaboração de estatística e plano de gestão estratégica do Tribunal.

[...]

Art. 2º O núcleo de estatística e gestão estratégica, subordinado ao Presidente ou Corregedor do Tribunal, deve subsidiar o processo decisório dos magistrados conforme princípios estritamente profissionais, científicos e éticos.

§ 1º O núcleo de estatística e gestão estratégica do Tribunal, sob a supervisão do Presidente ou Corregedor do Tribunal, enviará dados para o Conselho Nacional de Justiça quando solicitados, a fim de instruir ações de política judiciária nacional.

[...]

visando divulgar as atividades jurisdicionais da 1ª Região e subsidiar a gestão de processos. Para atingir tais atribuições, apresenta ampla competência, tais como:

- atuar como órgão central para fornecimento das estatísticas processuais do Tribunal, seções e subseções judiciárias a entidades internas e externas;
- coordenar o levantamento, processamento e tratamento dos dados processuais disponíveis no sistema de acompanhamento processual de 1ª e 2ª instâncias;
- manter contato com as varas, no sentido de fazer as adequações dos dados no sistema de controle processual;
- acompanhar a emissão dos relatórios consolidados das informações recebidas;
- providenciar o envio mensal dos boletins às unidades do Tribunal, seções e subseções judiciárias;
- auxiliar outras unidades no estudo de tarefas ou procedimentos que, direta ou indiretamente, apresentem reflexos em dados estatísticos;
- manter organizados e atualizados os documentos da unidade, em suporte eletrônico ou em papel; e
- desempenhar outras competências típicas da unidade, delegadas pela autoridade superior ou contidas em normas.

Segundo o Diretor da Divisão de Estatística, o ambiente de trabalho é bom e a equipe é comprometida com a qualidade da prestação das informações estatísticas.

A ferramenta de *Business Intelligence - BI* (e-Siest), em franco desenvolvimento, é um exemplo de boas práticas do setor e que demonstra o compromisso do grupo com a celeridade na coleta dos dados, a consistência das estatísticas fornecidas e a gestão do Tribunal. A Divisão tem cumprido suas atribuições, visto que nos últimos dois anos houve grande evolução na produção e disponibilização às unidades do TRF 1ª Região de diferentes tipos de relatórios estruturados que podem contribuir decisivamente nos trabalhos de gestão e no processo de tomada de decisão.

O Diretor da Divisão entende que a ferramenta ainda não é utilizada por todos os setores do Tribunal, por um lado pela resistência natural à mudança e por outro justificado pela insegurança na utilização de dados que são gerados a partir de um sistema que, atualmente, acumula problemas relacionados aos lançamentos das movimentações processuais.

Na inspeção realizada em 2013, quando a ferramenta de relatórios inteligentes (*BI*) ainda não era uma realidade, o setor de estatística, ao contrário de hoje, apresentava maior dependência da área de Tecnologia da Informação para produção dos dados. Nos últimos dois anos houve um avanço no desenvolvimento dos relatórios e, no decorrer da inspeção, constatou-se o poder da ferramenta como instrumento de gestão. A disseminação de sua utilização é decisiva para seu aperfeiçoamento.

Apesar dos esforços envidados pela Divisão de Estatística no sentido de melhorar a consistência dos dados do Tribunal, é fato notório que os problemas do sistema de acompanhamento processual, como falta de encadeamento entre algumas fases e falta de alimentação das informações no SIAPRO, representam um grande entrave na coleta e consolidação de dados confiáveis. Durante a inspeção muitas equipes foram questionadas por parte de turmas e gabinetes quanto à consistência das estatísticas apresentadas. As informações são desconstruídas, fazendo com que a confiança, principalmente no SIAPRO, fique comprometida.

Outro exemplo identificado e relacionado aos entraves da movimentação processual e que dificulta a coleta de dados é a existência de pelo menos 2.593 processos atribuídos a magistrados que não atuam mais no TRF 1ª Região, conforme tabela a seguir. Essa questão foi apresentada à Secretaria Judiciária que se comprometeu, em conjunto com a DIEST, a buscar solução para o problema.

Número de processos em tramitação atribuídos a magistrados que não atuam mais no tribunal

Posição: 20/08/2015

MAGISTRADO	QUANTIDADE DE PROCESSOS	MAGISTRADO	QUANTIDADE DE PROCESSOS
DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUETE MAGALHÃES	5	JUIZ FEDERAL EVANDRO REIMÃO DOS REIS (CONV.)	1
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	8	JUIZ FEDERAL FAUSTO MENDANHA GONZAGA	11
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	96	JUIZ FEDERAL FRANCISCO RENATO CODEVILA PINHEIRO FILHO (CONV.)	1
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA	40	JUIZ FEDERAL GRIGORIO CARLOS DOS SANTOS	9
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO EZEQUIEL DA SILVA	4	JUIZ FEDERAL GUILHERME MENDONÇA DOEHLER (CONV.)	1
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO SAVIO DE OLIVEIRA CHAVES	8	JUIZ FEDERAL GUSTAVO SORATTO ULIANO	1
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO	13	JUIZ FEDERAL HENRIQUE GOUVEIA DA CUNHA (CONV.)	16
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS	13	JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)	1
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES	34	JUIZ FEDERAL ITELMAR RAYDAN EVANGELISTA	7
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO	21	JUIZ FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS (CONV.)	1
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES	26	JUIZ FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA (CONV.)	327
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEJUS	9	JUIZ FEDERAL JOSÉ CARLOS DO VALE MADEIRA	2
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA	47	JUIZ FEDERAL JULIER SEBASTIÃO DA SILVA (CONV.)	2
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL	36	JUIZ FEDERAL KLAUS KUSCHEL (CONV.)	1
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA	12	JUIZ FEDERAL LEÃO APARECIDO ALVES	4
DESEMBARGADOR FEDERAL PLÁUTO RIBEIRO	3	JUIZ FEDERAL LINCOLN PINHEIRO COSTA	2
DESEMBARGADOR FEDERAL REYNALDO FONSECA	184	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO	9
DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO	17	JUIZ FEDERAL LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO (CONV.)	2
JUIZA ELIANA CALMON	1	JUIZ FEDERAL LUCAS ROSENDO MÁXIMO DE ARAÚJO	1
JUIZA FEDERAL ADVERCI RATES MENDES DE ABREU	4	JUIZ FEDERAL MARCIO BARBOSA MAIA	4
JUIZA FEDERAL ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.)	1	JUIZ FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA (CONV.)	7
JUIZA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS (CONV.)*	964	JUIZ FEDERAL MARK YSHIDA BRANDÃO	1
JUIZA FEDERAL HIND GHASSAN KAYATH	3	JUIZ FEDERAL MARK YSHIDA BRANDÃO (CONV.)	1
JUIZA FEDERAL IVANI SILVA DA LUZ (CONV.)	3	JUIZ FEDERAL MIGUEL ÂNGELO DE ALVARENGA LOPES	7
JUIZA FEDERAL LANA LIGIA GALATI	14	JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA (CONV.)	2
JUIZA FEDERAL MARIA HELENA CARREIRA ALVIM RIBEIRO	170	JUIZ FEDERAL NELSON LOUREIRO DOS SANTOS	1
JUIZA FEDERAL MONICA SIFUENTES (CONV.)	2	JUIZ FEDERAL OSMANE ANTONIO DOS SANTOS	7
JUIZA FEDERAL ROGÉRIA MARIA CASTRO DEBELLI (CONV.)	80	JUIZ FEDERAL PAULO CESAR LOPES	9
JUIZA FEDERAL ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO (CONV.)	3	JUIZ FEDERAL PEDRO FRANCISCO DA SILVA (CONV.)	1
JUIZA FEDERAL ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO (CONV.)	7	JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONV.)	167
JUIZA FEDERAL SUBSTITUTA MEI LIN LOPES WU BANDEIRA	21	JUIZ FEDERAL RENATO MARTINS PRATES (CONV.)	4
JUIZA FEDERAL VERA CARLA NELSON DE OLIVEIRA CRUZ (CONV.)	1	JUIZ FEDERAL RICARDO MACHADO RABELO (CONV.)	1
JUIZ ALDIR PASSARINHO JUNIOR	1	JUIZ FEDERAL ROBERTO CARVALHO VELOSO	2
JUIZ FEDERAL ALEXANDRE BUCK MEDRADO SAMPAIO (CONV.)	2	JUIZ FEDERAL ROBERTO LUIS LUCHI DEMO	1
JUIZ FEDERAL ANDRE PRADO DE VASCONCELOS	3	JUIZ FEDERAL RODRIGO NAVARRO DE OLIVEIRA	4
JUIZ FEDERAL ANTONIO CLAUDIO MACEDO DA SILVA (CONV.)	15	JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO BRUNO OLIVEIRA DE VASCONCELOS	1
JUIZ FEDERAL ANTONIO FRANCISCO DO NASCIMENTO (CONV.)	4	JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO ELISIO NASCIMENTO BATISTA JUNIOR	1
JUIZ FEDERAL CARLOS ALBERTO SIMÕES DE TOMAZ (CONV.)	1	JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NAIBER PONTES DE ALMEIDA	11
JUIZ FEDERAL CARLOS EDUARDO CASTRO MARTINS	12	JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÉIS	2
JUIZ FEDERAL CÉSAR AUGUSTO BEARSI	12	JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO REGIVANO FIORINDO	23
JUIZ FEDERAL CÉSAR AUGUSTO BEARSI	1	JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA	18
JUIZ FEDERAL CÉSAR JATAHY FONSECA	2	JUIZ FEDERAL UBIRAJARA TEIXEIRA (CONV.)	1
JUIZ FEDERAL CLEBERSON JOSÉ ROCHA (CONV.)	1	JUIZ FEDERAL VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA	2
JUIZ FEDERAL EDUARDO JOSÉ CORREA	4	JUIZ FEDERAL WILSON ALVES DE SOUZA	3
JUIZ FEDERAL EDUARDO JOSÉ CORREA (CONV.)	1	JUIZ HERCULES QUASIMODO	1
JUIZ FEDERAL ELCIO ARRUDA	3	<b>TOTAL</b>	<b>2.593</b>

Fonte: Tribunal Federal Regional da 1ª Região - DIEST

Nota: \* Os 964 processos identificados para a Dra. Gilda Sigmaringa Seixas foram atribuídos na época em que atuava no tribunal como Juíza Federal Convocada.

Apesar da evolução observada no processamento dos dados e na geração de relatórios estruturados, o TRF1 ainda não solucionou antigas demandas remanescentes das inspeções de 2011 e 2013, relacionadas às estatísticas de processos com decisão liminar ou antecipação de tutela proferida no Tribunal e sem decisão definitiva ou acórdãos proferidos, bem como os processos conclusos para

decisão liminar ou antecipação de tutela. A DIEST não consegue, a partir do SIAPRO, identificar tais processos e, por conseguinte gerar qualquer tipo de estatística. Essa situação ocorre porque o sistema processual não identifica no ato da distribuição do processo a existência ou não de pedido de liminar.

## **2) COMPOSIÇÃO ATUAL DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA**

- Total de funcionários: 5
- Analistas Judiciários: 3
- Técnicos Judiciários: 2
- Estagiários: 0
- Terceirizados: 0

### **2.1) Total de servidores por atribuição:**

- Judiciária: 0;
- Administrativa: 1
- Especializada em Informática: 2
- Especializada em Estatística: 1
- Outros: 1

### **2.2) Total de cargos e funções comissionadas**

- 1 CJ-1
- 3 FC-5
- 1 FC-3

## **3) ATUAIS SISTEMAS UTILIZADOS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS**

As Estatísticas de 1º grau são armazenadas em dois tipos de repositórios: Banco de dados Oracle e MS-Access.

Para manipulação desses repositórios são utilizadas como instrumento de extração e geração de relatórios as ferramentas a seguir:

a) Forms6i/Report em banco de dados Oracle de cada seção e subseção judiciária para produção dos boletins estatísticos.

b) Visual Basic para produção do “BOLETIEX” com programação desenvolvida pela DIEST;

- c) JEF Virtual;
- d) Transparência em Números, sistema desenvolvido pela Corregedoria do CJF;
- e) JURIS; e
- f) E-Siest – Business Intelligence.

Quanto ao Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, denominado pelo TRF 1ª Região de “Transparência em Números”, o Diretor da Divisão de Estatística afirma que todas as publicações foram cumpridas em sua totalidade e que alguns erros de inconsistência verificados na inspeção passada foram corrigidos. Os relatórios de 1º e 2º graus foram disponibilizados no Portal do Tribunal. Portanto, até a presente data não são constatados erros.

#### **4) RECOMENDAÇÕES**

Constituir grupo de trabalho interdisciplinar com representantes da área judiciária, de tecnologia, planejamento estratégico e estatística, objetivando solucionar os principais apontamentos identificados, além de outros não previstos, necessários para a elaboração de estatísticas confiáveis e convergentes com os interesses dos gabinetes e demais unidades.

Apontamentos identificados:

- a) falta de encadeamentos obrigatórios entre as principais fases do processo, a fim de impedir erros de lançamentos;
- b) ausência de mecanismos no sistema processual que permitam coletar as estatísticas de processos com decisão liminar ou antecipação de tutela sem decisão definitiva ou acórdãos proferidos;
- c) divergência entre as estatísticas apuradas pelas unidades julgadoras e a Divisão de Estatística;
- d) falta de comunicação entre área-fim e área-meio com o objetivo de ratificar as estatísticas produzidas;
- e) pouca disseminação ou utilização da ferramenta de relatórios inteligentes – *Business Intelligence*;
- f) falta de modelos de relatórios que permitam a comparação entre unidades julgadoras; e
- g) dificuldade na identificação dos parâmetros, ou fases necessárias para coleta dos dados nas bases do sistema de acompanhamento processual, por vezes devido a problemas de infraestrutura de TI.

## **SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS**

### **1) APRESENTAÇÃO**

A inspeção no Tribunal Regional Federal da 1ª Região foi determinada pela Portaria CJF-POR-2015/00235, de 16 de junho de 2015. Foram então solicitadas providências prévias, via Ofício CJF-OFI-2015/03068, de 3 de julho de 2015, com o intuito de instruir os exames nos sistemas judiciais eletrônicos. Durante o período de inspeção, foram realizadas reuniões e visitas às áreas judiciária e de tecnologia da informação para colher informações a respeito dos procedimentos adotados pelos usuários referentes aos sistemas judiciais. Foram oferecidas cópia dos códigos-fontes e dos testes realizados, que serão armazenadas na Corregedoria-Geral para futuras comparações ou análises.

As providências oriundas da inspeção anterior tiveram seu cumprimento avaliado e, ainda, o exame nos sistemas judiciais eletrônicos seguiram as seguintes vertentes:

**Distribuição Processual:** análise dos sistemas e rotinas de trabalho adotados na distribuição processual no âmbito do Tribunal, tanto para os processos físicos quanto para aqueles que tramitam de forma eletrônica. Não foi realizada uma análise dos códigos-fontes da distribuição processual devido ao curto espaço de tempo reservado à inspeção de sistemas concomitantemente ao suporte tecnológico oferecido às equipes de inspeção. Foi realizada uma bateria de testes dos sistemas, bem como entrevistas com os servidores do TRF 1ª Região.

**Processo Eletrônico:** análise macro dos sistemas de processo eletrônico no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A atividade vistoriou os procedimentos de protocolo, autuação, classificação, distribuição, conclusão, registro de andamentos e publicações.

### **2) ATENDIMENTO ÀS ORIENTAÇÕES CONSTANTES DA ÚLTIMA INSPEÇÃO E DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS**

As respostas constantes das providências prévias foram informadas de forma separada e já no período de inspeção.

Em relação às providências solicitadas durante a última inspeção, embora nem todas tenham sido totalmente atendidas, as vulnerabilidades encontradas foram minimizadas com o atendimento parcial das recomendações.

As providências implementadas são suficientes para minimizar as vulnerabilidades apontadas na última inspeção. No entanto, no que se refere à



implantação de ferramentas de produtividade, mais especificamente às relativas ao processo eletrônico, estas devem ser implementadas.

### **3) SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL**

O Tribunal opera com o sistema Juris, responsável pelo gerenciamento de todos os processos físicos que correm naquela Corte. Este sistema, embora estável, emprega plataforma tecnológica defasada, algo que, na prática, constitui risco. Como boa prática, ressalta-se que o JURIS possui um sistema de log (registros) que expõe, de forma clara e acessível aos usuários do sistema, todas as alterações realizadas nos dados relacionais (alterações de parte, redistribuições processuais, números de origem etc.), podendo inclusive imprimir-las juntamente com os andamentos. Os logs do sistema passaram a ser realizados antes mesmo da distribuição dos processos, tornando a distribuição dos processos mais transparentes. Notou-se que as mensagens enviadas pelo sistema não estão de acordo com os procedimentos adotados por seus operadores, o que gera dúvida na operação e pode causar retrabalho ou retardo na execução das tarefas de autuação e classificação. O sistema não possui controle de emissão de liminares e as marcações de prioridade não são detalhadas por tipo.

Conforme foi demonstrado pelas respostas às providências prévias oferecidas pela secretaria de tecnologia do TRF, existem *logins* (credenciais baseadas em usuário e senha para acesso aos sistemas) de usuários criados de forma genérica, ou seja, com acesso às rotinas de distribuição em que não é possível identificar a quem está vinculada a responsabilidade por aquelas credenciais.

### **4) PROTOCOLO JUDICIAL ELETRÔNICO**

O Tribunal opera com o sistema de peticionamento eletrônico Eproc, com acesso pela rede mundial de computadores e vinculado ao sistema JURIS. Cabe ressaltar que foi verificada uma lista de opções para escolha de classes processuais muito limitada, principalmente para os casos de agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário, agravo contra decisão denegatória de recurso especial, agravo contra decisão denegatória de recurso ordinário constitucional.

Durante o período de inspeção, foi solicitado à Secretaria Judiciária que adequasse a listagem de recursos disponíveis no sistema Eproc, para que oferecesse melhores condições de escolha de classes recursais.

## **5) O PROCESSO ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO TRF 1ª REGIÃO**

O Tribunal opera com sistema de processo eletrônico Pje, na versão mais recente, desde Dezembro/2014, por força da Portaria 176/Presi/TRF1, que criou o comitê gestor, e da Portaria 22, de 27 de novembro de 2014, que instituiu o sistema de processo eletrônico para a 1ª e 2ª Instâncias nas seguintes classes:

I – no 1º grau de jurisdição:

a) mandado de segurança individual e coletivo cível;

b) ação monitória;

II – no 2º grau de jurisdição:

a) apelação e agravo de instrumento em processos que tramitem no PJe em 1º grau de jurisdição;

b) mandado de segurança individual e coletivo cível sujeito à competência originária do Tribunal.

Durante visita ao núcleo regional de apoio ao processo eletrônico, verificou-se que foi implementada uma integração entre os sistemas Pje, Juris e E-proc. No entanto, a funcionalidade do estudo de prevenção ainda carece de melhorias.

Foi verificado, ainda, que processos anteriores a 2014, e que não estão no Pje, podem ser peticionados no sistema. Tal falha gerou o protocolo Jira/Pje/PJElI21200 junto ao CNJ para o devido acerto.

A Secretaria Judiciária informou que tramitam mais de 5.600 processos na 1ª instância e mais de 1.200 na 2ª, até a data da inspeção.

## **6) OBSERVAÇÕES GERAIS**

O TRF 1ª Região tem avançado na implantação do processo judicial eletrônico, conforme cronograma de implantação apresentado pelo Tribunal. No entanto, o treinamento dos usuários internos mostrou-se incipiente, de acordo com as informações prestadas pela Secretaria Judiciária. Os sistemas judiciais estão em fase de integração, ponto bastante positivo, pois proporciona aos operadores um ambiente de trabalho sem alterações e sem quedas de produtividade.

Não foram implementadas as ferramentas de produtividade já listadas nas inspeções anteriores, ou seja, sistemas de julgamento eletrônico, troca antecipada de votos e publicação eletrônica.

Em reunião com as áreas processantes do Tribunal, ficou evidenciado, também, que os sistemas de 1º grau não estão preparados para gerar certidões negativas de forma automática, ou seja, pela internet, para processos que possuem várias partes e que apenas algumas já liquidaram suas obrigações. Este procedimento, por si só, pode

demandar várias horas de trabalho dos servidores das varas para conferir os processos e emitir as devidas certidões ou as certidões de objeto e pé.

Também foi objeto de observação o sistema G-doc – Gerenciador de documentos eletrônicos utilizado no Tribunal, que, conforme documentação enviada pela Secretaria de TI do TRF, tem a função de elaborar documentos eletrônicos, recursos de mala direta para geração de documentos, em lote, associados ao sistema Juris. Tendo em vista que não foi possível a realização de testes, devido ao prazo da inspeção, foram solicitadas, via e-mail para Secin/TRF1, informações complementares a respeito da quantidade de processos em tramitação, da tecnologia que sustenta o sistema e das devidas regulamentações pelo Tribunal para acompanhamento pela Corregedoria-Geral.

As funcionalidades dos sistemas judiciais eletrônicos, quando implementadas, deverão ajudar na produtividade do TRF 1ª Região e da Justiça Federal.

Verificou-se, ainda, que o Tribunal não possui controle estatístico no sistema judicial voltado para o monitoramento de liminares concedidas vinculadas a decisões colegiadas, e que as marcações de prioridades na autuação de processos não acontecem de forma detalhada.

Diante do que foi analisado é recomendável:

a) imediata revisão dos acessos aos sistemas judiciais, retirando qualquer credencial cadastrada de forma genérica;

b) imediata revisão de controle de prevenção vinculado aos sistemas de processo judicial, seja eletrônico ou físico;

c) correção nas mensagens do sistema de autuação para que os operadores possam efetivamente confiar nos controles instalados;

d) correção nas marcações de prioridade, indicando claramente qual o tipo requerido e que seja permitido, aos gabinetes de desembargadores, administrar tais marcações;

e) implementação imediata de funcionalidade que controle a emissão de liminares e a devida vinculação com as decisões colegiadas, e que ofereçam ferramentas estatísticas;

f) revisão dos procedimentos e funcionalidades dos sistemas judiciais para emissão automática de certidões negativas pela internet, administradas pelas próprias varas;

g) priorização no treinamento dos usuários internos do TRF1 no processo judicial eletrônico, a fim de garantir sua efetividade no 2º grau;

h) dar prioridade à utilização do Pje na sua totalidade, ou seja, aproveitando todas as suas funcionalidades de troca de votos antecipada, julgamento eletrônico,

publicação eletrônica e as integrações necessárias com os sistemas judiciais de tribunais superiores; e

i) acompanhamento, pela Corregedoria-Geral, das recomendações acima descritas.

## **H. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO**

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 16h30min do dia 21/8/2015, conforme ata de fl. 283, e elaborado posteriormente o presente relatório.

Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, a própria Secretaria da Corregedoria-Geral deverá acompanhar os prazos para o atendimento das determinações e, uma vez decorrido, relacionar e certificar nos autos as unidades que responderam, procedendo à sua imediata remessa ao Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as ocorrências foram sanadas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

É o relatório.



**Ministro JORGE MUSSI**  
Corregedor-Geral da Justiça Federal

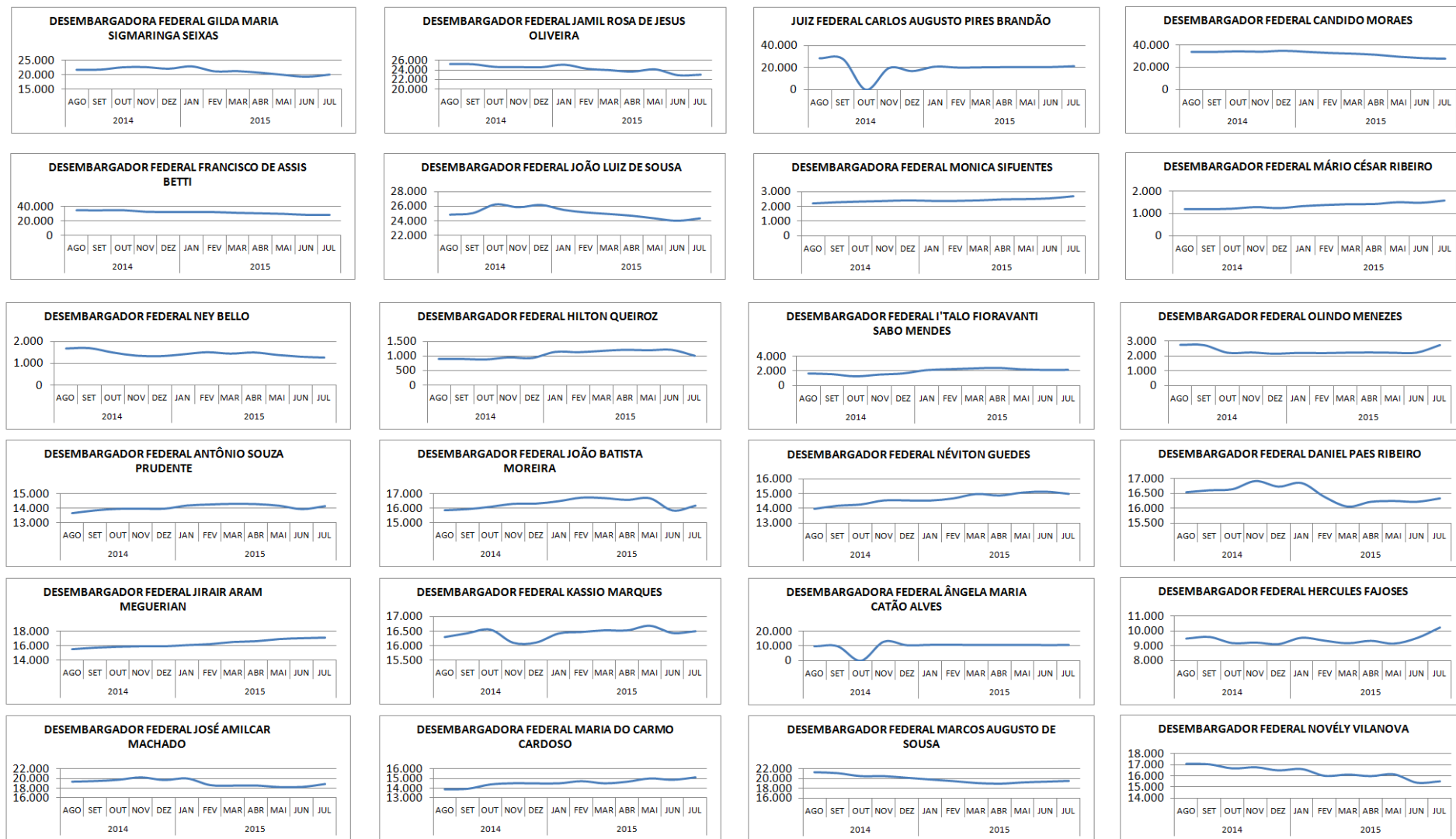
## I. ANEXOS

### TRF 1ª Região - Quantidade de processos judiciais CONCLUSOS - Período: Agosto/2014 a Julho/2015

TURMA	ACERVO DO GABINETE	2014					2015							MÉDIA
		AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	
1ª	DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA MARIA SIGMARINGA SEIXAS	21.794	21.831	22.689	22.747	22.173	23.007	21.251	21.323	20.747	19.985	19.322	20.101	21.414
	DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA	25.219	25.174	24.642	24.611	24.576	25.089	24.288	23.992	23.694	24.149	22.983	23.076	24.291
	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO	28.372	27.811	-	19.602	16.840	20.833	19.953	20.172	20.378	20.464	20.456	21.232	21.465
2ª	DESEMBARGADOR FEDERAL CANDIDO MORAES	33.873	33.843	34.355	34.015	34.808	33.883	32.930	32.360	31.440	29.797	28.658	28.128	32.341
	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI	34.500	34.388	34.602	32.728	32.395	32.477	32.285	31.355	30.772	30.098	28.927	28.849	31.948
	DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA	24.847	25.062	26.286	25.893	26.216	25.521	25.156	24.938	24.700	24.330	23.984	24.330	25.105
3ª	DESEMBARGADORA FEDERAL MONICA SIFUENTES	2.217	2.293	2.339	2.375	2.416	2.384	2.379	2.414	2.480	2.500	2.547	2.687	2.419
	DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO	1.200	1.197	1.219	1.291	1.246	1.336	1.387	1.423	1.427	1.509	1.486	1.586	1.359
	DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO	1.676	1.691	1.493	1.354	1.331	1.416	1.507	1.445	1.498	1.387	1.308	1.268	1.448
4ª	DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ	902	903	883	954	932	1.138	1.127	1.170	1.209	1.190	1.208	1.009	1.052
	DESEMBARGADOR FEDERAL ITALO FIORAVANTI SABO MENDES	1.617	1.521	1.237	1.469	1.620	2.065	2.190	2.291	2.362	2.167	2.078	2.101	1.893
	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES	2.753	2.734	2.233	2.251	2.166	2.223	2.207	2.237	2.250	2.233	2.235	2.740	2.355
5ª	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE	13.675	13.868	13.977	13.990	13.987	14.212	14.283	14.328	14.308	14.199	13.958	14.170	14.080
	DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA	15.873	15.950	16.106	16.306	16.321	16.485	16.722	16.694	16.570	16.679	15.856	16.183	16.312
	DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES	13.959	14.173	14.263	14.541	14.541	14.532	14.682	14.989	14.884	15.091	15.148	14.998	14.650
6ª	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	16.546	16.610	16.645	16.918	16.733	16.852	16.387	16.066	16.225	16.252	16.226	16.340	16.483
	DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN	15.571	15.782	15.908	15.976	15.966	16.130	16.266	16.559	16.660	16.951	17.070	17.144	16.332
	DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO MARQUES	16.303	16.433	16.555	16.110	16.115	16.424	16.474	16.531	16.528	16.685	16.440	16.501	16.425
7ª	DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES	9.744	9.796	-	12.850	10.476	10.727	10.770	10.629	10.605	10.725	10.558	10.606	10.681
	DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOS	9.482	9.589	9.182	9.221	9.115	9.537	9.342	9.171	9.333	9.148	9.518	10.217	9.405
	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO	19.369	19.499	19.777	20.305	19.724	20.072	18.626	18.507	18.542	18.202	18.222	18.860	19.142
8ª	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO	13.911	13.967	14.416	14.538	14.526	14.530	14.755	14.532	14.695	15.037	14.897	15.152	14.580
	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA	21.284	21.105	20.511	20.512	20.189	19.851	19.525	19.151	19.002	19.267	19.405	19.558	19.947
	DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA	17.102	17.058	16.694	16.797	16.513	16.636	16.026	16.140	16.000	16.165	15.412	15.534	16.340
<b>TOTAL</b>		<b>361.789</b>	<b>362.278</b>	<b>326.012</b>	<b>357.354</b>	<b>350.925</b>	<b>357.360</b>	<b>350.518</b>	<b>348.417</b>	<b>346.309</b>	<b>344.210</b>	<b>337.902</b>	<b>342.370</b>	<b>348.787</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

**TRF 1ª Região - Quantidade de processos judiciais conclusos - Período: Agosto/2014 a Julho/2015**



**TRF 1ª Região - Quantidade de agravos regimentais julgados por gabinete - Período: Agosto/2014 a Julho/2015**

TURMA	ACERVO DE AGRAVOS JULGADOS NO GABINETE	2014					2015							TOTAL	MÉDIA
		AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL		
1ª	DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	3	8	1
	DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS	13	5	1	0	11	12	23	11	21	28	1		126	11
	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.)	2	0	149	0	5	3	1	0	39	4	10	0	213	18
2ª	DESEMBARGADOR FEDERAL CANDIDO MORAES	0	2	4	1	2	0	0	5	2	15	12	13	56	5
	JUIZ FEDERAL CLEBERSON JOSÉ ROCHA (CONV.)	1	1	8	75	19	0	8	5	3	5	6	4	135	11
	DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA	0	0	1	0	0	0	0	1	0	13	2	9	26	2
3ª	DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3	0
	DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO	0	0	0	1	1	0	1	0	0	11	1	2	17	1
	DESEMBARGADORA FEDERAL MONICA SIFUENTES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0
4ª	DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0
	DESEMBARGADOR FEDERAL ITALO FIORAVANTI SABO MENDES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0
	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES	0	1	0	0	0	1	0	0	1	2	2	0	7	1
5ª	DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA	2	4	10	2	1	7	3	3	2	1		2	37	3
	DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES	10	1	3	4	3	1	20	8	2	4	3	0	59	5
	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE	6	18	9	17	13	1	13	11	8	8	28	5	137	11
6ª	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	6	13	31	5	0	1	8	1	1	1	3	0	70	6
	DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN	2	4	8	9	18	0	3	2	0	2	0	2	50	4
	DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO NUNES MARQUES	4	19	4	12	1	1	5	10	6	8	16	1	87	7
7ª	DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOS	4	9	19	11	20	1	13	6	9	0	17	2	111	9
	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO	1	9	2	3	4	12	92	53	21	72	134	6	409	34
	DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO	2	0	3	0	0	1	6	6	8	1	2	11	40	3
8ª	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA	8	44	7	87	18	1	61	57	30	38	49	13	413	34
	DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA	29	39	6	132	57	33	9	36	23	3	116	1	484	40
	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO	5	1	0	6	2	0	0	4	3	14	18	9	62	5
<b>Total geral</b>		<b>96</b>	<b>170</b>	<b>265</b>	<b>365</b>	<b>176</b>	<b>75</b>	<b>267</b>	<b>220</b>	<b>181</b>	<b>231</b>	<b>424</b>	<b>85</b>	<b>2.555</b>	<b>213</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.



**TRF 1ª Região - Quantidade de embargos de declaração julgados por gabinete - Período: Agosto/2014 a Julho/2015**

TURMA	ACERVO DE EMBARGOS JULGADOS NO GABINETE	2014					2015							TOTAL	MÉDIA
		AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL		
1ª	DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS	165	50	167	233	31	15	46	71	53	116	0	1	948	79
	DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA	176	105	0	42	227	92	21	3	54	82	59	3	864	72
	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.)	63	72	204	131	10	0	50	89	145	93	89	2	948	79
2ª	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI	46	114	80	161	90	7	20	69	225	307	119	32	1.270	106
	DESEMBARGADOR FEDERAL CANDIDO MORAES	11	116	109	42	19	48	0	346	26	238	95	42	1.092	91
	DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA	0	0	0	0	17	0	3	33	3	16	2	1	75	6
3ª	DESEMBARGADORA FEDERAL MONICA SIFUENTES	0	0	0	1	1	0	2	11	0	12	5	0	32	3
	DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO	1	3	0	1	1	2	2	6	1	3	6	1	27	2
	DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO	5	0	7	7	15	1	11	24	1	10	14	19	114	10
4ª	DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ	0	0	0	0	0	0	4	8	7	3	5	1	28	2
	DESEMBARGADOR FEDERAL ITALO FIORAVANTI SABO MENDES	0	0	0	0	0	0	2	0	3	0	3	0	8	1
	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES	0	3	0	2	2	2	3	3	3	7	2	0	27	2
5ª	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE	18	4	12	20	18	3	14	18	29	51	53	4	244	20
	DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA	15	1	8	1	11	26	0	2	1	0	0	8	73	6
	DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES	1	5	0	7	4	15	15	7	26	10	24	10	124	10
6ª	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	6	13	19	13	0	9	20	0	3	21	24	8	136	11
	DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN	2	9	7	8	2	1	0	10	5	16	3	3	66	6
	DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO NUNES MARQUES	1	19	80	17	13	13	19	33	26	16	40	0	277	23
7ª	DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO	16	40	49	0	0	31	52	14	25	1	61	35	324	27
	DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOSÉS	41	37	37	37	41	2	25	18	22	1	27	3	291	24
	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO	47	71	23	6	6	4	14	24	20	63	72	7	357	30
8ª	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO	27	31	13	45	64	40	52	61	28	45	37	50	493	41
	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA	30	17	76	8	9	4	35	21	83	103	100	51	537	45
	DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA	21	38	38	76	8	49	6	33	39	2	123	9	442	37
<b>Total geral</b>		<b>692</b>	<b>748</b>	<b>929</b>	<b>858</b>	<b>589</b>	<b>364</b>	<b>416</b>	<b>904</b>	<b>828</b>	<b>1.216</b>	<b>963</b>	<b>290</b>	<b>8.797</b>	<b>733</b>

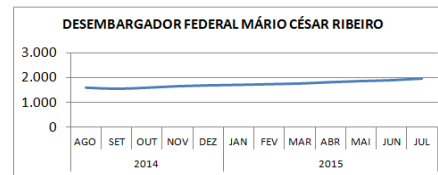
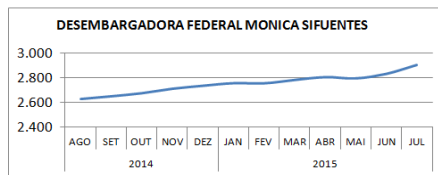
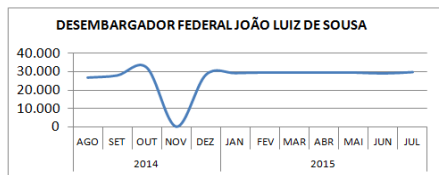
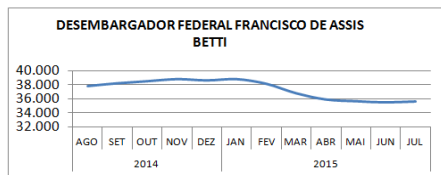
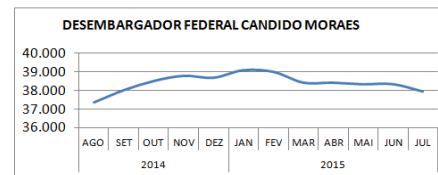
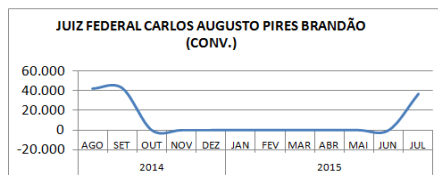
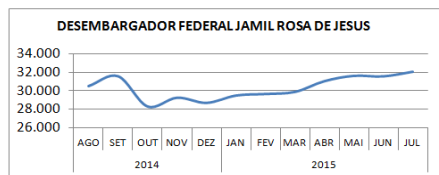
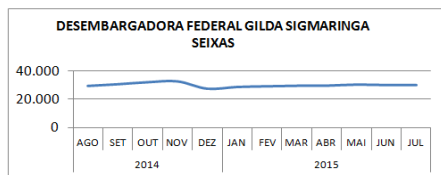
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

**TRF 1ª Região - Quantidade de processos judiciais em tramitação - Período: Agosto/2014 a Julho/2015**

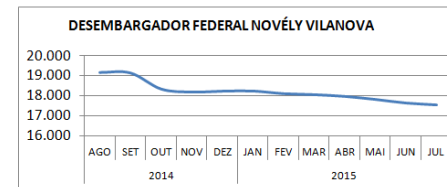
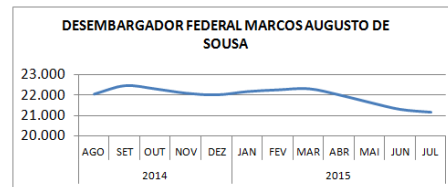
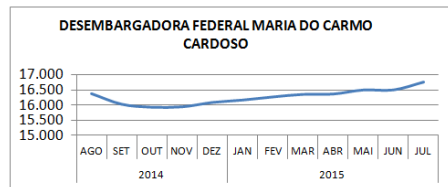
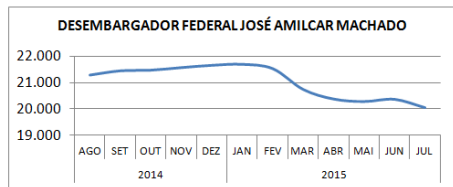
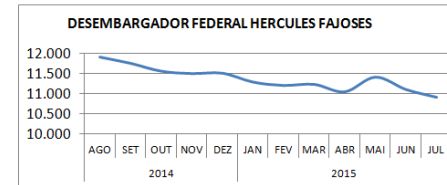
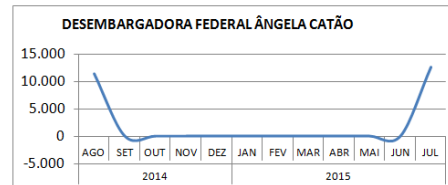
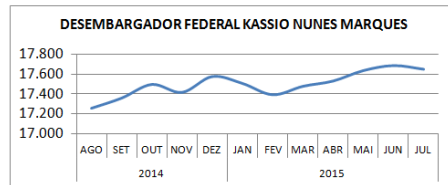
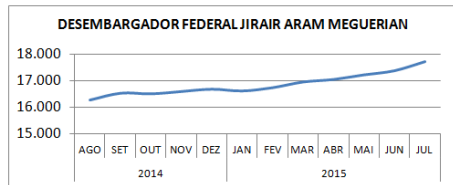
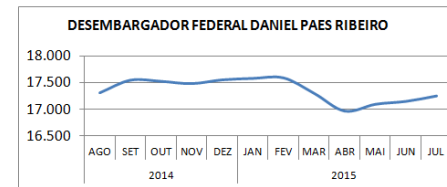
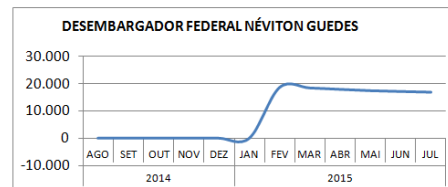
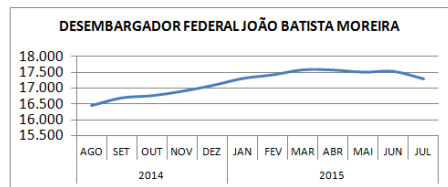
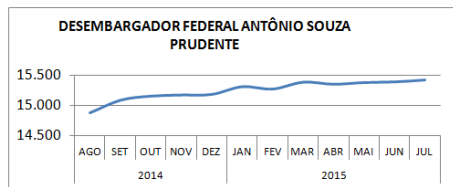
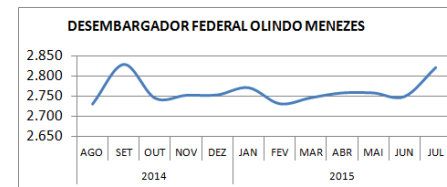
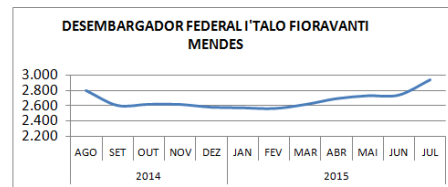
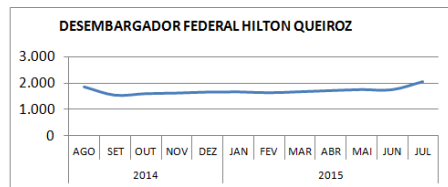
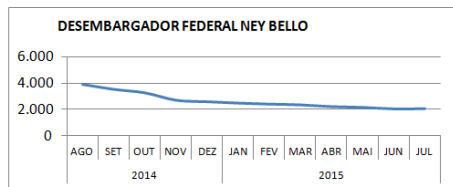
TURMA	ACERVO DO GABINETE	2014					2015							MÉDIA
		AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	
1ª	DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS	29.436	30.702	32.240	32.878	27.367	28.659	29.147	29.572	29.656	30.433	30.094	30.061	30.020
	DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS	30.523	31.588	28.316	29.263	28.704	29.495	29.663	29.886	31.050	31.629	31.574	32.071	30.314
	JUIZ FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (CONV.)	42.334	42.846	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.895
2ª	DESEMBARGADOR FEDERAL CANDIDO MORAES	37.374	38.033	38.524	38.802	38.702	39.104	39.017	38.439	38.431	38.348	38.354	37.961	38.424
	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI	37.820	38.219	38.511	38.805	38.628	38.795	38.134	36.801	35.917	35.676	35.516	35.644	37.372
	DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA	26.756	27.910	32.185	-	28.297	29.189	29.493	29.451	29.458	29.498	29.015	29.723	29.180
3ª	DESEMBARGADORA FEDERAL MONICA SIFUENTES	2.630	2.652	2.677	2.713	2.737	2.758	2.757	2.784	2.807	2.797	2.833	2.905	2.754
	DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO	1.588	1.541	1.588	1.647	1.682	1.704	1.731	1.760	1.814	1.860	1.896	1.963	1.731
	DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO	3.879	3.514	3.257	2.708	2.596	2.496	2.417	2.365	2.237	2.179	2.069	2.080	2.650
4ª	DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ	1.857	1.528	1.589	1.611	1.651	1.659	1.624	1.664	1.710	1.750	1.746	2.064	1.704
	DESEMBARGADOR FEDERAL ITALO FIORAVANTI MENDES	2.800	2.605	2.620	2.618	2.581	2.574	2.564	2.616	2.693	2.731	2.740	2.939	2.673
	DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES	2.730	2.829	2.745	2.752	2.753	2.771	2.731	2.746	2.758	2.758	2.749	2.821	2.762
5ª	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE	14.870	15.081	15.149	15.167	15.178	15.306	15.267	15.381	15.347	15.375	15.386	15.418	15.244
	DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA	16.443	16.690	16.759	16.902	17.087	17.312	17.429	17.591	17.585	17.518	17.540	17.300	17.180
	DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES	-	-	-	-	-	-	18.556	18.369	17.856	17.373	17.085	16.818	17.676
6ª	DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO	17.314	17.548	17.527	17.484	17.554	17.581	17.590	17.304	16.976	17.102	17.155	17.256	17.366
	DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN	16.267	16.528	16.504	16.593	16.680	16.614	16.739	16.956	17.052	17.227	17.385	17.729	16.856
	DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO NUNES MARQUES	17.259	17.362	17.500	17.420	17.580	17.510	17.396	17.481	17.534	17.640	17.691	17.654	17.502
7ª	DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO	11.379	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.586	-
	DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOSÉS	11.913	11.758	11.561	11.500	11.509	11.287	11.201	11.229	11.042	11.411	11.100	10.904	11.368
	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO	21.296	21.457	21.482	21.580	21.667	21.703	21.540	20.748	20.383	20.287	20.372	20.053	21.047
8ª	DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO	16.386	16.034	15.933	15.945	16.092	16.172	16.275	16.361	16.373	16.508	16.510	16.771	16.280
	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA	22.034	22.448	22.291	22.078	21.998	22.159	22.242	22.299	21.995	21.625	21.282	21.142	21.966
	DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA	19.171	19.148	18.341	18.187	18.232	18.240	18.109	18.057	17.970	17.817	17.638	17.541	18.204

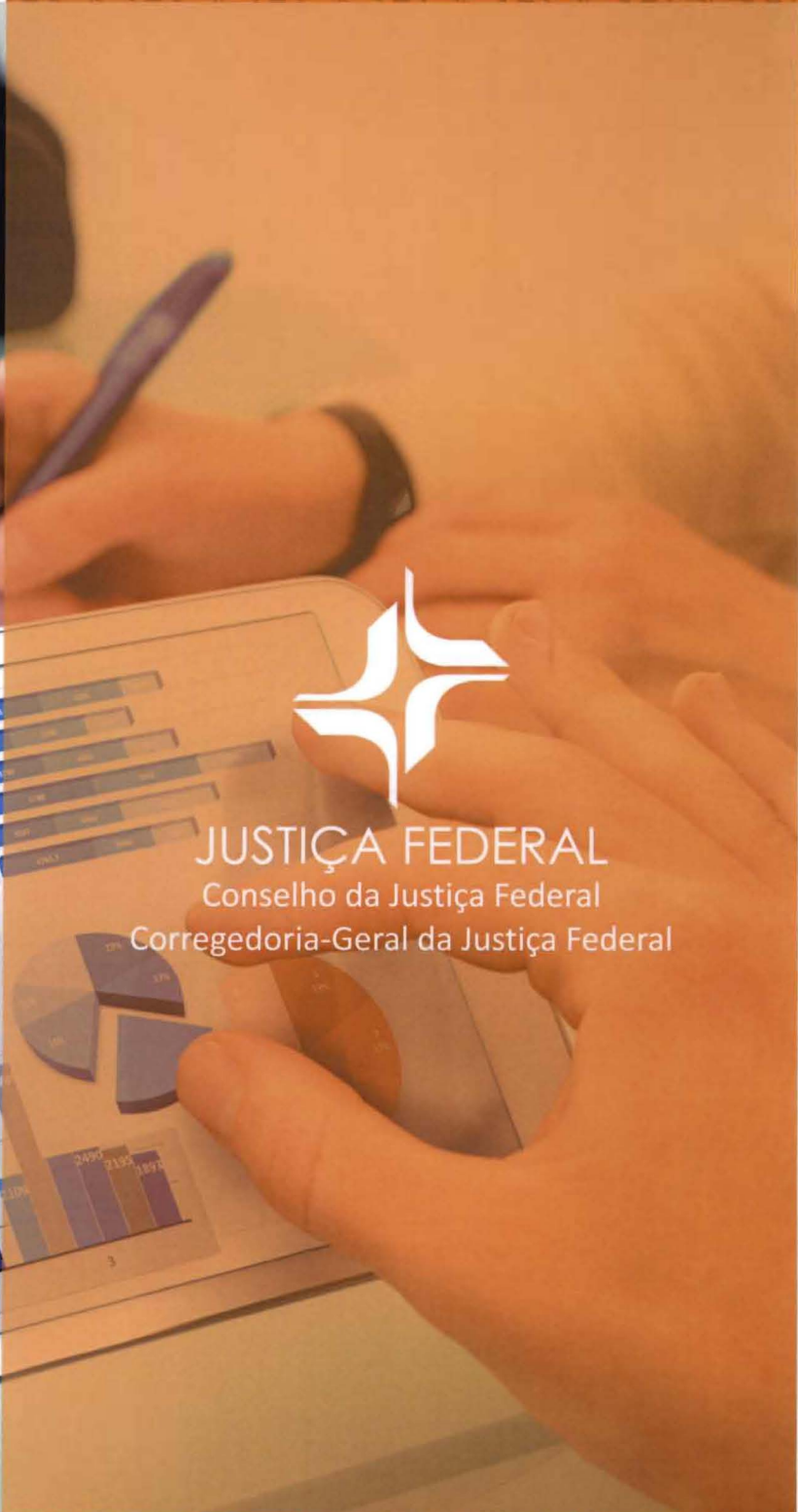
Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Divisão de Estatística - DIEST.

Nota: - Dados indisponíveis em função da troca de acervo que aconteceu no decorrer do período. A estatística não permite distinguir os processos e seus respectivos gabinetes, pois os dados são vinculadas ao magistrado.



**TRF 1ª Região - Quantidade de processos judiciais em tramitação - Período: Agosto/2014 a Julho/2015**





JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal  
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

